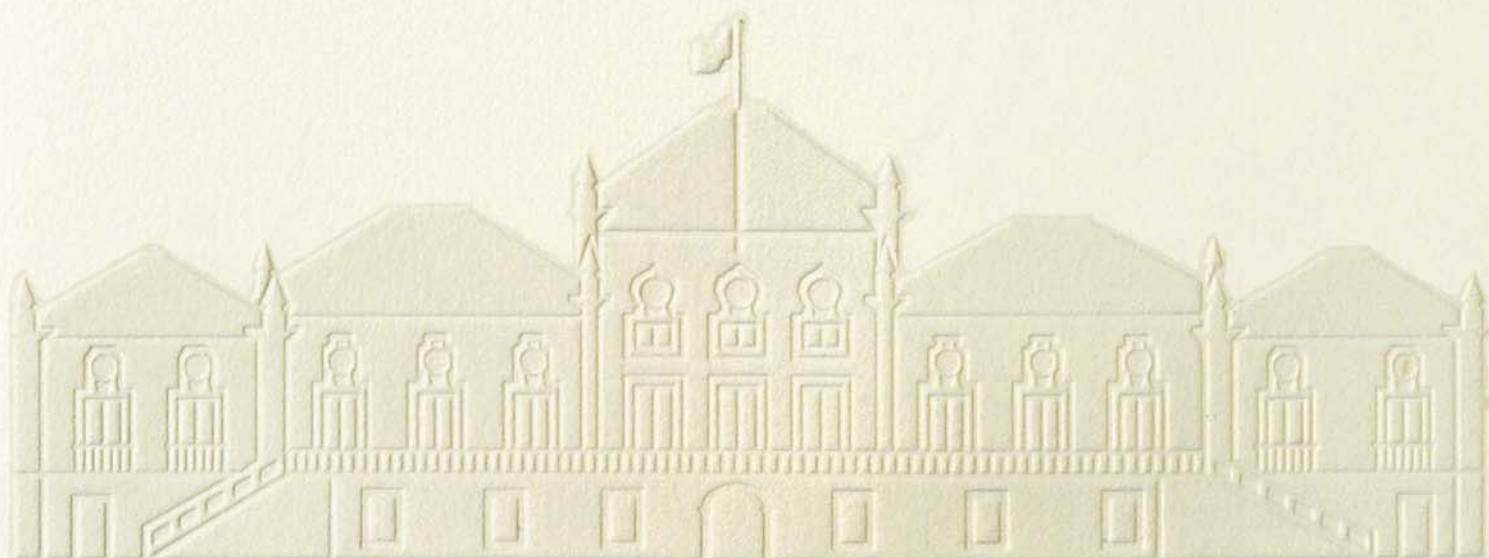


Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... I



2006 | 2007

IMPrensa Nacional - Casa da Moeda

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... I

Índice

- 11 **Prefácio**

- 27 **I. Portugal Inteiro**

- 31 **Sessão Solene de Tomada de Posse como Presidente da República**
Assembleia da República, 9 de Março de 2006
- 45 **Cerimónia de Tomada de Posse dos Representantes da República**
para as Regiões Autónomas
Palácio de Belém, 30 de Março de 2006
- 49 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão**
do Dia de Portugal
Porto, 9 de Junho de 2006
- 53 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Porto, 10 de Junho de 2006
- 59 **Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal,**
de Camões e das Comunidades Portuguesas
Porto, 10 de Junho de 2006
- 65 **Almoço Comemorativo do Dia de Portugal**
Câmara Municipal do Porto, 10 de Junho de 2006
- 67 **Cerimónia de Encerramento das Comemorações do Centenário**
do Nascimento do General Humberto Delgado
Panteão Nacional, 4 de Outubro de 2006
- 69 **Cerimónia Evocativa dos 96 anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de Outubro de 2006
- 73 **Cerimónia de Tomada de Posse do Procurador-Geral da República**
Palácio de Belém, 9 de Outubro de 2006
- 77 **Cerimónia de Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior General**
das Forças Armadas
Palácio de Belém, 5 de Dezembro de 2006
- 81 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2007
- 85 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**
Supremo Tribunal de Justiça, 31 de Janeiro de 2007

89 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 93 Assembleia-Geral da COTEC Portugal
Lisboa, 15 de Maio de 2006
- 101 Sessão Solene Comemorativa dos 250 anos da Região Demarcada do Douro
Régua, 10 de Setembro de 2006
- 105 Jantar Oferecido por Ocasão do 1º Encontro do Conselho para a Globalização
Palácio de Queluz, 10 de Novembro de 2006
- 107 Visita ao Polis de Coimbra
Coimbra, 26 de Novembro de 2006
- 111 Cerimónia Comemorativa do 90º aniversário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santiago do Cacém
Santiago do Cacém, 4 de Dezembro de 2006
- 113 Sessão Solene Comemorativa dos 170 anos da Associação Industrial Portuguesa
Lisboa, 1 de Fevereiro de 2007

119 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 123 Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril
Assembleia da República, 25 de Abril de 2006
- 131 Jantar Comemorativo da Constituição da Associação EIS – Empresários pela Inclusão Social
Lisboa, 20 de Novembro de 2006
- 135 Cerimónia de Inauguração do Hospital Dr. Fernando Valle
Arganil, 26 de Novembro de 2006
- 137 Sessão de Abertura do Congresso do Poder Local
Lisboa, 12 de Dezembro de 2006
- 141 Sessão de Abertura do Ano Académico na Academia Portuguesa de Medicina
Lisboa, 6 de Fevereiro de 2007

147 IV. Educação, Ciência e Cultura

- 151 Sessão de Encerramento das Comemorações dos 75 Anos da Universidade Técnica de Lisboa
Lisboa, 2 de Junho de 2006
- 157 Sessão de Encerramento do Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica das Universidades de Coimbra, Aveiro e Beira Interior e do Conselho Empresarial do Centro
Coimbra, 20 de Junho de 2006
- 163 Cerimónia de Atribuição do Grande Prémio do Romance e da Novela pela Associação Portuguesa de Escritores
Lisboa, 24 de Junho de 2006
- 165 Sessão Solene Comemorativa do 50º Aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa, 18 de Julho de 2006

- 171 Cerimónia de Atribuição do Prémio Literário D. Dinis
Vila Real, 9 de Setembro de 2006
- 173 Cerimónia de Apresentação do Projecto *Anamnese* da Fundação Ilídio Pinho
Porto, 17 de Outubro de 2006
- 175 Conferência Internacional “Que Valores para Este Tempo?” organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa, 25 de Outubro de 2006
- 179 Sessão Solene de Atribuição do Prémio Literário Fernando Namora
Estoril, 28 de Novembro de 2006
- 181 Cerimónia de Atribuição dos Prémios Literários do PEN Clube Português
Lisboa, 13 de Dezembro de 2006
- 183 Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2006/2007 do Colégio Universitário da Cooperação
Lisboa, 14 de Fevereiro de 2007
- 187 Cerimónia Comemorativa do 50º Aniversário da Rádio Televisão Portuguesa
Lisboa, 7 de Março de 2007

189 V. Portugal na Europa e no Mundo

- 193 Sessão de Abertura do Seminário “Dia da Europa 2006 – Portugal e o Futuro da Europa nos 20 Anos da Adesão”
Lisboa, 8 de Maio de 2006
- 203 VI Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Desafios e Contribuições da CPLP”
Bissau, 17 de Julho de 2006
- 207 Banquete Oferecido pelos Reis de Espanha
Madrid, 25 de Setembro de 2006
- 213 Sessão Solene de Boas Vindas na Câmara Municipal de Madrid
Madrid, 26 de Setembro de 2006
- 217 Sessão de Encerramento do Encontro COTEC “As Organizações COTEC no Apoio à Cooperação entre as Empresas de Portugal e de Espanha”
Madrid, 26 de Setembro de 2006
- 221 Almoço Oferecido pelo Presidente do Governo de Espanha
Madrid, 26 de Setembro de 2006
- 225 Sessão Solene de Boas Vindas no Plenário do Congresso de Espanha
Madrid, 26 de Setembro de 2006
- 231 Jantar Oferecido pelo Presidente do Governo das Astúrias
Oviedo, 27 de Setembro de 2006
- 235 Reunião com os Participantes do Encontro Cívico
Montevideo, 3 de Novembro de 2006
- 239 Sessão Plenária da XVI Cimeira Ibero-Americana – “Migrações e Desenvolvimento”
Montevideo, 4 de Novembro de 2006
- 243 Recepção Oferecida pela Comunidade Portuguesa e Luso-Descendente de Montevideo
Casa de Portugal, 5 de Novembro de 2006

- 245 **Visita a Colónia do Sacramento**
Palácio da Intendência, 6 de Novembro de 2006
- 249 **Jantar Oferecido pela Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil**
São Paulo, 6 de Novembro de 2006
- 253 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio de Queluz, 8 de Janeiro de 2007
- 261 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República Indiana**
Nova Deli, 11 de Janeiro de 2007
- 265 **Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Goa**
Kala Academy, 14 de Janeiro de 2007
- 273 **Sessão de Abertura do Seminário Económico “Trade and Investment Opportunities with Portugal” promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Bombaim**
Mumbai, 15 de Janeiro de 2007
- 277 **Sessão inaugural da Partnership Summit 2007**
“Emergent India – New Roles and Responsibilities”
Bangalore, 17 de Janeiro de 2007
- 285 **Anexos**
- 287 **Mensagem à Assembleia da República a propósito do Decreto nº 52/X - Lei da Paridade**
2 de Junho de 2006
- 291 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da Lei que regula a Procriação Medicamente Assistida**
11 de Junho de 2006
- 295 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da Lei Eleitoral para a Região Autónoma dos Açores**
16 de Agosto de 2006
- 297 **Artigo de Opinião “Pensar Global e Agir Global” - Diário Económico e Expansión**
10 de Novembro de 2006
- 301 **Comunicação ao País relativa ao Referendo sobre Interrupção Voluntária da Gravidez**
29 de Novembro de 2006
- 303 **Passos da Agenda**



Prefácio

Fidelidade aos compromissos assumidos

Ao longo do primeiro ano do mandato que os Portugueses me confiaram em 22 de Janeiro de 2006, procurei, acima de tudo, ser fiel aos compromissos assumidos no decurso da campanha eleitoral.

Considero muito importante para a própria credibilização do sistema político que os Portugueses percebam que a minha actuação como Presidente da República corresponde àquilo que lhes anunciara e que a palavra dada em campanha era, de facto, uma palavra de honra. Se o cumprimento das promessas feitas nas campanhas eleitorais deve representar um princípio fundamental da acção de qualquer agente político, ele ganha uma relevância acrescida no caso do Presidente da República, pelo facto deste, como mais alto magistrado da Nação, dever constituir um referencial de valores éticos para os seus concidadãos.

Como ao Presidente da República não cabe legislar, nem traçar ou executar políticas, o seu compromisso com o eleitorado radica, basicamente, nas grandes linhas de orientação por si definidas para o exercício da sua magistratura. Nestes termos, um Presidente da República que seja fiel ao compromisso assumido não deve ser imprevisível na sua actuação.

Contribuir para a estabilidade política

Contribuir para a criação de um clima de estabilidade política não podia deixar de ser uma prioridade da minha acção.

A estabilidade política constitui um pressuposto essencial das reformas necessárias ao desenvolvimento do País, à melhoria do nível de vida das populações e à criação de uma sociedade mais justa, como repetidamente sublinhei no decurso da campanha eleitoral.

Logo na noite da minha eleição, fiz questão de afirmar: “Os Portugueses terão na Presidência da República um Presidente que deseja ser factor de estabilidade das instituições”.

As várias mudanças políticas e crises de governo, ocorridas no período de 2002 a 2005, e a sucessão, em menos de um ano, de diversas eleições (legislativas, autárquicas e presidenciais) tinham deixado entre os Portugueses e no plano externo uma sensação de instabilidade que era importante ultrapassar tão rapidamente quanto possível.

A existência de relações de confiança entre os órgãos de soberania é um factor decisivo para a estabilidade política. Foi uma preocupação que, desde o meu primeiro dia como Presidente da República, esteve presente no diálogo regular com o Primeiro-Ministro e nos contactos mantidos com diversos membros do Governo. A circunstância de o diálogo com o Primeiro-Ministro e o Governo ter decorrido com discrição e reserva revelou-se muito importante para a realização daquele objectivo. Desnecessário será dizer que, para construir uma relação de confiança entre os órgãos de soberania, não basta a vontade e a atitude de uma das partes.

O mesmo espírito de confiança e discrição tem pautado os contactos entre a Casa Civil do Presidente da República e a Presidência do Conselho de Ministros, a propósito dos diplomas submetidos a promulgação, assim como as relações entre a Casa Militar e o Ministério da Defesa Nacional.

Foi igualmente minha preocupação manter relações de respeito e leal cooperação com a Assembleia da República e os partidos nela representados, bem como com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e os Representantes da República nessas Regiões.

Quanto ao poder judicial, quis ouvir os Presidentes dos Supremos Tribunais, o Procurador-Geral da República e outros protagonistas do sistema de justiça, de modo a contribuir para um clima favorável à credibilização e prestígio das instituições judiciais e para a concretização das indispensáveis reformas neste sector.

Como expressão do valor que atribuo à estabilidade política, principalmente num tempo de dificuldades como as que o País tem vindo a atravessar nos últimos anos, fiz questão de deixar claro, em campanha eleitoral, que

não entendia a função presidencial como um contrapoder à acção da maioria parlamentar e que o Presidente da República não devia utilizar as prerrogativas que a Constituição lhe atribui com o propósito de desgastar, fragilizar ou enfraquecer o Executivo, nem de alimentar atritos institucionais que ponham em causa a governabilidade do País.

Esta posição tem emergido, claramente, na atitude de serenidade, moderação e rigoroso respeito pelas regras democráticas com que tenho procurado exercer a função presidencial, assim como na isenção e no equilíbrio que tenho pretendido imprimir às minhas decisões, no cuidado que tenho posto nas declarações públicas sobre a acção do Governo e no critério que tenho seguido na promulgação de diplomas.

O dever de reserva que tenho praticado em relação às medidas do Governo ou às leis do Parlamento que são objecto de controvérsia não significa menos atenção ou ausência de posição relativamente às políticas adoptadas, nem uma recusa definitiva a tomar posição pública sobre elas. Fá-lo-ei sempre que considerar que a situação o exige.

No espírito construtivo que orienta a minha acção, procurando que os problemas sejam resolvidos com benefício para o País, entendo que devo, em primeiro lugar, dialogar com o Primeiro-Ministro, expressando-lhe os meus pontos de vista ou preocupações sobre as políticas governamentais em curso e não me precipitar em comentários perante as questões colocadas pela comunicação social. Entendo que um Presidente da República não ajuda o País se se deixar tentar pelo protagonismo mediático.

O respeito pela legitimidade democrática do Governo e o desenvolvimento de uma relação leal com os seus membros não significa, da minha parte, passividade, menor exigência no acompanhamento da acção governativa, nem um exercício menos rigoroso das competências constitucionalmente atribuídas ao Presidente da República. Não prescindindo do meu direito de ser informado sobre a política governamental e considero que o escrutínio da legislação produzida pela Assembleia da República e pelo Governo é uma função presidencial da maior relevância.

Mas, como já tive ocasião de deixar claro, entendo que o acto de promulga-

ção de um diploma pelo Presidente da República não implica necessariamente a sua adesão a todas as soluções normativas nele consagradas.

Por outro lado, entendo que o poder de veto deve ser utilizado criteriosamente, em resultado de um juízo de ponderação quanto à razão, à necessidade e à oportunidade do diploma em causa, face aos interesses nacionais. O envio de diplomas ao Tribunal Constitucional, com vista à apreciação preventiva da sua constitucionalidade, não deve ser entendido como uma forma enviesada de impedir a sua entrada em vigor ou de dissimular situações de conflitualidade política entre o Presidente da República e o Governo ou a Assembleia da República. Considero, sobretudo em relação a determinados diplomas que se revestem de maior alcance ou que suscitaram expressiva controvérsia quanto à sua conformidade com a Constituição, que é do interesse do País que a sua entrada em vigor tenha lugar nas melhores condições, sendo dissipadas preventivamente, pelo órgão com competência para o efeito, quaisquer dúvidas que possam subsistir.

Quanto ao Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, fiz exactamente o que, em campanha eleitoral, disse que faria. Tendo o Tribunal Constitucional dado por verificada a constitucionalidade e a legalidade da proposta que me foi apresentada pela Assembleia da República, fixei a data do referendo, fiz uma comunicação ao País, apelando à realização de um debate sério, informativo e esclarecedor e, durante a campanha, mantive uma posição de total reserva e absoluta imparcialidade.

O sentido da cooperação estratégica

Defendi em campanha eleitoral que, perante os grandes desafios que se colocavam a Portugal, o Presidente da República devia ir para além da cooperação institucional e desenvolver uma verdadeira cooperação estratégica com o Governo. No documento “As minhas ambições para Portugal”, que apresentei aos Portugueses, escrevi: “De mim, o Governo, qualquer Governo, pode esperar cooperação. Sobretudo a cooperação estratégica que permita ao País percorrer solidamente os caminhos da modernização e do progresso”.

Ao longo do primeiro ano da minha magistratura, a expressão “cooperação estratégica” – que na campanha eleitoral suscitou alguma controvérsia – foi ganhando um conteúdo cada vez mais claro e preciso, traduzido no empenho do Presidente da República na realização de objectivos nacionais dotados de um amplo consenso, tais como a construção de uma sociedade mais justa e solidária; a promoção da inclusão social; o fomento da inovação, do desenvolvimento científico e do empreendedorismo; a dignificação e o prestígio das Forças Armadas; a afirmação de Portugal no mundo e a defesa dos seus interesses no plano externo; a credibilização e prestígio das instituições judiciais e a eficiência do sistema de justiça; o desenvolvimento cultural; a protecção do ambiente e ordenamento do território; o aumento da qualificação dos recursos humanos; e a promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades entre os Portugueses.

Na própria noite das eleições, após ser conhecida a minha vitória, fui muito claro ao afirmar: “De mim, o Governo legítimo de Portugal, como os demais órgãos de soberania, poderão esperar um espírito leal de respeito, cooperação e entreaajuda. É isso que o País precisa e os Portugueses exigem”.

A cooperação estratégica, tal como a entendo, não põe em causa o princípio da separação de poderes, mas antes se revê na sua interdependência, como a Constituição a consagra. Não significa co-responsabilização nem avaliação acrítica da acção governativa e, muito menos, não implica um afastamento do Presidente da República relativamente ao dever de isenção e imparcialidade perante as diferentes forças políticas. Não tenho uma visão partidária da função presidencial, sou avesso a todo o tipo de intrigas político-partidárias, e não quero que a expressão “Presidente de todos os Portugueses” seja reduzida a uma mera figura de retórica.

Ao Presidente não cabe legislar ou governar, mas isso não o impede – antes pelo contrário – de exercer o seu poder de influência junto dos diversos agentes políticos, visando a realização dos grandes objectivos nacionais e das legítimas ambições de bem-estar dos Portugueses.

Sei que o Presidente da República não pode jamais prescindir de qualquer dos poderes que a Constituição lhe atribui. Mas entendo que, na situação em que o País se encontra, é desejável que o Presidente procure encontrar

o seu espaço próprio de actuação mais nos poderes implícitos de influência positiva do que nos poderes negativos que a Constituição lhe confere. A discrição e reserva no diálogo do Presidente da República com os outros órgãos de soberania é, normalmente, uma condição necessária à eficácia dos poderes positivos implícitos.

Desenvolvimento económico e social

Ciente de que o futuro de Portugal e os caminhos do progresso exigem reformas de fundo em vários domínios, tenho procurado contribuir para que não fiquem adiadas, mas evitei tomar posição pública sempre que, relativamente a elas, se revelaram divergências entre as principais forças políticas ou sociais.

Defendi, isso sim, a negociação e a procura de consensos entre os agentes políticos, o debate sério e aprofundado na Assembleia da República e o diálogo e a concertação entre o Governo e os parceiros sociais em torno das reformas estruturais, por forma a que fossem alcançadas as soluções que melhor servissem o interesse nacional e cujo sentido fosse devidamente compreendido e aceite pela maioria dos Portugueses.

O Presidente da República pode, em privado, expressar as suas opiniões sobre as reformas em preparação ou em debate, mas deve fazê-lo de modo a que não sejam utilizadas como “arma de arremesso” de uma força política contra outra, nem a alienar a sua liberdade de apreciação dos respectivos diplomas no momento da promulgação.

O desejo de contribuir para que o País vencesse as dificuldades económicas e financeiras em que estava mergulhado há vários anos e reencontrasse o caminho do desenvolvimento económico e social esteve no centro da minha decisão de candidatura a Presidente da República. Sempre, como é óbvio, no respeito pelo equilíbrio de poderes previsto na Constituição.

Deixei claro, na campanha eleitoral, que a absoluta necessidade de travar o afastamento de Portugal em relação ao nível médio de desenvolvimento da União Europeia, que se verificava desde 2000, não podia deixar de con-

dicionar a actuação política do Presidente da República. Trata-se de uma condição indispensável para o combate ao desemprego, para enfrentar os fenómenos da pobreza e da exclusão social e para melhorar as condições de vida dos grupos populacionais mais desfavorecidos.

Uma constante nas minhas intervenções públicas e nos contactos com representantes das organizações da sociedade civil e com os cidadãos tem sido a preocupação de afastar desânimos e pessimismos quanto ao futuro do País, de mobilizar as energias nacionais, difundir uma cultura de modernidade, reavivar a esperança e transmitir aos Portugueses uma vontade renovada de vencer os desafios colocados pelas mudanças.

No meu discurso de posse, fiz questão de vincar que era necessário o contributo de todos para que Portugal ultrapassasse as dificuldades e vencesse os desafios que tinha à sua frente e que era errado pensar que o Estado podia resolver tudo ou quase tudo.

Durante o primeiro ano do meu mandato, não me cansei de insistir para que, na sociedade portuguesa, ao lado dos direitos, se afirmasse uma cultura cívica de responsabilidade e de exigência, em que cada um visse, como seu dever, contribuir para o progresso do País, procurando fazer bem e com qualidade aquilo que lhe compete.

Lancei o Roteiro para a Ciência, com o objectivo de alertar a sociedade portuguesa para a importância da inovação, da investigação, do desenvolvimento científico e do empreendedorismo, com vista ao reforço da competitividade das nossas empresas no mundo global em que a economia portuguesa se insere.

A primeira jornada foi dedicada às áreas das biociências e da biotecnologia. Visitei unidades de investigação em empresas e em universidades, laboratórios, centros de incubação de empresas, o parque de biotecnologia de Cantanhede e contactei com investigadores e empresários daquelas áreas. Procurei mostrar exemplos do que se está a fazer bem em Portugal, num domínio avançado da economia baseada no conhecimento, não só como prémio e estímulo aos agentes envolvidos nos projectos mas também como forma de contribuir para a melhoria do clima de confiança.

A segunda jornada do Roteiro para a Ciência foi dedicada às tecnologias

limpas, com particular incidência nas energias renováveis e na eficiência energética. Procurei dar visibilidade a bons exemplos de iniciativas empresariais nos domínios da energia eólica e do biodiesel e de projectos de investigação nas áreas do ambiente, das energias renováveis e da eficiência energética, em curso na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, na Universidade de Aveiro e no Instituto Superior Técnico. Foi minha preocupação alertar os portugueses para a importância decisiva das políticas de sustentabilidade ambiental para a preservação da qualidade de vida das gerações futuras.

Ao longo do primeiro ano do meu mandato, procurei deixar claro que o grande desafio que Portugal enfrenta é o da competitividade à escala global. A necessidade de “Pensar Global e Agir Global” deve inspirar tanto a estratégia das empresas como o quadro de referência dos nossos agentes políticos e sociais e da Administração Pública.

Na sequência de uma proposta por mim apresentada na Assembleia-Geral da COTEC, reuniu-se em Sintra, em Novembro de 2006, sob o meu patrocínio, o Conselho para a Globalização. Cerca de duas dezenas de líderes de empresas mundiais provenientes de doze países debateram, em conjunto com igual número de líderes de empresas portuguesas, os desafios da globalização. O meu objectivo foi dar maior visibilidade económica a Portugal e contribuir para a melhor compreensão e divulgação do fenómeno da globalização e das suas implicações, criando na sociedade portuguesa o sentido de urgência para as mudanças necessárias ao sucesso no mundo globalizado.

Na rota da inclusão

Na linha das minhas convicções quanto aos princípios fundamentais que devem reger a acção política, assumi, em campanha eleitoral, o compromisso de me empenhar na defesa da melhoria da justiça social, no combate à pobreza e à exclusão, no apoio aos cidadãos mais desprotegidos e vulneráveis da nossa sociedade.

Daí que, no discurso que proferi na Assembleia da República, em 25 de Abril – a minha primeira intervenção pública de fundo após a tomada de posse –, tenha proposto um compromisso cívico para a inclusão social, envolvendo as forças políticas, as autarquias, as organizações da sociedade civil, os sindicatos, as instituições de solidariedade social, as associações cívicas.

Entendi que eu próprio devia ser um agente activo desse compromisso e, pouco tempo depois, dando sequência prática àquele discurso, anunciei o propósito de promover o Roteiro para a Inclusão, com o objectivo de despertar a consciência social dos Portugueses, sublinhar a responsabilidade de todos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva e impulsionar projectos de apoio aos mais desfavorecidos.

Seria errado da minha parte fazer do Roteiro uma mostra de situações de miséria e de desgraça que ainda existem no nosso País, o que, para além de difundir o desânimo, poderia ser visto como uma tentativa de fragilizar o Governo. Como já disse, quero dar um contributo positivo para a resolução dos problemas do País, quero unir os Portugueses e não criar ou alimentar situações artificiais de conflitualidade.

Devia, isso sim, mostrar exemplos de boas práticas no domínio da solidariedade social, por forma a evidenciar soluções, a estimular o lançamento de novas iniciativas de combate à exclusão e a reforçar a confiança dos Portugueses nas suas próprias capacidades para enfrentar os problemas.

O Roteiro para a Inclusão repartiu-se em quatro jornadas: a primeira foi dedicada às regiões periféricas do interior do País e ao envelhecimento; a segunda, às crianças em risco e à violência doméstica; a terceira, ao voluntariado e à exclusão social no meio urbano; a quarta, à inclusão das pessoas com deficiências.

Visitei instituições de solidariedade em vinte concelhos de diferentes regiões do País e promovi reuniões de trabalho com os autarcas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Castelo Branco, procurando acentuar o papel que lhes cabe no desenvolvimento social dos seus municípios. Tive a oportunidade de enaltecer o trabalho notável desenvolvido por milhares e milhares de cidadãos através do voluntariado e da participação em instituições de solidariedade social.

Em resposta ao meu apelo, um grupo de empresários, a que dei o meu patrocínio, criou a “Associação Empresários para a Inclusão”, dirigida prioritariamente para a intervenção no combate ao abandono escolar e no incentivo ao empreendedorismo junto dos jovens.

Ouvir os Portugueses

As jornadas dos Roteiros para a Inclusão e para a Ciência e as visitas que efectuei a vários concelhos permitiram-me contactar de perto com as populações, ouvir a sua voz, conhecer melhor os seus problemas, colher o sentir do País, obter elementos para melhor desenvolver a minha acção como Presidente da República.

Com o mesmo propósito, recebi em audiência dezenas de representantes de organizações da sociedade civil e tive conversas informais com mais de uma centena de pessoas oriundas de diversos sectores. Mas procurei actuar de modo a que o Palácio de Belém não fosse utilizado como palco de ataques à acção governativa, os quais têm lugares próprios para se manifestar.

A minha preocupação foi a de não me afastar das realidades nacionais, de saber o que realmente se passa nas diferentes partes do País, nos diferentes sectores de actividade, nos diversos grupos da sociedade.

Por outro lado, considerei que era importante que os Portugueses dispusessem de informação atempada e objectiva sobre a actividade do Presidente da República. Daí o esforço feito para melhorar a página oficial da Presidência da República na Internet (www.presidencia.pt) e alargar a informação aí disponibilizada. Este tem sido um instrumento da maior utilidade no contacto com os Portugueses, como o atesta o seu número de visitantes.

A cooperação com os outros órgãos de soberania esteve também presente nas minhas visitas pelo País. Em praticamente todas elas fui acompanhado por membros do Governo e deputados, reforçando, dessa forma, a convergência na realização de objectivos nacionais e na resolução dos problemas das populações.

Afirmar Portugal no Mundo

Ao Presidente da República cabe a importante função de representar a Nação na esfera internacional.

No primeiro ano do meu mandato, efectuei duas visitas de Estado ao estrangeiro, a Espanha e à Índia. Estas visitas foram objecto de uma cuidada preparação, em estreita articulação com o Governo, tendo vários dos seus membros, assim como deputados da Assembleia da República, integrado a delegação oficial. Considero fundamental que, no plano externo, os titulares dos órgãos de soberania projectem uma imagem de unidade do Estado na defesa dos interesses portugueses.

O facto de a minha primeira visita ter sido a Espanha, na sequência do convite formulado pelo Rei, que me foi entregue pessoalmente pelo Príncipe Herdeiro, na véspera da minha posse como Presidente da República, reflecte a intensidade das relações luso-espanholas e o interesse de Portugal em aprofundá-las.

Portugal e Espanha são parceiros na União Europeia e na NATO; é estreita a interdependência económica entre os dois países; é vasta a área de interesses comuns. Como tive ocasião de sublinhar durante a visita, nada do que acontece em Portugal é irrelevante para Espanha e nada do que acontece em Espanha é irrelevante para Portugal. Esta é a realidade do relacionamento entre os dois países.

Para além de contribuir para consolidar a relação de confiança mútua e estimular o aprofundamento dos contactos entre as sociedades civis dos dois países, a visita teve também como objectivo dar a conhecer o Portugal do princípio do século XXI, um País moderno e sem complexos, que atravessa dificuldades, mas que, tal como no passado, será capaz de vencê-las.

Daí a preocupação de incluir na delegação que me acompanhou representantes da nova geração de artistas e de empresários e cientistas das áreas da inovação tecnológica e da biotecnologia. Por isso, também, a oferta com que presenteei o Rei de Espanha – como a comunicação social amplamente noticiou – foi um telemóvel com sistema de navegação GPS, dotado de *software* português.

Particpei, igualmente, num seminário, promovido pelas COTEC de Portugal e de Espanha, dedicado à cooperação luso-espanhola no domínio da inovação científica e tecnológica.

A escolha das Astúrias como a Comunidade Autónoma a incluir na visita teve presente o facto de se tratar do Principado do Herdeiro da Coroa e a terra de origem da Princesa Letizia, dessa forma evidenciando a importância atribuída às relações afectivas entre os dois países, de aí se encontrar o maior investimento português em terras de Espanha e de ser conhecido o interesse das Astúrias no reforço das relações económicas com Portugal, à semelhança do que já acontece com a Galiza.

Os objectivos da visita de Estado à Índia foram, principalmente, contribuir para o aprofundamento do relacionamento político entre os dois países e abrir portas para a intensificação das relações económicas bilaterais.

A última viagem de um Presidente da República de Portugal à Índia tinha tido lugar em princípios de 1992. Entretanto, a Índia ultrapassou um bilião de habitantes, abriu a sua economia ao exterior, nos anos recentes registou taxas de crescimento da ordem dos 7 por cento, desenvolveu pólos tecnológicos de reputação mundial e afirmou-se como um actor incontornável na cena internacional.

Apesar da ausência de contenciosos, era notória a escassez de contactos políticos e económicos entre os dois países. Foi por isso que, mesmo antes de partir, afirmei que não ia à Índia em peregrinação histórica, mas para ajudar a construir uma relação sólida e com sentido de futuro.

Para além dos encontros que mantive com os mais altos dirigentes indianos, a visita teve uma importante componente económica. A comitiva integrou cerca de sessenta dirigentes de empresas portuguesas, seleccionadas pelo seu interesse em construir ou consolidar laços com a Índia. Particpei em seminários económicos que tiveram lugar em Nova Delhi, Goa e Bombaim, fui o convidado de honra e o orador principal na sessão de abertura do «Partnership Summit 2007», em Bangalore, que contou com a participação de cerca de dois mil empresários indianos e de várias outras partes do mundo e visitei empresas das áreas da biotecnologia e das tecnologias de informação que ocupam lugar de destaque a nível mundial. As empresas

portuguesas efectuaram, por sua vez, cerca de 750 contactos com contrapartes indianas.

O relacionamento histórico-cultural entre Portugal e a Índia foi encarado desde o início como uma mais-valia para o aprofundamento das relações entre os dois países. Como um português que visita Goa pela primeira vez, o que foi o meu caso, não pude deixar de sentir uma forte emoção perante os sinais da presença histórica portuguesa que aí encontrei, principalmente em Velha Goa.

O grau de Doutor *Honoris Causa* que me foi conferido pela Universidade de Goa teve particular significado, não só pelo facto de se tratar do Presidente da República de Portugal, mas também por ser a primeira vez que aquela Universidade concedia tal distinção.

Para lá das visitas de Estado a Espanha e à Índia, particpei nas Cimeiras da CPLP, em Bissau, e Ibero-Americana, em Montevideu, pretendendo, desse modo, sublinhar dois eixos fundamentais da política externa portuguesa. Tive, nessas ocasiões, oportunidade para me encontrar com vários outros Chefes de Estado e de ver aceite a minha sugestão de que a Cimeira da CPLP, em 2008, e a Cimeira Ibero-Americana, em 2009, tenham lugar no nosso País.

Finalmente, é bem conhecido o meu envolvimento com o processo de integração europeia. A comemoração, em 2006, dos vinte anos da adesão portuguesa permitiu-me dar conta da minha visão sobre o actual momento europeu e os desafios com que a União Europeia se confronta e de destacar os aspectos que, no meu entender, exigem uma resposta dos líderes europeus, se quisermos que os cidadãos continuem a ver na União uma mais-valia.

Dignificar as Forças Armadas

O papel do Presidente da República como Comandante Supremo das Forças Armadas reveste-se da maior importância e o seu exercício requer elevação, prudência e um alto sentido de Estado.

Neste primeiro ano, empenhei-me na dignificação e prestígio da instituição militar e no estímulo ao trabalho conjunto dos diversos ramos das Forças

Armadas, por forma a reforçar a operacionalidade dos efectivos e promover a racionalização dos meios.

Logo em Abril de 2006, iniciei os meus contactos com as Forças Armadas, começando por visitar as forças destacadas na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo, levando aos militares portugueses uma mensagem de solidariedade e de reconhecimento pelo seu trabalho na defesa dos valores da paz, da democracia pluralista e do respeito pelos direitos humanos. Procurei, ao mesmo tempo, acentuar junto da opinião pública a importância do papel das Forças Armadas na salvaguarda da Defesa Nacional e como instrumento da política externa do Estado português.

Do mesmo modo, quis que as Comemorações do 10 de Junho, na cidade do Porto, incluíssem uma cerimónia militar que suscitasse a atenção dos Portugueses, que sublinhasse o seu carácter eminentemente nacional e que prestasse justa homenagem às nossas Forças Armadas.

Um ano de Presidência

Não caberá, naturalmente, ao Presidente da República proceder ao balanço do seu primeiro ano de mandato. Esse é um juízo que compete, em primeira linha, aos Portugueses, a todos os Portugueses.

Quero apenas dizer-lhes que procurei, com seriedade e empenho, cumprir os compromissos que assumi perante o País, quer no decurso da campanha eleitoral, quer no acto de posse, em que solenemente jurei cumprir e fazer cumprir a Constituição da República.

Confio nos Portugueses e nas suas capacidades. A História ensina-nos que sempre conseguimos ultrapassar dificuldades quando fomos capazes de nos unir em torno de um projecto comum. Portugal é o nosso desígnio de futuro e a nossa exigência de presente. Foi em nome do meu País que decidi candidatar-me à Presidência da República. Enquanto Presidente da República, o horizonte da minha acção será sempre Portugal – Portugal inteiro.

Este livro, que agora se publica, reúne as intervenções mais significativas que produzi no primeiro ano do meu mandato. O objectivo é facultar aos Portugueses o acesso ao conhecimento das posições, mensagens e ideias publicamente expressas pelo Presidente da República, complementando assim a informação disponível na página da Internet da Presidência da República. Como o leitor poderá ver, os textos reflectem o modo como entendo o exercício das funções presidenciais, que atrás procurei expor sucintamente.

Ao fim de um ano como Presidente da República, mantenho o mesmo sentimento de enorme responsabilidade que me invadiu na noite de 22 de Janeiro de 2006, quando foi anunciada a minha vitória.

A todos os que na Presidência da República me têm apoiado na realização do meu trabalho dirijo um muito sincero agradecimento.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2007

Portugal Inteiro **I**





Sessão Solene de Tomada de Posse como Presidente da República

Assembleia da República, 9 de Março de 2006

Quero, em primeiro lugar, saudar o povo português. Saúdo todos os Portugueses que me honraram com a sua escolha para Presidente da República.

A todos asseguro que darei o melhor de mim mesmo para corresponder à confiança que em mim depositaram, honrando o juramento solene que acabei de pronunciar, quando assumo os poderes e as responsabilidades do cargo de Presidente da República Portuguesa.

Quero ser e serei o Presidente de todos os Portugueses. Aqui reafirmo o meu propósito de fortalecer os vínculos que a todos nos unem e de estar atento às preocupações e anseios de todos os meus concidadãos e, também, daqueles que, não tendo nascido portugueses, escolheram a nossa terra para viver e se realizarem como pessoas.

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República que, com tão grande dignidade e saber, dirige esta que é a casa-mãe da democracia portuguesa, agradeço, sentidamente, as palavras de saudação que me dirigiu.

Aos senhores Deputados, legítimos representantes da pluralidade da Nação Portuguesa, manifesto o meu respeito e a minha inteira disponibilidade de leal cooperação, para que a Assembleia da República cumpra com eficácia as elevadas responsabilidades que lhe cabem na construção de um País de mais progresso, justiça e solidariedade.

Aos Chefes de Estado e de Governo e altos representantes de países amigos, que tanto honram o nosso País com a sua presença nesta cerimónia, agradeço e saúdo calorosamente.

Num momento em que as dificuldades que Portugal atravessa estão suficientemente diagnosticadas e reconhecidas, reafirmo ao Senhor Primeiro-Ministro e ao seu Governo a minha inteira disponibilidade e empenhamento numa cooperação leal e frutuosa.

Quero, nesta ocasião, prestar a minha sincera homenagem ao Presidente da

República cessante, Dr. Jorge Sampaio, pela dignidade, patriotismo e profundo sentido de Estado com que exerceu a sua magistratura. É para mim uma honra fazer-lhe a entrega do Grande-Colar da Ordem da Liberdade, numa outra cerimónia que hoje terá lugar.

Num tempo de sérias dificuldades, como é aquele em que vivemos, são enormes as responsabilidades que impendem sobre os titulares de cargos políticos.

No respeito pelas diferenças e pelo debate de ideias, os Portugueses esperam e exigem dos políticos, que democraticamente escolheram, que deixem de lado divisões estéreis, minudências e querelas que pouco ou nada têm a ver com a resolução dos problemas nacionais. Que não percam tempo e energias em recriminações sobre o passado e pensem no futuro do País, porque é esse que agora interessa.

Os diagnósticos estão feitos. O que os Portugueses esperam dos seus representantes, cada um com a sua própria responsabilidade, é acção, mais acção.

Num momento de muitas preocupações, em que há tanta coisa difícil para fazer, os Portugueses gostariam certamente de perceber que a classe política está, até onde em democracia é possível, disposta a juntar esforços para ultrapassar diferenças e fazer obra em comum.

Há seguramente domínios onde podem e devem ser procurados entendimentos alargados entre Governo e oposição e mesmo com organizações da nossa sociedade civil.

É por tudo isto que me atrevo a deixar perante esta Câmara e perante os portugueses cinco grandes desafios que, nas circunstâncias em que o País se encontra, considero cruciais para abrir caminhos consistentes de progresso. Para eles, os Portugueses esperam, com sentido de urgência, uma resposta da parte dos responsáveis políticos.

O primeiro desafio que quero destacar é o da criação de condições para um crescimento mais forte da economia portuguesa e, conseqüentemente, para o combate ao desemprego e para recuperação dos atrasos face à União Europeia. Sem isso, tudo será mais difícil.

Na vida das nações, cada geração tem o dever de legar à geração seguinte uma sociedade social, cultural e economicamente mais desenvolvida. É isso que os jovens têm o direito a esperar da nossa geração.

Vivemos num mundo que é cada vez mais global, somos membros de uma União Europeia que se alargou para Leste e, por isso, a produção nacional está sujeita a uma fortíssima concorrência nos mercados interno e externo. Esta é uma realidade que se nos impõe.

Para além disso, somos periferia da Europa, estamos geograficamente situados no seu extremo sudoeste. Aparentemente, olhamos para um mundo que nos é adverso. Mas, vendo bem, somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico, o que pode ser uma enorme vantagem.

Acresce que, hoje, a periferia já não é ditada pela geografia. A periferia é onde mora o atraso competitivo. É este e só este o factor crítico.

O desenvolvimento, a melhoria das condições de vida das populações, mora onde moram a inovação, a criatividade, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a excelência no ensino, onde as universidades interagem com as empresas, onde o Estado não é entrave à actividade dos cidadãos, mas sim uma entidade que regula e fiscaliza o cumprimento das regras de uma concorrência saudável.

Que este caminho está ao nosso alcance demonstram-no muitas das nossas empresas, nos mais variados sectores, que têm elevada produtividade, apostam na qualidade e na inovação e são altamente competitivas nos mercados internacionais.

É este o caminho que tem de ser seguido, porque não há outro.

Não podemos também esquecer que somos um País fortemente dependente e ineficiente em matéria energética e que temos pela frente importantes desafios relacionados com os altos preços do petróleo, com a segurança dos abastecimentos, as alterações climáticas e as exigências do protocolo de Quioto. A sustentabilidade do crescimento da nossa economia passa também por uma política energética ajustada às novas realidades.

O segundo desafio refere-se à recuperação dos atrasos em matéria de qualificação dos recursos humanos.

O futuro de Portugal está indissociavelmente ligado ao que formos capazes de fazer no plano da qualidade da educação dos nossos jovens e da formação dos nossos trabalhadores. Trata-se não só de um elemento central da estratégia de desenvolvimento, mas também de um factor decisivo para a realização de uma

efectiva igualdade de oportunidades, princípio fundamental de uma democracia moderna.

O combate ao insucesso e abandono escolar não pode deixar de ser uma prioridade de todos os responsáveis políticos, por forma a que uma percentagem maior dos nossos jovens complete o ensino secundário, para o que é crucial o empenho dos professores e a cooperação activa dos pais, na certeza de que a melhor herança deixada aos filhos é a educação.

No mundo em que vivemos, é preciso que a escola, mais do que ensinar, ensine a aprender. Mais ainda, é decisivo aprender a empreender. A empresa de hoje faz apelo a quem seja capaz de empreender, seja ao seu modesto colaborador seja àquele que a gere e organiza. O empreendedorismo chegou tarde às nossas escolas e agora é preciso acelerar o passo.

O terceiro desafio é o da criação de condições para o reforço da credibilidade e eficiência do sistema de justiça.

É hoje indissociável que se têm vindo a avolumar entre nós as preocupações acerca do funcionamento do sistema de justiça. Não se trata apenas de preocupações centradas na morosidade dos processos judiciais, mas também de sintomas de degradação da credibilidade e prestígio das instituições.

A justiça constitui um valor superior da ordem jurídica, um fim irrenunciável do Estado e a primeira e última garantia dos direitos e liberdades das pessoas.

Constitui responsabilidade inadiável das forças políticas, ouvindo os operadores judiciários, gerar os consensos indispensáveis para se poder assegurar o funcionamento de um sistema de justiça eficaz, caracterizado pela qualidade, pela certeza e pela responsabilidade das suas decisões.

É uma responsabilidade de todos contribuir activamente para que, em Portugal, tenhamos uma justiça que inspire a confiança dos cidadãos quanto à defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, que reprima as violações da legalidade e não seja obstáculo ao desenvolvimento equitativo do País.

O Presidente da República dará sempre o seu apoio às mudanças que se mostrem necessárias ao fortalecimento da legitimação democrática das instituições judiciárias, à garantia da sua independência, ao prestígio dos seus titulares e à eficácia da imprescindível função que a Constituição lhes atribui.

O quarto desafio diz respeito à sustentabilidade do sistema de segurança social.

Tem vindo a desenvolver-se na sociedade portuguesa, tal como noutros países da União Europeia, um crescente sentimento de ansiedade quanto à capacidade de o Estado assegurar, no futuro, o pagamento das pensões àqueles que completam o seu ciclo de vida activa.

É uma questão muito séria, que exige dos responsáveis políticos uma atenção especial.

Urge aprofundar os estudos técnicos e promover um amplo debate nacional sobre a sustentabilidade a médio e longo prazo do financiamento do nosso sistema de segurança social. Seria desejável alcançar um consenso político alargado quanto à estratégia adequada para enfrentar a tendência para o envelhecimento da população portuguesa, a par do declínio da taxa de natalidade.

Um quinto desafio que quero referir é o da credibilização do nosso sistema político, um domínio de crescente insatisfação dos cidadãos que importa não ignorar.

Numa sociedade fundada no princípio democrático, a política é uma das mais nobres actividades, porque tem a ver com a realização do bem-comum e com a preservação e reforço dos interesses perenes de uma comunidade nacional. E, precisamente por isso, a democracia não se esgota em eleições e alternância no poder. Ela é acima de tudo um código moral e é daí que advém a sua supremacia em face dos demais regimes políticos.

Os agentes políticos têm de ser exemplo de cultura de honestidade, de transparência, de responsabilidade, de rigor na utilização dos recursos do Estado, de ética de serviço público, de respeito pela dignidade das pessoas, de cumprimento de promessas feitas.

Um Estado ao serviço de todos, como se exige em democracia, deve ser servido pelos melhores e, por isso, a escolha dos altos responsáveis não eleitos não pode senão nortear-se exclusivamente por critérios de mérito, onde as considerações político-partidárias não podem contar.

Um regime que se funda neste conjunto de valores é um regime que tem de ser firme no combate à corrupção porque, justamente, ela corrói a democracia, porque lhe subverte os valores matriciais, cava injustiças num regime que tem a justiça como princípio essencial e porque prejudica o desenvolvimento.

Exige-se, por isso, em nome da democracia, uma luta permanente e sem tréguas

a este seu inimigo: a corrupção. Exige-se firmeza nas leis, que urge ajustar para melhor combater as formas mais correntes de corrupção, e exige-se firmeza na investigação e na punição.

Um dos princípios fundamentais da acção política é o respeito pela dignidade da pessoa humana, de que resulta como corolário que o desenvolvimento é económico para poder ser social. Daí que a busca da coesão social, do desenvolvimento justo que a todos aproveite, não possa deixar de constituir uma prioridade para todos os responsáveis políticos.

Devem preocupar-nos, em particular, aqueles que, em virtude da sua especial vulnerabilidade, se encontram mais expostos à adversidade e ao infortúnio.

Refiro-me, especificamente, aos idosos, aos cidadãos portadores de deficiência, aos desempregados e às vítimas de violência, destacando, de entre todas elas, as mais desprotegidas: as crianças.

A melhoria da justiça social, o combate à exclusão, o apoio aos mais desfavorecidos da nossa sociedade é uma razão superior para fazer com que o País volte a abraçar a batalha da criação de riqueza.

O desenvolvimento para ser justo tem também de ser sustentável, tendo em devida conta a herança que nos compete transmitir às gerações futuras.

As políticas de defesa da qualidade ambiental e de correcção do desordenamento na ocupação do território, quando prosseguidas com bom senso, devem ser encaradas não como limites ao desenvolvimento mas como elementos de inovação e modernização que tornam o País mais competitivo.

Se é verdade que a Pátria não é só a língua portuguesa, não é menos certo que ela constitui o maior símbolo de identidade colectiva de um povo que se caracteriza também pela sua vocação humanista e universalista.

Saúdo, assim, de uma forma particularmente calorosa, os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Brasil e Timor. A todos nos ligam fortíssimos laços que a história teceu, com todos mantemos relações privilegiadas, falamos um idioma comum, formamos a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Podemos de alguma maneira dizer que constituímos uma comunidade de destino.

Não me pouparei a esforços para valorizar esta comunidade que somos, convicto de que, em conjunto, seremos capazes de construir algo que é muito maior do que a soma das suas partes.

“Nesga de terra debruada de mar”, assim qualificou Miguel Torga o nosso Portugal. É tempo de prestar ao mar uma nova atenção. A vasta área marítima sob jurisdição nacional, que nos posiciona como uma grande nação oceânica, ponte natural entre a Europa, a África e a América, encerra potencialidades económicas e um valor estratégico que não podemos ignorar. O mar, para além do seu significado histórico, constitui, para Portugal, uma enorme oportunidade.

Portugueses

É uma ilusão pensar que basta a acção do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, por mais empenhada e certa que ela seja, para que Portugal ultrapasse as actuais dificuldades e vença os desafios que tem à sua frente.

Como tenho dito repetidamente, neste momento que não é fácil, Portugal precisa de todos. Todos somos responsáveis pelo nosso futuro colectivo. A situação do País é demasiado complexa para que alguém pense que isto não é consigo, é só com os outros.

É errado pensar que o Estado resolve tudo ou quase tudo. O Estado não é o legatário de todos os problemas que nos afligem.

Como Presidente da República, empenhar-me-ei para que na sociedade portuguesa, ao lado dos direitos, se afirme uma cultura cívica de responsabilidade, em que cada um compreenda que é seu dever contribuir para o progresso do País, melhorando por essa forma a sua própria situação pessoal.

Ajudem Portugal a vencer as dificuldades, é o apelo que nesta ocasião dirijo a todos.

Portugal precisa de todos os Portugueses numa atitude de dedicação ao trabalho, de rigor e persistência, num esforço redobrado para fazer bem e com qualidade o que lhes compete fazer, numa nova atitude de iniciativa criadora e de um optimismo fundado na certeza de que os nossos problemas não são maiores do que a nossa vontade colectiva de os vencer.

Dos trabalhadores e dos seus sindicatos exige-se uma atitude realista, que possibilite a defesa do emprego e do poder de compra dos salários, no quadro internacionalmente exigente em que se insere a nossa economia.

Precisamos de aumentar a produtividade e ser mais competitivos. Mas não se

pense que a produtividade é baixa porque os trabalhadores portugueses trabalham pouco. Pelo contrário. O que acontece é que o trabalho é pouco eficiente e, na grande maioria dos casos, não é por culpa dos trabalhadores.

Se os desafios do presente fazem apelo aos trabalhadores, eles exigem muito dos nossos empresários e gestores. À classe empresarial cabe ser o agente motor da mudança nas empresas, fomentando a modernização tecnológica, a inovação nos produtos e nos processos, promovendo a qualificação dos recursos humanos, incentivando a criatividade e premiando o mérito.

Cabe aos empresários e gestores apostar na especialização em produtos de maior valor acrescentado, na melhoria da qualidade da gestão, na conquista de novos mercados e saber aproveitar as oportunidades que a globalização encerra. É assim que se produz o sucesso empresarial.

Tentar preservar a competitividade à custa de salários baixos é uma estratégia sem futuro.

Às universidades e politécnicos exige-se também que compreendam o mundo novo em que vivemos. Exige-se que apostem na excelência a todos os níveis, que se integrem nas redes internacionais, que vão ao encontro das empresas e com elas interajam por forma a que o conhecimento científico e tecnológico se traduza em reforço da capacidade competitiva do País.

O momento é exigente para os servidores do Estado. A eles se pede que se empenhem em servir melhor os cidadãos e as empresas e que, com o sentido de responsabilidade que os caracteriza, procurem ser agentes dinamizadores da mudança e não travão da vida económica e social do País.

Estou convencido de que são os primeiros a reconhecer a necessidade de avançar na reforma da Administração Pública, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados, reduzir a burocracia, aumentar a transparência e reduzir gradualmente o peso da despesa pública.

Às famílias e aos professores relembro a responsabilidade que lhes cabe na formação da juventude. Aos pais e à escola exige-se um empenho permanente para que os nossos jovens concluam pelo menos o ensino secundário, por forma a que possam singrar na sociedade do conhecimento e no mundo globalizado.

Às autarquias locais que, ao longo das três décadas de democracia que o 25 de Abril tornou possível, têm dado um contributo inestimável para a melhoria

das condições de vida das populações, cabe-lhes agora a responsabilidade de ajustarem a sua acção à difícil situação financeira em que se encontra o sector público português e às novas condições de desenvolvimento que o País enfrenta. A preocupação pela competitividade das empresas e a sua capacidade para criar empregos tem também de ser assumida pelo poder local.

Aos Portugueses espalhados pelo mundo, a quem expresse o meu apreço e solidariedade, peço que, na medida em que lhes for possível, lancem um novo olhar sobre as oportunidades de investimento e criação de riqueza no País que é de todos nós.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Não é possível pensar a política externa independentemente da realidade interna do País.

A defesa dos interesses de Portugal na cena internacional será tanto mais fácil quanto mais confiantes nos sentirmos nas nossas capacidades. Um país estável e mobilizado, um país que cresce e progride, um país que cria e inova, um país que é capaz de abraçar as oportunidades que se lhe oferecem, será certamente um actor muito mais credível e respeitado na cena internacional.

Eu acredito num Portugal forte e digno da sua História. Um país que traga a esse projecto extraordinário que é a União Europeia uma contribuição própria e uma participação activa. A União Europeia alargou-se e outros alargamentos se preparam. E tal acontece porque a União Europeia é um projecto de sucesso. Neste período de reflexão sobre o futuro da Europa, é bom que não nos esqueçamos disso.

Mas não nos iludamos: há o risco de que os cidadãos se não revejam nesta União Europeia que vamos construindo, seja porque se sentem demasiado longe dos seus processos de decisão, seja porque nela não encontram resposta para os problemas que os preocupam.

Acredito firmemente no projecto de integração europeia. A União Europeia constitui um quadro fundamental para a afirmação dos nossos interesses. Mas é preciso que os nossos parceiros nos vejam como um actor empenhado e participativo, capaz de constituir uma mais-valia.

No segundo semestre do próximo ano, Portugal assumirá, pela terceira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia. Teremos, assim, uma oportunidade única para, repetindo o sucesso que foram as presidências anteriores, reforçarmos a imagem de seriedade e credibilidade que temos sabido consolidar.

A construção de uma relação transatlântica saudável é fundamental para Portugal e para a União Europeia. Enquanto Estados democráticos, abertos ao confronto de ideias, estamos todos, de cada um dos lados do Atlântico, particularmente bem posicionados para compreender a naturalidade da divergência de opiniões e, até, a riqueza que pode advir dessa divergência. Mas, enquanto Estados responsáveis, tudo devemos fazer para evitar que aquilo que nos une, e que é o essencial, se veja sacrificado no altar daquilo que circunstancialmente nos divide. Esta é uma preocupação estratégica de Portugal a que nos conduzam as nossas circunstâncias geográficas, o nosso legado histórico, a presença de grandes comunidades portuguesas na outra margem do Atlântico e, não o esqueçamos, uma comunhão de princípios e de valores.

Durante a campanha eleitoral assumi um conjunto de compromissos políticos que faço questão de reafirmar nesta cerimónia solene.

Os Portugueses sabem que sempre considerei a estabilidade o pressuposto essencial do bom funcionamento das instituições e da realização das mudanças necessárias ao desenvolvimento do País. No entanto, entendo que a estabilidade política não é um valor em si mesmo. A estabilidade é uma condição, não um resultado. E para que a estabilidade não se confunda com imobilismo, é necessário imprimir-lhe um sentido dinâmico e reformista.

De acordo com a leitura que faço dos poderes presidenciais inscritos na Constituição, considero que o Presidente da República deve acompanhar com exigência a acção governativa e deve empenhar-se decisivamente na promoção de uma estabilidade dinâmica no sistema político democrático.

Julgo, por outro lado, que os desafios que Portugal enfrenta neste momento histórico exigem uma magistratura presidencial que favoreça consensos alargados em torno dos grandes objectivos nacionais.

É em torno do muito que nos une que o Presidente da República pode exercer uma acção relevante no seu relacionamento com os demais órgãos de soberania, especialmente com o Governo.

Julgo que o País necessita de mais do que mera cooperação institucional, que os Portugueses têm uma ambição maior em relação àquele que, nos termos da Constituição, representa a República e é o primeiro garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Perante os grandes desafios que se colocam a Portugal, entendo que do Presidente da República não se pode esperar uma simples promessa de lealdade institucional em relação aos demais poderes do Estado. O Presidente da República deve empenhar-se numa autêntica cooperação estratégica em torno dos grandes objectivos nacionais, com os restantes órgãos de soberania e, em particular, com o Governo legítimo de Portugal.

Os Portugueses sabem que, a par da estabilidade política, sempre valorizei o diálogo entre os diversos agentes políticos, económicos e sociais. Considero, aliás, que existe uma interdependência essencial entre estabilidade e diálogo. Por um lado, só a estabilidade permite um diálogo autêntico e frutuoso. Por outro lado, o diálogo é um dos elementos essenciais da estabilidade política e da paz social.

É esse o sentido da cooperação estratégica do Presidente da República com os outros órgãos de soberania. Trata-se, em palavras simples, de fazer obra em comum. De todos fazermos obra em comum. Ouvindo os Portugueses, escutando o País, o Presidente da República pode ser um interlocutor privilegiado dos anseios e legítimas preocupações da sociedade civil, sem se assumir como porta-voz de interesses corporativos e sem interferir na esfera própria de competências de cada órgão de soberania.

Além do respeito pela separação de poderes, assumo igualmente um compromisso político de isenção. No exercício das funções em que fui investido, tratarei por igual todas as forças políticas e sociais representativas da nossa sociedade. Serei o Presidente de Portugal inteiro.

No exercício das funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, que a constituição atribui ao Presidente da República, considero da maior relevância o reforço da coesão e do prestígio da instituição militar, objectivo que, em permanência, deve merecer atenção prioritária de todos os responsáveis políticos.

Importa que a população portuguesa saiba que as nossas Forças Armadas têm demonstrado um profissionalismo exemplar nas missões externas em que têm

estado envolvidas, prestigiando o País e contribuindo para o reforço da sua posição no plano internacional. Acompanharei de perto, em articulação com os demais órgãos de soberania, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas e estimularei o trabalho conjunto dos ramos, por forma a reforçar a operacionalidade das forças e a promover uma adequada racionalização dos meios.

Saúdo as autonomias regionais dos Açores e da Madeira, realizações frutuosas da nossa democracia, como o testemunha o progresso económico e social registado nessas Regiões nas duas últimas décadas.

Como garante da unidade do Estado e como defensor da coesão nacional, procurarei contribuir para um clima de bom relacionamento e diálogo leal e construtivo entre os órgãos de governo regionais e da República e para que as especificidades das Regiões sejam devidamente tidas em conta, no quadro da solidariedade entre as diferentes partes do todo nacional.

Faz hoje precisamente quinhentos e seis anos que partiu a frota de Pedro Álvares Cabral para a sua viagem imortal de aventura e descoberta. O embarque tinha ocorrido com grande pompa no dia 8 de Março, data fixada para a partida. Todas as condições pareciam reunidas, mas faltou qualquer coisa. O vento mudou, e a frota de Cabral teve de aguardar no estuário do Tejo pelo dia seguinte, 9 de Março de 1500. Foi só então que zarparam todas as naus e caravelas, com as brisas propícias por fim enfunando as suas velas. E dali a quarenta e quatro dias arribaram a uma angra do outro lado do oceano. Porto Seguro, assim a baptizou o Capitão-Mor. Foi aí que desembarcaram em segurança no Novo Mundo.

Quando hoje, tantos séculos volvidos, invocamos a memória colectiva, não pretendemos tão somente celebrar o nosso passado. Pelo contrário! Uma Pátria viva oferece-nos inúmeros episódios exemplares que, sobretudo, servem de inspiração para o presente e nos dão esperança quanto ao futuro.

Desejo que a minha eleição para Presidente da República fique associada a bom tempo para a vida do País, que brisas favoráveis o conduzam no rumo certo, que os Portugueses reavivem a esperança e ganhem o ânimo e a crença que permitam conduzir a nau colectiva para além da distância, da incerteza e do desconhecido, até porto seguro.

Não tenho dúvidas de que os tempos são difíceis. Mas temos à nossa frente um enorme espaço para o optimismo, que é o espaço da vontade, da coragem e do querer.

Tenho orgulho no meu País e na sua História. Por tudo passámos, como povo. Momentos altos, e até de glória, e momentos de dificuldade e mesmo de angústia. Mas estamos aqui. Quando fez falta – e tantas vezes fez falta – mobilizámos o melhor de nós próprios e conseguimos. Estou certo de que vamos conseguir mais uma vez.

Hoje, como ontem, vamos provar que somos capazes de vencer a tirania da resignação e o espartilho do pessimismo. Pela minha parte, estou profundamente convicto de que a nossa determinação é maior do que qualquer melancolia, de que a nossa esperança é mais forte do que qualquer resignação, de que a nossa ambição supera qualquer desânimo. Sei que os Portugueses, tal como eu, não se resignarão a um destino menor.

Na história dos povos nunca é demasiado tarde para realizar o sonho e cumprir a esperança. Nunca é tarde, desde que saibamos ser fortes e unidos, desde que tenhamos orgulho no que somos e desde que saibamos o que queremos ser.

O que os momentos altos da nossa História nos ensinam é que somos um povo marcado pela insatisfação. Que nos marca a ambição de fazer mais e melhor. Marca-nos a ideia de que somos agentes da História, senhores do nosso destino. Somos um povo capaz de superar as dificuldades nas horas de prova.

Os Portugueses podem contar comigo.

É para servir os Portugueses e servir Portugal que aqui estou.

Cerimónia de Tomada de Posse dos Representantes da República para as Regiões Autónomas

Palácio de Belém, 30 de Março de 2006

Quero, antes de mais, saudar os Representantes da República para as Regiões Autónomas, Senhores Juízes Conselheiros Antero Monteiro Diniz e José António Mesquita, e desejar-lhes as maiores venturas no exercício do alto cargo do Estado em que acabam de ser investidos.

A figura dos Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foi instituída pela revisão constitucional de 2004.

Este novo cargo situa-se na tradição jurídico-política dos Ministros da República, pelo que pretendo deixar também uma palavra de apreço e de profundo reconhecimento a todos os que, ao longo de trinta anos, desempenharam aquelas funções. Quero, em especial, manifestar ao Dr. Álvaro Laborinho Lúcio o público reconhecimento do Estado português pela dedicação e empenhamento com que, nos últimos três anos, exerceu as funções de Ministro da República na Região Autónoma dos Açores.

Quero saudar igualmente os representantes dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas. Estou certo de que os Representantes da República e os órgãos regionais irão estabelecer uma cooperação frutuosa e leal, pois dela depende o equilíbrio entre unidade e diversidade que tem sido, afinal, a chave do sucesso da experiência autonómica.

A designação dos Representantes da República pertence, nos termos da Constituição, ao Presidente da República, ouvido o Governo. Trata-se, por conseguinte, de um poder próprio e de uma escolha pessoal do Presidente da República. Por isso, terei sempre presente que a lealdade em relação aos Representantes da República é também lealdade em relação a quem os designou.

A decisão, tomada pelos constituintes de 2004, de atribuir a iniciativa da escolha dos Representantes da República ao mais alto magistrado da Nação e ao principal garante da unidade do Estado possui um sentido político e jurídico inequívoco.

Com tal opção, os autores da Lei Constitucional nº 1/2004 quiseram marcar claramente a ideia de que a representação da soberania da República nas Regiões Autónomas é uma das mais nobres e exigentes funções do Estado português.

Para tanto, é necessário reconhecer ao novo cargo a dignidade política, institucional e simbólica que resulta da sua vinculação, agora mais acentuada, ao Presidente da República. Não tenho dúvidas de que todos, Representantes da República e órgãos de governo das Regiões Autónomas, saberão interpretar os desígnios dos constituintes de 2004 com elevação e sentido de Estado.

O leque de competências que a Constituição atribui aos Representantes da República é igualmente expressivo de que estes serão chamados a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento de uma das mais felizes realizações do Portugal democrático: a autonomia das regiões dos Açores e da Madeira.

As autonomias regionais representam, no quadro constitucional português, um valor de dimensão nacional, um princípio estruturante da nossa democracia e um elemento fundamental da arquitectura institucional e política da República Portuguesa.

Nesse sentido, espera-se que os Representantes da República, no quadro das suas competências, colaborem com os órgãos de governo próprio das Regiões e se empenhem no esforço que por eles tem vindo a ser desenvolvido no sentido de dar resposta às necessidades e aos anseios das populações dos Açores e da Madeira.

Senhores Representantes da República para as Regiões Autónomas

Ao escolher Vossas Excelências para o exercício deste novo cargo, atendi, desde logo, ao perfil das personalidades que vão representar a República nas Regiões Autónomas e à vasta experiência de serviço do Estado e dedicação à causa pública que ambos possuem.

A designação de Vossas Excelências, personalidades de reconhecido mérito, com longas e prestigiadas carreiras no exercício das mais responsabilizantes funções do Estado, é sinal de que o Presidente da República pretende deixar bem vinculada a atenção, comprometida e activa, que dedicará às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Por tudo isso, Senhores Representantes da República, quero dizer-vos que poderão contar com o meu mais firme apoio para que desempenhem as vossas funções com a dignidade e a elevação que a representação da soberania da República exige, num propósito de reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os Portugueses, como a Constituição expressamente refere.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Porto, 9 de Junho de 2006

Por ocasião do Dia de Portugal, quero dirigir uma mensagem particular aos Portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro.

Celebrar o Dia de Portugal, que é também o Dia das Comunidades Portuguesas, significa reafirmar as nossas raízes, a identidade portuguesa e a ambição de fazer de Portugal um País mais desenvolvido e mais justo, respeitado e credível na Europa e no mundo.

No dia 10 de Junho, também chamado o Dia de Camões, celebramos a língua portuguesa como fundamento da unidade da Nação Portuguesa, dos Portugueses residentes em Portugal e das suas comunidades espalhadas pelo mundo. Quero, por isso, nesta oportunidade, enviar uma saudação muito especial aos demais países de língua oficial portuguesa. Uma saudação particular ao martirizado povo de Timor-Leste, a quem expresse a solidariedade do povo português.

Portugal tem o dever de tudo fazer para apoiar as comunidades portuguesas e de luso-descendentes, estreitando os laços que as unem a Portugal. Temos de apostar fortemente no desenvolvimento de uma política da língua portuguesa mais ambiciosa e dinâmica, reconhecendo todo o seu valor estratégico para o reforço da nossa projecção no mundo.

Por outro lado, Portugal precisa de conhecer melhor o talento e o prestígio de que gozam os Portugueses e luso-descendentes nas sociedades em que se integram e aproveitar o seu saber, experiência e capacidade de contacto. Devemos, por isso, no Dia de Portugal, homenagear todos aqueles portugueses que, “nas 7 partidas do mundo”, se têm distinguido nos mais variados sectores.

Na primeira mensagem que dirijo, como Presidente da República, aos Portugueses que residem no estrangeiro, quero realçar o seu extraordinário papel enquanto verdadeiros embaixadores de Portugal e primeiro garante da defesa e afirmação da cultura Lusa além fronteiras.

No Dia de Portugal e das Comunidades, quero dirigir também uma palavra de

solidariedade e encorajamento a todos aqueles que, por circunstâncias da vida, se sentem excluídos e atravessam dificuldades nos países de acolhimento.

Há ainda hoje muitos Portugueses, sobretudo jovens, que procuram no estrangeiro oportunidades de vida, do mesmo modo que muitos nacionais de outros países esperam encontrar em Portugal a realização dos seus projectos e ambições. Para todos eles, a nossa resposta só pode residir num esforço acrescido de desenvolvimento, no aumento da competitividade da nossa economia, num combate permanente e tenaz contra as desigualdades, pela promoção da qualidade de vida e da inclusão social.

Quero ainda enviar uma palavra de solidariedade e apoio aos Portugueses que vivem e trabalham em áreas do mundo de maior instabilidade, passando, por vezes, por momentos difíceis.

Como Presidente da República, tudo farei para promover e apoiar uma maior aproximação entre Portugal e as suas comunidades espalhadas pelos vários continentes, muitas das quais tive ocasião de, no passado, conhecer de perto. Quero contribuir para o sucesso de Portugal e dos Portugueses, e sei bem que esse esforço será facilitado se estivermos mais unidos e próximos uns dos outros.

A política de afirmação de Portugal no mundo implica a divulgação da nossa língua e dos nossos valores históricos, o reforço da participação cívica e política dos Portugueses da Diáspora, o acompanhamento dos seus problemas sociais, a valorização dos casos de sucesso nos mais variados domínios e a melhoria dos instrumentos de ligação política e administrativa com as comunidades.

A comemoração do Dia de Portugal como um verdadeiro Dia da Diáspora portuguesa será substancialmente reforçada no seu simbolismo se envolver activamente as comunidades portuguesas e as suas organizações representativas.

Por isso, lanço aqui um desafio às entidades públicas e privadas e às associações ligadas às comunidades portuguesas, para que as comemorações do dia 10 de Junho possam, no futuro, incluir um conjunto de eventos que dêem a merecida visibilidade e divulgação aos temas ligados aos portugueses e luso-descendentes repartidos pelo mundo. O melhor conhecimento mútuo será, sem dúvida, uma forma de nos aproximarmos.

Este desafio é também extensivo às entidades ligadas à difusão da Língua e da Cultura portuguesas no mundo. Ao reconhecer aos filhos e netos dos seus

emigrantes o direito à nacionalidade portuguesa, Portugal também se obriga a assegurar-lhes o ensino da língua e o acesso à sua cultura.

A língua portuguesa é um factor de comunicação e de valorização do País da maior importância. Deve, por isso, ser divulgada e ensinada também a todos os estrangeiros que por ela se interessam e querem aprendê-la, seja nas nossas Universidades, seja em cursos de língua portuguesa nos seus países.

O Dia de Camões é uma ocasião privilegiada para reafirmar as nossas responsabilidades neste domínio e para sublinharmos a importância de valorizar, em permanência, o papel da nossa língua e da nossa cultura e a acção das comunidades portuguesas no mundo.

A todos os Portugueses que residem no estrangeiro dirijo as minhas saudações calorosas.

Portugal conta convosco.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Porto, 10 de Junho de 2006

Comemora-se hoje no País, e em diversas partes do Mundo onde existem núcleos de Portugueses, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

É um marco de reencontro de Portugal com a sua história, com os valores e tradições que enformam a alma e o sentir português. É uma celebração da cultura portuguesa, porque é a cultura que marca de forma impressionante o carácter e a identidade de um povo.

Mas é acima de tudo um sinal da nossa determinação como Povo. Da nossa vontade inabalável de continuar Portugal soberano e independente, da confiança no nosso devir colectivo, da nossa vontade de construir um País cada vez mais justo e mais próspero, protagonista activo e credível na cena internacional.

Comemorar é também celebrar os nossos melhores, a excelência e a magnitude da sua obra, a nobreza e dignidade do seu carácter. E, entre eles, estão também e naturalmente os Portugueses em uniforme, os que por feitos militares se cobriram de glória e os que se distinguiram e prestaram relevantes serviços ao País no campo da ciência, das artes e das letras.

Sendo esta data também de homenagem ao mais insigne dos nossos poetas – Luís Vaz de Camões – que, para além de nos ter legado o maior poema épico até hoje escrito em língua portuguesa, foi ele próprio um militar de elevado sentido patriótico, entendi adequado e de inteira justiça que a realização desta cerimónia constituísse um dos momentos altos destas comemorações.

Quero assim sublinhar, como Comandante Supremo das Forças Armadas, o carácter eminentemente nacional da Instituição Militar e manifestar-lhe perante os Portugueses e a mais alta hierarquia do Estado, neste dia maior da Portugalidade, o reconhecimento e profundo respeito pela acção desenvolvida ao longo de séculos na defesa da nossa soberania, pelo seu notável apego aos mais nobres ideais de serviço ao País e pela excelência do seu desempenho.

A História das Forças Armadas confunde-se e é indissociável da História de Portugal.

Foi assim na fundação do Reino, no período da sua expansão e na epopeia dos Descobrimentos. Foi assim nas Campanhas da Restauração, no empenhamento de sacrifício na Primeira Guerra Mundial, nos campos da Flandres, e no enorme esforço desenvolvido na guerra em África.

Foi assim no envolvimento das nossas Forças Armadas no processo que, em 25 de Abril de 1974 e depois em 25 de Novembro de 1975, trouxe a Portugal a democracia, a liberdade, o Estado de Direito, o respeito da comunidade internacional e a plena integração no espaço europeu a que pertencemos.

Foi um caminho árduo de sacrifícios, de bravura e de luta vitoriosa do povo português, um caminho de sucesso na luta pela independência e pela consolidação das fronteiras de Portugal, fronteiras cuja estabilidade constitui hoje um caso ímpar no mundo.

É neste contexto que considero o dia 10 de Junho a data indicada para prestar homenagem às Instituições de maior relevo do País, onde, incontestavelmente, as Forças Armadas possuem lugar de destaque.

No âmbito dos objectivos permanentes e vitais do Estado, as Forças Armadas têm por principal missão a defesa da integridade do território nacional, da segurança das populações e das actividades regulares relativas às funções de soberania.

No desempenho das suas missões, as Forças Armadas constituem-se como uma Instituição fundamental do Estado, estruturante da identidade nacional, e instrumento de manifestação pública da vontade da Nação de assumir e fazer respeitar a sua independência e de defender o seu devir comum.

O seu carácter indissociável da Nação e a sua imprescindibilidade justificam o amplo consenso nacional que têm merecido as questões relativas às Forças Armadas. É imperativo que assim continue a ser no futuro, por forma a garantir a necessária coesão interna e a indispensável ligação das Forças Armadas à Nação, factor determinante para o eficaz cumprimento das suas missões, quer no território nacional, quer além-fronteiras.

Nem sempre é dada merecida divulgação e reconhecimento ao contributo das Forças Armadas para o desenvolvimento da sociedade, através da realização de tarefas essenciais para o bem-estar das populações.

Para além das missões de soberania e de outras missões de interesse público ao serviço dos cidadãos, do aprontamento e treino de forças e unidades para serem empenhadas em missões externas e de cooperação com países amigos, as Forças Armadas desenvolvem, também, actividades nos domínios do ensino, da investigação e do desenvolvimento científico, cultural e económico, através de centros de excelência com créditos firmados e cuja intervenção é de realçar e enaltecer.

No plano externo e no âmbito das Organizações Internacionais e Alianças em que Portugal se integra, as nossas forças têm participado de forma activa no esforço partilhado de trazer a paz, a segurança e a estabilidade a várias regiões do Mundo. Trata-se de acções relevantes no apoio à política externa do Estado português, que contribuem para a preservação da paz e afirmação dos valores da justiça, liberdade e respeito pelos direitos humanos, e reforçam o prestígio do País na cena internacional.

Ainda recentemente, aquando da minha primeira visita, como Comandante Supremo, às nossas Forças Destacadas nos territórios da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo, pude constatar pessoalmente o brio e a competência profissional demonstrados pelas forças portuguesas no cumprimento destas missões e os elevados padrões de desempenho evidenciados, sendo alvo das mais elogiosas referências por parte das altas autoridades políticas e militares estrangeiras com quem tive oportunidade de contactar.

É também reconfortante verificar o exemplar relacionamento e o muito apreço em que os nossos militares são tidos junto das populações locais. Sei que o mesmo se verifica nos outros teatros, como no Afeganistão.

Vivemos uma época de transformação profunda e acelerada, em que a globalização alarga o quadro de relações entre os Estados e acentua a importância das políticas de cooperação.

A internacionalização abrange necessariamente as áreas da Segurança e Defesa e exige a adaptação e o reequipamento dos aparelhos militares, de modo a proporcionar as capacidades e as valências necessárias à continuação do eficaz cumprimento das missões que lhes estão cometidas. Neste âmbito, foi recentemente aprovada a proposta de Lei de Programação Militar, traduzindo um grande esforço do Estado, atentas as reais dificuldades que o País atravessa.

É justo sublinhar, a este propósito, a contribuição empenhada e competente das Chefias Militares, que confirma a sua alta noção de serviço ao País e dos superiores interesses do Estado.

Militares

O mais valioso activo da Instituição Militar são os seus recursos humanos.

Daí a prioridade que é dada ao apuramento da sua formação num quadro de valores constituído e consolidado, por forma a dotar as Forças Armadas de homens e mulheres bem preparados e motivados, orgulhosos da sua missão e irmanados por um sentimento de unidade nacional forte e esclarecido.

A importância da missão das Forças Armadas e as particulares exigências no seu cumprimento determinam a especificidade da profissão militar, que encontra uma das suas marcas mais relevantes na hierarquia e na disciplina, valores que os militares assumem e cultivam no modo próprio e diferente como exercem os seus direitos.

A condição militar, com toda a sua especificidade e nobreza, é a essência da profissão das Armas. A sua compreensão e dignificação são fundamentais ao interesse nacional.

Esta cerimónia é a ocasião propícia para sublinhar o significado de que se reveste a acção das Forças Armadas e disso dar público conhecimento à Nação, contribuindo para um pleno entendimento da sua finalidade, para o seu prestígio e para o reconhecimento dos relevantes contributos que têm proporcionado ao País.

Militares

O objectivo último do Estado é garantir a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos. Esse objectivo pressupõe um complexo e integrado processo que assegure as condições favoráveis ao desenvolvimento económico, social e cultural do País, o qual só terá sucesso se sustentado na solidez dos pilares básicos do Estado democrático, como a segurança e a defesa.

As Forças Armadas constituem um elemento fundamental da soberania nacional e um instrumento essencial da componente externa da política de defesa. Como Comandante Supremo, desejo manifestar publicamente o meu reconhecimento e profundo apreço pelo papel que as Forças Armadas têm desem-

penhado na preservação dos valores nacionais e da nossa identidade como Nação.

Exorto-vos, como tem sido apanágio da Instituição Militar, a contribuir com toda a vossa dedicação, saber e profissionalismo para a preservação da coesão, credibilidade e eficácia das Forças Armadas portuguesas. A vocação de Portugal cumpre-se na defesa do seu território, porque, como disse Miguel Torga, “a Pátria é um palmo de terra defendido”.

Mas esta é também a Pátria de Pessoa, que se cumpre na defesa desse património comum que é a nossa língua, expressão dos nossos valores e da nossa identidade, desta nossa vocação universalista e solidária de abertura ao mundo. Deste nosso orgulho e desta nossa determinação de sermos Portugueses e de abraçarmos um projecto de futuro e de esperança para Portugal.

A Nação conta com o vosso melhor.

Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Porto, 10 de Junho de 2006

Neste Dia de Portugal saúdo todos os Portugueses.

Esta é uma data festiva, em que Portugal se reencontra consigo mesmo para celebrar a memória do seu Poeta maior e para saudar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Não é preciso explicar o motivo pelo qual foi escolhido o Porto como cidade anfitriã das primeiras comemorações do 10 de Junho do meu mandato presidencial.

Daqui houve nome Portugal. E daqui sempre houve o que de melhor existe na portugalidade: uma vontade granítica de triunfar, uma frontalidade orgulhosa e leal, a indomável ambição de ser maior. Aqui, nesta cidade do Porto, na alma livre das suas gentes de trabalho e de palavra, residem os valores mais perenes do País que hoje celebramos.

O 10 de Junho é a ocasião mais propícia para Portugal se pensar como futuro. Não comecemos esta efeméride como um ritual passadista em que se exaltam nacionalismos que perderam sentido no nosso tempo. E também não vejamos no 10 de Junho o mero pretexto para uma comemoração que, de tão repetida, corre o risco de se esvaziar de sentido.

Temos de assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas com uma perspectiva do passado e uma visão para o futuro.

Recebemos a herança de um passado ilustre. Mas temos de estar conscientes de que a melhor forma de evocar a História é enfrentando os desafios que o País tem hoje pela frente.

A obra de Camões traduz esse misto de orgulho pelo passado e de preocupação pelo amanhã que deve presidir às opções que temos continuamente de fazer.

No Dia de Portugal e de Camões celebramos o Portugal que não se conforma com a falta de ambição e que conhece o êxito em muitos sectores onde quis e soube afirmar-se. O Portugal que quer olhar o futuro com determinação, coragem e vontade de vencer.

Celebramos, também, o inestimável património que é a língua portuguesa, partilhada por outros sete Estados que a têm por língua oficial e que a utilizam na sua prática política, jurídica e administrativa, na comunicação técnica e científica, na criação literária e artística.

Neste dia 10 de Junho, quero interpelar directamente os Portugueses, todos e cada um, exortando-os a reflectir sobre o que desejam e o que se dispõem a fazer pelo seu País.

Entre os Portugueses de ontem e os Portugueses de amanhã, que papel está reservado aos Portugueses de hoje?

Na vida pessoal, na família, no trabalho, no comportamento cívico, na atitude para com os outros, no pleno aproveitamento dos recursos de que dispomos, temos estado à altura das nossas responsabilidades e das gerações que nos precederam?

Ambicionamos um País mais rico e mais justo, uma sociedade que não seja atravessada por tantas assimetrias e desigualdades, um território mais equilibrado no desenvolvimento de todas as suas parcelas.

Desejamos um Portugal com recursos humanos mais qualificados, com empresas mais competitivas, com serviços públicos de qualidade.

Precisamos de um sistema de justiça eficiente e acessível, a que os cidadãos possam recorrer com confiança na celeridade e eficácia das decisões.

Desejamos, enfim, um Portugal que se reveja no melhor do seu património histórico e cultural e que saiba não só preservá-lo, mas também promovê-lo e torná-lo maior, na riqueza e criatividade das suas manifestações.

A insatisfação colectiva, que nos levou por mares tão longínquos, é um dos traços mais salientes do nosso destino comum. Mas também o é a coragem para enfrentar dificuldades. Sem ela, teríamos ficado reféns da resignação.

Sabemos bem, e a história demonstra-o: Portugal será essencialmente o que dele fizermos. Ninguém o fará por nós.

Quero, pois, neste 10 de Junho, fazer um apelo aos Portugueses a que não se resignem e a que não se deixem vencer pelo desânimo ou pelo cepticismo.

Isso seria indigno do nosso passado, um desperdício do nosso presente e o adiar do nosso futuro.

Devemos comemorar o dia 10 de Junho com confiança nas nossas capacidades

como pessoas e como Povo, na certeza de um futuro com mais progresso e bem-estar social.

Portugueses

Há uma certa tendência para atribuir aos outros muito daquilo que nos acontece.

Damos a impressão de que não nos conformamos com as coisas e, no entanto, esmorecemos na vontade de as mudar.

Acreditámos que as riquezas da Índia, do Brasil ou da África ou que os fundos da União Europeia seriam suficientes para trazer o progresso por que ansiávamos.

Não nos iludamos. No mundo cada vez mais interdependente, globalizado e competitivo, vivemos cada vez mais dependentes de nós próprios, do nosso trabalho, da capacidade para defendermos os nossos interesses no plano externo. As condicionantes que enfrentamos colocam-nos novas exigências, mas não nos impedem de realizar as nossas justas ambições.

Portugal será, essencialmente, o que quisermos que ele seja. Nem mais, nem menos; nem melhor, nem pior. É por isso que somos uma nação livre, soberana e independente.

Ser independente é ser responsável.

E a responsabilidade implica ter uma noção clara e exigente dos direitos, mas também dos deveres, colectivos e individuais, sem o que a exigência e as críticas não serão respeitadas como devem ser.

É, por isso, necessário fazer o balanço não só do que gostaríamos de ver feito mas também do modo como a acção de cada um pode contribuir para que o resultado colectivo nos contente.

Foi-se instalando na mentalidade colectiva a ideia de que o Estado é, para o bem e para o mal, a raiz e a solução de todos os nossos problemas. Daí nasce a relação nem sempre amadurecida e responsável que os Portugueses têm com o Estado.

Quando, por exemplo, nos alarmamos com o insucesso escolar dos nossos filhos, o impulso é atribuir todas as culpas ao sistema de ensino, aos responsáveis políticos, aos professores... Só raramente nos lembramos de que a educação é uma

tarefa da escola mas é também um dever da família, que não pode demitir-se do seu papel essencial na educação dos filhos e na transmissão dos valores que os devem guiar pela vida fora, como cidadãos e como pessoas completas e íntegras.

Queixamo-nos muitas vezes de que os serviços de saúde são insuficientes para dar resposta às necessidades da população com os padrões de qualidade que outros países já alcançaram.

Mas ainda não se valoriza suficientemente o forte contributo que podemos dar se os hábitos de consumo forem mais moderados e se reduzirmos os níveis preocupantes de alcoolismo, de tabagismo ou de obesidade, que persistem mesmo entre as camadas mais jovens da população.

O acesso a mais bens materiais não significa mais qualidade de vida se não for acompanhado da adopção de hábitos saudáveis e de estilos de vida que previnam os efeitos nocivos que nenhum sistema de saúde pode resolver.

Temos que cuidar melhor da nossa saúde para que o sistema de saúde possa cuidar melhor de nós.

Quando olhamos indignados para as estatísticas da sinistralidade rodoviária, que nos envergonham se comparadas às dos restantes membros da União Europeia, exigimos do Estado estradas seguras, forças policiais bem equipadas e campanhas de prevenção.

Esquecemos que tudo isso jamais será suficiente se o comportamento dos condutores não for prudente e não tiver respeito pelas regras estabelecidas e pelos outros. Não tenho receio de o afirmar: a atitude dos Portugueses nas estradas é um exemplo do País que não devemos ser.

Envergonhamo-nos por persistirem, no Portugal do século XXI, situações gritantes de injustiça e pelo facto de a desigualdade na distribuição de rendimento ser a maior entre os países da União Europeia. Mas a indignação contra tal situação devia ser acompanhada pelo rigoroso cumprimento das obrigações fiscais e de responsabilidade solidária que cabem a cada um de nós.

Lamentamos ainda situações de degradação ambiental visíveis em muitas zonas do nosso País. Mas não seremos todos também responsáveis, por acção ou omissão, pela poluição que invade os rios, pelo lixo que suja as praias, pela destruição do nosso património histórico e paisagístico?

Nestes, como noutros exemplos, esquece-se a capacidade de acção individual e alguns dos mais importantes deveres de cidadania.

São gestos simples, que estão ao alcance de todos, e que podem melhorar muito aquilo de que hoje nos queixamos.

Como afirmei no meu discurso de tomada de posse, “todos somos responsáveis pelo nosso futuro colectivo”.

Portugueses

Acabámos de assinalar os trinta anos da Constituição da República. A nossa Lei Fundamental contempla um conjunto muito vasto e diversificado de direitos, seja no plano das liberdades e garantias seja no plano dos direitos económicos, sociais e culturais.

Temos que assumir que a concretização desses direitos e liberdades, nomeadamente dos direitos sociais, tem um custo.

E que o Estado só pode suportar esse custo se contar com o contributo e a iniciativa de todos e de cada um dos cidadãos.

O Estado somos nós.

É urgente interiorizar esta pedagogia republicana dos deveres cívicos. Se olharmos à nossa volta, encontraremos bons exemplos de como uma forte cultura cívica é um recurso insubstituível que, só por si, pode determinar a diferença no sucesso e no desenvolvimento dos países.

Olhemos, a este propósito, a Diáspora portuguesa.

As comunidades da Diáspora construíram no estrangeiro o Portugal que aqui não encontraram.

Os emigrantes portugueses são o exemplo vivo do inconformismo e da necessidade de adaptação que nos deve estimular em tempo de incertezas e encruzilhadas.

Temos, além disso, o dever de acolher e integrar os que, no respeito das leis do País, nos procuram como nova fonte de esperança e oportunidade, os imigrantes que chegam de outros países dispostos a lutar por uma vida melhor.

Temos de pensar a República como uma comunidade de destino e de futuro, feita de cidadãos livres e responsáveis.

Temos de fazer da ética da responsabilidade uma marca integrante do espírito

de todos os Portugueses, sem a qual esforço, trabalho e riqueza serão desperdiçados.

Dirijo-me especialmente aos jovens, que já vivem com a noção do mundo global, que convivem e comunicam sem fronteiras, e que por isso têm conhecimento pleno de como é importante assumir e esperar dos outros uma cultura de direitos e deveres.

Nos jovens, há um capital de esperança e um ímpeto generoso e exigente que não deve ser frustrado, antes estimulado e enaltecido, com bons exemplos em todos os sectores da vida nacional.

Neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, desafio os Portugueses a pensar no País que queremos e na responsabilidade de cada um.

Todos queremos deixar às gerações futuras a herança de um país social, cultural e economicamente mais rico, um Portugal melhor.

A comemoração do passado, num dia como o 10 de Junho, só tem um sentido pleno se trazer consigo a promessa de um futuro diferente.

Neste dia de Camões, desafio os Portugueses a responder com ambição às perguntas com que um outro poeta, Jorge de Sena, nos inquietou:

“Que Portugal se espera em Portugal?
Que gente há-de ainda erguer-se desta gente?”

Sei que podemos responder. Portugal será o que fizermos dele.
Disse.

Almoço Comemorativo do Dia de Portugal

Câmara Municipal do Porto, 10 de Junho de 2006

É para mim uma imensa satisfação visitar o Porto, cidade filha do rio e do mar, cidade que se embeleza e moderniza, que prepara o seu futuro sem destruir a riqueza das suas tradições e do seu património histórico.

“Porto – cidade de luz de granito”, como escreveu o poeta José Gomes Ferreira, aqui nascido na velha rua das Musas, a 9 de Junho, há precisamente 106 anos, a quem presto a minha homenagem.

As comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas têm lugar este ano nesta cidade do Porto.

À Câmara Municipal do Porto, na pessoa do seu Presidente, é devida uma palavra de justo reconhecimento pela colaboração prestada na organização destas comemorações.

Quero também manifestar o meu agradecimento pela forma como a cidade nos recebe. Nestes Paços do Concelho, sentimo-nos como se estivéssemos em casa. A hospitalidade é uma tradição antiga das gentes do Norte, que nunca fecharam as portas àqueles que chegam por bem. No Porto, não nos sentimos forasteiros, sobretudo em dias de festa e de alegria, como são o dia de hoje e o de amanhã. Ao escolher o Porto como palco das comemorações do Dia de Portugal, as primeiras que se realizam desde que assumi funções como Presidente da República, quis deixar claramente vincado o meu mais profundo respeito e apreço por esta cidade e pelas suas gentes.

Mas quis que esta escolha fosse algo mais do que um gesto simbólico de simpatia pelos habitantes do Porto.

Na escolha do Porto como cidade anfitriã do Dia de Portugal, existe um sentido mais profundo, que quero aqui realçar.

Num tempo em que tanto se fala na necessidade de os Portugueses terem confiança em si próprios, as gentes do Norte e as do Porto, em particular, são um exemplo vivo de quem não duvida das suas capacidades e força para vencer.

Num tempo em que todos temos consciência das dificuldades e dos desafios que Portugal enfrenta, o povo desta cidade representa um modelo que devemos ter presente. O povo do Porto conheceu a adversidade, mas nunca se deixou derrotar por ela. Defendeu a liberdade, porque nunca teve medo de ser livre.

Aqui, na cidade do Porto, o empreendedorismo não é uma palavra vã nem uma ideia feita. A vitalidade do tecido empresarial desta região, o sentido de autonomia das organizações da sociedade civil, a dedicação ao trabalho e a generosidade das suas gentes, e os níveis de desenvolvimento aqui registados, são os melhores exemplos do espírito do Porto.

É este espírito que quero sublinhar. Ao escolher o Porto como cidade anfitriã das comemorações oficiais do dia 10 de Junho, as primeiras do meu mandato, foi esta a mensagem, simples mas profunda, que quis deixar a todos os Portugueses: o espírito das populações do Porto é uma das potencialidades maiores do nosso Portugal.

Cerimónia de Encerramento das Comemorações do Centenário do Nascimento do General Humberto Delgado

Panteão Nacional, 4 de Outubro de 2006

Comemora-se este ano o centenário do nascimento do General Humberto Delgado. Ao associar-se a estas comemorações, pretende o Presidente da República prestar uma justa e merecida homenagem a uma das figuras mais marcantes da história do século XX português.

Na personalidade multifacetada de Humberto Delgado conjugam-se diversas qualidades. Por um lado, a de um militar distinto e altamente prestigiado entre os seus pares. Por outro, a de um servidor público exemplar, que, entre outras realizações, marcou de forma decisiva a génese da aviação civil em Portugal, estando ligado à criação, em 1945, dos Transportes Aéreos Portugueses. Por fim – e esta é, sem dúvida, a qualidade que os Portugueses nele mais destacam –, o General Humberto Delgado foi um combatente indomável pela liberdade no seu País, em nome da qual morreu tragicamente.

A circunstância de os seus restos mortais repousarem neste lugar, o Panteão Nacional, espaço que Portugal reserva para honrar a memória das suas figuras maiores, é uma prova da coragem física e da grandeza moral que os Portugueses atribuem à figura de Humberto Delgado.

Importa, todavia, que a evocação da sua memória não se esgote numa efeméride de ocasião. É necessário que deste acto, e do Homem que hoje homenageamos, retiremos um exemplo e um modelo para as novas gerações.

No centenário do seu nascimento, o legado maior de Humberto Delgado pode resumir-se em palavras singelas: amor à Pátria. No seu percurso de vida, na sua trajectória pessoal e política, enquanto militar e cidadão, há um traço marcante na personalidade do General Humberto Delgado: o patriotismo. Foi em nome desse patriotismo que se destacou como oficial das Forças Armadas, se evidenciou enquanto pioneiro da aviação civil e, enfim, se notabilizou nas eleições de 1958 e na oposição ao regime autoritário.

A evocação da sua figura não deve dividir-nos, porque todos comungamos do patriotismo e do amor a Portugal que sempre deram sentido à vida do “General sem medo”.

É, pois, em nome de Portugal e de todos os Portugueses que, nesta ocasião, quero deixar o meu testemunho à memória de Humberto Delgado.

Cerimónia Evocativa dos 96 anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de Outubro de 2006

Assinala-se no dia de hoje a proclamação da República, ocorrida precisamente há noventa e seis anos.

Aproximamo-nos, pois, do centenário da instauração do regime republicano. Os poderes públicos irão comemorar essa efeméride com um propósito – um propósito patriótico – de unir os Portugueses em torno dos ideais e do acervo de valores que constituem o legado da Primeira República.

Ao fim de cem anos, a República não é propriedade de ninguém, porque representa um património que a todos pertence. Como tal, as comemorações da sua fundação não devem servir de pretexto para dividir os Portugueses em torno de polémicas velhas de décadas, destituídas de sentido no nosso tempo.

As instituições da sociedade civil poderão assinalar a efeméride através das iniciativas que entenderem por convenientes, mas, como é próprio de um regime democrático e pluralista, não cabe ao Estado patrocinar versões oficiais ou oficiosas da História.

Nos termos da Constituição, o Presidente “representa a República Portuguesa”. Nessa qualidade, considero que o aniversário da República é uma data festiva e, como tal, deve ser assinalado com alegria, tranquilidade, elevação e sentido de Estado.

Ao participar nesta cerimónia, julgo, antes de mais, ser meu dever confrontar os Portugueses com a seguinte pergunta: qual o sentido da comemoração que hoje tem lugar em todo o País?

Ao tentar responder a esta interrogação, poderíamos dizer o óbvio: faz sentido assinalar o dia 5 de Outubro porque nessa data se proclamou a República, a forma de governo em que vivemos há quase um século.

Mas, precisamente porque possui quase um século de existência, que significado tem esta instituição centenária para o País? No fundo, o que diz a República ao povo português?

Parece-me evidente que a República e o espírito republicano têm de ser renovados e actualizados, para não perderem o seu valor enquanto forma de regime e padrão de comportamento cívico.

Essa renovação requer, antes de mais, uma nova atitude perante a República, a qual, sem perder de vista a memória do passado, redescubra e actualize todos os dias, no quotidiano dos cidadãos, os valores e os princípios que constituem a matriz essencial do republicanismo.

Uma nova atitude perante a República, da sua dimensão cívica e da sua dimensão ética, é algo que se torna premente no Portugal contemporâneo.

Ao fim de quase um século de República, não existe uma questão de regime entre nós. Por outro lado, decorridos trinta anos sobre a aprovação da Constituição de 1976, as instituições democráticas encontram-se plenamente sedimentadas e consolidadas. A democracia está presente nas instituições e no espírito dos cidadãos. Os Portugueses são democratas, gostam e querem viver em democracia.

Mas os Portugueses desejam viver numa democracia melhor. E o Presidente da República acompanha-os nessa sua legítima aspiração por uma melhor democracia.

Na verdade, é tempo de nos tornarmos mais exigentes perante a democracia que temos. É tempo de nos preocuparmos com a qualidade da nossa democracia.

Ora, é justamente em nome de uma maior qualidade da democracia portuguesa que temos de aprofundar a dimensão ética da cultura republicana e sublinhar a necessidade de transparência das instituições e de moralização da vida pública.

Olhando para a República Portuguesa, prestes a comemorar cem anos de existência, não poderemos deixar de notar que o comportamento ético de muitos dos nossos concidadãos, incluindo alguns daqueles que são chamados a desempenhar cargos de relevo, nem sempre tem correspondido ao modelo ideal de civismo republicano.

A corrupção, devo sublinhá-lo claramente, é uma excepção no comportamento dos nossos agentes políticos. Não deveremos, por isso, abordar este problema com propósitos alarmistas ou populistas.

No entanto, existem sinais que nos obrigam a reflectir seriamente sobre se o combate a esse fenómeno tem sido travado de forma eficaz e satisfatória, seja no plano preventivo da instauração de uma cultura de dever e responsabilidade, seja no plano repressivo da perseguição criminal.

A corrupção tem um potencial corrosivo para a qualidade da democracia que não pode ser menosprezado. Como tal, todos devem ser chamados a travar a batalha da moralização da vida pública, a bem da democracia e a bem da República. São por isso de saudar todas as iniciativas que, de uma forma séria, contribuam para debelar o fenómeno da corrupção.

Uma das principais perversões da corrupção reside na sua capacidade de alastrar como uma mancha que a todos envolve e a todos contamina. Perante a divulgação de um indício de corrupção, de compadrio ou tráfico de influências, é fácil tomar a parte pelo todo, julgando que uma situação isolada reflecte um comportamento generalizado.

Da corrupção decorre outro efeito altamente perverso para a qualidade da democracia: julgando que, de um modo generalizado, o comportamento dos titulares de cargos públicos não é exemplar, os cidadãos deixam de possuir modelos de acção e referenciais éticos nos seus próprios comportamentos.

É usual dizer-se que o exemplo vem de cima. E se de cima não chegarem os melhores exemplos – de seriedade, de integridade, de respeito pelas leis –, é fácil os cidadãos deixarem de ter estímulos ou incentivos para pautarem a sua vida pessoal e profissional por padrões éticos de honestidade e de autoexigência.

Deve ainda acrescentar-se que a corrupção tem outro efeito perverso: aprofunda as desigualdades existentes na sociedade. É lamentável que se pense que aqueles que dispõem de poder económico ou de capacidade de influência possuem um acesso privilegiado aos decisores políticos. E, por isso, é necessário existir um relacionamento aberto e transparente, em condições de igualdade, de todos os cidadãos com os poderes públicos.

É igualmente preocupante que os cidadãos, apesar de acreditarem na democracia como o melhor dos regimes, se distanciem e alheiem da gestão da vida pública. Que julguem, de uma forma a que urge pôr cobro, que a condução do destino da coisa pública – da *res publica* – é algo que lhes não diz respeito, porque entendem que a política é o feudo de alguns, que a utilizam em proveito próprio.

À apatia cívica e ao desinteresse dos cidadãos pela actividade política têm os poderes públicos de responder com uma mudança de atitudes, de modo a reconquistar a confiança dos Portugueses. É essencial que os Portugueses sintam que

os seus governantes, aos diversos níveis, vivem para a política com espírito de serviço e de dedicação à causa pública.

No combate por uma democracia de melhor qualidade devem ser convocados todos os Portugueses, mas esta é uma tarefa que compete em primeira linha aos titulares de cargos públicos.

Trata-se de uma interpelação que percorre todos os níveis do Estado, do poder central às autarquias locais. A transparência da vida pública deve começar precisamente onde o poder do Estado se encontra mais próximo dos cidadãos. Nesse sentido, é necessário chamar a atenção, de uma forma particularmente incisiva, para as especiais responsabilidades que todos os autarcas detêm nesta batalha em prol da restauração da confiança dos cidadãos nas suas instituições.

A instauração de uma ética republicana de serviço público não pode basear-se apenas numa pedagogia de deveres, nem em meros apelos a uma mudança de atitudes. Infelizmente, sempre existirão indivíduos ou situações dos quais estará ausente esta dimensão moral do republicanismo. Daí que para este esforço colectivo deva também ser convocado o poder judicial, pilar fundamental do Estado de Direito. Mas para que as instâncias de controlo persigam os prevaricadores de uma forma célere e eficaz, é necessário que o combate à corrupção seja assumido como um esforço a que todos são chamados, nomeadamente pelo sistema de justiça, cuja dignidade e credibilidade devem ser reforçadas perante os Portugueses.

Por outro lado, a influência que nos nossos dias a comunicação social adquiriu implica que os seus profissionais participem igualmente neste esforço de renovação da ética republicana. Exige-se da imprensa uma atitude de responsabilidade, rigor e isenção, pois o papel que ela desempenha na formação da opinião pública não se compadece com formas sensacionalistas ou populistas de tratamento da informação nem, menos ainda, com a divulgação de factos ou notícias sem qualquer correspondência com a realidade.

Neste dia 5 de Outubro, a República deve ser comemorada. Mas para que essa comemoração se converta numa festa onde todos os Portugueses participem, devemos mudar de atitude e de mentalidade, tendo presente que a República é regra de vida, sentido de dever e modelo de comportamento.

Celebremos a República! Mas, acima de tudo, celebremos a República por aquilo que a República de nós exige.

Cerimónia de Tomada de Posse do Procurador-Geral da República

Palácio de Belém, 9 de Outubro de 2006

Assume Vossa Excelência, Senhor Juiz Conselheiro Fernando Pinto Monteiro, as responsabilidades do cargo de Procurador-Geral da República num tempo particularmente exigente para todo o nosso sistema de Justiça.

Ainda que por vezes de forma exagerada, instalou-se um sentimento de crise em torno das instituições judiciais. Em face disso, cumpre, acima de tudo, definir políticas activas, congregar esforços, estabelecer plataformas de entendimento e lançar mãos à obra, com a convicção firme de que é possível imprimir à Justiça portuguesa uma imagem de rigor, de maior credibilidade, de eficiência e de qualidade.

O sistema de Justiça, pese as múltiplas alterações que sofreu na sua estrutura e configuração, ainda não assimilou inteiramente as exigências de uma sociedade caracterizada pela complexidade, de uma economia marcada pelo quadro da integração europeia e de uma nova cultura que a globalização gerou.

Em face das contradições que clamam a um tempo por mais segurança e por maior respeito pelos direitos humanos, a justiça adquire uma verdadeira dimensão estratégica, cabendo-lhe uma missão estabilizadora e geradora de confiança junto dos cidadãos.

Assim sendo, não pode a justiça deixar de constituir uma prioridade nas preocupações de todos os órgãos de soberania. Logo no início do meu mandato, defini, como um dos desafios cruciais do nosso futuro, a existência de um entendimento político alargado para a criação das condições necessárias ao reforço da credibilidade e eficiência do sistema de justiça.

Ouvi todos os agentes judiciais e as suas estruturas representativas sobre o estado actual dos bloqueamentos institucionais, estruturais e organizativos que se impunha ultrapassar para assegurar um sistema de Justiça eficaz e de qualidade.

A todos sublinhei que um programa de reformas ajustado às condições do País

apenas seria exequível se fosse discutido em clima de diálogo responsável e objecto de definição em sede política própria.

Agora, cabe aos órgãos de soberania competentes, designadamente à Assembleia da República, desenvolver e aprofundar novos modelos e soluções que reduzam os actuais estrangulamentos, substantivos e procedimentais, sem afectar os direitos, liberdades e garantias próprios de um Estado de direito democrático.

Senhor Procurador-Geral da República

É neste quadro complexo de mudança de paradigma e de reformas na Justiça que Vossa Excelência vai dirigir o Ministério Público, como magistratura autónoma e responsável, em primeira linha, pelo exercício da acção penal, havendo que assegurar, em nome dos princípios que enformam o Estado de Direito, a independência e a isenção na investigação criminal. Sendo a Lei igual para todos, a todos deve ser igualmente aplicada.

Saberá, Vossa Excelência, transmitir ao País a segurança de um Ministério Público a um tempo empenhado na defesa da legalidade e eficaz nas suas funções, que se espera sejam exercidas com a exigência e com a responsabilidade de Estado que recomenda discrição na acção e visibilidade nos resultados.

Hoje, os desafios que se colocam ao novo Procurador-Geral da República trazem consigo a marca de uma excessiva visibilidade. Numa democracia de opinião, a dimensão pública do cargo de Procurador-Geral da República não pode deixar de merecer particular atenção, cabendo a Vossa Excelência encontrar o tempo e o modo adequados ao justificado desejo de esclarecimento público, no respeito pelos vários interesses legítimos em presença.

Detém Vossa Excelência, Senhor Procurador-Geral da República, invejável desempenho profissional na sua longa carreira de Magistrado judicial, com profundo conhecimento da função de julgar em todas as instâncias, a que associa um agudo sentido das realidades sociais.

Como cidadão e como Magistrado, demonstrou já Vossa Excelência independência, competência, dedicação à causa pública e visão alargada das questões da Justiça, características que o qualificam especialmente para o exercício do cargo em que agora foi empossado.

Contará Vossa Excelência, Senhor Procurador-Geral da República, com o apoio institucional dos órgãos de soberania e, em particular, com a confiança do Presidente da República.

Por último, quero, em especial, manifestar ao Senhor Dr. José Souto de Moura o público reconhecimento do Estado português pela dedicação, dignidade e independência com que, como Magistrado distinto, exerceu as funções de Procurador-Geral da República, num período particularmente difícil e complexo da Justiça portuguesa.

Cerimónia de Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Palácio de Belém, 5 de Dezembro de 2006

Ao ser empossado como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, assume Vossa Excelência, Senhor General Valença Pinto, o mais elevado cargo da hierarquia militar, num processo que decorreu com a normalidade, a tranquilidade e a segurança de procedimentos que a “rotina do render da guarda” determina e que a coesão e estabilidade das Forças Armadas recomendam.

Uma palavra de reconhecimento é devida ao Senhor Almirante Mendes Cabeçadas, no momento em que cessa funções a seu pedido, pela forma distinta e competente como exerceu o mandato e pelo seu alto sentido de serviço ao País e à Instituição Militar.

Assume o Senhor General Valença Pinto o cargo de Chefe do Estado-Maior General em tempo de mudança e de transformações profundas nas Forças Armadas, situação que não é nova para a Instituição Militar, se recordarmos a adaptação, em finais dos anos cinquenta, à doutrina da Aliança Atlântica, a reorganização motivada pela guerra em África e, mais tarde, a redução e o reajustamento do dispositivo e a actualização de doutrinas e conceitos no pós guerra-fria.

Estamos, hoje, perante um novo ciclo de mudanças. Assistimos a uma crescente internacionalização das questões de segurança e defesa, com o conseqüente aumento da importância da componente externa da defesa nacional. Os compromissos assumidos junto das organizações internacionais em que nos integramos, o esforço partilhado com países amigos e aliados em prol da paz e do desenvolvimento, a participação em Operações Humanitárias e de Apoio à Paz e a luta contra uma nova tipologia de ameaças de carácter global, em que se inserem o terrorismo, o tráfico de droga e a proliferação de armas de destruição maciça, são todos eles factores a exigir alterações no tipo, organização, modalidades de emprego e reequipamento das forças militares.

No plano interno, as transformações e reformas necessárias são também, e naturalmente, conseqüência do esforço de modernização do País de que a Instituição

Militar é parte activa, no que isso significa de acesso às novas tecnologias e aos saberes e competências da Sociedade de Informação, acentuando a importância da componente tecnológica na formação de Quadros e Tropas.

Se, ao nível de cada Ramo, há que prosseguir o esforço de racionalização, aperfeiçoamento e adequação de recursos e estruturas, privilegiando a eficácia das respectivas componentes operacionais, existe também um considerável potencial para a reforma no âmbito do emprego conjunto das Forças Armadas e do melhor aproveitamento dos recursos e estruturas que lhes são comuns.

É, pois, neste tempo de mudança que Vossa Excelência é investido da autoridade que por lei lhe é conferida para o exercício das suas competências e consequente assunção das responsabilidades que por inerência lhe estão associadas.

Trata-se de prosseguir um novo ciclo de reformas, assente no desenvolvimento de novas capacidades, estruturas e mentalidades em áreas de reconhecido cariz conjunto, como são o emprego operacional das forças e os sistemas de ensino e saúde militares, no sentido de privilegiar uma melhor ligação e complementaridade entre os Ramos e de alcançar a indispensável interoperabilidade com as Forças Armadas dos nossos Aliados.

A criação de condições para que estes objectivos possam ser atingidos deverá passar pela reestruturação da estrutura superior da defesa e pelo reforço das competências do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. O desempenho efectivo das funções de Comandante Operacional exige, em permanência, a capacidade de planeamento para o levantamento de forças e meios e a existência de um Comando Operacional Conjunto.

Também nas áreas do ensino e da saúde militares, respeitadas as especificidades dos Ramos, existe ainda espaço para uma maior integração, permitindo o uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

Como tive oportunidade de referir no discurso que proferi na minha tomada de posse, procurarei acompanhar de perto, em articulação com os demais órgãos de soberania, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas e estimularei o trabalho conjunto dos Ramos por forma a reforçar a operacionalidade das forças e a promover uma adequada racionalização dos meios.

As Forças Armadas são uma instituição secular e estruturante da Nação, elemento de coesão nacional. As funções que lhes são cometidas abrangem um

largo espectro de missões, desde as relativas à defesa militar e à segurança, até às relacionadas com o bem-estar das populações e o desenvolvimento.

Tem vindo a assumir especial relevo o apoio à realização dos objectivos do Estado em matéria de política externa, domínio onde a acção das Forças Nacionais Destacadas nos diversos teatros de operações em muito tem prestigiado as Forças Armadas e contribuído para o reforço da imagem do País no estrangeiro. Como Comandante Supremo das Forças Armadas, quero enaltecer o esforço e o profissionalismo que os nossos militares têm demonstrado nestas missões e sublinhar o orgulho da Nação no seu desempenho.

A perenidade das Forças Armadas, a sua natureza e dimensão institucional, transversal aos vários sectores do Estado, requerem um compromisso do País que permita o eficaz cumprimento das missões que lhes são cometidas. Os diversos órgãos de soberania devem convergir esforços neste sentido, garantindo o efectivo apoio à acção de comando das chefias e as condições requeridas para o normal funcionamento das Forças Armadas.

Senhor General Valença Pinto

As distintas qualidades e a competência profissional de Vossa Excelência são amplamente reconhecidas e, desde logo, evidenciadas pelo dinamismo e pela visão estratégica de que deu provas na concepção e implementação do recente processo de transformação do Exército, tornando-o mais flexível e dando-lhe maior prontidão operacional.

Da mesma forma, o conhecimento que detém sobre a realidade dos outros Ramos das Forças Armadas e das organizações internacionais de Segurança e Defesa em que Portugal se insere confere-lhe acrescida autoridade para, em devido tempo e após adequada reflexão, apresentar os estudos que habilitem o poder político a tomar as melhores decisões para fazer face aos desafios de modernização que actualmente se colocam às Forças Armadas.

Estou convicto de que Vossa Excelência saberá encontrar a forma mais adequada para cumprir a exigente missão que agora lhe é confiada, para bem do País e das Forças Armadas, para o que contará com o apoio e a solidariedade institucional do Presidente da República.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2007

No início deste Novo Ano, quero saudar todos os Portugueses e dirigir-lhes votos de felicidades para 2007.

O ano que hoje começa é crucial para o futuro do nosso País.

É chegado o tempo de ultrapassar a fase de reduzido crescimento económico e de acertar o passo com os nossos parceiros europeus, consolidando um novo ciclo de desenvolvimento.

Vivemos num mundo globalizado, onde a concorrência entre as diversas economias é cada vez mais intensa.

A Europa tem de competir com a China, a Índia e outros países asiáticos, onde a mudança é feita a um ritmo sem precedentes.

Portugal só poderá estar entre os primeiros se souber adaptar-se a esta nova realidade. Temos de afirmar as nossas competências e provar que compreendemos o mundo complexo de que fazemos parte.

O quadro internacional apresenta-se particularmente difícil. Basta pensar no elevado preço do petróleo, na subida das taxas de juro e nas ameaças à paz e estabilidade em várias partes do mundo.

Não podemos esperar que alguém nos poupe ao esforço exigido para resolver os nossos problemas.

A nossa responsabilidade é garantir as condições necessárias ao desenvolvimento naquilo que depende apenas de nós.

Também neste ano de 2007, no seu segundo semestre, Portugal vai presidir ao Conselho da União Europeia. Trata-se de uma tarefa exigente, complexa e de grande responsabilidade.

Mas a presidência da União Europeia será igualmente uma oportunidade, que tão cedo não se repetirá, para afirmar o prestígio de Portugal.

Portugueses

Este é um tempo de esperança. A esperança que nos deve unir na procura e na partilha dos melhores caminhos para o futuro de Portugal.

Para estarmos entre os melhores, devemos ter a ambição de estabelecer metas exigentes, que a todos comprometam e responsabilizem.

Os Portugueses exigem realizações concretas. E o Presidente da República, no início deste ano de 2007, acompanha-os nessa exigência de resultados.

É muito importante que em 2007 se registem progressos claros em, pelo menos, três grandes domínios da nossa vida colectiva: desenvolvimento económico, educação e justiça.

Em primeiro lugar, no domínio do desenvolvimento económico, que é essencial para que haja mais emprego, mais justiça social e melhores condições de vida. A dimensão dos países já deixou de ser determinante no sucesso. Importa, isso sim, instaurar uma cultura que dê espaço à iniciativa, ao uso das competências e à valorização do mérito.

Podemos ter sucesso, assim tenhamos ambição.

Cabe aos empresários serem verdadeiros agentes da mudança, aumentando a produtividade, investindo mais e, sobretudo, investindo melhor, com uma aposta decisiva na inovação e na qualidade.

É crucial que 2007 fique marcado por uma recuperação do investimento.

O desenvolvimento exige que o Estado seja mais eficiente no uso dos seus recursos e que actue com rapidez e transparência.

O Estado não deve ser um obstáculo, antes deve favorecer a competitividade das empresas e contribuir para que os cidadãos desenvolvam as suas potencialidades. O esforço de reequilíbrio das finanças públicas é, sem dúvida, um factor decisivo para um crescimento económico sustentado, havendo, no entanto, que actuar por forma a preservar a coesão social e a solidariedade para com os que mais precisam.

Em segundo lugar, é importante que 2007 fique marcado por melhorias visíveis no funcionamento do nosso sistema de ensino.

A formação dos jovens é determinante para combater as desigualdades. Só ela pode garantir o pleno aproveitamento das oportunidades que se abrem aos Portugueses num mundo sem fronteiras.

As políticas activas para valorizar a escola e estimular os jovens a prosseguir os seus estudos são a aposta mais duradoura que podemos lançar a bem do nosso futuro.

Esta é uma tarefa que a todos deve mobilizar: professores, pais e alunos, cada um com a sua responsabilidade, mobilizados num quadro que cabe ao poder central e às autarquias orientar e apoiar.

O tempo urge. A qualidade no ensino, o estímulo à excelência e o combate sem tréguas ao insucesso e abandono escolar têm que ter sinais positivos já em 2007.

Em terceiro lugar, 2007 é o ano em que devem ser concretizados passos decisivos para a melhoria do funcionamento do sistema de justiça.

No ano passado, reduziu-se alguma da críspação que marcava o sector da Justiça. Foi mesmo possível chegar a um entendimento político alargado com vista à credibilização e ao reforço da confiança no sistema judicial.

Dos protagonistas deste sector espera-se um contributo activo para a eficiência do sistema de justiça.

Portugueses

Em 2007, não podemos falhar as metas que queremos atingir. Para isso, é fundamental que haja um clima de confiança e estabilidade que favoreça o desenvolvimento económico e social, credibilize as instituições e permita a realização das reformas inadiáveis.

Deve ainda existir um salutar relacionamento institucional entre o Governo da República e os seus interlocutores, desde os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas às forças partidárias e aos parceiros sociais.

O Presidente da República, no quadro dos poderes que a Constituição lhe atribui, tem procurado assegurar as condições políticas para que Portugal siga um caminho de futuro, no respeito pelas opções democráticas dos cidadãos.

Mas Portugal precisa de todos, porque só com um esforço comum podemos alcançar o progresso, o bem-estar e a justiça que todos desejamos.

Não ignoro as esperanças e os anseios dos Portugueses e as dificuldades por que passam alguns. Tenho-os ouvido ao longo destes meses, nomeadamente através dos “roteiros” que me levaram a vários pontos do País.

Compreendo os sentimentos daqueles que se têm mostrado insatisfeitos e querem um País melhor. Partilho dessa insatisfação, quero um Portugal melhor e, por isso, serei também exigente quanto aos resultados.

Só assim poderemos compreender e aceitar que os sacrifícios do presente são essenciais para preparar um futuro melhor.

Temos de nos concentrar nos grandes desafios que se colocam ao nosso País. Mas deve haver sempre lugar a um olhar atento para o sofrimento dos menos afortunados, dos doentes e das crianças vítimas de violência, para as dificuldades das pessoas com deficiências, para a solidão dos idosos, para a angústia dos que não têm emprego. Tenho-os no meu pensamento.

Desde o início do meu mandato que me tenho empenhado em lançar as sementes de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

Nesta ocasião, quero também dar uma palavra de apreço e admiração para os que estão longe da Pátria, os Portugueses espalhados pelo Mundo. Contamos com eles e, em nome de Portugal, quero dizer-lhes que podem contar connosco.

Nesta quadra festiva, dirijo-me igualmente aos militares destacados em missão no estrangeiro, longe das suas famílias. Quero agradecer-lhes o grande serviço que estão a prestar a Portugal e ao ideal da paz no mundo.

Portugueses

Cada povo faz o seu destino. Tenho confiança no futuro porque acredito nos Portugueses.

No ano que agora começa, espero que vejamos sinais de um tempo melhor. E é na esperança de um tempo melhor que desejo a todos os Portugueses e às suas Famílias um Feliz Ano Novo.

Boa Noite.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Supremo Tribunal de Justiça, 31 de Janeiro de 2007

A poucos dias de completar um ano sobre a minha posse como Presidente da República, não poderia ter melhor oportunidade e mais qualificada audiência do que esta sessão de abertura do ano judicial para, de novo, sublinhar um dos desafios mais importantes na afirmação de um Estado de Direito democrático – a Justiça e a sua boa administração.

Como tenho sustentado em várias intervenções, desde logo no meu discurso de posse, é cada vez mais uma exigência da cidadania e da defesa dos princípios basilares do Estado democrático que o nosso sistema de Justiça esteja dotado das condições necessárias de funcionamento rigoroso, atempado e isento, que permitam afirmar a sua credibilidade e eficiência.

É hoje pacificamente reconhecido que, no domínio da Justiça, não se jogam apenas preocupações de lentidão na decisão dos processos judiciais, mas principalmente a credibilidade e o prestígio das instituições judiciais, enquanto componentes de um poder do Estado que condiciona o desenvolvimento social e económico e o sentimento de segurança dos cidadãos na defesa dos seus direitos e liberdades fundamentais.

A experiência deste último ano veio demonstrar a razão dos que defendem uma política activa para a Justiça, baseada numa congregação de esforços entre os órgãos do Estado e os principais agentes e protagonistas do sistema judiciário. Essa política é a mais adequada ao estabelecimento de entendimentos alargados quanto às soluções necessárias para a dissolução dos bloqueios institucionais, estruturais e organizativos, sem a qual não é possível a criação de um clima favorável à mudança e à aplicação de reformas e medidas de fundo de que o sector da Justiça globalmente carece.

Devo aqui deixar registado que, nos múltiplos encontros que mantive com os principais responsáveis da área da Justiça – desde o Governo e forças partidárias aos Presidentes dos Supremos Tribunais, ao Procurador-Geral da República, às

estruturas representativas das magistraturas, às associações profissionais das classes forenses – foi possível reconhecer uma nova vontade de diálogo com vista à superação das dificuldades estruturais e uma urgência na adopção de um programa de reformas dos principais Códigos, da organização judiciária e da formação jurídica e profissional, no qual pudessem participar activamente todos os interessados.

Acima de tudo, encontrei uma vontade generalizada para que se caminhe no sentido de uma actuação conjugada, que permita arredar um certo sentimento de crise instalada, por forma a retomar a credibilidade e a eficiência do sistema de Justiça, ao serviço do Estado moderno e dos valores da liberdade, da segurança e da paz social.

Na sequência do clima de apaziguamento e da vontade política que hoje marca o sector da Justiça, considero reunidas as condições para que 2007 seja o ano em que se concretizem as medidas legislativas e organizativas para um melhor e mais exigente funcionamento do sector da administração da Justiça.

Estou certo de que os agentes e os protagonistas envolvidos no processo de mudança estarão à altura das suas responsabilidades.

As principais forças políticas chegaram a um entendimento quanto a um conjunto alargado de reformas, algumas delas já em discussão na Assembleia da República, que espero venham a possibilitar um funcionamento processual mais ágil e eficiente e uma mais célere resposta do aparelho judicial, sem diminuição das garantias essenciais para os cidadãos.

Na produção e apreciação da legislação exigida pelo programa de reformas, é importante recolher o contributo de todos os agentes da Justiça, a começar pelos que directamente serão chamados a aplicá-la no seu quotidiano profissional.

Mas é também indispensável a adopção de um sistema de avaliação permanente, quer da adequação e rigor das medidas adoptadas, quer do desempenho dos diversos agentes, segundo critérios de exigência e qualidade que os cidadãos esperam de uma boa administração da Justiça.

Para que sejam afirmados os princípios constitucionais da independência e autonomia do poder judicial, este deverá ser reconhecido pela responsabilidade das suas decisões e merecer uma irrestrita confiança da sociedade, a começar pelos cidadãos nele envolvidos.

O aprofundamento da relação de confiança entre a sociedade e o poder judicial não é uma tarefa que recai exclusivamente sobre os agentes políticos, nem depende apenas de reformas no plano legislativo ou organizativo. Trata-se, ao invés, de um esforço que deve ser partilhado pelas próprias magistraturas, pois é nelas, em primeira linha, que assenta a confiança dos cidadãos na justiça.

Estou certo de que o País pode contar com o contributo activo dos magistrados para o prestígio e a dignidade das instituições que servem, nomeadamente através do seu empenho profissional na qualidade e celeridade das decisões que proferem.

Espera-se, igualmente, uma intervenção cada vez mais qualificada e exigente dos advogados no sistema de Justiça, não apenas em defesa dos direitos e garantias individuais dos cidadãos, mas como factor de credibilização e eficácia da Justiça.

No tempo da sociedade de informação em que vivemos, as questões da justiça continuarão a possuir uma grande visibilidade e a merecer um interesse acrescido por parte dos meios de comunicação social e dos cidadãos. Trata-se de um desafio particularmente responsabilizante para todos os agentes judiciais, dos quais se exige uma atitude de discrição e autocontenção, avessa a excessos de exposição pública ou de protagonismo mediático.

Como já tive ocasião de afirmar, o Presidente da República dará, no quadro das suas competências, todo o seu apoio às mudanças necessárias ao fortalecimento da legitimação democrática das instituições judiciais, à garantia da sua independência e ao prestígio dos seus titulares.

Mas cabe-lhe também, com os outros órgãos de soberania, pugnar pelo funcionamento de um sistema judicial que, dispondo dos meios e instrumentos de apoio necessários, sirva com qualidade e eficiência os valores da Justiça e as necessidades do País.

Gostaria, enfim, de reiterar o meu compromisso e profundo empenhamento neste projecto de importância nacional, pois dele depende a qualidade da nossa democracia e o bem-estar futuro dos Portugueses.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Assembleia-Geral da COTEC Portugal

Lisboa, 15 de Maio de 2006

Constitui para mim um motivo de grande satisfação presidir à Assembleia Geral da COTEC no triénio que agora se inicia, substituindo o Dr. Jorge Sampaio, meu antecessor na Presidência da República, a quem presto a minha homenagem pela visão demonstrada no impulso e acompanhamento prestado a esta associação empresarial.

Tenho seguido com atenção e expectativa o trabalho desenvolvido pela COTEC, agindo para que a inovação seja assumida como uma prioridade cada vez mais evidente nas nossas empresas e contribuindo para que o País possa vencer os desafios da competitividade num mundo cada vez mais global. A acção da COTEC na promoção do investimento privado em Investigação e Desenvolvimento é da maior importância. Também neste domínio, cabe às empresas um papel de liderança e não uma mera complementaridade das políticas públicas. O investimento em I&D e a inovação nos produtos e nos processos são essenciais para dar impulso a um modelo de crescimento económico equilibrado e duradouro, que permita alcançar os desejados níveis de competitividade empresarial, de emprego e de bem-estar da população portuguesa.

O desenvolvimento e a modernização do País dependem do reforço da capacidade inovadora e empreendedora das nossas empresas e da difusão do conhecimento produzido em Portugal. Dependem também da nossa capacidade de apreender e incorporar o que noutros países se vai fazendo no sentido da modernidade. Tem havido progressos sensíveis em Portugal no domínio da inovação. Quer no sector privado, quer no sector público, são muitos os casos de adaptação com êxito às novas tecnologias, de melhoria dos métodos de trabalho e de introdução de novos produtos no mercado. Mas a perda de competitividade em vários sectores produtivos mostra que é forçoso andar mais depressa. Sei que podemos fazê-lo. A vossa ajuda, senhores membros da COTEC, é importante para generalizar na sociedade portuguesa uma atitude de abertura à inovação.

Não podemos conformar-nos com a mediania, com as rotinas que escondem a falta de ambição para progredir. Não basta sobreviver. É preciso vencer, marcar um lugar que projecte o País e inscreva as nossas capacidades num mundo que é extremamente exigente e penaliza quem resiste à mudança. A inovação é a chave do sucesso. Sabemos que para haver inovação é preciso estimular a curiosidade e o espírito crítico. É preciso dar oportunidade à ousadia e ao risco, de modo a que o gosto pelo êxito supere o medo do fracasso. Arriscar, romper com práticas esgotadas, valorizar os talentos e os recursos, é isso que faz a competitividade.

O País precisa de um enquadramento favorável à disseminação do conhecimento, das tecnologias e das melhores práticas, que permita às empresas ser parte activa da inovação e beneficiar dos seus frutos. É neste domínio que ganham especial relevo os esforços da COTEC para promover uma maior aproximação entre os que sabem e os que precisam de saber, entre as empresas e os centros de conhecimento científico e tecnológico, dando lugar a um ambiente empresarial atento à inovação e desperto para as suas potencialidades. Pouco interessam as empresas que se limitam a explorar oportunidades de momento ou o lucro imediato, mas que não perspectivam o futuro num quadro dinâmico e de ajustamento permanente. Inovar e usufruir da inovação implica uma visão aberta, espírito de iniciativa, sentido de oportunidade, competência para mobilizar talentos e equipas, conquistar mercados cada vez mais exigentes.

Tudo isto temos que ser capazes de fazer num mundo que é cada vez mais global e onde impera uma concorrência agressiva. Se não o fizermos, seguramente alguém, aqui perto ou no outro lado do mundo, o fará por nós.

O empreendedorismo não nasce de geração espontânea. Deve ser inculcado, cultivado e incentivado. É, por isso, indispensável que haja formação para o empreendedorismo. Nas escolas, institutos e universidades, nas associações empresariais. Lembro que o Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, definiu o espírito empresarial como uma das competências básicas que devem ser proporcionadas pelo sistema educativo e pela aprendizagem ao longo da vida.

Esta é uma das mudanças mais importantes que temos de introduzir no nosso País: apostar na formação como vector decisivo do desenvolvimento. Não só

através de um ensino de qualidade e atento à preparação dos jovens para a vida activa, mas também de uma formação ao longo da vida, impulsionadora de saberes e aptidões adquiridos com a experiência profissional. A preparação de profissionais para um bom desempenho no mercado global implica versatilidade e competências desenhadas desde muito cedo, aptas a ser desenvolvidas em ambientes agressivos e exigentes.

As Universidades têm aqui uma responsabilidade especial. Como escolas de formação superior, mas também como elementos de ligação ao mundo empresarial e às necessidades do mercado. O problema da governação das nossas Universidades tem que ser enfrentado, para que elas possam desempenhar o papel activo que lhes cabe no processo de desenvolvimento do País, nesta fase em que o conhecimento e a produção de saberes ocupam um lugar chave.

Quero deixar aqui uma palavra de reconhecimento ao esforço que tem vindo a ser desenvolvido por muitas Pequenas e Médias Empresas para se integrarem no mercado global. Estas empresas, pela sua dimensão, têm por vezes dificuldade em suportar os custos da inovação, quer no que respeita à rentabilização do conhecimento que elas próprias são capazes de produzir, quer no que respeita ao acesso ao conhecimento produzido no exterior. E, no entanto, importa sublinhar que uma parte significativa da inovação, traduzida em novos produtos, em novas formas de agir, produzir ou organizar, tem origem em empresas jovens ou pequenas. Maior flexibilidade, rapidez nas decisões ou maior abertura ao risco podem constituir factores diferenciadores da capacidade de competir. Temos que estimular os pequenos e médios empresários que, com a indispensável dose de optimismo e ambição, encaram as dificuldades como oportunidades para melhorar, olham como possível o que aos outros parece difícil ou insuperável, e são portadores de uma confiança acrescida nas suas capacidades para evoluir, para se adaptar e para vencer.

Muitos empresários portugueses já entenderam que o melhor apoio de que dispõem começa em si próprios, na sua atitude perante os problemas e os desafios. A COTEC é uma prova dessa realidade. Agregando as maiores empresas nacionais privadas e promovendo uma rede de Pequenas e Médias Empresas inovadoras, funciona como um pólo dinamizador da cultura de inovação e fonte de progresso.

Senhores Empresários

O grande desafio que Portugal enfrenta, tal como outros países europeus, é o da competitividade à escala global.

A economia é cada vez mais global e está a mudar a um ritmo sem precedentes. Os desenvolvimentos tecnológicos reduziram dramaticamente o tempo e os custos de transacções a longa distância e criaram um mundo sem fronteiras nos domínios logístico, financeiro e da informação e comunicações.

A concorrência à escala global, com o alargamento da União Europeia aos países do Leste europeu e a emergência de países como a China ou a Índia na cena do comércio internacional, tornaram patente a vulnerabilidade do modelo tradicional de crescimento económico português.

Nos últimos anos, temos vindo a assistir a uma erosão da capacidade exportadora das empresas portuguesas, a uma perda de quotas de mercado, a uma deterioração dos termos de troca e a um baixo nível de investimento orientado para a produção de bens que concorrem com a produção estrangeira.

Acresce que a adesão de Portugal à moeda única trouxe benefícios extraordinários, mas a adaptação aos choques económicos deixou de poder ser feita com base nos instrumentos tradicionais de política económica, passando a exigir respostas estruturais, de maior impacto na sociedade mas com resultados menos imediatos.

O novo tempo da economia mundial em que vivemos não deve ser olhado só pelo lado das dificuldades e incertezas. A imprevisibilidade resultante das mudanças e da velocidade a que ocorrem é um factor comum a todas as economias.

A globalização constitui para Portugal, tal como para os outros países, um quadro de exigências mas também de oportunidades sem precedentes.

Para retomar o processo de convergência com os níveis médios de bem-estar europeus e atingir, de novo, uma taxa de crescimento compatível com as legítimas ambições dos Portugueses, há que acompanhar as transformações exigidas pela competitividade e pelo ritmo a que se produzem as mudanças.

É sabido que Portugal mantém uma oferta demasiado sustentada em baixas qualificações e num uso intensivo do trabalho e de recursos naturais; com insuficiente diferenciação a nível dos produtos e dos factores críticos de competitividade; e com um défice de incorporação tecnológica na sua produção e nas suas exportações.

A vontade de mudar esta realidade tem que ser parte integrante da estratégia das empresas portuguesas e do pensamento dos nossos investidores, parceiros sociais e agentes políticos.

É preciso que o conhecido conceito de *Pensar Global e de Agir Local* penetre mais efectivamente na economia portuguesa. Eu diria mesmo que, na situação em que o País se encontra, o lema deve ser *Pensar Global e Agir Global*.

As empresas têm de alargar o seu campo de acção; pensar em novos mercados e em novas formas de interagir com a realidade mais vasta em que o País agora se insere; têm de orientar a produção para bens de maior intensidade tecnológica e de procura mais dinâmica.

Temos já muitos casos de sucesso, mas precisamos de muitos mais. É importante a cooperação e a partilha de informação entre os empresários. É importante o debate sobre as áreas onde as empresas portuguesas poderão dispor de vantagens específicas no contexto internacional e sobre qual a melhor estratégia para o conseguir com sucesso.

A afirmação de Portugal no quadro externo implica, também, aproveitar melhor o contexto europeu de que Portugal faz parte, visando o desenvolvimento de redes de contacto e a cooperação competitiva à escala internacional.

A inovação, a ciência e a tecnologia são precisamente as áreas onde a cooperação e a interligação com os nossos parceiros europeus mais se justificam. Ainda recentemente, à luz do debate sobre a Estratégia de Lisboa, emergiu como conclusão fundamental a importância e a vantagem de uma estratégia europeia nestes domínios.

É neste contexto da cooperação internacional que vejo como promissor o esforço de cooperação que a COTEC-Portugal mantém com as congéneres em Espanha e em Itália. É algo que deverá ser continuado e aprofundado.

Senhores Empresários

O que hoje se exige aos decisores políticos e económicos é, em suma, que pensem global e ajam global.

É nessa perspectiva que quero deixar uma proposta à Direcção da COTEC: a constituição, no âmbito da COTEC, de um Conselho para a Globalização, para o qual estou disponível para dar o meu patrocínio, como Presidente da República.

Seria um Conselho constituído por personalidades e líderes empresariais nacionais e estrangeiros, com conhecimento e experiência da economia global.

Seriam três os grandes objectivos do Conselho.

Primeiro, contribuir para a compreensão e a divulgação do fenómeno da globalização e das suas implicações.

Segundo, criar na sociedade portuguesa o sentido de urgência para as mudanças necessárias ao sucesso no mundo globalizado e mobilizar as energias para a construção de um novo patamar competitivo para Portugal.

Terceiro, criar e estreitar laços entre líderes de empresas internacionais e de empresas portuguesas com ambição de vencer e dar mais visibilidade económica a Portugal.

Se a globalização é a grande envolvente do tempo actual, é preciso explicá-la a todos os Portugueses.

Não está nas nossas mãos travar o movimento da globalização, mas está ao nosso alcance tudo fazer para aproveitar as oportunidades que ela oferece. Insisto, é uma tarefa de todos: governo, parceiros sociais, sociedade civil, empresas, cidadãos.

É preciso aprofundar o conhecimento sobre os factores determinantes da afirmação da economia portuguesa no quadro mundial.

É preciso instituir uma cultura empresarial dotada de agilidade e flexibilidade, sem prejuízo de uma forte responsabilidade ética e social.

É preciso ter cada vez mais empresas capazes de aprender com o mundo e de nele marcar o seu espaço próprio.

É preciso desenvolver uma economia que ofereça oportunidades aos nossos melhores talentos e capaz de competir pela atracção dos melhores recursos para Portugal.

Não queremos continuar a empobrecer com a saída de jovens qualificados, desiludidos com a falta de perspectivas e de estímulos nacionais.

É preciso alargar a comunidade de investidores que está disposta a apostar em novos negócios e produtos de alto valor acrescentado, aportando capital a iniciativas ambiciosas.

Temos de ser capazes de, por um lado, atrair boas empresas de outros países e, por outro, estimular a internacionalização das nossas empresas, com elevada incorporação de conhecimento nos seus produtos e serviços.

Para isso, precisamos também de uma administração pública ágil, célere e transparente, bem como de uma justiça eficiente e credível.

Outros países, como a Holanda, a Áustria, a Dinamarca, a Finlândia ou a Irlanda, estão a aproveitar bem as vantagens da globalização.

Se outros conseguiram, porque não há-de Portugal conseguir também?

Existem excelentes exemplos de sucesso em Portugal. As empresas vencedoras do Prémio Inovação COTEC, a *ChipIdea* na primeira edição, a *Primavera Software* este ano, são bem o exemplo de PME portuguesas com clara ambição e vontade de afirmação à escala global.

É urgente fazer crescer a capacidade de inovação e competitividade dos portugueses, das suas empresas, das suas organizações públicas, das suas escolas e universidades.

É urgente mobilizar os jovens para que se preparem para este mundo novo em que terão que trabalhar e ter sucesso.

Mobilizar também os autarcas, pois as cidades portuguesas desempenham um papel importante na promoção da competitividade e inovação.

A experiência internacional sugere que a emergência de regiões de forte intensidade tecnológica é fundamental para a criação de um ambiente favorável à inovação.

É urgente mobilizar os trabalhadores e os empresários para a melhoria de competências e da capacidade científica e tecnológica dos recursos humanos, tornando o conhecimento num vector de competitividade absolutamente decisivo.

É urgente mobilizar as escolas, os institutos e as universidades, pois é aqui que começa e se desenha a competição além fronteiras. Há que aprender a empreender, tornar mais eficientes os imensos recursos investidos no sistema de ensino, há que difundir e saber aplicar todo o potencial gerado, integrando jovens qualificados nas empresas. A falta de oportunidades para os jovens é um desperdício intolerável.

Senhores Empresários

Não nos podemos resignar.

Precisamos de investir muito mais na inovação tecnológica, nas actividades de investigação e na qualificação.

Precisamos de cooperar mais uns com os outros e incorporar mais conhecimento nos produtos e serviços que produzimos. Precisamos de construir novas vantagens comparativas para podermos competir no plano internacional.

Precisamos de ser mais ambiciosos e mais determinados, para transformar Portugal numa sociedade moderna onde cada um tenha a oportunidade de desenvolver o seu talento.

Temos que ser capazes de *Pensar Global* e actuar com determinação num espaço alargado, em que as fronteiras geográficas deixaram há muito de ser protecção ou obstáculo.

O sucesso no mundo global é a condição para que a nossa economia crie empregos e o País recupere dos atrasos face à União Europeia.

A COTEC e os seus associados sabem que nestes tempos de globalização dos saberes e dos mercados, só através de uma cooperação que envolva empresários, parceiros sociais, organizações da sociedade civil e poder político, é possível marcar um novo ritmo e prosseguir com determinação o caminho que queremos trilhar: o de um futuro em que Portugal se integre entre os melhores.

A COTEC pode contar com todo o meu apoio no desenvolvimento da sua acção.

Sessão Solene Comemorativa dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro

Régua, 10 de Setembro de 2006

Completam-se hoje 250 anos sobre a fundação da Região Demarcada do Douro, através da instituição, por alvará régio, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e de um sistema de regulação da produção e comércio dos seus vinhos, cuja concepção de base se estendeu até aos dias de hoje.

Assim se dava resposta à representação enviada ao Rei pelos lavradores do Alto Douro e pelos homens bons da cidade do Porto.

A data, 1756, é muito significativa e pode constituir para nós um primeiro elemento de reflexão. Menos de um ano após o terramoto que destruiu Lisboa e outras zonas de Portugal, o país mobilizava-se num extraordinário esforço de reconstrução. Não obstante, não se perderem de vista os interesses superiores da economia nacional e até se conseguiu encontrar uma solução profundamente inovadora para os problemas que então o Douro enfrentava.

O génio visionário dos portugueses de setecentos que fixaram as bases da primeira região demarcada e regulamentada do mundo, antecipando em mais de dois séculos os modernos conceitos de uma Denominação de Origem Controlada, foi um marco tão forte como a pedra granítica utilizada na altura para definir o perímetro dos vinhedos destinados ao vinho do Porto.

Temos hoje o dever de assinalar e de enaltecer o notável pioneirismo dos homens da época, que souberam definir um modelo duradouro de controlo da qualidade e de certificação dos vinhos da região que se revelou determinante para o reconhecimento universal da excelência dos vinhos do Douro e, em especial, do Vinho do Porto.

É, por isso, com grande prazer que me associo a estas comemorações, em representação do povo português que, muito justamente, se orgulha desta região e do seu riquíssimo património, moldado ao longo de muitos séculos pelo esforço e pela perseverança dos viticultores do Douro.

Aqui se evidenciaram, ao longo dos tempos, a determinação, a audácia e a resis-

tência dos que, enfrentando adversidades, cultivaram e cultivam a vinha, desde a antiguidade até aos nossos dias, completando o que a natureza pôs à sua disposição, ainda que de uma forma dura e muito exigente.

Aqui, no Douro, o homem resgatou à natureza terrenos que pareciam condenados à inutilidade. Venceu o meio adverso, impôs a sua vontade e criou uma região e uma paisagem magnífica em aliança perfeita com o ambiente.

Foi esta “dramática escultura dinâmica” que constitui o Alto Douro Vinhateiro que, em 2001, a UNESCO inscreveu como Património da Humanidade, na categoria de paisagem cultural, porque a sua criação é um feito do homem.

Já não é apenas a excelência do Vinho do Porto que é mundialmente reconhecida, é também a excelência da região, das suas gentes, do seu ambiente e da sua cultura.

O reconhecimento mundial desta colossal obra colectiva é, ao mesmo tempo, uma enorme responsabilidade para os durienses e para todos os Portugueses, pois significa que a sua preservação exige uma intervenção humana constante.

O Vinho do Porto, designado no Alvará Régio de há 250 anos como “vinho de embarque”, devido à sua longevidade e aptidão para suportar longas viagens, tem podido manter-se durante séculos como um dos nossos produtos mais competitivos no mercado mundial.

A histórica importância do Vinho do Porto na nossa economia, e em particular no nosso comércio externo, justificam plenamente que se celebre a sua existência e se reafirme a defesa da autenticidade, integridade e excelência dos produtos e da paisagem da Região. Estes são factores essenciais à valorização das actividades em torno da produção dos vinhos do Porto e do Douro.

Fazemo-lo, significativamente, nesta Casa do Douro, que representa os viticultores durienses, bem como as suas associações e adegas cooperativas da região demarcada.

Saúdo por isso os seus representantes aqui presentes e felicito os organizadores destas magníficas comemorações.

Mas a exaltação destas riquezas não deve impedir-nos de reflectir e agir sobre o muito que há ainda a fazer para desenvolver e fazer frutificar todas as potencialidades da Região, transformando-as em melhoria do bem-estar e do rendi-

mento das populações, excessivamente dependentes dos ciclos conjunturais do mercado mundial do vinho.

Todos os esforços devem convergir para aumentar a competitividade do sector, garantindo a lealdade da concorrência e reforçando nos consumidores, nacionais e estrangeiros, a confiança quanto à origem e qualidade dos vinhos produzidos na Região.

Num mercado cada vez mais globalizado que a todos se impõe, a liberdade de comércio surge como uma oportunidade, desde que haja capacidade de inovação e de ajustamento permanente às exigências crescentes do mercado.

Para além do esforço que cabe ao Estado na criação das condições de desenvolvimento do sector adequadas aos novos tempos, é aos agentes económicos que compete cultivar bem as vinhas, produzir bons vinhos, promovê-los, comercializá-los e afirmá-los nos mercados nacionais e, sobretudo, nos mercados externos.

A estratégia a seguir para desenvolver a Região do Douro terá que ter sempre como centro a sua riqueza cultural, a sua paisagem e os seus vinhedos, mas não pode restringir-se à produção de vinho, por mais excelente que ele seja.

Deve assentar, certamente, na viabilização das actividades tradicionais e na preservação dos recursos naturais, mas tem que alargar-se a outras actividades, designadamente ao turismo, que tem aqui todas as condições para se desenvolver, desde que sob formas sustentáveis e inovadoras.

Não creio que os durienses temam as mudanças ou desanimem perante as dificuldades. Já provaram sobejamente, ao longo da história, a sua força para enfrentar o que parece adverso, a capacidade de resistir e persistir em fazer mais e melhor.

Este é o quadro que ainda hoje temos: um povo marcado pela vontade de dominar a natureza. Uma região que soube adaptar-se a todas as transformações, resistindo até às doenças da vinha mais terríveis. Um vinho criado para ser exportado e que se manteve durante séculos como um dos mais reconhecidos a nível mundial.

Os vinhos do Porto e do Douro são mais do que um produto. São uma Cultura. São um Património. Um património colectivo que é a expressão da arte e do saber de um Povo.

E assim continuará obrigatoriamente a ser. Porque Portugal é também o Vinho do Porto, esse precioso néctar com que se brinda para selar os grandes momentos da vida das pessoas, dos países e do Mundo.

Que assim continue a ser no futuro são os meus votos.

Jantar Oferecido por Ocasão do 1º Encontro do Conselho para a Globalização

Palácio de Queluz, 10 de Novembro de 2006

Está hoje aqui connosco um grupo significativo de líderes de empresas globais que participaram no primeiro encontro do Conselho para a Globalização.

Vieram de vários cantos do planeta: da Europa, de Africa, dos EUA, do Brasil, do Médio Oriente e da Ásia.

Trata-se de um grupo ímpar, que tem a seu cargo a gestão de organizações globais, com actividades em todo o mundo, todos com forte aposta na I&D, habituados a tomar decisões sobre investimentos significativos. A sua vinda a Portugal tem o maior alcance e é uma excelente oportunidade.

A este grupo junta-se, esta noite, o conjunto das 100 maiores empresas portuguesas, associadas da COTEC, as quais já deram prova da sua capacidade para enfrentar as exigências da globalização e aproveitar as oportunidades que ela encerra, e a quem saúdo.

O objectivo da primeira reunião do Conselho para a Globalização foi o de congregar a reflexão e o entendimento de líderes empresariais, influentes a nível mundial, quanto à forma de promover uma Globalização Plural. Tratando-se de uma iniciativa portuguesa, realizada em Portugal, o tema remete, naturalmente, para os desafios e as oportunidades que a globalização abre a países como Portugal.

A expressão “globalização” significa a crescente mobilidade de bens, serviços, trabalho, ideias, tecnologia e capital à escala planetária. Apesar de não ser um fenómeno novo, a globalização intensificou-se, desde logo, pela combinação de um conjunto de factores de natureza política e económica: a estabilidade do pós-guerra, a criação e consolidação das Nações Unidas, a criação de instituições para gerir as regras do comércio internacional, o fim do colonialismo, a redução progressiva das barreiras que condicionavam o comércio e o investimento internacionais, as transformações económicas iniciadas pela China no final da década de 70, a dissolução do bloco de leste no fim dos anos 80, as reformas económicas realizadas na Índia democrática nos anos 90.

A este conjunto de factores veio associar-se um poderoso catalisador: uma revolução tecnológica que não só aumentou exponencialmente a qualidade e a velocidade das comunicações, como reduziu vertiginosamente os custos de produzir, processar, armazenar e transportar informação. O mundo passou a estar dotado de infra-estruturas de comunicação planetárias, acessíveis a partir de qualquer tipo de equipamento, a qualquer hora, de qualquer lugar.

Nos chamados países emergentes, a abertura dos mercados retirou milhões de pessoas da pobreza, abrindo esperança e criando novos horizontes de bem-estar. Para qualquer país, incluindo os países mais pobres, o grande risco que se coloca é o de ficarem isolados da globalização.

O desafio já não é “Pensar Global e Agir Local”, o desafio agora é outro: “Pensar Global, Agir Global”. Por outras palavras: fornecer produtos e serviços globais, concebidos por talentos globais, baseados em conhecimentos globais, para mercados globais.

A primeira reunião do Conselho para a Globalização mostrou como a competição à escala global está, ela própria, a mudar. Está a emergir uma economia cada vez mais baseada no conhecimento. E o conhecimento necessário para uma empresa competir à escala global não está num só lugar ou país, está disperso pelo mundo.

O desafio actual consiste em ser capaz de inovar, aprendendo com o mundo. Consiste em ser capaz de identificar conhecimento disperso pelos mais variados pontos do mundo, de combiná-lo e de alavancá-lo à escala global. Numa economia do conhecimento, não há países periféricos. Há líderes empresariais capazes de descobrir o conhecimento disperso pelo mundo fora, com o qual irão construir a sua vantagem competitiva, capazes de mobilizá-lo à escala global, capazes de aumentar o seu nível de eficiência.

Uma empresa não precisa de pertencer a uma economia rica para competir no mercado global. Os empreendedores e empresários portugueses não têm de ficar limitados ao contexto ou à conjuntura nacional. O Presidente da República portuguesa tem a firme convicção de que saberão usar, como outros, o mundo como fonte de conhecimento, inovação e competitividade.

Visita ao Polis de Coimbra

Coimbra, 26 de Novembro de 2006

Felicitos a Câmara Municipal, a Sociedade Coimbra Polis e os técnicos responsáveis pela qualidade do Programa POLIS de Coimbra, como tivemos oportunidade de testemunhar nas obras hoje inauguradas.

Este é um bom exemplo de requalificação urbana. Coloca o rio no centro da cidade, alarga as zonas verdes, fomenta a circulação pedestre e o lazer e abre as portas aos projectos de educação ambiental.

Mas é um bom exemplo, também, porque resulta de uma parceria entre a Administração Central e a Administração Local na concretização de uma legítima expectativa de melhoria da qualidade de vida das populações.

Projectos como este, mesmo que de dimensão mais pequena, constituem uma resposta positiva aos desafios que hoje se colocam às cidades portuguesas.

Apesar dos esforços das últimas décadas nos domínios das infra-estruturas de transportes e de energia, dos equipamentos sociais e da habitação, o certo é que estamos confrontados com novos fenómenos de degradação do ambiente urbano e, mais em geral, de perda da qualidade de vida nas cidades.

À degradação do ambiente urbano juntou-se o alargamento das periferias das grandes e médias cidades portuguesas e o surgimento de novos fenómenos de exclusão social.

Face a esta situação, é necessário agir com eficiência e com determinação.

A melhoria da qualidade de vida nas cidades deve constituir um objectivo cimeiro da administração central, da administração local e dos cidadãos. As cidades, pelas suas capacidades e recursos, são decisivas para o desenvolvimento da nossa economia.

As mudanças, em matéria de requalificação urbana, devem contribuir, em simultâneo, para a melhoria da qualidade de vida, para a preservação ambiental, para a saúde pública, para a inclusão social e para o desempenho económico das cidades.

A qualidade de vida nos meios urbanos é não só um direito dos cidadãos, mas também um factor de competitividade das nossas cidades, num quadro de exigente globalização.

No mundo global em que vivemos, em que todas as cidades do mundo competem pela captação de investimento, de recursos, de talentos e de empresas, a ambição das nossas cidades tem de passar pela exigência na qualidade ambiental e no ordenamento do território, pela mobilidade sustentável, pelo acesso a fontes limpas de energia, pela existência de equipamentos sociais de qualidade e de mão-de-obra qualificada. Só assim poderemos afirmar a competitividade das cidades portuguesas à escala global.

No Roteiro para a Ciência que realizei em Junho passado, encontrei cientistas estrangeiros que decidiram fixar-se ou permanecer temporariamente em Portugal e que me disseram ter sido a qualidade de vida das cidades o principal critério de escolha.

A qualidade de vida é crucial na competição global e algumas das nossas cidades apresentam padrões de qualidade de vida superiores a muitas estrangeiras. Acredito que a qualidade de vida das cidades portuguesas pode ser um importante factor de competitividade de Portugal no quadro da globalização.

Por tudo isto, é urgente avançar na requalificação das cidades portuguesas.

Temos alguns bons exemplos de recuperação, de reconversão e de reabilitação urbana, especialmente em zonas históricas, em antigas zonas industriais e nas periferias urbanas.

Mas precisamos, também, de uma nova atitude em matéria de energia nas cidades. Portugal enfrenta um desafio crucial neste domínio: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, para prevenir as alterações climáticas, cumprir as metas europeias para as energias renováveis e reduzir a sua dependência energética do exterior, em especial, do petróleo.

Temos de tirar mais partido dos nossos recursos naturais e de apostar numa maior produção de energia a partir de fontes renováveis. Mas temos, igualmente, de melhorar a eficiência no consumo de energia. Portugal tem muito a fazer neste domínio. É necessário apostar numa maior eficiência energética nos edifícios, na indústria e nos transportes.

As questões ambientais e energéticas são de tal forma importantes que decidi

que a próxima jornada do Roteiro para a Ciência será dedicada às Tecnologias Limpas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Temos que ser capazes de requalificar as cidades tendo por base as melhores tecnologias, os melhores padrões ambientais e a, não menos importante, activa participação dos cidadãos. O desafio da qualidade de vida das cidades diz respeito a todos nós. Não se trata apenas de obras. Trata-se, em boa medida, de civismo.

Estou certo de que conseguiremos.

Cerimónia Comemorativa do 90º Aniversário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santiago do Cacém

Santiago do Cacém, 4 de Dezembro de 2006

Foi com muito gosto que aceitei o convite para vir hoje a Santiago do Cacém, esta bonita terra de origens pré-históricas, cujo concelho, de grande riqueza natural, faz a transição entre o interior e o litoral alentejano, e associar-me às comemorações do nonagésimo aniversário da Caixa de Crédito Agrícola, também assinaladas com a inauguração das novas instalações da sua sede.

Os noventa anos desta Caixa Agrícola, apesar de revelarem uma longevidade notável e respeitável, não se traduzem em qualquer sinal de velhice. A Caixa é antiga mas não é velha.

Com efeito, a juventude é a sua imagem de marca, uma vez que está de boa saúde e a crescer com grande dinamismo, quer pelo alargamento da sua área geográfica de operações, quer pela sua importante participação em iniciativas de apoio ao desenvolvimento nesta região.

Creio que o desempenho meritório da Caixa de Santiago do Cacém é reconhecido por todos, dentro e fora do concelho, quer em zonas difíceis e pouco povoadas do interior, quer no litoral, em zonas de grande importância económica e ambiental, onde o desafio de um desenvolvimento sustentado requer uma participação dinâmica e informada que a Caixa tem ajudado a assegurar.

Cumprimento, por isso, os seus órgãos dirigentes e os seus associados pelo aniversário que hoje assinalamos, sem esquecer todos aqueles que fizeram nascer e crescer esta instituição desde 1916 e que fizeram dela uma das Caixas mais destacadas do crédito agrícola em Portugal.

A história da Caixa Agrícola de Santiago confunde-se em larga medida com a história do Crédito Agrícola, cuja estrutura de cúpula chegou recentemente a liderar.

É longa e rica a contribuição das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo para o desenvolvimento do nosso País e das zonas rurais em particular. A sua raiz histórica pode ter estado ligada às Misericórdias e aos chamados Celeiros Comuns, sobretudo a

partir do século dezoito, mas foi no início da República, em 1911, que o ministro Brito Camacho fundou o verdadeiro crédito agrícola em Portugal.

Desde então, as Caixas de Crédito Agrícola não se afastaram da sua missão original de apoio à agricultura, donde maioritariamente se recrutam os seus associados, bem como das áreas essencialmente rurais, onde se situa a esmagadora maioria dos seus balcões.

Apraz-me assinalar o facto de o Grupo Crédito Agrícola, do qual a Caixa de Santiago do Cacém faz parte, ser hoje constituído por 111 Caixas, dispor de 600 balcões abertos aos associados e estar presente em todo o nosso território rural, onde ocupa uma posição de liderança entre as instituições financeiras aí presentes, se não considerarmos as praças de Lisboa e do Porto.

Assinalo também, com satisfação, os bons resultados registados pelo Grupo nos últimos anos, nas múltiplas actividades a que se tem dedicado, em consequência de uma progressiva adopção de boas práticas que tem vindo a introduzir no seu sistema de crédito e de um importante esforço de consolidação financeira, cujos resultados são já visíveis.

O Portugal rural, cujo desenvolvimento é vital para manter os equilíbrios fundamentais do nosso País, precisa de instituições como as Caixas de Crédito Agrícola. Elas estão sujeitas, como as demais instituições de crédito, a uma lógica muito concorrencial que lhes exige grande capacidade de gestão. Mas não devemos esquecer que a sua tradição, cultura e objectivos transformam-nas em instrumentos de desenvolvimento de proximidade, em que a solidariedade e até a inclusão social estão presentes.

Termino desejando à Caixa de Crédito Agrícola de Santiago do Cacém, aos seus dirigentes e associados, as maiores felicidades para o futuro e que possam festejar muitos mais aniversários.

A vossa já longa história e a vossa determinação e sentido de responsabilidade são uma das melhores garantias para que continuem a servir bem o desenvolvimento da região em que se integram.

Sessão Solene Comemorativa dos 170 Anos da Associação Industrial Portuguesa

Lisboa, 1 de Fevereiro de 2007

É com muito gosto que me associo à comemoração dos 170 anos de actividade da Associação Industrial Portuguesa. Trata-se de um marco histórico na vida de qualquer instituição, mas tanto mais significativo quanto se reporta a uma das nossas primeiras manifestações de associativismo empresarial e a uma entidade tão profundamente envolvida em todo o processo de mudança que temos vivido em Portugal e nas transformações económicas e sociais que lhe corresponderam.

Acompanhei com atenção o percurso da AIP ao longo das três últimas décadas, quer no âmbito das funções governativas que exerci, quer como economista e cidadão interessado na dinâmica e na intervenção dos movimentos associativos. É justo reconhecer a ambição com que a AIP procurou responder aos desafios que se colocaram ao desenvolvimento económico do País e a visão estratégica por que tem pautado a sua actuação em prol da modernização e do fortalecimento do tecido industrial português.

Essa ambição e essa perspectiva estratégica de actuação conferem à AIP - Confederação Empresarial, agora como no passado, um papel relevante no apoio à superação dos novos desafios que Portugal enfrenta, num mundo em que o ritmo e a escala das mudanças se revelam cada vez mais intensos e em que o quadro competitivo global em que se inscreve a nossa economia é cada vez mais exigente.

O desenvolvimento económico português, o nível de emprego e a melhoria das condições de vida dos Portugueses dependem da nossa capacidade de inovar e assegurar níveis mais elevados de produtividade e de alcançar, por essa via, novos – e imprescindíveis – patamares de competitividade à escala global. É essa a realidade e aí reside o grande desafio que temos pela frente.

As nossas empresas precisam de ser mais competitivas. Os nossos recursos humanos precisam de ser mais qualificados. As envolventes macro e micro económicas devem, por seu turno, ser mais propícias a um crescimento sustentá-

vel, favorecendo a confiança e o investimento das empresas e abrindo espaço à iniciativa, à inovação e ao mérito.

Se, por um lado, os agentes económicos têm todo o direito de exigir que o Estado seja mais eficiente na utilização dos seus recursos, que actue com rapidez e transparência, e que adopte políticas que favoreçam a produtividade, também é verdade que existe uma ampla margem para aperfeiçoamentos pelo lado do sector empresarial, seja a nível das capacidades e práticas de gestão, seja a nível de incorporação de factores críticos de competitividade nos bens e serviços que oferece.

Como tenho sublinhado por diversas vezes, importa que se afirme entre nós uma cultura de responsabilidade e de exigência, em que cada um, na sua esfera própria de actuação e ao lado dos seus direitos, veja como seu dever contribuir para o progresso do País, fazendo bem e com qualidade aquilo que lhe compete fazer, numa atitude de iniciativa criadora e de autonomia cívica.

Entendo, nessa perspectiva, que cabe à classe empresarial o papel de verdadeiro agente de mudança, promovendo a modernização tecnológica e a inovação nos produtos e processos, fomentando a qualificação da mão-de-obra, investindo mais, e, sobretudo, investindo melhor.

Compete aos empresários e gestores apostar na especialização em produtos de maior valor acrescentado, na melhoria da qualidade da gestão e da organização da produção, na conquista de novos mercados, na acrescida integração do conhecimento produzido nas Universidades ou nos centros de investigação.

Acredito, também, que, em muitas destas vertentes, o contributo dos movimentos associativos pode e deve ser importante, em especial no que toca ao grande universo das Pequenas e Médias Empresas portuguesas, através de iniciativas geradoras de ganhos de dimensão e de densidade crítica, do estímulo ao estabelecimento de parcerias e à cooperação competitiva, ou da promoção e consolidação das melhores práticas empresariais. Registo, assim, com satisfação o facto de o programa dos órgãos sociais da AIP, hoje empossados, estabelecer como prioridade o apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Temos hoje em Portugal muitos casos de empresas de sucesso, modernas e competitivas em mercado aberto, mas precisamos de muitos mais.

Numa sociedade cada vez mais baseada no conhecimento, a dimensão das

empresas, tal como a dos países, não é, em si mesma, determinante. São-no, isso sim, a abertura à inovação e ao mundo, a vontade de empreender, a capacidade de identificar e de integrar conhecimento e de o traduzir em novos negócios ou métodos de trabalho.

Num mundo fortemente concorrencial, mas que é, em simultâneo, um mundo de acrescidas complementaridades e interdependências, torna-se imperativa a cooperação e a partilha de informação entre os empresários e o desenvolvimento de parcerias e de redes de contacto, tanto à escala nacional como à escala internacional.

Cabe, em boa parte, aos líderes empresariais antecipar os novos caminhos, fazer as roturas necessárias e estimular um novo rumo estratégico para a nossa economia. Há que criar espaço para que o potencial empreendedor existente nas pessoas e nas empresas se exprima sem condicionalismos burocráticos obsoletos ou entraves à concorrência. Precisamos de nos afastar definitivamente do paradigma da passividade, da dependência do Estado, da aversão ao risco e da resignação à mediania.

Os empresários portugueses devem antes afirmar a sua capacidade empreendedora, utilizar as janelas abertas pelas tecnologias de informação e comunicação e ir ao encontro do novo campo de oportunidades que a globalização oferece. O que os empresários devem exigir ao Estado é, acima de tudo, que não seja um empecilho à sua liberdade empreendedora.

É uma ilusão pensar que a solução dos problemas económicos do País está na retórica contra a globalização ou na criação de proteccionismos para que empresas ineficientes sobrevivam face à concorrência externa.

Mas já faz todo o sentido pensar que eventuais transferências para mãos estrangeiras do comando de grandes empresas nacionais devam ser acompanhadas com todo o cuidado e não devam ser facilitadas, porque podem envolver custos para o País como um todo. Isto mesmo é reconhecido praticamente por todos os governos europeus.

Como afirmei na Faculdade de Economia do Porto, em Abril de 2005: “Os custos *[da transferência dos centros de decisão estratégica de mãos nacionais para mãos estrangeiras]* estão na menor capacidade do País para defender os seus interesses no plano externo, no menor aproveitamento dos recursos humanos

qualificados nacionais, no enfraquecimento dos centros de saber e investigação, no menor grau de auto estima nacional e de coesão social, na menor capacidade de resposta do País em momentos de crise e perante choques exógenos”.

É preciso instituir entre nós uma cultura empresarial dotada de agilidade e flexibilidade, sem prejuízo de uma forte responsabilidade ética e social. Muitos empresários portugueses já entenderam que o melhor apoio de que dispõem começa em si próprios, na sua atitude perante os problemas e os desafios. E são já muitas, igualmente, as empresas portuguesas que entenderam não haver conflito entre o seu bem-estar económico e a sua acção como agentes activos de aperfeiçoamento da sociedade de que fazem parte, e para quem a dimensão social é uma componente relevante de actuação.

É preciso mobilizar os portugueses para as tarefas do desenvolvimento. O tempo urge e o resto do mundo não espera por nós. Há que ir mais longe e mais depressa. Não podemos conformar-nos com a mediania, com as rotinas ou com as soluções de aparente facilidade que escondem a complacência ou a falta de ambição para progredir. Não basta sobreviver. É preciso vencer, marcar um lugar que projecte o País e inscreva as nossas capacidades num mundo que é extremamente exigente e penaliza, mais tarde ou mais cedo, quem resiste à mudança. Para os empresários portugueses, este é um tempo de decidir, não um tempo de adiar.

O aumento da produtividade e da competitividade das nossas empresas é, em todo o caso, um desígnio que devemos encarar com confiança. Portugal está inserido num espaço económico privilegiado e o intenso debate, a nível europeu e mundial, em torno das melhores práticas promotoras do progresso económico e social permite-nos pensar o futuro num quadro de relativa estabilidade quanto às opções em matéria de política económica. Não é por acaso que Portugal se apresenta como um dos quinze países mais globalizados do mundo, de acordo com os resultados mais recentes do índice de globalização de um reputado instituto suíço de investigação económica (KOF).

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Os Portugueses já deram mostras da sua abertura ao mundo, da sua capacidade de adaptação e da sua vontade de arriscar e de vencer. Este é o momento de

voltar a afirmar estas qualidades. O País precisa da acção empreendedora dos seus empresários e conta com a força impulsionadora da Associação Industrial Portuguesa, cujos 170 anos hoje aqui assinalamos.

Desenvolvimento e Coesão Social **III**





Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de Abril de 2006

Há exactamente trinta e dois anos, Portugal marcou encontro com o futuro. Esse futuro é hoje o nosso presente. As efemérides são sempre memória do encontro da história com o calendário. E porque as efemérides se repetem, mas a história não, desse reencontro anual decorre o risco de celebrar a mera repetição do dia e de perder cada vez mais o sentido de abertura à história que marcou a nossa memória colectiva.

Uma forma tentada ao longo dos anos para que esta cerimónia de homenagem, a 32^a, o seja menos à data e mais à história que nela se encerra, foi a de fazer dela um momento de reflexão sobre o nosso tempo.

De facto, nenhum outro dia – tirando o 10 de Junho – é mais apropriado a que o tomemos como uma encruzilhada entre o que foi e o que há-de vir, entre o ontem e o amanhã.

Nesta linha de orientação, eu podia aproveitar esta minha primeira vinda à Assembleia da República para participar numa cerimónia comemorativa do 25 de Abril para sublinhar quanto Portugal mudou nos últimos trinta e dois anos. O vasto leque de direitos e liberdades que o sistema democrático consolidou, os progressos realizados nos mais variados domínios, a participação do País na União Europeia, a sua afirmação no concerto das nações e muitas outras realizações que fazem parte do activo da Nação Portuguesa.

Num outro quadrante, podia justificar-se, nesta data fundadora do regime democrático, voltar ao desafio da melhoria da qualidade e credibilidade do nosso sistema político. Tive oportunidade, nesta mesma casa, aquando da minha tomada de posse, de sublinhar a responsabilidade que impende sobre a classe política, nesse esforço de melhorar a nossa democracia e de reforçar o prestígio das instituições da República e dos seus titulares.

De facto, a comemoração do 25 de Abril seria uma ocasião propícia para reflectir sobre o que desejamos do nosso sistema político, o que esperamos do papel e

do funcionamento dos partidos, o que é exigível do comportamento dos eleitos e demais agentes políticos, o que deve ser feito para que os cidadãos ganhem uma nova confiança e respeito pela actividade política e para que a democracia se revitalize e suscite na juventude portuguesa maior motivação e entusiasmo. Pareceu-me, no entanto, mais útil, perante os legítimos representantes dos outros órgãos de soberania e a atenção da opinião pública, lançar um olhar sobre a nossa sociedade. Confrontá-la com sonhos que marcaram aqueles dias de Abril, mas que a realidade dos nossos dias não só não valida como, em vários aspectos, nos interpela. Quero referir-me, em particular, ao sonho de justiça social, da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, em que os benefícios do desenvolvimento contemplassem todos.

Trinta e dois anos após a revolução, o Portugal desta encruzilhada entre o passado e o futuro continua a ser um país fortemente marcado pelo dualismo do seu desenvolvimento.

É inegável o progresso registado em alguns sectores de actividade, a capacidade competitiva de muitas empresas, a excelência de alguns centros de investigação e inovação, a qualidade de serviço de muitas instituições. Mas não é menos inegável que essas experiências de vanguarda não conseguem impregnar todo o tecido económico e social, coexistindo os nichos de modernidade com expressões de indistigável arcaísmo social e cultural.

Profundas disparidades revelam-se na leitura do território. É cada vez maior o fosso entre as regiões marcadas por uma ruralidade periférica e as regiões mais urbanizadas. Mas, dentro destas, ressaltam as que conseguiram manter uma dimensão humana, proporcionando satisfação e bem-estar aos que nelas habitam, em contraste com as que se tornaram autênticas chagas urbanísticas, produto da desorganização e da irresponsabilidade, condenando os seus habitantes a um mau-viver resignado, sem qualidade e sem horizontes.

A crise do mundo rural não é de hoje. Arrasta-se há décadas, entre ciclos de resistência e de abandono. A vasta faixa do interior do país representa actualmente apenas 15 por cento da população residente.

Muitas políticas foram adoptadas, mas nenhuma conseguiu estancar a fuga das gentes, ora para os centros urbanos do litoral ora para destinos mais longínquos, numa diáspora que teima em persistir.

Iludimo-nos pela presença deste ou daquele equipamento social, fruto do voluntarismo do poder local e dos homens bons que não abandonaram as suas terras, mas tardamos a encontrar um rumo de desenvolvimento sustentável do interior do País que potencie os poucos recursos existentes, que combata a tendência para o despovoamento e que atraia novos recursos materiais e humanos.

No quadro geral de adormecimento de muitas pequenas vilas e aldeias do interior, apraz-nos registar os sinais de esperança que aqui e ali vamos detectando. Portugal precisa de olhar para esses sinais, identificar as boas práticas que os sustentam, reconhecer o esforço que os agentes económicos, sociais e políticos vêm desenvolvendo e, a partir daí, traçar um caminho para que todos se sintam responsáveis e mobilizados para a acção. Há que vencer os obstáculos que nos têm impedido de enfrentar com sucesso a dupla exclusão do envelhecimento e da pobreza que atinge as comunidades do interior de Portugal.

Mas a mais marcante das disparidades que emerge deste Portugal a duas velocidades é a que resulta das desigualdades sociais. O sonho de um País livre e democrático é indissociável da ambição de uma sociedade mais desenvolvida e com mais justiça social.

Julgo poder expressar o sentimento geral ao dizer que muito progredimos na modernização da economia e na afirmação de novos estilos de vida, mas ficámos muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social.

O nosso País é, no quadro da União Europeia, o que apresenta maior desigualdade de distribuição de rendimentos. E é também aquele em que as formas de pobreza são mais persistentes. São características estruturais em que pesam o atraso na qualificação dos recursos humanos, a fragilidade das nossas classes médias, a má qualidade do emprego e os baixos níveis salariais em vastos sectores da nossa economia.

É entre a população mais idosa que encontramos as mais preocupantes situações de exclusão. O risco de pobreza persistente, que é relativamente elevado em Portugal, aumenta substancialmente no caso dos idosos.

O esforço que o Estado tem vindo a realizar para atenuar os efeitos deste quadro

social tem de ser continuado. Não é moralmente legítimo pedir mais sacrifícios a quem viveu uma vida inteira de privação.

Desagregadas as estruturas familiares de apoio, pelas transformações sociais ocorridas nas décadas recentes, ficaram muitos dos reformados de ontem confinados às pensões do regime não contributivo que lhes não conseguem assegurar uma existência condigna.

E a exclusão – a dimensão de não pertença a que demasiados dos nossos concidadãos se vêem remetidos – é tão intolerável que, por contraste, têm de ser reduzidas à sua devida proporção as controvérsias geradas a propósito de pequenos aperfeiçoamentos dos nossos direitos. Falo dos direitos dos que não são excluídos e das controvérsias em que demasiadas vezes a discussão política se esgota e a atenção da opinião pública se exaure.

Esse é um peso que temos de ter presente na nossa consciência colectiva – mas também na consciência de cada um. O que de mais nobre e mais perene a História deste dia nos deixou, e que queremos legar às novas gerações, é a ambição de um País mais livre, mas também de uma sociedade mais justa.

Ao evocar esses dias de sonho e de esperança, lembro-me sempre daquele cartaz em que uma criança colocava um cravo no cano de uma espingarda. A carga simbólica desse cartaz é iniludível e vale a pena questionarmos: como cresceu aquela criança? Como crescem os milhares de crianças portuguesas? Será que estamos a tratar bem as novas gerações?

Preocupam-me os casos de crianças vítimas de negligência e de maus-tratos físicos e psicológicos, que regularmente são objecto das notícias dos órgãos de comunicação social. Reparo no número de processos instaurados pelas instituições vocacionadas para a sua protecção. Ouço o testemunho do cidadão anónimo ou do técnico que lida diariamente com estes casos e não posso deixar de reconhecer que essas mesmas crianças constituem o elo mais fraco dessa cadeia social que alimenta a exclusão. Na sua origem vamos encontrar, invariavelmente, a desestruturação familiar, os baixíssimos níveis de escolaridade dos pais e, de forma mais destacada, situações de dependência, com especial relevo para o alcoolismo.

É nesse mesmo quadro social que encontramos outro dos sinais preocupantes: o da violência doméstica, nomeadamente a que atinge maioritariamente a

mulher. Não vale a pena esconder essa realidade silenciada que por vezes escapa à atenção das instituições. Trata-se, antes de mais, de um problema de dignidade humana para o qual não pode haver tolerância nem resignação.

Todos nós acompanhamos com preocupação estes sintomas. Sabemos que os efeitos da crise económica tendem a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho. É nestas situações que o risco de exclusão social aumenta.

Para que esse risco possa ser atenuado não chega exigir mais medidas ou mais dinheiro. Concretizar essa ambição de justiça social, que não tem de ser remediada para o plano das utopias, passa por cada um de nós. Todos somos responsáveis, todos temos que assumir a quota-parte de responsabilidade social que nos cabe como cidadãos. Assumir como desígnio colectivo a protecção dos que vão resvalando, lenta e invisivelmente, para a margem de uma sociedade que se quer competitiva e dinâmica, mas também justa e inclusiva.

Temos de romper com o conformismo e o comodismo de relegar para o Estado a única solução do problema.

Temos de conseguir enaltecer, através de uma nova atitude cívica, o exemplo de milhares de cidadãos que, através do voluntariado e da participação em instituições de solidariedade social, encontram um sentido para esse desígnio.

Mas temos também a obrigação de reconhecer que a melhoria da justiça social, o combate à pobreza e à exclusão exigem que o País volte a ganhar a batalha do investimento, do crescimento económico, da criação de riqueza, sem o que o sonho continuará adiado.

Deveremos ter em conta a preocupação que o último Conselho Europeu enunciou ao chamar a atenção, e bem, para a interdependência que existe entre crescimento económico, competitividade, criação de emprego, protecção e inclusão social.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Não quero limitar-me ao diagnóstico. Quero apelar a uma intervenção mais

ampla e mais coerente naquilo que, mais do que uma soma de dramas individuais, é – e deve ser – um peso na nossa consciência colectiva.

Quero propor um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social.

Um compromisso que envolva não só as forças políticas, mas que congregue as instituições nacionais, as autarquias, as organizações da sociedade civil, dos sindicatos às associações cívicas e às instituições de solidariedade. Um compromisso em torno de um conjunto de princípios e objectivos que nos orientem na acção colectiva, tendo por alvo os grupos sociais mais vulneráveis.

Estou convencido de que, em relação a este objectivo da inclusão social – tão central à dignidade da pessoa humana –, é possível identificar os problemas mais graves e substituir o eterno combate ideológico por uma ordenação de prioridades, metas e acções, em que todos se possam rever e participar.

A elaboração do próximo Plano de Acção Nacional para a Inclusão pode ser aproveitada para uma mobilização geral, uma verdadeira campanha em prol da inclusão social. Um plano que consiga superar o tradicional enunciado de medidas, definindo uma estratégia coerente para um futuro mais promissor.

Esse será um passo para concretizar essa ambição de construirmos uma sociedade mais desenvolvida e, ao mesmo tempo, com maior justiça social.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Para aqueles que o viveram, comemorar o 25 de Abril significa reavivar uma recordação preciosa, património da nossa memória e marco do nosso passado colectivo.

Mas significa, também, mantermos presente o sentido que lhe está associado, o sonho e a ambição sem os quais poderia não passar de mais uma data ou de uma sequência fortuita de acontecimentos isolados.

Comemoramos hoje o 25 de Abril.

O 25 de Abril de 1974, quando um povo, sob o impulso de um punhado de militares, tomou nas suas mãos o seu próprio destino.

Mas também o 25 de Abril de 1975, quando os portugueses, em eleições livres e

democráticas, disseram, com clareza, o que queriam e o que não queriam para Portugal.

E ainda o 25 de Abril de 1976, data em que entrou em vigor a Constituição da República Portuguesa.

São estas três datas hoje assinaladas que conferem sentido de futuro e de modernidade à nossa democracia.

Esses são os marcos de um passado comum de que nos orgulhamos e que, ao celebrarmos, não nos dispensa de ter sempre presente a advertência do poeta Ruy Belo:

“Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz
mas isso era o passado e podia ser duro
edificar sobre ele o Portugal futuro”

É, seguramente, aos gestores do momento que cabe decidir os caminhos, mas é onde esses caminhos nos levam que lhes hão-de dar, ou não, o reconhecimento das novas gerações.

Fomos capazes de concretizar o sonho de um Portugal livre e mais próspero, mas estamos longe de podermos realizar a aspiração de maior justiça social.

Os Portugueses esperam dos políticos, que livre e democraticamente elegeram, que estejam à altura dessa exigência, que se empenhem em dar uma nova esperança aos mais desfavorecidos da nossa sociedade, que cooperem no sentido de mais facilmente poderem superar as dificuldades e naturais divergências ideológicas.

Se o conseguirmos, seremos dignos do reconhecimento de uma memória futura.

É essa a minha ambição.

Jantar Comemorativo da Constituição da Associação EIS – Empresários pela Inclusão Social

Lisboa, 20 de Novembro de 2006

É com particular satisfação que participo no lançamento da Associação Empresários pela Inclusão Social, iniciativa que apoiei desde a primeira hora e da qual aceitei, com muito gosto, ser Associado de Honra.

Tenho vindo a empenhar-me para que na sociedade portuguesa, ao lado dos direitos, se afirme cada vez mais uma cultura cívica de responsabilidade, em que cada um compreenda que é seu dever – e também benefício – contribuir para o progresso do País.

Essa cultura cívica de responsabilidade não pode deixar de lado os grupos sociais mais vulneráveis, aqueles que mais tendem a resvalar para as margens de uma sociedade que se quer competitiva e dinâmica, mas também justa e inclusiva.

Foi isso que me levou a propor na Assembleia da República, no XXXII aniversário do 25 de Abril, um compromisso cívico para a inclusão social e, depois, a lançar o Roteiro para a Inclusão.

Ao contrário do que o nosso proverbial cepticismo poderia dizer-nos, sempre acreditei na vitalidade da chamada sociedade civil e na sua capacidade de se organizar e de dar resposta, sem ficar à espera do Estado, a muitos dos problemas que colectivamente nos afligem.

Ainda assim, confesso que tenho ficado agradavelmente surpreendido com muitos dos exemplos de boas práticas que tenho encontrado no combate à exclusão social, com o trabalho notável que é desenvolvido por milhares de voluntários em todo o país, com a resposta individual e colectiva que tenho visto surgir em vários sectores da sociedade portuguesa. Acompanho com especial expectativa a criação da “Confederação Nacional do Voluntariado”.

A criação da Associação Empresários pela Inclusão Social, tenho-a como um importante exemplo de consciência social e de maturidade cívica.

Se, por um lado, os empresários têm todo o direito de exigir uma envolvente favorável ao desenvolvimento da sua actividade de geração de valor e de criação

de riqueza, também é verdade que aqueles que são bem sucedidos devem ter a generosidade de contribuir para melhorar a sociedade em que se inserem, retribuindo-lhe, de algum modo, uma parte do seu quinhão de sucesso.

É curioso notar que, no próprio domínio da teoria da gestão, esteja a adquirir peso crescente a ideia de que as empresas podem, ao mesmo tempo, criar valor e justiça social, de que não existe um conflito entre o bem-estar económico das empresas e a sua acção como agentes activos de aperfeiçoamento da sociedade de que fazem parte. Trata-se de uma abordagem defendida pelos novos “gurus” da gestão empresarial, um *capitalismo de inclusão*. Num número recente da revista *Business Week* pode ler-se que, nos dias que correm, a filantropia das empresas tende a ser encarada mais como vantagem competitiva do que como mera obrigação.

São já muitas as empresas portuguesas para quem a dimensão social é uma componente relevante da sua acção. Tal como tem acontecido noutros países – e embora sabendo bem que as fortunas, em Portugal, estão a grande distância das que se encontram nos países ricos -, é de esperar que, cada vez mais, os nossos homens de negócios bem sucedidos dêem exemplos visíveis de partilha e de solidariedade, contribuindo pessoalmente para que as novas gerações beneficiem de um Portugal mais justo, coeso e progressivo. Penso que gestos desse tipo podem contribuir para que a ambição e a vontade de vencer pelo trabalho substituam o sentimento de inveja que alguns atribuem ao povo português.

Acompanho o que escreveu a revista *The Economist* a propósito da decisão do bilionário Warren Buffet de doar 31 mil milhões de dólares à Fundação Bill & Melinda Gates: “os que querem fazer boa filantropia façam-no, tanto quanto possível, em vida, porque assim conseguem assegurar uma utilização mais eficiente dos seus donativos”.

O sucesso dos homens de negócios, no respeito das leis e dos princípios éticos, só pode ser um bem para o País. Indiquem-nos um país rico, não bafejado pela sorte das riquezas minerais, em que não existam homens de negócios que acumularam grandes fortunas?

Se, à capacidade do homem de negócios de sucesso, se juntar a grandeza humana de uma atitude filantrópica, a sociedade portuguesa será duplamente ganhadora. Por isso, quem quer o bem de Portugal e dos Portugueses não pode ter inibição

em afirmar que precisamos de mais e não de menos empresários e gestores de sucesso, sucesso, repito, construído no respeito pelas leis e dos princípios éticos, a que eu acrescentaria: empresários de sucesso e sensíveis ao apelo altruístico para a acção.

A Associação Empresários pela Inclusão Social, cuja constituição hoje aqui se assinala, não tem uma abordagem assistencialista, mas sim orientada para a produção de resultados. Tendo como áreas prioritárias de intervenção o combate ao abandono escolar e o incentivo ao empreendedorismo junto dos jovens, vai ao encontro de problemas e lacunas que assumem, entre nós e no contexto actual, particular gravidade. Ao contribuir para melhorar a qualificação dos recursos humanos e as condições de empregabilidade, atinge um dos principais factores de exclusão social. Por outro lado, na linha da “nova filantropia”, a Associação vai empenhar-se no sucesso dos projectos que financia, através de adequados mecanismos de acompanhamento e fiscalização.

Julgo que temos que ser mais ambiciosos em Portugal no combate à exclusão social, prevenindo e capacitando, actuando sobre o futuro, de forma sistemática e continuada. E o futuro são as novas gerações. Por isso é de enaltecer o facto de a Associação se propor começar pelas nossas crianças e pelas nossas escolas, porque é aí que se poderá fazer a diferença.

Felicito a Comissão Instaladora pelo trabalho já realizado.

Saúdo os empresários e gestores que responderam prontamente ao apelo altruístico para a constituição da Associação Empresários pela Inclusão Social. Espero que mais venham a fazê-lo. São credores do meu maior apreço, não só pela generosidade demonstrada, mas também pela visão moderna de que dão prova: a empresa pode, em simultâneo, criar valor e justiça social. Os associados fundadores perceberam bem a relevância do desafio que era lançado ao empresário português. A vossa resposta está bem em linha com o que escreveu o Prof. Jorge Dias sobre os elementos fundamentais da cultura portuguesa: “O Português é fortemente individualista, mas possui grande fundo de solidariedade humana”.

A vossa resposta, Senhores Empresários, é um contributo importante para o Portugal mais desenvolvido e, ao mesmo tempo, com maior justiça social que, como Presidente da República, quero ajudar a construir. Bem-hajam.

Cerimónia de Inauguração do Hospital Dr. Fernando Valle

Arganil, 26 de Novembro de 2006

Acedi com o maior gosto ao convite formulado pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Arganil para estar presente na inauguração do Hospital de Cuidados Continuados Dr. Fernando Valle.

Ao associar-me a este acto, pretendo, antes de mais, prestar público testemunho da acção desenvolvida pelas Misericórdias em prol da comunidade.

Instituição secular, cuja história se confunde com a História de Portugal, as Misericórdias constituem um exemplo particularmente ilustrativo do modo como as organizações da sociedade civil, actuando autonomamente ou em articulação com o Estado, contribuem para satisfazer as necessidades das populações.

O equipamento hospitalar hoje inaugurado irá ser inserido na Rede de Cuidados Continuados Integrados. É uma forma que me parece especialmente meritória de aproveitamento dos recursos que existem neste concelho e que assenta na articulação entre a Santa Casa da Misericórdia e as estruturas públicas do Serviço Nacional de Saúde.

Por meio desta salutar articulação, a Misericórdia e o Estado conseguem mais facilmente realizar aquilo que é o seu objectivo comum: promover o bem-estar dos Portugueses e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, em especial dos mais carenciados, daqueles com maiores necessidades de saúde, dos mais idosos em particular.

Tal como acontece noutras áreas, creio que desta interacção entre o público e o privado nascerão melhores frutos para a sociedade.

O País só tem a beneficiar com uma sociedade civil forte e dinâmica. A vitalidade da sociedade civil, de que este Hospital é um bom exemplo, acaba por ser, em última análise, um elemento de maior responsabilização para o Estado. Os poderes públicos sabem que podem contar com a sociedade civil. Mas, em contrapartida, quanto maior dinamismo revelar, mais a sociedade civil dispõe de legitimidade para reclamar o apoio do Estado. É justo ajudar aqueles que mais ajudam.

A partir de agora, Arganil dispõe de uma unidade hospitalar que vem colmatar uma importante lacuna, passando o concelho a estar dotado de um equipamento que preenche uma falha assistencial entre o hospital geral ou especializado, de grande ou média dimensão, e o apoio domiciliário.

Trata-se de prestar cuidados de saúde a cidadãos que, não exigindo internamento permanente ou prolongado, reclamam, ainda assim, uma atenção que não se compadece com o simples acompanhamento domiciliário. É o caso dos doentes que se encontram em fase de recuperação e necessitam ainda de tratamentos e supervisão clínica continuados.

Torna-se possível, deste modo, e para usar uma expressão conhecida, «promover a autonomia dos menos autónomos». Vai ser possível assegurar, de forma contínua e sustentada, melhores cuidados de saúde e uma maior qualidade de vida a pessoas idosas e a outros cidadãos em situação de dependência.

A criação de unidades descentralizadas para cuidados continuados responde, assim, aos desígnios de permitir a prestação desses cuidados em meio apropriado e de fazê-lo mais próximo do local da residência, das pessoas e do ambiente que é mais familiar aos doentes.

O nome escolhido para esta unidade hospitalar não poderia ser mais apropriado. Nascido no concelho de Arganil, Fernando Valle foi, ao longo de toda a sua vida, um exemplo de dedicação aos outros. Figura destacada da vida pública portuguesa, enquanto cidadão empenhado na luta por um Portugal mais livre, notabilizou-se também como um médico sempre disponível para os que dele precisavam, como um ser humano próximo do seu próximo.

Estou certo de que, da memória de Fernando Valle, este hospital não guardará apenas o nome. O seu exemplo de vida será sempre um estímulo e um modelo para todos os que aqui trabalharem.

Sessão de Abertura do Congresso do Poder Local

Lisboa, 12 de Dezembro de 2006

Quero, antes de mais, saudar a comissão organizadora e os participantes neste Congresso do Poder Local, uma iniciativa que considero particularmente oportuna e a que aceitei associar-me desde a primeira hora.

Ao comemorarmos, neste ano de 2006, o trigésimo aniversário da Constituição da República, celebramos também um dos princípios estruturantes da nossa Lei Fundamental: a consagração da autonomia local e a opção por um poder autárquico democraticamente legitimado.

Rompendo com décadas de centralismo, quiseram os constituintes de 1976 firmar um compromisso fundador daquilo que de mais democrático existe: o poder deve estar onde está o povo. Porque só existe para servir a comunidade, o poder deve ter uma relação o mais próxima possível com os seus destinatários. Só um poder de proximidade será capaz de conhecer as aspirações e os anseios dos cidadãos. Não hesito em afirmar que o poder local é, por isso, uma das mais genuínas concretizações da ideia de democracia.

Ao fim destes trinta anos, é positivo o balanço que todos fazemos do poder local. Quando comparamos o Portugal que existia há trinta anos e o Portugal que hoje somos neste início de século, o saldo é claramente favorável.

Os mais jovens porventura não se aperceberão, mas Portugal mudou muito nas últimas décadas. O percurso democrático que nos orgulhamos de ter feito nestes trinta anos deu-nos mais liberdade, mais desenvolvimento, melhores condições de vida, mais justiça social.

Por muitos sinais de atraso que persistam, por muitos desequilíbrios de crescimento que ainda tenhamos de combater, por muitos fenómenos de exclusão que se mantenham, o Portugal de 2006 é sem dúvida um País melhor do que o Portugal de 1976.

Para isso muito contribuiu o esforço desenvolvido pelo poder local. A circunstância de os titulares dos órgãos autárquicos serem eleitos pelas respectivas

populações foi, indubitavelmente, a chave do sucesso desta experiência política e administrativa. O êxito do poder local assentou na relação democrática de proximidade criada entre os autarcas e as populações.

Hoje, pode dizer-se que, de um modo geral, o País dispõe das infra-estruturas físicas e dos equipamentos indispensáveis ao seu desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das suas populações, domínio em que as autarquias desenvolveram um papel de grande relevo.

É tempo, por isso, de entrar numa nova fase na história da democracia autárquica. Uma fase que eu chamaria de maturidade plena do poder local. Nesta nova etapa, não são menores os desafios e as responsabilidades que se colocam aos titulares dos órgãos das autarquias. O tempo que agora se inicia será feito de obras menos visíveis, de realizações porventura menos espectaculares, mas nem por isso menos importantes para o bem-estar das populações.

Nos nossos dias, os autarcas têm que prestar atenção acrescida, por um lado, à capacidade produtiva e à competitividade dos concelhos e das freguesias que dirigem e, por outro, ao seu desenvolvimento social.

No que se refere à capacidade produtiva, exige-se que orientem uma parcela maior do seu esforço para a captação e fomento de investimentos e iniciativas empresariais. Mais investimento, criação de empresas e produções de maior valor acrescentado significam mais riqueza para a autarquia, mais oportunidades de emprego para os seus habitantes, mais desenvolvimento económico e social.

Se não existir, por parte dos autarcas, empenhamento na atracção dos investidores e na fixação de empresas competitivas, os recursos humanos mais qualificados emigram, os produtos locais não serão devidamente aproveitados e os capitais serão encaminhados para outros lugares dentro do território nacional ou, mesmo, para o estrangeiro.

No quadro deste desafio que hoje se coloca aos autarcas, importa sublinhar que o ordenamento do território é, cada vez mais, um relevante factor de competitividade. É verdade que temos muitos planos e nem sempre o melhor planeamento. Como é igualmente verdade que a complexidade do nosso sistema de ordenamento do território nos faz, por vezes, perder competitividade.

Mas a alternativa não pode passar por ignorar a importância da qualidade

ambiental. Temos de ser capazes de simplificar o nosso sistema de ordenamento do território, sem que isso se traduza numa diminuição da qualidade de vida das populações e sem que a sustentabilidade do desenvolvimento seja posta em causa.

Em suma, a batalha pelo desenvolvimento económico do nosso País e pela competitividade das nossas empresas é uma tarefa de que o poder local não pode alhear-se. Em cada freguesia, em cada município, no espírito de todos os autarcas portugueses tem de estar presente, cada vez mais, a preocupação por um crescimento equilibrado e duradouro.

Mas para que o progresso seja global e bem sucedido, é imperioso travar uma outra batalha: a do desenvolvimento social.

Considero que os autarcas têm especial vocação e capacidade para responder aos desafios do desenvolvimento social. O princípio da subsidiariedade assim nos esclarece: a proximidade, o conhecimento e a agilidade para encontrar soluções neste domínio são vantagens que nos asseguram mais e melhores respostas aos problemas sociais, presentes e futuros.

Problemas de pobreza e de exclusão social, de toxicodependência e de alcoolismo, de solidão dos idosos, de deficiência ou de falta de cuidados de saúde, de abandono escolar e de desqualificação de activos são, todos eles, problemas que não se podem prevenir e combater devidamente sem o envolvimento activo das comunidades e das suas autarquias.

Tenho a certeza de que os nossos autarcas não querem ficar alheados ou remetidos a um papel secundário quando se trata de apoiar os mais desfavorecidos e vulneráveis de entre as populações que representam.

A experiência revela-nos como, entre o poder central e o poder local, tem sido possível cooperar no sentido de dotar as comunidades dos equipamentos sociais necessários. Quer no domínio da protecção e inclusão social, quer no domínio da educação básica, quer mesmo na rede de oferta de cuidados primários de saúde, o esforço concretizado assegura-nos que é possível e desejável ir mais longe e atribuir maiores responsabilidades às autarquias, assegurando-lhes os correspondentes meios financeiros.

E também não vislumbro quem melhor do que as autarquias pode, a nível local, mobilizar os cidadãos, valorizar o voluntariado e a ideia da responsabilidade social

das organizações da sociedade civil, criar ambientes propícios à cooperação entre agentes locais, coordenar esforços e competências, por forma a que os objectivos sociais que todos ambicionamos possam ser eficazmente realizados.

A fase da construção das infra-estruturas vai estando a pouco e pouco concluída, razão mais do que suficiente para pensarmos numa nova geração de políticas locais dirigidas para outros tipos de necessidades, para a inclusão social, para a qualificação e o bem-estar das populações. A experiência que se tem vindo a desenvolver em torno das redes sociais e dos Conselhos Locais de Acção Social reforça a esperança de que algo de novo se está a construir.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A qualidade da democracia e o próprio êxito da governação dependem em larga medida da relação de confiança existente entre os cidadãos e os agentes do poder político, qualquer que seja o nível a que este é exercido. Assegurar essa relação de confiança passa por assumir e manter um sólido conjunto de valores éticos que garantam a orientação das decisões em prol do interesse público.

A particular relação de proximidade dos autarcas com os cidadãos cria-lhes responsabilidades acrescidas no aprofundamento da dimensão ética da vida pública e na necessidade de transparência e integridade das instituições e dos processos. O seu papel é, por isso, particularmente relevante na credibilização do sistema político e no reforço da qualidade da democracia portuguesa.

Este congresso, integrado nas comemorações dos 30 Anos do Poder Local Democrático, é uma oportunidade para afirmar o dinamismo e o sentido de serviço à causa pública que caracteriza o poder local, mas, mais do que isso, é uma oportunidade para encontrar o rumo adequado para vencer os desafios do futuro.

Esta é, também, a altura de reafirmar a vontade de trabalharmos todos por um Portugal melhor. Melhor no seu conjunto, mas melhor, igualmente, em cada uma das suas parcelas. Em cada freguesia, em cada município, no litoral e no interior, no Continente e nas Regiões Autónomas, no Norte e no Sul, Portugal tem de ser um País melhor. Estou certo de que os Portugueses podem contar com o contributo, o empenhamento, a visão e o trabalho dos seus autarcas.

Sessão de Abertura do Ano Académico na Academia Portuguesa de Medicina

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2007

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar a Academia Portuguesa de Medicina, na pessoa do seu Presidente, e todos os participantes nesta sessão de abertura do seu ano académico. Com a minha presença, quis assinalar o apreço do Presidente da República por todos quantos se empenham na melhoria da saúde dos Portugueses.

A saúde é um tema central e incontornável das sociedades contemporâneas. A história recente de Portugal, em particular desde a criação do Serviço Nacional de Saúde, é um exemplo de sucesso e de melhoria objectiva dos índices sanitários. Percorremos um longo caminho, marcado por êxitos inquestionáveis que nos colocam num elevado patamar no plano internacional, como é o caso da redução da taxa de mortalidade infantil, mas que também trazem consigo um nível de exigência cada vez maior. Nos nossos dias, ninguém duvida de que a saúde é uma das componentes mais relevantes do bem-estar das pessoas. É, por isso, uma certeza inelutável que a pressão por melhores cuidados de saúde não vai abrandar.

A saúde é um bem precioso para os cidadãos, mas é também um activo importante para a comunidade. Uma população saudável é uma população mais produtiva e qualificada, que gera mais e melhores empregos e mais riqueza e que dispõe de meios mais eficazes para combater a pobreza e a exclusão social. Uma sociedade saudável tem melhores condições para ser uma sociedade mais justa. A pobreza é, em si mesma, um entrave à saúde.

Todos sabem que me tenho empenhado em mobilizar a sociedade Portuguesa para o combate à exclusão social. Nas jornadas que levei a cabo, a saúde emergiu como um factor de inclusão da maior importância.

As doenças características da pobreza e da exclusão social são bem conhecidas. São as infecções e a fome, são as doenças do corpo e da mente que se manifestam à escala global e, nessa medida, estão próximas de todos nós, onde quer que estejamos.

Doenças como a tuberculose e a SIDA não são apenas um problema exclusivo de países longínquos do chamado Terceiro Mundo. Aliás, no tempo da globalização, não existem mais desafios sanitários de índole estritamente nacional ou regional. As ameaças das pandemias, a emergência de novas doenças e as rápidas variações dos padrões climáticos tornam imperiosa a necessidade de antecipar cenários e conceber estratégias adequadas a contingências futuras.

Como todos sabemos, ainda existem entre nós problemas na acessibilidade à informação, às medidas de promoção da saúde, à prevenção da doença e até aos cuidados terapêuticos e de reabilitação. Tais problemas resultam de desigualdades económicas, mas também de condicionalismos de outra natureza.

Apesar dos indiscutíveis sucessos alcançados, continuamos a ter populações urbanas marginalizadas, pessoas sem abrigo, doentes crónicos a quem faltam apoios, seres humanos desintegrados das suas comunidades, cidadãos deficientes com barreiras que não conseguem vencer, imigrantes com precárias condições de acesso à assistência médica. Existem franjas da sociedade e do território em clara desvantagem no acesso aos cuidados médicos.

O círculo da pobreza que gera a doença e da doença que gera a pobreza tem de ser combatido através de um apoio extraordinário às populações mais carenciadas. Tudo deve ser feito para que não haja exclusões do direito básico à saúde. Quero com isto dizer que, se temos feito progressos assinaláveis no domínio da saúde, temos desafios à nossa frente que não nos deixam descansar.

Não são só as doenças características da pobreza que constituem motivo de preocupação. Existem também as doenças típicas das sociedades mais desenvolvidas, das sociedades da abundância, das pessoas absorvidas na busca da satisfação imediata e menos preocupadas com o futuro, como se a saúde e a longevidade fossem um dado adquirido exclusivamente pelo progresso económico.

Sendo certo que a esperança de vida dos Portugueses aumentou, tal não poderá ser apenas imputado aos investimentos crescentes no sistema de saúde. É preciso viver mais, mas viver com melhor qualidade. Assegurar mais vida e melhor vida é uma obrigação do Estado, mas também dos cidadãos.

Ao Estado competirá formar e informar, educar e criar as condições para que cada cidadão possa, responsabilmente, viver em saúde e para a saúde. É justamente por isso que necessitamos de um enquadramento jurídico claro e de uma

implementação rigorosa de políticas e procedimentos administrativos para lidar com fenómenos como o tabagismo, o consumo em excesso de bebidas alcoólicas, a toxicod dependência, a obesidade ou os acidentes na estrada e no trabalho.

Para além disso, impõe-se uma reflexão urgente e profunda sobre a salvaguarda da qualidade de vida nas sociedades contemporâneas. Temos de pugnar por um melhor urbanismo, habitações mais saudáveis e cidades dotadas de espaços para o exercício e o lazer, por um melhor ordenamento do território, por sistemas de saneamento básico adequados, por uma política ambiental que reduza efectivamente os níveis de poluição.

Na área do Estado, as responsabilidades são hoje transversais e ultrapassam o tradicional campo de actuação do Ministério da Saúde. Praticamente todas as políticas, directa ou indirectamente, têm um impacto na saúde. Neste contexto, temos de alargar o âmbito da responsabilidade pela escolha de políticas públicas saudáveis, dos transportes ao urbanismo, da alimentação ao desporto, do desenvolvimento industrial à agricultura, do ambiente à educação.

As políticas com impacto na saúde devem ser bem fundamentadas, perceptíveis para os cidadãos nas razões, nos propósitos e nas consequências. Só assim será possível conseguir a participação de todos os interessados, dos decisores aos utentes dos serviços, passando pelos profissionais de saúde, a quem cabe naturalmente uma intervenção fulcral neste processo.

Mas importa deixar claro que a saúde é uma responsabilidade de todos e de cada um dos cidadãos. Todo o esforço de informação, de educação e de produção legislativa não terá frutos se cada português não assumir a obrigação de conservar e melhorar a sua própria saúde. O direito à saúde pressupõe um dever de liberdade responsável, centrada no respeito por si próprio e pelos outros. Cada qual deve perceber que é ele, em primeira linha, o guardião da sua saúde. Qualquer sistema de saúde só poderá funcionar, com qualidade e equidade, se os cidadãos o não sobrecarregarem com problemas que decorrem de estilos de vida e comportamentos pouco saudáveis.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Esta sessão da Academia Portuguesa de Medicina tem lugar numa casa onde se produz e transmite conhecimento. Uma razão acrescida para que sublinhe a

importância da ciência e da inovação como instrumentos essenciais para o progresso e a construção de um Portugal melhor. As melhores políticas são aquelas que resultam de uma adequada utilização do conhecimento.

Dispomos hoje de um manancial de conhecimentos científicos e técnicos como jamais existiu no passado. Mas ainda há lugar, naturalmente, para mais avanços na saúde, como noutras áreas. O País precisa de apostar firmemente na investigação científica e na inovação tecnológica, selectivamente orientadas para programas de alta qualidade.

Num contexto de escassez de meios, onde os fundos públicos são necessariamente limitados, a obrigação de usar racionalmente e com eficiência o que existe é um dever colectivo a que os investigadores e os prestadores de cuidados de saúde não podem eximir-se. Estou convencido de que poderemos contar com a participação da sociedade civil e com apoios de mecenas, sobretudo se formos capazes de fazer da melhoria da saúde dos Portugueses um verdadeiro projecto colectivo, em torno do qual se mobilizem as forças políticas, os parceiros sociais, as autarquias, as instituições de solidariedade, os cidadãos em geral.

As academias, de que a Academia Portuguesa de Medicina é um bom exemplo, são lugares onde nasce e floresce o espírito de descoberta. Nesse sentido, esta Academia poderá dar um importante contributo, a par de outras entidades, para uma mais precisa definição de conceitos e de boas práticas. O exemplo desta plateia enche-nos de esperança e certeza. Por um lado, a certeza de ter em Portugal um conjunto de personalidades médicas do mais alto nível, muitas das quais se encontram nesta sala. Por outro lado, a esperança de que esta cerimónia de exaltação do espírito académico se renove, e que possamos contar com mais contributos da sociedade civil, como aquele que resulta do Protocolo agora assinado.

Queremos um País mais saudável, em que os seus habitantes sintam satisfação por nele viver e trabalhar. Alcançar e manter altos padrões de saúde pessoal e pública não pode deixar de ser um objectivo orientador para os decisores políticos, quer a nível central, quer local e, acima de tudo, para cada um de nós.

É nas famílias, nas escolas, nas Universidades, nos locais de trabalho, e também nas associações profissionais, nas sociedades científicas e nas academias que se cria e fortalece a vontade de ser saudável. Estou certo de que é esta vontade de

contribuir para um Portugal com mais saúde que anima o espírito da Academia Portuguesa de Medicina. E foi por isso que aceitei o convite para estar presente nesta Sessão de Abertura do seu ano académico.

Educação, Ciência e Cultura **IV**





Sessão de Encerramento das Comemorações dos 75 Anos da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, 2 de Junho de 2006

É com muito gosto que me associo à celebração do septuagésimo quinto aniversário da Universidade Técnica de Lisboa, a quem formulo os votos de continuação de um trabalho profícuo em prol do desenvolvimento do País.

Esta foi a minha primeira Universidade. Nela estudei e nela ensinei durante largos anos. Nela fiz amizades que perduram. Por isso, quero também deixar aqui uma palavra de testemunho pessoal do trabalho feito por esta instituição e da sua influência decisiva na valorização de muitas gerações de jovens.

O desenvolvimento e o progresso conhecidos nos diferentes ciclos da vida do País, já largamente historiados durante estas comemorações, devem muito à acção das escolas da Universidade Técnica, dos seus docentes e investigadores, e à visão dos que nela ocuparam lugares de responsabilidade ao longo destes 75 anos.

A trajectória marcante do seu passado confere à Universidade Técnica uma grande responsabilidade para o futuro. Acumulou experiência, venceu resistências, influenciou muitas vezes quem decidia. Hoje conta com meios, instalações, recursos humanos e prestígio que a tornam um valor inestimável para o impulso de progresso e bem estar que ambicionamos para o País.

A Universidade Técnica de Lisboa é uma instituição verdadeiramente plurifacetada, o que constitui um dos activos mais fortes do seu património científico e da sua vivência enquanto centro de produção e transmissão de saberes.

São múltiplos os exemplos do incremento dado por esta Universidade à cultura científica, ao conhecimento e à investigação, desde as áreas científicas clássicas, a áreas que mais tarde ganharam tradição entre nós, como os estudos ecológicos e florestais, a econometria, as relações internacionais, a sociologia do trabalho ou o desporto, até aos mais recentes domínios do conhecimento, como a nanotecnologia, a computação e a informação quânticas e as biotecnologias.

É também importante a abertura que tem sabido concretizar em relação ao

mundo empresarial e à sociedade, promovendo a cultura empreendedora que deve ser parte integrante do ensino superior. O reforço da interligação entre docentes, investigadores, alunos e empresas com base científica e abertas à inovação é fonte de benefícios mútuos que se revestem da maior relevância para Portugal.

Os caminhos a trilhar para a afirmação da sociedade do conhecimento precisam de contar cada vez mais com o contributo das Universidades ao nível das transferências do saber. Aqui se incluem actividades como a criação de estruturas de interface com o mundo exterior, espaços de incubação, estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica, ou a protecção da propriedade industrial, nomeadamente através do registo e gestão de patentes.

O ritmo e intensidade da interacção entre as Universidades e as empresas portuguesas tem de crescer e tornar-se uma cultura adquirida e permanente, nova fonte de exigência e de visão avançada do futuro.

Não vale a pena perder tempo a discutir se a culpa pelo baixo nível desta interacção está nas universidades ou nas empresas. O que importa é olhar o futuro, de modo a que nunca mais se possa dizer que as Universidades estão fechadas nas suas torres de marfim porque, de facto, essa frase hoje já não tem sentido.

Cabe às Universidades induzir o progresso, impelindo a sociedade a ir mais além, sempre com os olhos postos no que só é impossível a quem não quer e não arrisca.

A diversidade que esteve na génese e no desenvolvimento da Universidade Técnica de Lisboa privilegia uma cultura de interdisciplinaridade que constitui a resposta indispensável ao paradigma da complexidade.

O Colégio de Estudos Integrados da Universidade Técnica de Lisboa é bem o símbolo de uma instituição que sabe como procurar novas respostas na cooperação e convergência entre as diferentes áreas do saber e os seus centros essenciais de produção.

É hoje ponto assente que a principal riqueza de um País ou de uma instituição, seja empresa ou serviço público, são as pessoas que nelas vivem e trabalham.

Sem pessoas qualificadas, empreendedoras, motivadas e aptas a aprender em permanência, instala-se a rotina, a indiferença e o desalento.

Todos os agentes do sistema de ensino têm consciência de que a capacidade de

adaptação, de iniciativa e de exigência contínua se incute nos jovens desde a mais tenra idade e é vital para progredir num mercado global e em rápida mutação. Essa vontade e esse impulso consolidam-se irreversivelmente à medida que os jovens progridem nos estudos e aprofundam o conhecimento e a convivência com meios cada vez mais sofisticados do saber e da experiência.

Por isso, o insucesso escolar, o abandono precoce do sistema de ensino ou a falta de aproveitamento no ensino superior são um desperdício grave que tem de ser combatido com todas as nossas forças e capacidades.

No mundo complexo em que vivemos, é preciso que os jovens portugueses, como estudantes, como trabalhadores ou como empreendedores, possam encontrar as oportunidades e a valorização de que necessitam para se tornarem pessoas completas e realizadas.

Não podemos prometer aos jovens um caminho aplainado, confortável e sem riscos. A aprendizagem é árdua e difícil, implica esforço e persistência e os conhecimentos adquiridos na universidade têm uma esperança de vida cada vez mais curta.

Uma sólida formação de base, mas também a formação e a aprendizagem contínuas são uma condição de sucesso em qualquer área profissional ou científica. A sociedade portuguesa espera que a Universidade proporcione a todos a oportunidade do acesso ao conhecimento que vai produzindo, através da inovação e da flexibilidade das suas propostas de ensino.

O relacionamento com instituições de outros países e a inserção internacional da Universidade é, cada vez mais, condição essencial para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades e abertura de novos espaços de acção e aprendizagem.

O intercâmbio universitário e científico, de que a Universidade Técnica de Lisboa foi sempre protagonista e agente de relevo, conhece hoje uma dinâmica e uma inevitabilidade que não tem precedentes.

A mobilidade tornou-se parte integrante da vida dos estudantes e dos docentes. A actividade profissional, em qualquer área, já não conhece círculos fechados ou espaços exclusivos de acção.

Todos sabemos que o sistema de ensino superior português está a atravessar uma fase de profunda reformulação, que é, de facto, imperiosa para que tenha-

mos uma voz activa e plenamente reconhecida no espaço europeu do ensino e empregabilidade.

O Processo de Bolonha é muito mais do que uma proposta e um convite. É uma mensagem de urgência para recuperar competitividade e acertar o passo pelas melhores instituições congêneres europeias.

Consolidando o sucesso associado a diferentes programas de mobilidade dos cidadãos europeus, onde o Programa *Erasmus* assumiu especial destaque, o Processo de Bolonha desafia-nos agora para um horizonte muito mais ambicioso, o de construir um verdadeiro espaço Europeu do Conhecimento. A comunidade científica portuguesa deve ser parte integrante e reconhecida nesse Espaço.

Aprendizagem, formação e emprego são equacionados numa perspectiva de convergência no plano europeu, o que implica comparabilidade dos diferentes cursos e sistemas de ensino, com a conseqüente transparência na definição dos respectivos conteúdos e objectivos.

Mais do que a exigência de reformulações de planos curriculares ou de adaptações de curto prazo, Bolonha deve ser encarado como uma verdadeira oportunidade para as escolas e instituições que, conscientes da missão que lhes cabe no Portugal de hoje, não se resignam à mediania e ambicionam uma posição de relevo no plano internacional.

Mais do que novos *curricula*, trata-se de criar os fundamentos de uma nova atitude perante o ensino, a aprendizagem e a formação ao longo da vida como factor essencial para o sucesso no mercado de trabalho do futuro.

As novas fórmulas que vão modelar o ensino superior terão de ser criadas pelas próprias instituições. Estamos, permitam-me que o diga, perante a prova dos nove do princípio da autonomia do ensino superior.

Entre todas as grandes instituições da sociedade portuguesa, as Universidades, pela sua história, pela sua natureza, pela qualidade das pessoas que as integram, estão especialmente vocacionadas para se questionarem e adaptarem, engrandecendo-se com isso.

Não seria razoável esperar que esta mudança se fizesse sem tensões, sem hesitações, sem críticas. Sabemos, e as escolas ensinam isso mesmo, que entre duas posições de equilíbrio, a velha e a nova, está um processo de ajustamento dinâmico, nem sempre linear ou suave.

Mas não é isso que nos deve impedir de evoluir e acompanhar o exigente ritmo de andamento que nos é proposto.

A dimensão das mudanças que são necessárias e as suas conseqüências práticas ao nível da afirmação do País, num quadro europeu de mobilidade e empregabilidade, não são só uma questão do foro interno da Academia, ainda que o seu grau de responsabilidade seja imenso. São uma questão nacional.

Surge, aqui, à evidência, o cerne da autonomia universitária: aquele ponto ideal onde confluem o grau de autonomia científica, pedagógica e financeira e o grau de responsabilidade que as Universidades devem assumir perante a comunidade.

A sociedade portuguesa espera das Universidades ambição e liderança num quadro em que é vital a afirmação da competitividade, da qualidade, da excelência e da capacidade de inovar.

A Universidade Técnica de Lisboa tem, na sua matriz, o sentido de abertura às exigências dos novos tempos, a marca de enfrentar com determinação o que a ameaça e desafia, saindo sempre reforçada na pujança das suas Escolas e no seu prestígio. Estou certo de que continuará a ser assim no futuro.

Aos docentes, investigadores, alunos e funcionários da Universidade Técnica, renovo as minhas felicitações pelos 75 anos que souberam percorrer e reafirmo a confiança no êxito que os próximos anos vão assinalar.

Portugal conta com o vosso melhor.

Sessão de Encerramento do Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica das Universidades de Coimbra, Aveiro e Beira Interior e do Conselho Empresarial do Centro

Coimbra, 20 de Junho de 2006

Termina hoje, aqui, na Universidade de Coimbra, a 1ª Jornada do Roteiro para a Ciência que percorri, nos últimos dois dias, em torno das Biotecnologias e da Biotecnologia.

Esta Universidade, à qual Portugal muito deve, tem prestado meritórios serviços à comunidade e pelas suas salas de aula e laboratórios passaram muitos vultos da cultura, da ciência e da economia portuguesas.

Congratulo-me com a realização do Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica, a cujo encerramento me associo com muito gosto, e felicito vivamente as entidades promotoras.

Este Curso trata do tema certo e trata-o de forma correcta.

Portugal precisa de mais empreendedorismo, de mais inovação de base científico-tecnológica e de maior cooperação entre todos os sectores dinâmicos da sociedade. Ora, este Curso tem o mérito de, simultaneamente, disseminar o espírito e as competências do empreendedorismo, basear-se num elevado número de tecnologias e resultar de uma parceria entre três Universidades e uma associação empresarial.

Senhoras e Senhores

Portugal enfrenta grandes desafios de competitividade à escala global.

A globalização abre-nos grandes oportunidades – aumento da eficiência económica, progresso tecnológico, investimento, mercados financeiros desenvolvidos e recursos humanos mais qualificados. Mas não nos enganemos. A globalização produz vencedores mas também vencidos.

A resposta aos desafios de competição global, numa era em que a integração dos mercados, as trocas comerciais e os movimentos de capitais são mais intensos

do que nunca, não pode passar pelo trabalho intensivo, pela mão-de-obra barata e pelos produtos de baixo valor tecnológico.

A única resposta que nos fará vencedores na competição global radica na aposta na qualificação das pessoas, no desenvolvimento de uma nova carteira de actividades e de produtos de forte conteúdo tecnológico, na investigação científica, na disseminação das tecnologias de informação e na inovação empresarial.

A Ciência é, em simultâneo, um fim em si mesmo – porque o Conhecimento não pode deixar de ser uma ambição suprema do Homem – mas também um requisito indispensável à competitividade das empresas e ao desenvolvimento económico e social dos países.

Desde o final da década de 80 que Portugal tem vindo a fazer um esforço significativo de investimento público em Investigação e Desenvolvimento, de apoio à formação avançada de recursos humanos e de constituição de equipas de investigação.

Apesar desse esforço, o desempenho nacional, quando comparado com outros Estados-membros da União Europeia, é ainda insuficiente, tanto ao nível da qualificação dos Portugueses, como dos padrões de investigação e de inovação.

Algumas avaliações apressadas remetem-nos para o tradicional problema do financiamento do Estado à Investigação e Desenvolvimento. Ora, a leitura atenta dos estudos da União Europeia e da OCDE mostra-nos uma outra realidade. Mais do que de um baixo nível de investimento em I&D, a raiz dos nossos problemas nasce principalmente da ineficiência desse investimento e do desequilíbrio da sua composição (preponderantemente público, com baixo investimento privado).

É verdade que precisamos de fazer mais em matéria de I&D mas, sobretudo, temos de fazer melhor. Muito do que seremos, nas próximas décadas, enquanto Povo e enquanto Nação, dependerá do esforço que fizermos na área da ciência e do conhecimento e da nossa capacidade em traduzirmos os resultados da investigação em valor económico e social.

Congratulo-me com o facto desta orientação ter vindo a ganhar um reconhecimento crescente em Portugal

Não há, de facto, margem para hesitações. Precisamos de um ambiente mais competitivo na Investigação, capaz de reconhecer o mérito, a excelência e a

capacidade de aplicar conhecimento. Precisamos de maior cooperação entre o mundo académico e o tecido empresarial, de modo a explorar o valor comercial dos bons resultados da Investigação.

Precisamos de massa crítica nas unidades de I&D, indispensável à internacionalização do nosso sistema científico.

Precisamos de mais investigadores e de mais pessoas envolvidas nas actividades da economia do conhecimento. Precisamos de apostar numa maior participação em redes internacionais e de fomentar a mobilidade dos investigadores.

Insisto. Como noutras áreas da nossa sociedade, Portugal evoluiu muito em matéria de Investigação e Desenvolvimento, mas temos que fazer mais e melhor.

Portugal tem potencial na área da Ciência. Temos cientistas de elevadíssima qualidade e de prestígio internacional, temos instituições consideradas de excelência na investigação e temos algumas bem sucedidas parcerias Universidade-Empresa, de que resultaram inovação e reforço da competitividade.

Mas nem o mero sublinhar do nosso potencial nem a retórica das virtualidades da sociedade do conhecimento são suficientes, por si só, para sermos bem sucedidos no mundo globalizado dos nossos dias. É necessário haver vontade, determinação e talento na concretização desse potencial. É preciso passar à acção.

Uma boa forma de concretizar o nosso potencial passa, também, por dar visibilidade aos bons exemplos e replicá-los.

É o que pretendo fazer com o Roteiro para a Ciência.

Neste Roteiro para a Ciência tenho cinco objectivos principais.

Em primeiro lugar, valorizar o papel dos cientistas na abertura das novas vias do conhecimento, na concretização dos objectivos de desenvolvimento sustentável e na afirmação internacional do nosso País.

As mulheres e os homens da Ciência, aqueles que enveredaram por uma vida de muito estudo e de luta diária para romper as fronteiras do conhecimento, são cruciais ao futuro do nosso País e merecem reconhecimento público.

Portugal precisa de conhecer melhor os seus cientistas, de valorizar o seu papel e de estimar os serviços que prestam à comunidade. Essa é, aliás, a melhor forma de promover a cultura científica e de convocar as novas gerações para o sonho de descobrir, de inventar e de inovar. Precisamos de fazer despontar novas e muitas vocações para as actividades de investigação e de desenvolvimento.

Em segundo lugar, com este Roteiro quero mostrar alguns bons exemplos. Exemplos que devem ser conhecidos cá dentro e lá fora. Exemplos que merecem ser replicados.

Exemplos de um Portugal moderno e inteligente, que acredita que pode ser vencedor na era da globalização.

Exemplos de cooperação entre Universidades, Instituições de Investigação e Desenvolvimento e Empresas, tanto no desenho dos projectos de investigação, como na plena exploração e partilha dos seus resultados.

Exemplos de participação em redes e de transferência de conhecimento.

Exemplos de constituição de massa crítica, contrária a uma entorpecedora fragmentação.

Exemplos de empresas tradicionais que se tornaram mais competitivas à medida que deixaram penetrar a inovação de base tecnológica.

Exemplos de novas empresas de base tecnológica criadas a partir de projectos de investigação científica.

Exemplos de boa gestão da propriedade intelectual, de angariação de capital de risco e de comercialização eficiente.

Em terceiro lugar, com este Roteiro, pretendo contribuir para reforçar a nova atitude em torno da Investigação e Desenvolvimento que se desenha em Portugal. Mais do que aleatoriedade ou voluntarismo, o país precisa de apostar no investimento privado em I&D, de assegurar a reprodutividade do investimento público e de ser eficiente no acesso a fontes internacionais e comunitárias de financiamento directo.

Por cada novo euro investido em I&D, temos de ser capazes de publicar mais artigos científicos, de registar mais patentes, de celebrar novos contratos de transferência de conhecimento, de criar novos produtos e novas empresas de base tecnológica.

Em quarto lugar, com este Roteiro para a Ciência quero convocar a cultura empreendedora. Num mundo globalizado, é preciso arriscar, pôr de parte o comodismo e o medo, abraçar a mudança, olhada pelo prisma das oportunidades, e ousar, inovando e empreendendo.

Quero incentivar os cientistas a integrarem, no desenho da sua investigação, as necessidades das empresas e, até, a criarem as suas próprias empresas. Quero

incentivar os empresários a desenvolverem uma cultura de maior permeabilidade aos bons resultados da investigação científica.

Acredito na nova geração de empreendedores que procuram basear no Conhecimento a sua vantagem competitiva. Homens e mulheres que estudam, que lutam, que têm ambição e que acreditam em si próprios e no País. Homens e mulheres que pensam global e agem global.

Por último, neste Roteiro, pretendo dar visibilidade a alguns nichos de investigação, de desenvolvimento e de inovação, num quadro de valorização dos recursos humanos, de criação de emprego e de competitividade da nossa economia.

Portugal pode tirar mais partido das suas vantagens comparativas, das apostas na formação e no apetrechamento tecnológico que realizou nalgumas áreas. Temos, em alguns sectores, condições para consolidar regiões de conhecimento e de oportunidade.

Esse é precisamente o caso das Biociências e da Biotecnologia, temas que escolhi para esta primeira jornada do Roteiro para a Ciência.

As Biociências e a Biotecnologia constituem uma área que representa a nova vaga da economia baseada no conhecimento, com aplicações que são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das populações em matéria alimentar, ambiental e de saúde. Por outro lado, configuram significativas oportunidades económicas, podendo mesmo falar-se do surgimento de uma nova economia a nível mundial – a *bio-economia*.

Ora, esta é precisamente uma das áreas relativamente às quais Portugal tem potencial para se desenvolver.

Dispomos de um número elevado de unidades de investigação de qualidade, de graduados e pós-graduados com competências específicas e de laboratórios e equipamentos apropriados.

Senhoras e Senhores

Termino felicitando, nas pessoas dos Magníficos Reitores das Universidades de Coimbra, Aveiro e Beira Interior e do Presidente do Conselho Empresarial do Centro, os promotores do Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica.

Desejo, aos alunos presentes, as maiores felicidades na aplicação prática das noções de empreendedorismo que aqui aprenderam.

Cerimónia de Atribuição do Grande Prémio do Romance e da Novela pela Associação Portuguesa de Escritores

Lisboa, 24 de Junho de 2006

Tenho o maior prazer em estar aqui hoje para entregar o Grande Prémio do Romance e da Novela a Francisco José Viegas, o mais jovem galardoado com este importante prémio literário.

A partir de hoje, Francisco José Viegas integra a fileira de autores de língua portuguesa tão notáveis como Agustina Bessa-Luís, Vergílio Ferreira ou Lídia Jorge, entre outros, e essa é sem dúvida a felicitação mais expressiva que lhe pode ser dirigida.

Podemos dizer que Francisco José Viegas é um homem de cultura, reconhecido pelo público e pelos seus pares e que muito justamente mereceu o Prémio que hoje lhe é entregue.

Mas eu gostaria de qualificar o premiado como um viajante das diferentes formas de expressão, um homem da comunicação, no sentido amplo que abarca as mais variadas formas de transmitir opiniões, sentimentos, experiências, o modo como vê ou recria o que suscita interesse e inspira.

Professor de linguística, jornalista, autor de programas na televisão, poeta, romancista, autor de peças de teatro e de livros de viagens, Francisco José Viegas vê consagrado não só o seu talento para escrever e contar, mas também a generosidade e o brilho com que transmite o gosto pela vida e a avidez de ver mais, de saber mais e de transportar os outros nas suas formas de sentir.

Felicito o premiado pela sua obra literária, que divulga e dignifica a língua portuguesa, confiante de que lhe está reservado um futuro promissor onde encontrará novos e merecidos êxitos.

Felicito também a Associação Portuguesa de Escritores, na pessoa do seu Presidente, José Manuel Mendes, pelo trabalho assinalável que esta associação tem desenvolvido em prol da cultura portuguesa.

Por aqui passou a maioria das grandes figuras das letras portuguesas da segunda metade do século XX, além de nomes importantes da história do civismo e da liberdade.

Na era da comunicação, em que a escrita se estiliza e compete com formas de transmitir imediatas e formatadas, em que a imagem ocupa um espaço dominador e atraente, os escritores são os mais qualificados depositários desse bem inestimável que é a língua de um povo.

São eles que a preservam, a afeiçoam e a adaptam às novas realidades. São eles que a renovam, em suma, criando a partir das raízes sólidas novos modos de exprimir e comunicar.

Não é demais sublinhar a importância estratégica da língua portuguesa no contexto internacional e o papel determinante que o profundo conhecimento da língua materna tem na educação dos jovens e na sua capacidade para aprender e se desenvolver em todas as áreas do saber.

Portugal orgulha-se de possuir um património literário que se enaltece e enriquece permanentemente, com obras notáveis que são traduzidas em múltiplas línguas.

É essa riqueza e essa cultura que aqui hoje se celebram também, numa homenagem que significa essa vontade de continuar a marcar, com a nossa presença, a modernidade da Cultura europeia e mundial.

Renovo, pois, em nome dos Portugueses, a justa homenagem aos escritores, à Associação e, em especial, a Francisco José Viegas, desejando-lhe a continuação dos maiores sucessos.

Sessão Solene Comemorativa do 50º Aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa, 18 de Julho de 2006

É para mim um motivo de grande regozijo estar aqui hoje, dia em que a Fundação Calouste Gulbenkian comemora o seu quinquagésimo aniversário.

Nesse dia 18 de Julho de 1956, cumpria-se a vontade do fundador de deixar parte da sua fortuna e a sua extraordinária colecção de arte ao País que o acolheu em 1942 e onde encontrou uma hospitalidade que, nas suas palavras, “nunca havia sentido em mais lado nenhum”.

A estátua da autoria do escultor Leopoldo de Almeida, que se ergue no jardim, retrata bem a imagem desse homem extraordinário que foi Calouste Gulbenkian. Um falcão, enorme, representando o deus Hórus, que simbolizava a realeza e que harmonizava o lado solar e o lado lunar, o mundo dos vivos e o mundo dos mortos e, sob essa imagem de poder e determinação, a figura do homem, que só na aparência é menor.

De facto, a estátua que perpetua Calouste Gulbenkian exala vitalidade, força e confiança, vincadas pela expressão do seu olhar. É a imagem de um homem que enfrenta as tormentas e incertezas do mundo, disposto a deixar nele uma marca nítida, que foi a de um empreendedor de sucesso que não ignorou a importância da função social da riqueza.

A família Gulbenkian é oriunda de Cesareia, na Capadócia, cidade onde se destacou S. Basílio, grande apóstolo do ideal da partilha. Terá sido essa cultura de dádiva que influenciou esta família de mecenas das artes e das obras de beneficência, tradição seguida ao longo de gerações e que está na génese da Fundação Gulbenkian e dos seus objectivos estatutários.

Mas a Fundação só pôde nascer após ter sido travada, e vencida, uma das grandes batalhas jurídicas da época e não seria decerto o que é se não tivesse tido, como seu primeiro Presidente, essa figura ímpar de determinação e talento que foi o Dr. José de Azeredo Perdigão.

Pelo papel que desempenhou na sua instalação, pela obra que nela desenvolveu

e pelo prestígio que lhe granjeou, o nome de Azeredo Perdigão ficará para sempre ligado à história da Fundação. Foi o seu impulso decisivo que edificou uma instituição independente, apenas submetida aos estatutos e à lei, que não cede às contingências do tempo porque sabe pensar e agir no longo prazo. Honra a sua natureza de entidade privada que prossegue uma missão de interesse público. Os estatutos, definindo a missão da Fundação em quatro áreas - a beneficência, a arte, a educação e a ciência - deixaram às sucessivas administrações a liberdade e a responsabilidade para decidir sobre o melhor modo de a concretizar. O nosso País precisa de instituições assim. Autónomas, fortes, verdadeiros exemplos de excelência que devem ser seguidos.

Eis o legado do Dr. Azeredo Perdigão. É justo, pois, evocar de modo muito especial a sua memória neste dia.

Quero igualmente prestar a minha homenagem aos ilustres sucessores no cargo, Prof. António Ferrer Correia e Dr. Victor de Sá Machado, cuja actividade à frente da Fundação, nomeadamente na cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, todos recordamos com admiração.

Uma palavra muito especial ao actual Presidente, Dr. Emílio Rui Vilar, a quem tenho o prazer de saudar vivamente neste dia.

As múltiplas realizações que ao longo destes anos a Fundação levou a cabo são testemunho inequívoco da clarividência e dedicação de quem a conduziu até aqui.

Os seus responsáveis e todos quantos aqui trabalham estão de parabéns. O legado do seu fundador é de há muito uma instituição altamente respeitada.

Num tempo conturbado como foi este meio século, em que o mundo conheceu várias crises e Portugal viveu uma revolução, a solidez financeira da Gulbenkian, a sua estabilidade e a consistência do rumo seguido até hoje constituem o elogio mais eloquente aos homens que a ergueram e consolidaram.

Portugal tem boas razões para se congratular com estes 50 anos de existência da Gulbenkian. Faço votos para que ela prossiga, por muitos mais anos ainda, o trabalho meritório que tem vindo a desenvolver em prol da sociedade, da cultura, da ciência, da educação e da arte.

Ligam-me a esta Fundação laços muito especiais. Iniciei aqui a minha actividade profissional, como investigador no Centro de Economia e Finanças do Instituto Gulbenkian de Ciência, ao qual estive associado durante dez anos. Foi

na Gulbenkian que efectuei os meus primeiros trabalhos académicos e foi ela que apoiou o meu doutoramento em Inglaterra. Estou, por isso, em condições privilegiadas para testemunhar pessoalmente sobre o modo como desenvolveu a actividade da formação de recursos humanos e como tem sido importante para os Portugueses.

A escolha de Portugal para erigir a Fundação foi um gesto que nos distinguiu, enquanto povo que sabe receber e que ao longo da sua história se cruzou com outros povos e outras culturas.

Mas foi, ao mesmo tempo, uma manifestação de confiança na nossa capacidade para gerir e pôr ao serviço da humanidade um tão valioso património material e espiritual. Outros poderiam ter duvidado dessa capacidade. Calouste Gulbenkian acreditou e hoje sabemos que teve razão.

Da Fundação se dizia, até há não muito tempo, que era o nosso “Ministério da Cultura”, tal o prestígio de que gozava e ainda goza neste sector.

Sem dúvida, a cultura tem sido o aspecto mais visível da sua actividade.

Nas artes, para além dos museus e das bibliotecas, avulta a promoção de espectáculos, exposições, conferências, edição de livros e atribuição de bolsas e subsídios.

Nos seus museus e auditórios, o público passou a poder usufruir, com regularidade, das melhores produções artísticas, sejam elas nacionais ou estrangeiras, antigas ou contemporâneas.

Mais recentemente, foi ainda essa mesma estratégia que permitiu o restauro de vários monumentos do património histórico que os Portugueses construíram pelos quatros cantos do mundo.

No vasto domínio de acção nos campos da educação e cultura, não posso deixar de destacar o sulco profundo que o serviço de bibliotecas itinerantes deixou na memória dos Portugueses.

Quando era ainda incipiente o sistema de bibliotecas públicas, sobretudo escolares, as carrinhas cinzentas eram ansiosamente esperadas por miúdos e graúdos, que se deslumbravam com as prateleiras forradas de livros a que podiam aceder, ganhando contacto com um mundo que de outro modo lhes estaria vedado, abrindo horizontes e cultivando o gosto pela aprendizagem.

Poucas acções terão tocado tão profundamente como esta o interior de Portugal na segunda metade do século XX.

Dizia então o Dr. Azeredo Perdigão que “não basta aprender a ler e a escrever. É preciso ler sempre e regularmente”. Neste simples e profundo enunciado afirmava o combate à exclusão e abria um caminho que ainda hoje prosseguimos com tenacidade e redobrado reconhecimento da sua importância.

Mas a actividade da Fundação Calouste Gulbenkian em Portugal está longe de se esgotar na sua vertente cultural.

Quer na promoção da investigação científica quer na divulgação da ciência, a Fundação foi pioneira na vitalização de um sector essencial à nossa vida colectiva e despertou o País para um mundo novo.

Além das bolsas atribuídas a milhares de investigadores, em Portugal e no estrangeiro, criou centros de investigação e desenvolveu programas específicos de investigação biomédica avançada, em que participam especialistas de todo o mundo. Neste domínio, o Instituto Gulbenkian de Ciência é uma referência internacional.

Uma parte importante da comunidade científica portuguesa teve, em algum momento da sua carreira, o apoio desta Fundação.

Na educação, na ciência, na saúde, mas também nas áreas sociais e do desenvolvimento humano, são inúmeros os programas e as acções pioneiras que representam o espírito inovador, visão de futuro e capacidade de prospecção das áreas de intervenção mais apropriadas.

No domínio social, a integração dos imigrantes é hoje uma preocupação comum a todos os países de acolhimento. A Fundação Gulbenkian lançou há vários anos um programa de reinserção sócio-profissional de médicos oriundos do Leste europeu a trabalhar em Portugal, integrando uma acção de solidariedade com o problema da falta de clínicos em alguns dos nossos hospitais.

Mas há ainda uma outra virtude a assinalar. A virtude de saber reconhecer o valor e premiar a excelência. São inúmeros os prémios criados ou patrocinados pela Gulbenkian, cumprindo essa difícil função social que é formar e reconhecer as elites nacionais.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal é hoje um país muito diferente daquele que há 50 anos acolheu Calouste Gulbenkian.

No plano político, somos uma democracia estável, onde a liberdade de expressão intelectual e artística é plenamente respeitada.

No plano social, apesar das assimetrias e das dificuldades existentes, o desenvolvimento levou a todas as regiões as infra-estruturas básicas, os centros de saúde, as escolas e os meios indispensáveis para uma vida minimamente digna.

A integração no espaço europeu rasgou-nos outros horizontes e convoca-nos agora para um futuro de cooperação cada vez mais estreita com a maioria dos estados do continente.

Em todo este processo, que mudou por completo a face do País, a Fundação Gulbenkian esteve sempre presente, antecipando as transformações necessárias, promovendo o debate de ideias e de políticas, estabelecendo pontes com o exterior e constituindo, muitas vezes, um oásis e um pólo de modernidade.

Numa cultura em que a dependência do Estado é, desde há séculos, predominante, a Gulbenkian soube afirmar-se pela independência, abrir-se à inovação, evidenciar as potencialidades da livre iniciativa dos cidadãos.

A Fundação Calouste Gulbenkian tem, por tudo isso, um lugar inconfundível na história portuguesa deste último meio século.

Mas ela é, também, um factor integrante da nossa confiança no futuro.

Portugal sente-se honrado por acolher a Fundação Gulbenkian e grato pela imensa obra feita no âmbito da cultura, da ciência e do desenvolvimento humano e social do País, e mantém grandes expectativas em relação à continuação da sua acção.

Ao comemorar o cinquentenário da Fundação Gulbenkian, temos que celebrar também a sua vitalidade, a sua capacidade de se fortalecer e de imprimir o seu cunho de distinção nas múltiplas actividades empreendidas.

O País precisa de instituições sólidas e autónomas, que impulsionem e mobilizem com o seu dinamismo outros sectores da sociedade civil.

Precisa de instituições com experiência e com prestígio além fronteiras, que projectem os Portugueses nos circuitos internacionais das empresas, da arte, da ciência e da cultura.

O passado e o presente da Fundação Gulbenkian são a melhor garantia de que ela continuará a ser, como até aqui, uma dessas instituições.

Renovo, pois, as minhas felicitações a todos os seus responsáveis, funcionários,

colaboradores e, muito em especial, ao seu Presidente, Dr. Rui Vilar, e aos vogais do Conselho de Administração.

Estou certo de que o espírito e as raízes que animam esta notável instituição e mantêm viva a memória daquele homem que soube dispor dos seus bens a favor dos outros continuarão a estender a sua acção benéfica e profícua a novas gerações de Portugueses.

Estou certo de que esta Fundação continuará a distinguir-se, projectando no futuro o destino de um homem, a sua vontade de partilha e, sobretudo, o seu exemplo.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Literário D. Dinis

Vila Real, 9 de Setembro de 2006

É com grande satisfação que venho aqui hoje, à Casa de Mateus, para entregar o Prémio D. Dinis a António Manuel Pires Cabral, pelos seus dois últimos livros de poesia.

António Pires Cabral tem uma ligação profunda a esta região e às suas gentes. Delas tem feito crónica na sua obra vasta e diversificada, numa linguagem com sabor às raízes que nunca abandonou, iluminando a alma destas terras que conhece tão bem.

Pires Cabral é um escritor que se impôs no meio literário português pela qualidade e excelência do seu trabalho, tanto em poesia como no romance, no conto ou no teatro, géneros que tem cultivado com igual mestria e sucesso.

Na verdade, depois de Camilo e Miguel Torga, poucos autores terão interpretado com tanta subtilidade a realidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Poucos terão sido tão sensíveis à imponência desta paisagem e à memória anti-quíssima do seu povo, onde se misturam ecos das mais variadas culturas.

Poucos terão sido tão atentos à dureza e perseverança com que o homem aqui luta para ganhar a vida.

O Prémio do Círculo de Leitores, atribuído há mais de 20 anos ao seu primeiro romance, *Sancirilo*, era já uma prova de que Pires Cabral tinha ultrapassado as fronteiras da cultura nordestina e vencido esse desafio, sempre difícil, que é dar a conhecer e a sentir à generalidade dos leitores a singularidade de uma região.

O Prémio D. Dinis, que hoje lhe é entregue – e com o qual já anteriormente foram distinguidos nomes tão marcantes das nossas letras como Agustina Bessa-Luís, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner ou Eduardo Lourenço – representa a justa consagração e o reconhecimento nacional de um percurso que se tem pautado pela exigência, a sensibilidade e a fidelidade às origens.

Mas António Manuel Pires Cabral não é apenas o escritor de talento que hoje homenageamos, um escritor com nome firmado na literatura portuguesa e com obra já traduzida no estrangeiro.

A dedicação à região nordestina, que está presente e é visível no seu trabalho literário, tem sido igualmente constante na sua actividade, quer como professor, quer como cidadão empenhado na vida local. No momento em que assinalamos a sua consagração como poeta, gostaria de sublinhar também esse seu compromisso com a comunidade em que nasceu e em que tem vivido, compromisso que se traduziu em múltiplas actividades e projectos realizados, ora por iniciativa privada, ora em colaboração com o poder municipal.

Numa região que foi tantas vezes esquecida e de onde muitos dos naturais foram obrigados a emigrar, não será de mais realçar o papel daqueles que aqui permanecem e preservam a vida, a identidade e a memória locais.

Felicito, pois, António Manuel Pires Cabral por este prémio, desejando-lhe muitos sucessos futuros.

Felicito igualmente a Fundação Casa de Mateus, na pessoa do seu Presidente, Dr. Fernando Albuquerque, que instituiu este prémio e que tem vindo a realizar um trabalho assinalável em prol das letras, das artes e do desenvolvimento regional.

Graças à dedicação e persistência dos seus responsáveis, a Casa de Mateus é hoje um marco obrigatório no roteiro da nossa cultura. Faço votos para que ela continue a ser, como até aqui, um pólo de criação e divulgação artística e para que outras iniciativas similares possam surgir em Portugal.

Muitos parabéns à Casa de Mateus. Muitos parabéns, uma vez mais, ao premiado, o escritor António Manuel Pires Cabral.

Cerimónia de Apresentação do Projecto *Anamnese* da Fundação Ilídio Pinho

Porto, 17 de Outubro de 2006

Foi com grande satisfação que aceitei o convite para estar hoje presente, aqui no Porto, na apresentação do Projecto *Anamnese* que tem vindo a ser desenvolvido pela Fundação Ilídio Pinho nos últimos quatro anos.

O nome escolhido para esta iniciativa exprime bem os seus objectivos: devolver à consciência o que estava condenado ao esquecimento. Não se trata apenas de divulgar obras de arte individuais; o que aqui se promove é a consciência do que se fez para tornar acessível e atraente o trabalho e o talento dos artistas.

Trata-se de mostrar a arte da divulgação, o valor intrínseco de cada exposição, fazendo da exibição uma arte em si mesma. Aqui, na *Anamnese*, o que ganha vida própria é cada um dos eventos realizados, muitas vezes apagados da memória como um conjunto para deixar apenas a referência de um ou outro quadro mais marcante.

Este projecto é uma das mais inovadoras formas de promoção da cultura portuguesa, cruzando entre si a arte, a tecnologia e a ciência, áreas de resto particularmente queridas à Fundação Ilídio Pinho.

Ao alcance de todos temos agora uma ferramenta extremamente útil para a percepção do que foi a produção artística portuguesa entre 1993 e 2003, constituindo, desta forma, um testemunho vital para a compreensão desta década que foi palco de um desenvolvimento extraordinário no campo das Artes Plásticas em Portugal. A *Anamnese* não se limita a elencar as principais exposições realizadas no nosso país. Permite também reafirmar algumas conclusões interessantes, entre as quais se destaca a de que, a partir da década de 90, a presença de artistas portugueses no exterior é permanente e regular, desmistificando assim a ideia de que a arte portuguesa é periférica ou está reduzida às fronteiras nacionais.

O facto de este projecto surgir no seio de uma instituição privada vem provar que a Cultura e a sua promoção podem e devem ser assumidas como uma responsabilidade de todos e que a união de esforços entre instituições, galerias, agentes culturais e artistas é sempre bastante proveitosa.

Portugal tem um vastíssimo património cultural e artístico, sendo detentor de uma surpreendente e constante produção cultural. Por essa razão, não pode exigir-se do Estado o apoio necessário para assegurar a concretização de todos os projectos que surgem anualmente.

Felicito toda a equipa envolvida neste projecto e, em especial, o Dr. Miguel von Hafe Pérez, que soube conjugar as sensibilidades de todos os intervenientes da *Anamnese* de forma a que surgissem os resultados que são hoje apresentados: um livro e um *site*.

Dizia Eça de Queirós que “a arte oferece-nos a única possibilidade de realizar o mais legítimo desejo da vida – que é não ser apagada de todo pela morte”. A *Anamnese* cumpre na perfeição esse desígnio. Resgata do efémero os eventos culturais de uma década particularmente criativa e libertadora, fazendo-os perdurar para além dos estreitos limites da memória de quem os viveu.

A Fundação Ilídio Pinho está de parabéns por acreditar que a ciência, a inovação e a arte são factores essenciais para o desenvolvimento e a formação de uma sociedade portuguesa mais moderna.

Sessão de Abertura da Conferência Internacional “Que valores para este tempo?” organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa, 25 de Outubro de 2006

É com todo o gosto que me associo a esta Conferência Internacional que coloca uma questão essencial: “Que valores para este tempo?”

Os tempos são realmente propícios a iniciativas como esta. Fala-se, com frequência, de uma crise geral de sentido que ofenderia os sistemas de valores sobre os quais as nossas sociedades foram erigidas.

De épocas assim disse Oliveira Martins:

“... a um sistema sucede outro sistema e, nos intervalos das doutrinas sucessivamente dominantes, há sempre pausas de materialismo obscuro.”

Viveremos numa dessas pausas? Mas, se assim for, sabemos que é justamente no tempo do materialismo obscuro que mais se exige dos homens para conferir novos sentidos aos valores de sempre e, mesmo, para vislumbrar novos valores.

Infelizmente, já não está entre nós o inspirador desta Conferência, o Professor Fernando Gil, mas continua vivo o exemplo que nos legou. O exemplo de um homem de convicções que, prisioneiro de uma extrema lucidez, dedicou a sua vida a uma incessante busca das condições da verdade possível.

Fernando Gil identificou uma tarefa, nas suas palavras, desesperadamente urgente: descobrir os valores deste tempo. Não pretendo, nesta singela intervenção, sugerir qualquer resposta para tão magna questão. Essa é tarefa que está atribuída à reflexão conjunta que aqui terá lugar, hoje e amanhã.

Mas permitam-me que diga algumas palavras sobre uma outra questão: por que precisamos de valores?

Os homens aspiram a um ideal ou, pelo menos, anseiam por ter um ideal que possam seguir. De facto, sem um ideal de vida em comum e sem os valores que o realizam, não haveria laços que ligassem os homens no tempo. Um grupo sem valores comuns não seria uma sociedade, porque nele faltaria o sentido, a espe-

rança, o futuro. Aí só haveria a força, para manter os homens juntos. E a força, concordarão comigo, não funda o laço social.

Os valores são, pois, a expressão de um acordo sobre o modo de realizar objectivos comuns. Não falo das abstrações elaboradas, e longamente trabalhadas, pela reflexão filosófica. Falo dos valores que unem os homens que vivem em comum. Falo de valorações concretas – sobre a boa convivência, sobre o bem comum, sobre o trabalho, sobre a entreaajuda e a cooperação, sobre as práticas culturais e os usos tradicionais –, valorações que representam a existência de uma sociedade perante os outros grupos e perante a História.

Estes valores da vida em comum pacificam a eterna tensão entre a necessidade de vivermos juntos e a vontade de cada um de viver à sua maneira.

Ora, não parece possível sustentar valores no modelo do homem solitário, porque os valores surgem, precisamente, quando se partilham valorações concretas. Esse é o meio pelo qual se confrontam os objectivos de cada um com os objectivos do todo e, conseqüentemente, pelo qual se resolve a tensão entre o indivíduo e o colectivo. Assim se criam condições para que os homens cooperem, ou seja, para que façam obra comum.

Em suma, o homem, para não ser solitário, tem de ser solidário.

Pela minha parte, constato que os homens cooperam. É certo que se fala em fim das certezas, em negação das tradições, em descrença nos ideais. O diagnóstico é por vezes pesado, angustiante.

No entanto, para além de todas as lucubrações teóricas, na vida concreta continuam a desenvolver-se entre os homens relações cooperativas.

Essas relações cooperativas são baseadas quer na reciprocidade, quer no altruísmo. O que significa, desde logo, que as escolhas humanas não podem ser sempre explicadas em termos de benefícios individuais e egoístas. Os homens também são movidos por outras racionalidades, baseadas na amizade, na compaixão, no respeito ou simplesmente na vontade de fazer obra comum.

Como Presidente da República Portuguesa, como português, desejaria que esse espírito de cooperação, que essa vontade de fazer obra comum, dominassem mais profundamente os meus compatriotas. Na medida das minhas possibilidades, gostaria de contribuir para que assim sucedesse. Acredito, aliás, que há motivos para ter esperança. É a minha convicção, uma convicção fundada em boas razões.

Sinto-o sempre que encontro portugueses disponíveis para realizar actos de voluntariado. Sensibiliza-me, em particular, ver entre eles tantos jovens, aqueles que supostamente estariam possuídos pela descrença nos ideais.

Sinto essas razões quando aprecio o esforço daqueles portugueses que, graciosamente, impulsionam inúmeras colectividades da nossa sociedade civil.

Sinto razões para ter esperança quando deparo com portugueses que, apesar das seduções que lhes chegam de outras paragens, escolhem ficar entre nós e aqui dar o seu contributo ao País, por exemplo, nas áreas científicas mais avançadas.

Sinto ainda boas razões para acreditar no espírito cooperativo dos portugueses quando encontro empresas que assumem a sua responsabilidade social.

Sinto esperança em todos os actos de cooperação voluntária e em todas as vontades que se unem para fazer obra comum.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Sabemos que os valores, porque são uma criação colectiva, podem ser determinados por actos meditados e deliberados. Debates como os que se sucederão aqui nos próximos dias serão valiosos pela capacidade de oferecer referências e consegui-lo-ão se tocarem o senso comum. Assim se cumprirá a máxima “pensar melhor para viver melhor”.

Viver de acordo com os valores que escolhemos pode ser uma via difícil, mas é a única coerente. Nas nossas sociedades, nas quais a questão dos valores está sempre em aberto, a sua escolha é um exercício de liberdade. Mas é um exercício de liberdade com responsabilidade.

De facto, somos livres porque estamos predispostos a mudar as nossas convicções se a isso formos convencidos. Mas também temos consciência de que só a nossa predisposição para mudar dá valor ao facto de mantermos as nossas convicções.

Somos livres também porque somos responsáveis e porque sabemos que seremos responsabilizados pelas escolhas que fizermos e pela maneira como as soubermos interpretar em toda a nossa vida. Somos, afinal, responsáveis perante todos os outros.

Trata-se, sem dúvida, de uma difícil liberdade.

Trata-se da responsabilidade no seu sentido mais profundo, como mediação entre a minha liberdade e o valor dos outros. Em cada homem que sabe viver assim a sua responsabilidade eu encontro uma nova razão para ter esperança. Terminando felicitando a Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do seu Presidente, pela organização desta Conferência e a todos os participantes formulo votos de trabalho frutuoso.

Não escondo a minha curiosidade em conhecer a vossa resposta à questão: "Que valores para este tempo?"

Sessão Solene de Atribuição do Prémio Literário Fernando Namora

Estoril, 28 de Novembro de 2006

É para mim um motivo de grande satisfação estar aqui hoje, para entregar o Prémio Fernando Namora, atribuído por unanimidade ao escritor Miguel Real pelo seu romance *A voz da terra*.

Satisfação, antes de mais, por ver reconhecido o mérito de alguém que se tem distinguido pela qualidade do seu trabalho e da sua arte.

Satisfação, igualmente, por ver uma entidade como o Casino Estoril empenhada em estimular e em promover a actividade literária e artística, acrescentando à sua dimensão empresarial uma função de relevo no domínio da cultura.

O livro de Miguel Real foi escolhido, de entre os publicados em Portugal em 2005, pela sua «qualidade literária» e pela reconstituição que faz de um período marcante da nossa história.

De acordo com a opinião unânime do júri presidido por Agustina Bessa-Luís, *A voz da terra* sobressai pela "excepcional construção narrativa de alguns factos históricos, designadamente o Terramoto de 1755", sem esquecer "as relações entre Portugal e o Brasil", e, bem assim, "a complexidade das vivências e conflitos no interior das diversas comunidades étnicas da Lisboa do século XVIII".

Estamos perante um verdadeiro retrato da nossa memória colectiva, em que nos é dado imaginar o ambiente social, político e intelectual que se vivia na altura em que ocorreu a tragédia que foi o Terramoto.

Duzentos e cinquenta anos depois, este romance recorda não apenas o abalo sísmico que sacudiu Lisboa e outras povoações, mas sobretudo o abalo provocado pelas novas ideias que, por essa altura, confrontaram o País com o desafio da modernidade.

Felicito o autor pelo reconhecimento público da sua obra e por este galardão, que vem juntar-se ao prémio Círculo de Leitores, já anteriormente atribuído a um outro seu livro.

Apraz-me, além disso, registar o apreço com que os seus romances de fundo

histórico têm vindo a ser acolhidos, provando assim o interesse que o passado comum continua a suscitar, sempre que é reconstituído de uma forma sugestiva, como acontece na ficção de Miguel Real.

A memória daquilo que fomos enquanto povo é o melhor alicerce sobre o qual poderemos projectar e construir o futuro.

Quero igualmente felicitar o Casino Estoril pela actividade que vem desenvolvendo na área da Cultura e da qual o Prémio Fernando Namora é um bom exemplo.

A lista dos autores e obras contemplados nas dez edições que leva já a atribuição deste Prémio, assim como as múltiplas actividades artísticas que regularmente aqui têm lugar, são a prova do muito que os cidadãos e as empresas podem e devem fazer nesta área.

Oxalá o exemplo continue a frutificar em novas iniciativas do Casino Estoril e, se possível, a ser seguido por outras entidades.

Cerimónia de Atribuição dos Prémios Literários do PEN Clube Português

Lisboa, 13 de Dezembro de 2006

As minhas primeiras palavras são para saudar os autores a quem foram, este ano, atribuídos os prémios do PEN Clube Português, e felicitá-los pelo reconhecimento com que esta prestigiada instituição os quis distinguir.

Gostaria, antes de mais, de saudar António Ramos Rosa, poeta, ensaísta e tradutor, cuja obra já foi, este ano, galardoada com diversos prémios, para além deste que o PEN lhe atribuiu.

A originalidade da sua poesia e a criatividade da sua escrita tornaram-no, há muito, um dos nomes consagrados na literatura portuguesa contemporânea.

Congratulo-me, por isso, com a admiração e o interesse que sucessivas gerações, em Portugal e no estrangeiro, vêm manifestando pelo trabalho de Ramos Rosa.

Quero igualmente saudar Fiama Hasse Pais Brandão e Helder Macedo, vencedores do Prémio Ficção, e também eles, figuras maiores das nossas letras.

Lamento que a escritora Fiama Pais Brandão, por razões de saúde que são conhecidas, não possa, infelizmente, estar connosco, e desejo as suas melhoras.

Quero ainda saudar o Professor Pedro Eiras, vencedor do Prémio de Ensaio; Ana Cristina Oliveira, vencedora do Prémio Primeira Obra; e José Bento e Miguel Serras Pereira, ambos premiados pelas suas excelentes traduções para português da obra de Cervantes *Dom Quixote de la Mancha*.

Para todos eles, aqui deixo o meu testemunho de admiração e os votos sinceros para que continuem, no futuro, a ter muito êxito e a presentear os seus leitores com os frutos da sua criatividade e do seu trabalho.

O trabalho, a imaginação e a sensibilidade dos escritores são a principal garantia da sobrevivência de uma língua e da sua afirmação no contexto internacional.

Conforme já lembrava Ramalho Ortigão, “foi pela constituição do idioma pátrio, pela diferenciação dele entre os dialectos peninsulares, e pelo progressivo engrandecimento com que os nossos literatos e os nossos poetas conseguiram

tornar a língua portuguesa uma das mais plásticas, das mais sonoras e das mais belas do mundo, que nós nos separámos da nossa honrada e gloriosa mãe, a Espanha”.

A obra de cada escritor, com o seu estilo singular e a sua liberdade individual, engrandece o património comum.

Daí a importância do trabalho realizado por instituições como o PEN Clube, na promoção do intercâmbio entre literaturas de diferentes países e na defesa intransigente da liberdade de expressão.

O PEN Clube Português leva já décadas de existência e tem dado um contributo apreciável, tanto para a difusão da literatura portuguesa, como para a sua integração, de pleno direito, nesse diálogo entre as nações que se realiza através da diversidade das culturas.

Quero, pois, aproveitar esta cerimónia para prestar também homenagem ao PEN Português, na pessoa do seu actual Presidente, o escritor Casimiro de Brito.

O País está certamente grato aos poetas, romancistas e ensaístas que integram esta instituição, por tudo quanto têm feito pelo reconhecido prestígio da cultura portuguesa.

A todos, uma vez mais, os meus parabéns e os votos de um Bom Natal!

Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2006/2007 do Colégio Universitário da Cooperação

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2007

Foi com muito gosto que aceitei estar presente nesta sessão solene de abertura do ano lectivo do Colégio Universitário da Cooperação Nuno Krus Abecassis. Trata-se de uma instituição que honra a memória do seu fundador, mobilizando vontades para desenvolver uma interpretação activa do espírito que a determinou.

O Presidente da Fundação Cidade de Lisboa já nos fez aqui um interessante resumo das actividades da Fundação e deste Colégio. Mostrou-nos os caminhos que ousaram explorar, as sementes que têm lançado e os frutos que surgiram e crescem na sequência desse trabalho.

Muitas são as obras que, apesar da visão e boa vontade dos seus fundadores, se deixam esmorecer e apagar na ausência do impulso de quem as lançou. Não é o caso da Fundação Cidade de Lisboa e, em particular, do Colégio Universitário da Cooperação, instituições que mostram bem como é possível manter o rumo, herdar o espírito de acção e promover os objectivos que animaram a sua constituição e foram confiados aos seus seguidores.

Trata-se de um plano ambicioso, que sonhou com a ligação entre povos, distantes no mapa, mas que têm em comum esse património essencial que é a língua que falam, valor incalculável que lhes permite comunicar e transmitir saberes, cultura e experiências.

Mas este é um traço que só é indelével se o soubermos acarinhar e desenvolver. A língua portuguesa é hoje uma riqueza comum a oito Estados soberanos, que nela reconhecem um dos principais alicerces da sua identidade e da sua independência.

Através desta língua se afirma um conjunto diversificado de nações e culturas, umas mais antigas, outras mais recentes, todas elas exprimindo em Português o seu modo singular de sentir e estar no mundo.

É necessário, por isso, cuidar bem desse património, incentivando e alargando o

ensino do Português, mediante adequadas acções de cooperação, quer ao nível dos Estados, quer ao nível das fundações, empresas e associações da sociedade civil.

A língua que temos em comum não deve ser encarada unicamente como um legado histórico, de que muito nos orgulhamos e que importa, sem dúvida, afirmar no plano internacional.

É necessário, também, que, ao nível da sociedade civil e das populações em geral, haja consciência das vantagens reais de haver um conjunto tão vasto de pessoas e de países que têm o Português como língua oficial.

Todos podemos beneficiar com a intensificação e diversificação dos contactos no interior da comunidade constituída pelos falantes do Português.

Não haverá, no entanto, projectos nem resultados consistentes, se não se apostar na qualificação das pessoas, de modo a haver recursos humanos suficientemente habilitados para se criar, no âmbito da língua portuguesa, um verdadeiro espaço de trocas comerciais, culturais e científicas.

É essa a missão que este Colégio assumiu, na sua vertente mais ampla e exigente, que é a da educação integral dos jovens que se candidatam aos apoios que lhes são facultados e que têm condições para deles tirar todo o proveito.

Está hoje amplamente demonstrado que a educação e, em especial, a formação superior têm um retorno mais do que compensador do investimento que exige. O esforço, o trabalho e os recursos que implica a obtenção de um grau académico são depois uma valia permanente, não só para os que o obtiveram, mas também para a sociedade que conta com o seu trabalho e a sua competência.

Por isso, dar apoio aos jovens de países de expressão portuguesa para prosseguirem os seus estudos no nosso País, em condições de conforto e plena integração social, é uma forma activa de cooperação duradoura, a única capaz de criar laços que permanecem muito para além do momento do encontro.

O papel desempenhado pelo Colégio da Cooperação, ao longo dos seus 18 anos, proporcionando a muitos jovens uma singular oportunidade para fortalecer a sua formação e concretizar as suas aspirações, foi visionário e deverá constituir não apenas um modelo a aprofundar, mas também a alargar a outros domínios da nossa cooperação no espaço da língua portuguesa.

A aposta na dinamização dos laços de cooperação, nos campos educacional e

cultural, entre os países de língua portuguesa e a capacidade de envolver neste esforço novos actores, estimulando a criação de parcerias público-privadas, será, estou certo, cada vez mais, um elemento decisivo no processo de consolidação da própria CPLP.

Gostaria também de realçar, a propósito da acção do Colégio da Cooperação e do modo como interage com a sociedade civil, que o entendimento entre os povos se alicerça sobretudo na relação que as pessoas e as empresas conseguem estabelecer entre elas.

Sei que os bolseiros viajam no País, visitam empresas e contactam com a realidade social e económica, para além do meio universitário onde escolheram estudar.

Essa é também uma dimensão da formação.

O uso de uma língua comum deve ser um elemento que facilite outras aprendizagens, a cultura, a vivência, os modos de trabalhar e produzir, ou seja, deve despertar um interesse no conhecimento mútuo, que dará bons resultados quando se quiser trabalhar em conjunto.

É muito relevante que o Colégio da Cooperação resulte da agregação de empresas que se uniram para dar corpo e realidade ao sonho de muitos jovens africanos que aqui vêm aprender e contactar com o tecido empresarial português.

Essas empresas mostram bem ter consciência de que é preciso semear para colher, que não há caminho mais seguro do que aquele que antecipa a realidade, preparando os passos do futuro.

E que melhor aposta do que aquela que aqui se apresenta, a de apoiar jovens que ousam, que lutam pelo desenvolvimento dos seus países através de maior competência e conhecimento?

Estão de parabéns todos os que hoje aqui vão receber os seus diplomas.

É apenas uma etapa, mas ela é crucial para o vosso futuro. Com esse diploma, vai também a responsabilidade acrescida de manterem e desenvolverem os laços que aqui criaram, projectando nos vossos países a dimensão e o valor que, através do Colégio da Cooperação, puderam conquistar.

Felicito também as empresas patrocinadoras que, ao longo dos anos, têm mantido a confiança de que é sempre possível fazer melhor, agir em vez de pedir, arriscar um compromisso e esperar os seus resultados.

Finalmente, os meus votos calorosos à Fundação Cidade de Lisboa e aos responsáveis pelo Colégio da Cooperação, de que o vosso empenho e o espírito dinâmico e solidário possam ser, cada vez mais, um caso de sucesso no âmbito da cooperação e da formação de jovens de língua portuguesa. Todos ficaremos a ganhar.

Cerimónia Comemorativa do 50º Aniversário da Rádio e Televisão de Portugal

Lisboa, 7 de Março de 2007

“Boa Noite” a todos. Ao longo de cinquenta anos, ouvimos a RTP desejar-nos “Boa Noite”. A RTP acompanhou-nos durante cinco décadas. É impressionante verificar como o tempo passou e como, ao recordar esse tempo, muito daquilo de que nos lembramos são imagens que vimos na televisão.

A RTP trouxe até nós os grandes acontecimentos que marcaram a segunda metade do século XX e estes primeiros anos do século XXI. Frente ao pequeno *écran*, emocionámo-nos com a chegada do Homem à Lua, com o 25 de Abril e as transmissões feitas junto ao Quartel do Carmo ou, mais recentemente, com a queda do Muro de Berlim ou os trágicos atentados do 11 de Setembro de 2001. No imaginário dos Portugueses, figuras que fizeram a história da televisão são visitas de casa, com as quais nos habituámos a conviver como se fossem amigos ou pessoas de família. “Se bem me lembro”, para usar o título do programa de Vitorino Nemésio, recordo, e só para citar alguns nomes, Fernando Pessa, o engenheiro Sousa Veloso, Artur Agostinho, Alice Cruz, Maria Leonor, Henrique Mendes, entre tantos outros.

A RTP está e estará com os Portugueses nos bons e nos maus momentos. Mostra-lhes o Mundo e mostra-lhes Portugal. Com ela, tudo ficou mais pequeno e mais próximo de todos. A televisão aproximou-nos uns dos outros, na partilha comum da informação, do entretenimento, do lazer. Com a RTP, revimos vezes sem conta as comédias portuguesas de outros tempos, acompanhámos séries televisivas sem perder um episódio, assistimos a debates que nos ajudaram a formar a nossa opinião, vibrámos frente ao *écran* com a participação de Portugueses em competições internacionais, dos campeonatos de futebol aos festivais da canção, passando pelas Olimpíadas.

Mas a RTP não é apenas memória. Nesta instituição, o passado é promessa de futuro e de contínua abertura à modernidade. Ao inaugurar hoje o seu novo Centro de Produção, a RTP demonstra que, apesar de já ter chegado à meia-idade,

continua atenta aos sinais dos tempos e permanece tão jovem e activa como nos primeiros momentos da sua existência.

O tempo é de festa e de comemoração. Mas, em qualquer instituição, cinquenta anos de vida constituem também um pretexto para encarar o futuro. O poder que este meio de comunicação possui junto dos cidadãos é algo que deve motivar e responsabilizar os profissionais de televisão. Por outro lado, a prestação do serviço público de televisão é uma tarefa que traz, para os que trabalham na RTP, especiais exigências de rigor, de imparcialidade e de qualidade da programação. E a concorrência com os operadores privados, num quadro de saudável pluralismo, deve igualmente constituir um elemento de estímulo para que a RTP continue a modernizar-se.

Quero, pois, saudar a RTP e os que nela trabalham. Com a sua dedicação e empenho, são eles que fizeram e fazem o que a RTP foi ao longo destes seus cinquenta anos de existência. E, como o dia é de aniversário, penso que tudo se pode resumir em poucas palavras: parabéns, RTP.

Por isso, foi com o maior gosto que, no uso das minhas competências como Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas, decidi conferir à RTP, Rádio e Televisão de Portugal, o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.





Sessão de Abertura do Seminário “Dia da Europa 2006 – – Portugal e o Futuro da Europa nos 20 Anos da Adesão”

Lisboa, 8 de Maio de 2006

Nunca como hoje foi tão importante debater a Europa. Num mundo em mudança rápida, com novos desafios a desenharem-se, com os velhos paradigmas económico-sociais a serem questionados, o debate sobre a construção europeia é um imperativo inadiável para os Europeus e, em particular, para os Portugueses. Um debate que questione, que aprofunde, que estimule, que responda. Um debate que permita escorar as opções responsáveis para o futuro da integração europeia. A Europa não se construirá com base na inércia ou na ignorância. Tão pouco se poderá consolidar na desconfiança ou no medo.

No quadro das minhas responsabilidades e competências, empenhar-me-ei em apoiar a reflexão e o debate sobre a integração europeia, na convicção que tenho de que o futuro da Europa é decisivo para o nosso devir colectivo. Os desafios europeus são também os nossos desafios!

E é por isso que participo com empenho na abertura desta conferência a propósito do Dia da Europa que amanhã se celebra.

Quero saudar, desde já, o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais e o Jornal Público que, desde 1995, organizam esta meritória iniciativa. Saúdo também a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, instituições que apoiam a realização desta Conferência. Saúdo, ainda, todos os participantes, em particular o Presidente da Comissão Europeia.

Nunca será demais celebrar o génio dos fundadores do processo de integração europeia. A Declaração Schuman ainda ecoa hoje, projectada num admirável projecto de cooperação e de solidariedade que garantiu a paz e a prosperidade na Europa como nunca antes ocorrera.

De uma União Aduaneira passou-se a um Mercado Comum e, depois, à União Económica e Monetária, com a moeda única a constituir um marco de referên-

cia da integração. De uma Comunidade Económica Europeia de seis Estados passou-se a uma União Europeia de 25 membros, em breve 27, num processo que constitui testemunho inequívoco da atracção que exerce o sucesso do processo de integração europeia. De uma Europa dividida passou-se à criação de um espaço sem fronteiras, que respeita as diversas identidades nacionais. Tirar partido das sinergias da escala europeia sem destruir o valor das diferenças, é essa a originalidade e o desafio maior do processo de integração europeia.

Em 1 de Janeiro de 1986, Portugal tornou-se Estado-membro das Comunidades Europeias, assumindo em pleno o seu papel de parceiro empenhado e activo na construção europeia. Vinte anos depois, posso dizer, com convicção, que valeu a pena. Valeu a pena duplamente: desde logo, porque Portugal tem beneficiado intensamente da adesão, mas também porque tem contribuído consistentemente para o processo de integração.

O nosso País não se limitou a colher os legítimos benefícios que a adesão lhe proporcionou. Portugal adicionou valor ao projecto europeu, partilhando a sua identidade secular e a sua visão do mundo e cooperando solidariamente com as instituições europeias e os seus parceiros.

Quando aderimos, há vinte anos, o maior desafio a vencer era precisamente o da credibilidade. Sabíamos que a Europa ainda olhava para Portugal com alguma desconfiança, às vezes mesclada de algum paternalismo distante. Portugal tinha vivido um período de intensa instabilidade política e a economia portuguesa sofrera consideráveis oscilações de desempenho.

Quando aderimos, em 1986, a questão que estava latente no espírito dos nossos parceiros era se Portugal seria capaz de suportar o impacto de adesão e de participar em pleno nas políticas europeias. A resposta a essa questão foi exemplarmente dada pelos resultados destas duas décadas de integração. Superámos o teste da credibilidade. Quando Jacques Delors designou Portugal como “o bom aluno”, numa expressão feliz, mas não raro mal interpretada por alguns, quis justamente evidenciar que o nosso País tinha sabido ultrapassar as desconfianças e era considerado unanimemente como um parceiro sério, estável, solidário.

Essa credibilidade conquistada, pois foi de conquista que se tratou, fundou-se, em primeiro lugar, no desempenho interno do País, seja pelo eficaz e estável funcionamento das instituições democráticas e da Administração, seja pela

recuperação da economia. Fundou-se também na capacidade para aceder aos fundos estruturais, usando-os de uma forma intensa para alcançar o progresso económico e social do País.

Mas a credibilidade alcançou-se, igualmente, a partir da nossa participação efectiva nas instituições comunitárias. Cultivando o rigor, o espírito de cooperação e a solidariedade, Portugal soube granjear crédito junto dos seus parceiros. Essa credibilidade foi decisiva para poder defender com eficácia os nossos interesses específicos.

O modo como exercemos as duas presidências do Conselho da União Europeia, em 1992 e em 2000, fortaleceu o nosso capital de afirmação. Em 1992, nesta mesma sala onde hoje estamos, presidi, então na qualidade de Primeiro-Ministro, ao Conselho Europeu de Lisboa. Aqui se decidiu a criação do Fundo de Coesão, as principais orientações para o que viria a ser o Pacote Delors II e as grandes linhas estratégicas para o futuro alargamento da União Europeia. Recordo grandes protagonistas desse Conselho, como François Mitterrand, entretanto já desaparecido, Helmut Kohl e Felipe González, actores decisivos de uma década de aceleração do processo de integração europeia. Em 2000, na presidência portuguesa, com o Primeiro-Ministro António Guterres, foi estabelecida a Estratégia de Lisboa, que continua a ser o quadro de referência para o grande objectivo de colocar a Europa no topo da competitividade mundial.

Ao longo destes anos, Portugal conseguiu assegurar um lugar na linha da frente da construção europeia. Portugal aderiu, justamente, no momento em que a integração europeia conheceu uma aceleração ímpar na sua história, o que impôs ao nosso País não apenas a exigência de se adaptar ao acervo comunitário existente à data da adesão, mas também a capacidade de acompanhar o ritmo das intensas mudanças que se foram produzindo.

Com o Acto Único Europeu, lançou-se o mercado único, de par com o princípio da coesão económica e social. Este último é, e tem de continuar a ser, um pilar fundamental da integração europeia, não só pelo seu valor intrínseco, mas porque foi criado para dar resposta às dificuldades dos Estados menos apetrechados para retirar todas as vantagens que o mercado único oferecia e oferece.

Com os Acordos de Schengen, sete países da União Europeia anteciparam a livre circulação de pessoas, realizando em pleno o espaço sem fronteiras concebido

no Acto Único Europeu. Por seu turno, o Tratado da União Europeia estabeleceu uma União Monetária que está já concretizada.

Ora, Portugal levou por diante o mercado único, fez parte do primeiro grupo de países Schengen e integrou a moeda única desde o princípio, superando desconfianças e resistências vindas de vários lados. Ou seja, acompanhou plenamente o exigente processo de aprofundamento da integração, revelando não só vontade política, mas também efectiva capacidade reformista para se adaptar às mudanças. Esse desempenho português colocou-nos no centro do processo de construção europeu.

Entretanto, a União Europeia passou de 12 para 25 Estados-membros. Portugal foi dos países mais atingidos pelo impacto do quinto alargamento, como vários estudos identificaram, o que, todavia, nem sempre foi devidamente entendido e ponderado pelas instâncias comunitárias. Mas, também quanto aos alargamentos da União Europeia, a orientação portuguesa sempre se pautou por uma atitude responsável, coerente e solidária.

No balanço destes vinte anos de integração, não pode deixar de relevar-se o impacto económico-social. Este período foi dos mais fecundos da nossa História e marcou uma convergência real com a Europa acima das expectativas. O fraco desempenho da economia portuguesa registado nos anos mais recentes não apaga os progressos alcançados nestas duas décadas.

Quando aderimos, o nosso produto *per capita* situava-se à volta de 53 por cento da média comunitária; quinze anos depois estávamos mais de vinte pontos percentuais acima, ou seja perto de 75 por cento, significando um ritmo de convergência real que só foi superado pela Irlanda. Hoje, o produto *per capita* recuou para cerca de 70 por cento, após alguns anos de quase estagnação económica e de divergência real com a União Europeia, sendo precisamente um dos grandes imperativos nacionais a retoma da convergência real, para atingir a média da União Europeia o mais rapidamente possível.

Todas as análises produzidas por instâncias credíveis internacionais concluem do mesmo modo: a integração de Portugal na União Europeia foi o mais importante factor de crescimento económico e de melhoria da qualidade de vida dos portugueses nos últimos vinte anos. Porque fez convergir três elementos decisivos: a modernização do quadro legal e administrativo, favorecendo uma eco-

nomia aberta e competitiva; o acesso aos fundos comunitários; e a atracção do investimento directo estrangeiro.

Há tendência para subestimar o impacto da adesão, para além dos fluxos financeiros. Ora esse impacto também foi muito positivo. Atacaram-se os vícios administrativos do proteccionismo, abriu-se a economia à iniciativa e estimulou-se a procura de eficiência e de elevados padrões de qualidade.

Ou seja, favoreceu-se o marco competitivo e consolidou-se um modelo económico e social compatível com as democracias ocidentais.

É uma evidência que os fundos estruturais impulsionaram a economia portuguesa. Uma parte significativa do crescimento económico pode ser imputada aos apoios comunitários executados nos três quadros comunitários de apoio decorrentes dos Pacotes Delors I e II, e da Agenda 2000.

Poderá sempre polemizar-se à volta das opções de aplicação dos fundos comunitários, é certo. Mas é também certo que esses fundos induziram um benefício considerável no que se refere ao desenvolvimento económico e social do nosso País. É verdade que há ainda muito por fazer. Mas importa reconhecer que, sem os fundos comunitários, teria sido impossível modernizar as infra-estruturas de comunicação e sociais que hoje cobrem praticamente o País.

Aos fundos da União Europeia associou-se o investimento directo estrangeiro, que quintuplicou, só nos primeiros cinco anos após a adesão. Também aí a modernização das nossas infra-estruturas, bem como a melhoria da qualidade e da intensidade da formação profissional, foram factores determinantes na atracção de investimento do exterior. Investimento que trouxe tecnologia, mercado, organização e criação de emprego.

É neste contexto que importa sublinhar um outro impacto da adesão: as relações com a Espanha. Em 1986, descobrimos novas dimensões na relação com o país vizinho. Já não apenas o competidor, às vezes exacerbado por um passado de antagonismos, mas acima de tudo o parceiro da União Europeia. E descobrimos um mercado de grande potencial. E as sinergias de proximidade traduzidas em comércio, em investimento, em serviços, em concertação regional, mas também em intercâmbio cultural que atingiu níveis nunca atingidos.

E se é verdade que os dois países nem sempre têm, nem têm de ter, uma simétrica convergência de interesses e de orientação, não é menos verdade que, na

generalidade dos temas europeus, há uma convergência que deve ser cultivada. A intensidade das relações luso-espanholas não pode senão reforçar-se no contexto da integração europeia.

Um olhar sobre estes vinte anos traz também ao de cima uma outra consequência da nossa participação na União Europeia: o reforço da nossa voz na cena internacional. Ao contrário do que alguns anteciparam, Portugal incrementou, com a adesão, os laços com os seus parceiros tradicionais extra-europeus, nomeadamente com os países da lusofonia, mas também, por exemplo, com os países mediterrânicos. A causa de Timor-Leste, que saiu vitoriosa com o reconhecimento da independência, embora em contexto de dramático sofrimento, beneficiou do nosso estatuto de Estado-membro da União Europeia, quando tivemos que defender essa orientação nas instâncias internacionais. A nossa capacidade de interagir com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente nas áreas da cooperação, saiu também reforçada, e a nossa participação na União Europeia permitiu àqueles nossos parceiros um acesso mais facilitado a meios e recursos.

Noutro prisma, Portugal contribuiu muito activamente, ao longo destes vinte anos, para o reforço das relações da União Europeia com outros países e regiões, designadamente aquelas com quem temos laços privilegiados. É bem ilustrativo que tenha tido lugar em Guimarães, sob presidência portuguesa, e perante o cepticismo de muitos, o primeiro encontro União Europeia — Mercosul. Ou que tenha sido sob Presidência portuguesa que se tenha institucionalizado o diálogo da União Europeia com a Índia.

Para o sucesso que tem sido a integração de Portugal na União Europeia há ainda dois factores que devo destacar.

Em primeiro lugar, o facto de ter sido possível cultivar uma ampla convergência estratégica em torno da nossa participação na União Europeia, por parte das principais forças políticas e dos parceiros económicos e sociais, convergência também revelada na cooperação entre órgãos de soberania. Essa convergência constituiu uma força para a negociação permanente de que é feita a integração europeia.

Em segundo lugar, a qualidade dos portugueses que integram as instâncias comunitárias e dos nossos representantes nos diversos órgãos que compõem a constelação institucional da União Europeia. O seu desempenho contribuiu muito para

o prestígio do nosso País e para a credibilidade granjeada nestas duas décadas. É mais do que justo manifestar esse reconhecimento, agora que se completam duas décadas de integração de Portugal nas Comunidades Europeias.

Não posso, também, deixar de referir a importância muito particular das responsabilidades que foram atribuídas ao Dr. José Manuel Durão Barroso, as quais, devendo-se, acima de tudo, aos seus méritos e às suas qualificações, traduzem igualmente o reconhecimento pelo percurso de Portugal na construção europeia.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Entendo que o desafio da integração é um desafio permanente, nunca definitivamente vencido. Portugal estará sempre debaixo de um apertado escrutínio europeu, quer quanto à situação das suas finanças públicas, quer quanto ao desempenho da sua economia, quer ainda quanto à sua prestação nas instituições europeias.

A preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007- 2013 é um novo desafio, oportunidade maior e decisiva para recolocar a economia portuguesa no caminho da convergência real e dotá-la dos meios para enfrentar a globalização.

O exercício da presidência do Conselho, no segundo semestre de 2007, é outro desafio que requer preparação atempada, até pela exigente agenda que teremos pela frente.

A participação activa no debate sobre o modelo da construção europeia é outra exigência que enfrenta o nosso país. Portugal deve ter uma voz consistente e coerente na defesa dos seus interesses fundamentais nas negociações sobre o futuro da União Europeia.

Acredito firmemente que, com o esforço e empenho de todos, saberemos, como no passado, fazer frente aos desafios e tirar partido das oportunidades que a integração europeia continua a oferecer-nos.

O processo da construção europeia volta a enfrentar difíceis e complexos desafios. Declara-se, frequentemente, que a Europa está em crise. O fracasso do projecto de Tratado Constitucional, em dois países que o submeteram a referendo, agudizou dramaticamente aquela percepção, sobretudo evidenciada pela reacção desapontada daqueles que consideram ser o reforço da dimensão política uma

condição necessária para a sustentabilidade do processo de integração europeia num mundo global. Alguns falam mesmo da fadiga do processo de construção europeia.

Sem a querer negar, a crise actual não é provavelmente mais grave do que outras que foram superadas pela integração europeia ao longo dos seus mais de cinquenta anos de história.

A verdade é que muito daquilo a que chamamos hoje sintomas da crise é, em grande medida, o resultado de um enorme sucesso. Se é preciso encontrar formas mais eficientes de gerir uma União alargada, é porque a União Europeia é um êxito de cujas vantagens outros querem usufruir, em nome da paz, da estabilidade e do progresso social e económico. Se os nossos povos são hoje mais exigentes e pedem à Europa o que antes esperavam dos Estados, é porque a Europa soube dar respostas a muitos dos seus anseios e os cidadãos não admitem agora que ela falhe.

A verdade é que a integração europeia não é a causa das dificuldades, mas antes a resposta aos problemas. A verdade é que as questões sensíveis que os cidadãos europeus hoje enfrentam, como o desemprego, a segurança e a competição internacional, não sugerem menos Europa. Pelo contrário, recomendam mais integração europeia.

Mesmo sem Tratado Constitucional, há condições para aprofundar a construção europeia e decidir, no curto prazo, políticas e medidas que respondam às legítimas expectativas dos cidadãos da Europa. Cidadãos que parecem perplexos face às consequências da globalização e, mesmo, quanto ao papel da Europa. E é aqui que é maior a responsabilidade dos líderes europeus, para apontar o rumo e tomar as decisões certas que recuperem a confiança dos Estados e dos cidadãos.

Cito, por me parecer de uma inquestionável actualidade, o tríptico com que Jacques Delors definiu, há alguns anos atrás, o quadro de acção da União Europeia: “a competição que estimula, a cooperação que reforça, a solidariedade que une”. Eis o que é necessário manter como referência – um quadro competitivo e eficiente, uma cooperação reforçada e uma solidariedade tangível e sem retórica. Que não haja ilusões: não será possível convencer os cidadãos europeus sobre o bem fundado de qualquer reflexão teórica sobre o futuro da União Europeia

se não formos capazes, simultaneamente, de responder aos seus anseios mais imediatos, se não lhes provarmos, pela nossa acção, que a Europa constitui uma mais-valia, face à capacidade de resposta dos Estados.

Aprofundar a União Económica para equilibrar a União Monetária, garantindo os objectivos de crescimento e de criação de emprego, é algo que pode e deve avançar, mesmo sem Constituição. De igual modo, o reforço da Estratégia de Lisboa parece indispensável para poder colher os resultados que se esperam e que tardam. A execução da Estratégia de Lisboa deve impor uma disciplina e uma responsabilidade partilhadas por todos os Estados-membros, sem o que acabaria por ser apenas um mapa de boas intenções.

Onde há um interesse comum bem identificado, deve haver acção da União Europeia. Sempre, como é óbvio, respeitando os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Um bom exemplo foi dado pela recente iniciativa da Comissão Europeia sobre a energia. Trata-se claramente de um interesse comum e, por isso, como lhe compete, a Comissão tomou a iniciativa. O sector energético é decisivo para a competitividade e para a segurança da Europa. E é decisivo também para as relações externas da União Europeia com alguns dos seus vizinhos, como é o caso da Rússia.

O Acordo Interinstitucional agora alcançado sobre o orçamento da União Europeia para o período 2007-2013 foi uma boa notícia para a Europa. Mas serei claro ao afirmar que se ficou aquém dos meios necessários para enfrentar, com eficácia, os desafios e as exigências da União, nomeadamente os que decorrem dos alargamentos. Persiste uma preocupante divergência entre as ambições definidas e os meios alocados à União Europeia.

A ênfase posta pela Comissão Europeia no empreendedorismo e na inovação aponta na direcção certa. Portugal deve saber cultivar a iniciativa empreendedora, que tem permanecido muito tímida, e promover a inovação como factor competitivo principal da sustentabilidade empresarial.

Permanece, contudo, uma questão central: é ou não necessário reforçar a dimensão política da União Europeia? A minha resposta é convictamente afirmativa. Sem reforçar a sua dimensão política, sem tornar mais eficiente o seu processo de decisão, sem garantir a coerência da sua embrionária política externa comum, sem promover de forma mais tangível a cidadania europeia, sem reforçar a sua

legitimidade democrática, a União Europeia enfrentará sérias dificuldades para sustentar a União Económica e Monetária, para conquistar o seu lugar como actor influente no mundo global emergente e para realizar com sucesso os alargamentos.

As vicissitudes por que vem passando o processo de aprovação do actual projecto de Tratado Constitucional são conhecidas. Nem por isso é menos urgente a reflexão e o debate sobre esse tema. As reformas comunitárias terão de ocorrer face aos desafios que a Europa enfrenta. E é necessário que Portugal esteja preparado para ter voz na negociação e na concretização dessas indispensáveis reformas.

O princípio da igualdade dos Estados tem de ser, em qualquer caso, assegurado e a maior agilidade do processo de decisão não pode ser alcançada a expensas da legitimidade democrática e da representatividade dos Estados.

No equilíbrio institucional que o modelo europeu traduz, equilíbrio tão habilmente concebido pelos fundadores, há que preservar o papel central da Comissão Europeia, nomeadamente através do direito exclusivo de iniciativa em domínios de competência comunitária. O enfraquecimento desta instituição – aqui ou além tentado através de iniciativas explícitas ou subreptícias – não é do interesse da Europa, nem é, seguramente, do interesse de Portugal.

Sempre que identificado um interesse comum, é o método comunitário que deve ser seguido para decidir as políticas e/ou as acções necessárias. Alguma deriva intergovernamentalista que vai emergindo é também lesiva do interesse comum europeu e não serve os interesses de um País como Portugal.

A globalização está em curso e projecta-se cada vez com mais pujança. Não espera pela Europa. E, todavia, o mundo global precisa de uma Europa forte, coesa, influente.

Fechada sobre si própria, amedrontada, dividida e proteccionista, a União Europeia falhará o encontro com o futuro e poderá até tornar reversível o admirável percurso de integração realizado até hoje.

Confio na capacidade dos Europeus para levar por diante o indispensável aprofundamento da integração, com a visão e a ambição estratégicas que o mundo global requer. E confio que Portugal saberá valorizar o seu lugar no futuro da construção europeia.

VI Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e Contribuições da CPLP”

Bissau, 17 de Julho de 2006

Quero começar por agradecer ao nosso anfitrião, Presidente Nino Vieira, a forma calorosa e amiga como nos recebeu em Bissau.

Quero, ainda, expressar o meu reconhecimento ao Presidente Fradique de Menezes, que não pode, infelizmente, estar presente, pelo empenho e determinação que colocou no exercício da Presidência da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, em nome de São Tomé e Príncipe.

Esta é a primeira Cimeira da CPLP em que participo. É, por isso, um momento muito especial para mim. O meu compromisso com o fortalecimento das relações entre os nossos países é bem conhecido de todos nós. Estou firmemente convencido de que o capital que representa os laços que nos unem constitui um trunfo extraordinário para a afirmação internacional de cada um dos nossos países. Hoje, falar sozinho e ser ouvido é cada vez mais difícil. Mas, para que possamos melhor rentabilizar este trunfo, há que saber definir objectivos, avaliar o que fizemos e criar condições para fazer mais e melhor no futuro. O 10º aniversário da CPLP constitui, com toda a sua carga simbólica, um momento privilegiado para esse exercício.

Se é verdade que há muito por fazer, os dez anos passados permitiram já um conjunto de importantes realizações em torno dos pilares fundadores da nossa Comunidade.

Hoje, os nossos Estados mantêm reuniões regulares e promovem uma intensa actividade de cooperação em domínios tão diversos como a educação, a saúde, a ciência e tecnologia, a defesa, a agricultura, a administração pública, as comunicações, a justiça, a segurança pública, a cultura, o desporto e a comunicação social.

Os nossos países desenvolvem já hoje também um amplo esforço de coorde-

nação e de concertação político-diplomática em domínios de interesse comum. Ao mesmo tempo, cada um de nós integra alguns dos mais importantes grupos geopolíticos regionais, reforçando também dessa forma a visibilidade internacional da CPLP.

Foi a esta Comunidade que aderiu, em Maio de 2002, e digo-o com particular emoção, a nação irmã de Timor-Leste.

Como ocorreu relativamente à Guiné-Bissau, também no caso de Timor-Leste a CPLP foi chamada a contribuir para a ultrapassagem de situações de crise. A forma responsável e solidária como o fez constituiu um importante factor de reforço da credibilidade internacional da nossa Comunidade.

Aproveito esta ocasião para formular os mais sinceros votos para que o novo governo de Timor-Leste possa rapidamente superar os desafios que tem pela frente, retomando, assim, o caminho da estabilidade, da paz e da prosperidade do seu povo.

Portugal tudo fará, como até aqui tem feito, quer no domínio bilateral, quer no plano multilateral, para responder a Timor-Leste. Deveremos estar preparados para dar, a breve prazo, no quadro da futura missão das Nações Unidas para Timor-Leste, um contributo acrescido para o futuro deste país irmão.

Senhores Presidentes

Quero saudar a oportunidade do tema escolhido para esta VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Desafios e Contribuições da CPLP”.

A Cimeira do Milénio procurou centrar os esforços de cooperação para o desenvolvimento em oito prioridades, sendo a primeira delas a redução da pobreza extrema para metade, até 2015.

Considero muito positivo o compromisso que hoje nos propomos assumir no sentido de direccionar as áreas de cooperação, a serem futuramente desenvolvidas no âmbito da CPLP, prioritariamente para a concretização dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” e, em particular, para o objectivo central de erradicação da fome e da pobreza extrema.

Julgo que a CPLP pode desempenhar um papel particularmente relevante na mobilização dos recursos internacionais disponibilizados pelas instituições

vocacionadas para a ajuda ao desenvolvimento, ou mesmo na promoção de parcerias entre o sector público e privado para a execução de acções de cooperação no âmbito dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

Por outro lado, nunca é de mais sublinhar que não haverá verdadeiro desenvolvimento sem paz e democracia, como aliás o indicam praticamente todos os relatórios internacionais em matéria de desenvolvimento, razão pela qual a prossecução dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” deverá ter sempre como pano de fundo a promoção e a valorização da Democracia e dos Direitos Humanos.

De entre os Objectivos do Milénio que seleccionámos para nortear a nossa cooperação, quero aqui fazer particular referência ao combate às doenças infecciosas pandémicas. A tuberculose é uma delas.

A esse propósito, pediu-me o Dr. Jorge Sampaio, Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a luta contra a tuberculose, que vos fizesse chegar a mensagem que vos será distribuída.

Quero, desde já, manifestar o meu total apoio ao apelo que o Dr. Jorge Sampaio nos lança para que aproveitemos esta ocasião para “selar um compromisso forte no sentido de serem intensificados os esforços e a cooperação na luta contra a tuberculose”, designadamente através do Plano Global “Parar com a Tuberculose”.

Independentemente das avaliações mais ou menos optimistas sobre a actividade da CPLP ao longo destes primeiros dez anos, todos reconhecemos a necessidade de abrir ainda mais a participação à sociedade civil.

Quero saudar, neste contexto, a proposta de criação da Assembleia Parlamentar da CPLP. Conforme tive oportunidade de transmitir aos Presidentes dos Parlamentos que estiveram recentemente em Lisboa, considero relevante que a CPLP possa dispor, no futuro, de um impulso acrescido dos parlamentos nacionais, e, por essa via, contribuir também para aproximar mais os povos no quadro da CPLP.

Na perspectiva de abertura à sociedade civil, reconheço, com satisfação, o passo importante que hoje damos, ao atribuir o estatuto de Observador Associado a 18 instituições. Mas é preciso ir mais longe.

Considero que um domínio em que deveríamos fazer um investimento maior diz respeito ao reforço dos programas de intercâmbio de estudantes e de professores no quadro da CPLP. Por outro lado, julgo que podemos e devemos fazer mais no que toca à promoção e divulgação da língua portuguesa.

Com mais de 220 milhões de falantes em todo o mundo, devemos afirmar sem constrangimentos que a língua portuguesa é hoje um instrumento poderoso de afirmação dos países da nossa Comunidade. Nesse sentido, gostaria de propor que assumamos o compromisso de continuar a trabalhar para o reforço da utilização do Português no quadro de organizações multilaterais, e em particular, no quadro das Nações Unidas.

Senhores Presidentes

Uma palavra final. Apesar da experiência acumulada ao longo destes primeiros dez anos, a CPLP é ainda uma instituição jovem que necessita do empenho de todos para continuar a afirmar-se e a projectar a sua influência.

Creio que esta Cimeira e os contributos aqui apresentados em diferentes domínios constituem um excelente ponto de partida para encararmos o futuro com optimismo. Eu estou optimista quanto ao futuro da nossa Comunidade. Mas, não nos podemos esquecer que nada substitui a vontade política dos Estados, nada substitui a ambição de a cada momento querer ir mais longe na nossa acção.

Os próximos anos deverão ser anos de reforço da solidariedade com os membros eventualmente em dificuldades; de aprofundamento do conhecimento e do respeito mútuo das nossas diferenças e dos domínios em que temos interesses e valores comuns a prosseguir; e anos de ajuda na consolidação das instituições democráticas, do desenvolvimento sócio-económico e da projecção internacional da CPLP.

Finalmente, caso seja essa a vontade de todos vós, Portugal terá muito gosto em acolher a nossa próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 2008.

Banquete Oferecido pelos Reis de Espanha

Madrid, 25 de Setembro de 2006

É uma grande satisfação, para mim e minha mulher, que esta nossa visita fique associada a um acontecimento tão feliz para Espanha.

Quero, antes de mais, agradecer as palavras de Vossa Majestade, que muito me sensibilizam e que tão bem ilustram a consideração e o afecto que Portugal lhe merece e que Vossa Majestade sabe ser recíproco. Quero, ainda, expressar o meu profundo reconhecimento, bem como o da minha mulher, pelo convite que Vossa Majestade nos dirigiu para visitar Espanha e pela forma particularmente calorosa como temos sido recebidos.

A visita que hoje iniciei é a primeira visita de Estado que realizo desde a minha tomada de posse, em Março passado. Quis que assim fosse, em nome de tudo quanto nos une – História, cultura, relações económicas e cooperação, mas também a força e a cumplicidade dos afectos.

Portugal tem em vós, Majestade, um caloroso amigo, que conhece bem as terras e as gentes lusitanas.

Não posso, aliás, deixar de recordar a surpresa de alguns quando, em 1988, Vossa Majestade proferiu, num português fluente, aquela que foi a primeira alocução de um monarca espanhol perante a Assembleia da República.

É bem conhecida a estima que Vossa Majestade dedica ao povo português. Povo que, como sabeis, nutre por Vossas Majestades e por toda a Casa Real Espanhola um genuíno carinho e uma simpatia muito especial.

Uma simpatia que se estende a SSAARR os Príncipes das Astúrias, que espero possam visitar frequentemente o meu País e conhecer de perto o povo e a cultura portuguesa. Povo de quem SAR o Conde de Barcelona dizia, de uma forma que ainda hoje nos toca, que seu “mérito maior é a dignidade com que se apresentam no mundo de hoje, os seus valores espirituais e a sua personalidade forte”.

Nesta minha visita a Espanha, teremos a oportunidade, minha mulher e eu, de visitar as Astúrias. Será a primeira Comunidade espanhola que visitarei como

Presidente da República Portuguesa. Se é verdade que ali se encontra o que é hoje o maior investimento português em terras de Espanha, não esconde que esta decisão começou a tomar forma quando, um dia antes da minha posse, recebi, em Lisboa, a visita de SAR o Príncipe Filipe, que me trazia, em mãos, o convite de Vossa Majestade. Visitar as Astúrias seria visitar o Principado de D. Filipe e a terra de origem de D. Letizia. E sublinhar, mais uma vez, a força e a projecção dos afectos que ligam os nossos dois países e que são o mais importante activo do nosso relacionamento bilateral.

Majestades

A década de 70 do século passado ficará na História dos nossos dois países como o período das transições democráticas e de uma renovada abertura à Europa e ao mundo.

A História desse período e do muito que em Espanha foi conquistado desde então estará para sempre ligada ao nome e à figura de Vossa Majestade. Os da minha geração lembrar-se-ão sempre do momento em que a intervenção de Vossa Majestade garantiu à Espanha a consolidação da sua jovem democracia, na paz e na tolerância. Todos, mais velhos e mais novos, sabemos como a acção e o sentido de Estado de Vossa Majestade têm ajudado a Espanha a afirmar-se como potência económica e política de projecção mundial.

A consolidação da democracia em Espanha e Portugal e a nossa adesão simultânea à União Europeia constituíram um marco a partir do qual a nossa relação bilateral se viria a alterar profundamente.

Das antigas desconfianças, motivadas acima de tudo pelo desconhecimento mútuo – é bem conhecida a imagem de dois países vizinhos de costas voltadas – passámos a uma relação de diálogo e cooperação permanentes e à defesa conjunta de interesses comuns.

Em 1986 nasciam as Cimeiras Luso-Espanholas, palco único para o diálogo, para a concertação de posições e para a promoção de interesses comuns. Ainda hoje, a nossa relação bilateral assenta, em larga medida, nestas Cimeiras de alto nível, que permitiram que o diálogo e a cooperação se estendessem aos mais diversos sectores da actuação pública e privada.

Da cultura à ciência e à investigação, do turismo à cooperação transfronteiri-

ça, da gestão dos recursos hídricos à cooperação energética, das intensas trocas comerciais ao avultado volume de investimento, Portugal e Espanha estão hoje ligados por um denso conjunto de mecanismos de cooperação e diálogo, bem como de projectos e interesses comuns, que se reflectem, com vantagem mútua, na concertação de posições nas instituições internacionais de que fazemos parte, em particular na União Europeia e na Aliança Atlântica.

Para este reforçado nível de entendimento e confiança muito contribuiu Vossa Majestade, pelo conhecimento profundo que tem de Portugal e dos Portugueses. Sei, por experiência própria, como foi determinante a intervenção de Vossa Majestade – longe dos holofotes, como a situação exigia – para que várias e sensíveis dificuldades fossem ultrapassadas.

Temos hoje dois países vizinhos que aprenderam a conhecer-se e respeitar-se e que construíram uma importante teia de interdependências.

Sem querer estender-me num rol de estatísticas e numa enumeração detalhada de iniciativas, creio ser importante salientar que a Espanha é hoje o principal cliente e fornecedor de Portugal e é um importante investidor no meu País. Por outro lado, a Espanha tem vindo a ser um dos principais destinos do investimento português no exterior, absorvendo, em 2005, mais de 25 por cento do nosso investimento directo. No ano passado, a Espanha exportou para Portugal mais do que para todo o continente americano, e mais do triplo do que exportou para todos os países do alargamento. Com um oitavo da população da Alemanha, Portugal detém uma quota quase equivalente à daquele país na pauta espanhola de exportações.

No campo cultural, ao sucesso das inúmeras iniciativas que se vão sucedendo, somam-se indicações extraordinárias. Nos últimos 25 anos, traduziram-se em Espanha mais obras de autores portugueses do que em cinco séculos de história. Sublinho, ainda, pelo seu valor estratégico, a inauguração, no ano passado, do Centro de Língua Portuguesa em Madrid e a enorme expansão do ensino do português em Espanha, e do espanhol, em Portugal.

A aposta na cooperação nas áreas da Educação e da Investigação e Inovação Tecnológica começa a ganhar uma dinâmica positiva, como se comprova com a parceria no Instituto de Tecnologia de Braga. Creio, aliás, que o aproveitamento

do potencial de desenvolvimento de projectos conjuntos nesta área está apenas no início, sendo imperioso que, através das empresas, das universidades e dos centros de investigação, se promovam parcerias para melhor preparar os nossos países para o desafio da competitividade global.

Esta convicção fez com que tivesse convidado para integrar a minha comitiva jovens cientistas e empresários das áreas da inovação tecnológica e da biotecnologia. Não duvido que, mesmo para quem acompanhe de perto a evolução da sociedade portuguesa, a excelência do trabalho destes jovens e o reconhecimento de que desfrutam internacionalmente constituirá uma boa surpresa. Amanhã, terei a satisfação de participar num seminário, promovido pelas COTEC de Portugal e de Espanha, dedicado precisamente à cooperação luso-espanhola no domínio da inovação científica e tecnológica.

Creio que mantém toda a actualidade a afirmação proferida no V Encontro do Foro Hispano-Luso, em 2004, de que *“las relaciones entre España y Portugal se desarrollan actualmente en un marco difícil de imaginar hace sólo unos años. La situación actual permite que las administraciones públicas, las entidades privadas y los particulares puedan estrechar lazos y emprender iniciativas de colaboración en un clima de mutuo respeto, entendimiento y naturalidad.”*

Majestades

Referem-se frequentemente as inquestionáveis vantagens que Portugal e Espanha obtiveram com a adesão à União Europeia.

Mas, é bom que o sublinhemos, a adesão de Portugal e Espanha à União Europeia constitui um enorme valor acrescentado para a Europa.

A política externa europeia beneficiou dos nossos conhecimentos e relações privilegiadas com um sem número de países dispersos pelos cinco continentes. O relacionamento com a África, com a América Latina – foi em Portugal a primeira reunião ministerial UE-Mercosul –, com a Ásia – foi durante a Presidência portuguesa que nasceram, por exemplo, as Cimeiras UE-Índia –, e com o Mediterrâneo – vide o Processo de Barcelona – ganharam uma dimensão que não tinham. O alargamento bem sucedido a Portugal e a Espanha constituiu uma lição para os alargamentos que se lhe seguiram. O nosso contributo para

iniciativas fundamentais, como a Agenda de Lisboa, é prova da credibilidade do nosso empenho no processo de integração.

Aos nossos dois países, à Europa e ao mundo colocam-se actualmente importantes desafios.

Acredito que Portugal e Espanha, pelo seu passado, pela teia de relações que souberam criar, têm responsabilidades acrescidas na procura de um melhor entendimento entre os povos. Encontrar uma resposta eficaz a problemas como o terrorismo internacional ou a imigração ilegal deve constituir uma das nossas prioridades comuns.

Tem sido uma constante da política externa portuguesa, a preocupação com a ajuda ao desenvolvimento. Só o desenvolvimento económico poderá levar a que populações de “esquecidos da História” deixem de procurar os nossos países como única solução para um futuro melhor. Portugal é já hoje um dos maiores contribuintes *per capita* na ajuda ao desenvolvimento, através de auxílios oficiais e da contribuição da sociedade civil.

No quadro da insegurança que o terrorismo internacional tem promovido, retemos a imagem de dignidade do povo espanhol, quando, perante a tragédia de 11 Março, e independentemente de qualquer conotação política, disse ao mundo tudo o que devia ser dito: a dor, a revolta, a indignação, mas também a crença indefectível nos valores da paz, da tolerância e da democracia. É esse o caminho. Nada justifica o terror e nada justifica que se ceda à chantagem.

Amanhã, após a visita ao *Ayuntamiento* de Madrid, deslocar-me-ei, com a minha mulher, ao Retiro, para ali prestar a nossa homenagem, que é de todo o povo português, à memória dos que pagaram com a vida, em Espanha, tal como em muitos outros cantos do mundo, o preço da nossa escolha pela tolerância, pelo diálogo e pela dignidade humana, contra o terror e a barbárie.

Majestades

Hoje, nada do que acontece em Portugal é irrelevante para Espanha e nada do que acontece em Espanha é irrelevante para Portugal. É esta a realidade do nosso relacionamento. Saibamos fazer desta realidade a garantia de um futuro de cooperação cada vez mais estreita e frutuosa, para o bem de ambos os Povos e Países.

Permitam-me que brinde à saúde e felicidade de Vossa Majestade e de Sua Majestade a Rainha Dona Sofia, e à excelência das relações entre os nossos dois países. Que ela constitua sempre motivo de orgulho para ambos os Povos e um exemplo para as outras Nações.
Muito obrigado.

Sessão Solene de Boas Vindas na Câmara Municipal de Madrid

Madrid, 26 de Setembro de 2006

Permita-me que comece por lhe agradecer, muito sensibilizado, as palavras que acaba de proferir e dizer-lhe o quanto me honra o gesto desta Casa ao decidir conferir-me a Chave de Ouro da cidade de Madrid.

Gostaria também de felicitar, na pessoa de Vossa Excelência, todos os cidadãos madrilenos, pela magnífica cidade que hoje nos acolhe. Aliando a riqueza do património que a História lhe deixou, e que tem sabido preservar, aos exemplos de rasgo e modernidade, que tão bem ilustram a criatividade das suas gentes, Madrid a todos impressiona e encanta. O Presidente da República Portuguesa, Senhor Alcaide, não é excepção.

Quero agradecer, ainda, a calorosa hospitalidade com que temos sido recebidos na sua cidade. Um acolhimento que tudo diz sobre a natureza muito particular dos laços que unem portugueses e espanhóis.

A especial natureza desses laços e o particular apreço que nutro pela figura de Sua Majestade o Rei levaram-me a decidir que fosse a Espanha a minha primeira visita de Estado como Presidente da República Portuguesa.

Senhor Alcaide

Madrid tem sido, ao longo dos séculos, uma cidade de acolhimento. Para aqui têm confluído gentes das mais variadas paragens, trazendo com elas a vontade de empreender e de vencer, partilhando com quem já aqui estava o mesmo amor por esta terra generosa. Os testemunhos desta pluralidade estão por toda a parte e são uma das razões do encanto desta cidade que a cada dia se renova.

Entre aqueles que Madrid soube acolher, estão cidadãos do meu país. São hoje cerca de 6 mil os portugueses que aqui vivem, plenamente integrados na vida madrilenha. Altos quadros de empresas portuguesas, espanholas, ou luso-espanholas, professores, cientistas, comerciantes, trabalhadores da construção civil, todos contribuem, com o vigor do seu trabalho, para o desenvolvimento deste país irmão.

Às relações que estes meus compatriotas foram construindo, às cumplicidades que foram criando, ao conhecimento que têm da realidade dos dois lados da fronteira, devemos, portugueses e espanhóis, muito do notável progresso que as relações entre os nossos países têm registado desde a consolidação da democracia e a adesão à União Europeia. Nada seria assim, caso Madrid os não tivesse recebido como recebeu, e também isso, como Presidente da República Portuguesa, quero hoje agradecer.

A relação entre Portugal e Espanha é hoje plurifacetada. A cooperação entre os dois países abrange os mais variados domínios. Portugal representa hoje, para a Espanha, um parceiro comercial de importância superior a todas as Américas. Como a Espanha se constituiu, para Portugal, no primeiro dos seus parceiros económicos. É natural que assim seja entre vizinhos. No respeito pela identidade e interesses de cada um, a inter-relação existente abre campo a parcerias que só nos podem beneficiar, num mundo onde quem fala sozinho terá cada vez mais dificuldades em fazer-se ouvir.

A cooperação entre os dois países só tem a ganhar com o reforço dos laços entre as estruturas do poder autárquico.

Desde 1979 que Madrid e Lisboa são cidades geminadas. Tratando-se das cidades capitais de Espanha e Portugal, essa geminação tem um valor emblemático, constituindo um exemplo particularmente relevante para as restantes cidades portuguesas e espanholas.

As vantagens dessa cooperação a nível autárquico são múltiplas. Enriquece as cidades que dela participam, permite-lhes aproveitar oportunidades no quadro comunitário, em áreas tão diversas quanto a cultura e o urbanismo. E, ao facilitar a aproximação e o conhecimento mútuos, constitui um poderoso instrumento de reforço das relações entre os países.

Senhor Alcaide

Não posso deixar de aludir aos trágicos acontecimentos que, dois anos atrás, marcaram a História desta sua cidade: os atentados terroristas de 11 de Março de 2004, que enlutaram Madrid, o povo espanhol e todos quantos, no mundo, com ele partilharam o mesmo sentimento de dor e de revolta.

Não posso deixar de recordar a impressionante resposta das autoridades e da

população de Madrid face a tão trágico acontecimento, numa demonstração comovente da dignidade que caracteriza um povo que não se deixa abater, e muito menos acobardar.

Quis, nesta minha visita, prestar o meu tributo às vítimas dos atentados terroristas de 11 de Março e, através delas, às vítimas do terrorismo. Quis, também, que essa homenagem abrangesse todos quantos, em Madrid, pela força do seu exemplo nessa hora difícil, nos fizeram acreditar na grandeza dos valores que são alicerce da democracia.

Quis, afinal, fazer o que faço aqui, agora, cordialmente – agradecer a Madrid.

Sessão de Encerramento do Encontro COTEC “As Organizações COTEC no Apoio à Cooperação entre as Empresas de Portugal e de Espanha”

Madrid, 26 de Setembro de 2006

Num mundo globalizado, países como Portugal e Espanha só têm um caminho: abraçar a mudança, olhando o mundo pelo prisma das oportunidades. Não termos medo, não ficarmos à espera, não nos resignarmos. Em Maio, na reunião em que fui eleito Presidente da Assembleia Geral da COTEC - Portugal, disse que o grande desafio para as empresas portuguesas só pode ser um: “Pensar Global e Agir Global”.

Gostaria de felicitar a COTEC-Espanha e a COTEC-Portugal pela organização deste Encontro Ibérico, por ocasião da minha visita de Estado a Espanha. Pequenas e Médias Empresas inovadoras portuguesas tiveram, assim, oportunidade de estabelecer contactos com empresas espanholas e de dar a conhecer os seus produtos e serviços.

Ontem mesmo, tive ocasião de oferecer a Sua Majestade o Rei um presente especial: um *software* português, com mapas de Portugal e de toda a Europa, que permite, em oito línguas diferentes, através do telemóvel, aceder a informação georeferenciada e navegar com instruções visuais e sonoras.

Foi, naturalmente, um gesto simbólico, mas de grande significado: o de dar a conhecer o Portugal do Século XXI.

Um País empreendedor, confiante em si próprio, capaz de desmultiplicar centros de criatividade científica e empresarial, de se afirmar como um País de oportunidades. Um Portugal que sabe que o futuro dependerá, em larga medida, da capacidade de criação de riqueza baseada na inovação e no conhecimento.

A aposta deve ser colocada nas actividades económicas do futuro, o que requer um forte espírito de iniciativa. A combinação da inovação tecnológica com o empreendedorismo é absolutamente crítica para vencermos num mundo globalizado.

A Estratégia de Lisboa só será bem sucedida se contar com a energia das Pequenas e Médias Empresas.

Para tal, a Europa precisa de fortalecer a sua “cultura empreendedora”. É essencial estimular e premiar os valores do trabalho, do esforço e do mérito, bem como a ousadia, a capacidade de risco e de iniciativa.

É minha convicção que, nestes tempos de viragem, devemos difundir uma mensagem de apoio aos empreendedores. Devemos reconhecer o seu mérito – e retirar as muitas barreiras que tantas vezes desencorajam os seus investimentos e as suas iniciativas.

Essa mensagem que, em boa medida, é cultural, deve ser clara: ter ambição é positivo, vale a pena arriscar, vale a pena abrir novos caminhos, agarrar o destino com ambas as mãos, pensar a vida “por conta própria”.

O estímulo à inovação é uma condição essencial para aumentar a competitividade europeia.

Acredito na nova geração de empreendedores. Baseiam no Conhecimento a sua vantagem competitiva, têm ambição e acreditam em si próprios, têm garra e optimismo, pensam e querem agir global. Importa criar condições para que essa nova geração encontre oportunidades de realização na Europa.

Senhoras e Senhores

A Sociedade do Conhecimento é uma sociedade assente na confiança e na cooperação.

Numa Sociedade do Conhecimento, tão ou mais importantes do que as redes de comunicações, são a confiança e a cooperação, a capacidade de trabalhar e de criar em rede.

Quando pessoas e instituições são capazes de pensar e executar projectos em conjunto, estão a dar um belíssimo exemplo.

Estimular as parcerias público-privadas – entre Universidades, centros de Investigação e Desenvolvimento, laboratórios de Estado e associados, empresas – bem como estimular a procura de serviços de I&D e de produtos intensivos em conhecimento por parte das empresas são contributos-chave para a dinamização do sistema de inovação.

É necessário fomentar a aplicação dos resultados da investigação e orientá-los para a resolução das necessidades das empresas; incentivar a que os investigadores, no âmbito da sua carreira, desenvolvam projectos de I&D no seio das

empresas; e criar uma cultura de propriedade intelectual, que deve ser vista, de resto, numa lógica de mercado global. É necessário estimular a criação de novas empresas tecnológicas por parte de professores e investigadores, com recurso a “capital semente”, “business angels” e incubação; e participar, em parceria, nos programas internacionais de apoio à I&D.

Dia após dia, concretiza-se a visão do mundo como uma verdadeira aldeia global, complexa, integrada e interdependente. O que distingue os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento é, cada vez mais, a diferença de Conhecimento. A Globalização é fonte de novas oportunidades para as pessoas e para as organizações com mais Conhecimento. Países com elevado *stock* de Conhecimento e que dispõem de centros de excelência científica têm maior facilidade em atrair investimento de qualidade.

Senhoras e Senhores

A transformação do potencial científico e tecnológico em inovação geradora de novos negócios viáveis, catalisadores do crescimento, susceptíveis de criar valor, é hoje o grande desafio da Europa. Não se trata apenas de um requisito da Estratégia de Lisboa; trata-se de uma condição indispensável para a sobrevivência económica europeia num mundo globalizado.

A circulação globalizada de ideias, de informação e de conhecimento permitenos aprender com o mundo. A nossa juventude tem hoje outros horizontes: mais de 35 mil estudantes portugueses tiveram oportunidade de viver e estudar noutro País Europeu, no âmbito do programa *Erasmus*, em especial em Espanha. Este programa envolveu já mais de um milhão e meio de europeus. As viagens internacionais são mais frequentes e acessíveis. O trabalho move-se, a criatividade expande-se em rede.

A globalização abre novas oportunidades para as empresas venderem noutros mercados, outrora inacessíveis ou fechados. A previsível explosão da classe média nos países emergentes cria novos e aliciantes mercados, com elevado crescimento e acrescido poder de compra, que devem ser aproveitados pelas empresas portuguesas e espanholas.

As pessoas estão mais ligadas em rede do que nunca. Em escassos segundos, os motores de busca trazem o mundo para perto de cada um de nós. Os bens

e serviços produzidos num país estão cada vez mais disponíveis em qualquer outro. As comunicações internacionais banalizam-se e o seu custo reduz-se extraordinariamente.

Vivemos a transição para um mundo e uma sociedade em rede. Mais do que um fenómeno económico, a globalização é também um fenómeno cultural, social e político, que nos torna cidadãos activos de uma comunidade cada vez mais alargada.

Mas é certo que esta alteração de paradigma implica uma maior capacidade científica e tecnológica das empresas, ao tornar o Conhecimento um vector de competitividade verdadeiramente decisivo.

Senhoras e Senhores

Portugal e Espanha abriram novos mundos ao Mundo. A vocação universalista de ambos deu origem à primeira Globalização da era moderna. Temos, hoje, uma fabulosa oportunidade de mostrar que somos capazes de aproveitar este novo mundo sem fronteiras que temos pela frente.

Como se viu esta manhã, temos já excelentes exemplos de empresas tecnológicas, portuguesas e espanholas, a prosseguir estratégias ousadas de internacionalização e de conquista de novos mercados.

Por isso acredito que, com uma Europa Empreendedora, com espírito de iniciativa, confiança e cooperação, seremos capazes de navegar por estes novos mares e de vencer.

Muito obrigado.

Almoço Oferecido pelo Presidente do Governo de Espanha

Madrid, 26 de Setembro de 2006

Quero, antes de mais, agradecer, também em nome de minha mulher e no de toda a comitiva que me acompanha, o amável convite para este almoço, bem como as palavras que acaba de proferir. Permita-me, ainda, Senhor Presidente, que agradeça a sua mulher, Senhora D. Sonsoles Espinosa, ter querido honrar-nos com a sua presença nesta ocasião.

Partilho com Vossa Excelência a avaliação que faz sobre o nosso relacionamento bilateral e o desejo de uma cooperação ainda mais estreita entre os nossos dois países. As Cimeiras Luso-Espanholas permitiram o desenvolvimento de um quadro de diálogo, cooperação e concertação que abrange múltiplos sectores da governação. A nossa relação bilateral é hoje caracterizada por um elevado grau de interdependência. Como venho dizendo, “nada do que acontece em Espanha é irrelevante para Portugal e nada do que acontece em Portugal é irrelevante para Espanha”.

No domínio económico, Espanha é o nosso principal parceiro. Exporta para Portugal mais do que para toda a Ásia, para a América Latina, para a América do Norte, ou para o conjunto dos novos membros da União Europeia. Segundo um estudo recente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, Portugal conta com cerca de 1050 empresas de capitais espanhóis, facturando mais de 13 mil milhões de euros. No domínio do investimento, Espanha liderou o investimento estrangeiro em Portugal, em anos recentes, e Portugal está entre os maiores investidores em Espanha. Terei, aliás, oportunidade de, nas Astúrias, visitar a Hidrocantábrico, o maior investimento português neste país.

No plano cultural, nunca o nosso relacionamento foi tão intenso. Nunca se aprendeu e falou tanto espanhol em Portugal, nem tanto português, em Espanha; nunca tantas obras literárias foram traduzidas. No quadro europeu, Espanha é, de longe, o destino preferido dos portugueses que beneficiam dos programas *Erasmus e Leonardo da Vinci*.

Apraz-me registar, ainda, o nível de cooperação entre as nossas zonas fronteiriças, que muito contribui para o desenvolvimento sustentado dessas regiões. Trata-se de um vector fundamental das relações entre vizinhos.

Também no domínio da ciência e tecnologia, que tão importante é para vencer os desafios do mercado global, Portugal e Espanha têm reforçado consideravelmente a sua cooperação. Os resultados da Cimeira Luso-Espanhola de 2005 permitem equacionar novas parcerias: a próxima criação e operação conjunta de um Instituto de Investigação, com sede em Braga, será um exemplo particularmente emblemático.

Em síntese, dispomos de uma base de relacionamento que nos permite ser ambiciosos quanto ao futuro.

O potencial é imenso. Num mundo globalizado e perante um projecto de integração tão exigente quanto a União Europeia, os nossos dois países só têm a ganhar se explorarem as sinergias que resultam de projectos comuns.

Enfrentar o futuro implica dar resposta ao repto da competitividade global. E ganhar este desafio depende, em muito, da qualificação dos nossos recursos humanos, do desenvolvimento tecnológico, da investigação científica e da capacidade de inovação.

Aproveitar as oportunidades proporcionadas pelos programas da União Europeia e promover a mobilidade universitária, as parcerias entre instituições científicas e empresas de base tecnológica, intensificar a partilha de resultados científicos, de modo a traduzi-los em valor económico e social, deverão ser prioridades nas relações entre os nossos dois países.

Procurei que a comitiva que me acompanha reflectisse a minha convicção da importância do estreitamento dos nossos laços nas áreas de investigação científica e tecnológica e da inovação. Comigo estão jovens cientistas e empresários que são exemplos da excelência do trabalho que, nestes domínios, se está a desenvolver em Portugal.

Vencer o desafio da “Agenda de Lisboa” implica um enorme, mas necessário esforço por parte dos nossos países. A acção impulsionada pelos dois Governos é fundamental, mas não é suficiente. É preciso envolver cada vez mais a sociedade civil e o tecido empresarial.

Senhor Presidente

Já referi a necessidade de promover uma cooperação que permita melhor fazer valer os nossos interesses na União Europeia. A concertação de posições, sempre que estejam em causa interesses comuns, deve continuar a ser apanágio do relacionamento entre os nossos países.

A integração dos nossos países na União Europeia é uma história de sucesso. Sendo certo que o nosso desenvolvimento económico e social muito deve à integração europeia, importa sublinhar que a União Europeia também beneficiou muito com a adesão de Espanha e de Portugal, como tive oportunidade de referir no meu discurso de ontem à noite.

A União Europeia tem que estar à altura das legítimas expectativas que gerou junto dos cidadãos europeus. Os europeus pedem soluções europeias para muitos dos problemas que os afligem, como sejam a insegurança e o desemprego. O mesmo se pode dizer relativamente à imigração ilegal. Esta é uma questão que necessita de uma resposta europeia. Uma resposta no domínio do controlo de fronteiras, mas também, como a Espanha e Portugal vêm lembrando, que vá ao âmago do problema: o desenvolvimento económico e social dos países de onde provêm estas massas de deserdados. Permito-me recordar a importância, neste contexto, do diálogo euro-africano e da realização, durante a próxima Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, da II Cimeira União Europeia-África.

A menos de um ano da terceira Presidência Portuguesa da União Europeia, estou certo de que encontraremos na Espanha um parceiro e um aliado na defesa dos interesses europeus, em particular na promoção de uma Europa aberta e solidária, mais próxima dos seus cidadãos e mais capaz de dar resposta aos seus anseios.

Muito obrigado.

Sessão Solene de Boas Vindas no Plenário do Congresso de Espanha

Madrid, 26 de Setembro 2006

Quero começar por agradecer, muito sensibilizado, em meu nome e no do povo Português, as amáveis palavras que Vossa Excelência, Senhor Presidente, acaba de proferir. E permita-me que, por intermédio de Vossa Excelência, agradeça a esta ilustre Casa o convite que me dirigiu e que tanto me honra. Vejo nesse gesto, mais do que uma distinção pessoal, a expressão do carácter singular da relação que nos liga, portugueses e espanhóis.

Ao saudar esta Casa, é a Espanha que presto o meu tributo. À Espanha da grandeza histórica, do presente vibrante, do futuro promissor. À Espanha plural e diversa, aberta e tolerante. À Espanha que, perante a adversidade, não se deixa vencer pelo desânimo ou acobardar pela chantagem e nos oferece o exemplo de um povo que acredita que o caminho se faz caminhando.

Faço-o em nome de Portugal, dos quase novecentos anos que fazem da minha Pátria uma das mais antigas nações deste nosso continente. Nação que convosco dividiu mundos, partilhou soberanos, fez a guerra e celebrou a paz; que convosco se assume, hoje, parceira numa Europa que ambos ajudamos a construir para projectar um futuro melhor.

Excelências

Há vinte anos atrás, seria difícil para um observador externo acreditar que os números que ilustravam as relações entre Portugal e Espanha se reportavam a dois países vizinhos. O caminho que percorremos desde então é verdadeiramente notável. E todos ganhámos com isso.

A grande mudança, devemo-la à consolidação da democracia e à posterior adesão dos dois países à União Europeia. Vossa Excelência, Senhor Presidente, como profundo conhecedor das matérias europeias, negociador da adesão espanhola e, posteriormente, Membro da Comissão Europeia – a que chegou a presidir num período particularmente sensível –, foi um observador privilegiado do que aqui digo.

Logo em 1986, tive a honra de estar na origem das Cimeiras Luso-Espanholas, com o então Presidente do Governo de Espanha e meu amigo Felipe González. Espanha que, em 1980, ocupava a quinta posição entre os parceiros comerciais portugueses, sobe ao terceiro lugar em 1988, e depois ao primeiro, desde 1994. E Portugal é hoje o quarto maior investidor, o terceiro maior cliente e o oitavo maior fornecedor de Espanha. A Espanha exporta para Portugal mais do que para toda a Ásia, para toda a América Latina, para toda a América do Norte, ou mesmo para o conjunto dos novos membros da União Europeia. O número de empresas espanholas, em Portugal, e portuguesas, em Espanha, cresceu exponencialmente e, com este desenvolvimento, surgiram importantes parcerias luso-espanholas com dimensão internacional.

Mas o progresso nas nossas relações não se ficou pelos números das trocas comerciais e do investimento. Abrangeu muitos outros sectores, desde a cooperação administrativa e transfronteiriça ao ambiente, à ciência e investigação tecnológica, à cultura, à educação, ao turismo.

Em síntese, conhecemo-nos hoje melhor, muito melhor. E trabalhamos em conjunto mais, muito mais do que no passado.

Esta evolução teve uma implicação de enorme relevância. Parceiros na União Europeia, Portugal e Espanha deram-se conta, mais do que nunca, do muito que os aproxima, seja por razões geográficas, seja nas ambições de desenvolvimento, e passaram a apostar crescentemente na concertação de posições. Esta concertação no quadro comunitário contribuiu também, e devo sublinhá-lo, para a resolução de questões difíceis do foro bilateral. Estreitaram-se relações institucionais e pessoais e criaram-se novas afinidades que resultaram num novo e estável clima de confiança e de reconhecimento mútuo.

Senhor Presidente

Excelências

Obviamente que nem tudo está feito nas relações entre os nossos dois países. A realidade de todos os dias mostra-nos que persistem alguns obstáculos e, às vezes, até incompreensões. Mesmo nas relações económicas, onde tanto foi conseguido, se verificam, aqui e ali, queixas de tratamentos diferenciados ou de medidas de pendor proteccionista. A conclusão a retirar é simples: através do

diálogo e do trabalho conjunto, devemos identificar e superar as dificuldades e procurar tirar o melhor partido do imenso potencial de oportunidades que as relações Portugal-Espanha encerram.

Senhor Presidente

Excelências

É muito comum sublinhar-se as vantagens para Portugal e Espanha do processo de integração europeia. Elas são óbvias. Mas não é menos verdade que a União Europeia também muito beneficiou com a adesão dos nossos dois países.

O nosso conhecimento e estreitas relações com a América Latina, com África, com os países da orla mediterrânica e até com a Ásia foram instrumentais para a projecção externa da União Europeia. O sucesso da nossa adesão constituiu um exemplo para os alargamentos posteriores e consolidou a imagem da União como um espaço de progresso económico e social.

Portugal e Espanha realizaram o mercado único europeu, integraram desde a primeira hora a União Económica e Monetária e estiveram na linha da frente de Schengen para a livre circulação de pessoas.

O nosso empenho no processo de integração esteve na origem de iniciativas, como a Estratégia de Lisboa, que se tornaram marcos de referência para o futuro desenvolvimento da União.

A União enfrenta hoje novas dificuldades, algumas ligadas, paradoxalmente, à gestão do seu sucesso. As áreas de responsabilidade aumentaram, o número de Estados-membros cresceu, as expectativas dos cidadãos são cada vez maiores. Mais do que nunca, é essencial o empenho activo de todos os Estados-membros. Portugal e a Espanha, estou certo, saberão responder aos novos desafios.

Responder, propondo, apoiando e promovendo medidas que vão ao encontro das preocupações dos cidadãos. Os nossos cidadãos não nos pedem menos Europa. Pedem-nos mais e melhor Europa. Que não haja ilusões: não convenceremos os europeus das vantagens de novos mecanismos institucionais, se não mostrarmos que estes servem um propósito que ultrapassa a contabilidade do poder de cada um. A União tem que ser vista como um valor acrescentado na luta por mais segurança, melhores condições de vida e mais coesão económica e social. Estou certo de que Portugal e Espanha saberão também recusar o medo da

globalização, que tem por resultado paralisar a capacidade de iniciativa. Dizia Ortega y Gasset, com uma actualidade que assombra, “*que ahora se va a ver si los europeos son también hijos de Lot y se obstinan en hacer historia com la cabeza vuelta hacia atrás*”, acrescentando, noutro contexto, que “*es preciso que el yo encuentre un mundo radicalmente distinto de él y que salga, fuera de sí, a esse mundo*”.

Responder, repito, contribuindo também para que a Europa se abra ao mundo, se afirme no mundo, de uma forma cada vez mais concertada. Não haja ilusões de que a opção do “cada um por si” – seja quem for esse cada um – só pode conduzir a Europa a um destino menor, ao destino da irrelevância.

E é oportuno sublinhar que o desafio global não pode fazer-nos esquecer a responsabilidade colectiva que temos para com todos quantos o processo de crescimento económico possa excluir. Não há verdadeiro progresso se não houver justiça e solidariedade.

Estou convicto de que Portugal e Espanha estarão sempre na primeira linha do combate pelos valores que deverão ancorar o aprofundamento da integração europeia: a democracia, o respeito pelos direitos individuais, a diversidade, a solidariedade, a subsidiariedade e a proporcionalidade. Falar de solidariedade é falar de coesão social. Mas não só. Importa lembrar que o controlo da imigração clandestina não é só um problema espanhol, é um problema europeu, que exige uma resposta europeia.

Portugal assumirá, dentro de menos de um ano e pela terceira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia. Confio que tudo será feito para que se repita o exemplo de sucesso que constituíram as duas primeiras presidências. Contamos, naturalmente, com o apoio de Espanha.

Senhor Presidente

Excelências

Tudo quanto disse antes tem implícito o papel insubstituível dos Parlamentos nacionais.

Todos reconhecemos a necessidade urgente de a União Europeia se aproximar dos cidadãos. Enquanto seus representantes, os Parlamentos nacionais desempenham um papel activo e substancial no aprofundamento desta relação.

Era isso que previa o texto constitucional, embora de forma não tão ambiciosa quanto alguns teriam desejado. Com ou sem Tratado, há que tirar partido do extraordinário contributo que os Parlamentos podem dar para o projecto de integração europeia. Portugal aprovou recentemente legislação que vai nesse sentido e espero sinceramente que tal possa ajudar-nos a garantir um maior grau de democraticidade nas discussões sobre questões europeias.

Acompanha-me, nesta minha primeira visita de Estado a Espanha, uma delegação de Representantes da Assembleia da República Portuguesa. Sinal da cooperação institucional que, desde o início, tenho defendido, a presença desta delegação constitui também uma oportunidade para o reforço da cooperação parlamentar bilateral que se tem vindo a desenvolver nas últimas décadas.

Senhor Presidente

Excelências

Como disse ontem, no jantar que Sua Majestade o Rei teve a amabilidade de nos oferecer, nada do que se passa hoje em Portugal é irrelevante para a Espanha, como nada do que se passa em Espanha é irrelevante para Portugal. Designadamente o que se passa nesta Casa, que com tanta gentileza me quis hoje acolher e cuja actividade sigo com particular interesse.

Regozija-me que as relações entre Portugal e Espanha sejam hoje marcadas pela confiança, solidariedade, respeito e igualdade, independentemente da cor política dos respectivos Governos.

A manutenção destes valores permitirá, seguramente, equacionar novas e mais ambiciosas parcerias, que permitam defender melhor os nossos interesses específicos e tirar partido da realidade do mundo de hoje. Estou certo de que sabermos, uns e outros, estar à altura das oportunidades.

Muito obrigado.

Jantar Oferecido pelo Presidente do Governo das Astúrias

Oviedo, 27 de Setembro de 2006

Permita-me, em primeiro lugar, que agradeça, muito sensibilizado, as amáveis palavras que acaba de proferir e que exprima, também em nome de minha mulher e no de toda a delegação que nos acompanha, o nosso profundo reconhecimento pelo forma tão amiga e fraterna como temos sido recebidos na Comunidade das Astúrias.

Esta é a primeira Comunidade espanhola que visito, desde a minha investidura como Presidente da República Portuguesa.

É para mim uma grande honra deslocar-me ao Principado do futuro Rei de Espanha e terra natal de SAR a Princesa Letizia. Foram eles os portadores do convite de SM o Rei Don Juan Carlos para visitar Espanha.

A Comunidade das Astúrias, justificadamente orgulhosa do seu riquíssimo património histórico, constitui um exemplo da extraordinária evolução por que passaram os nossos dois países nos últimos anos. O desenvolvimento que se nota a cada passo, a notável melhoria nas condições de vida da sua população, o dinamismo extraordinário da sua vida cívica e cultural são a melhor ilustração das reconhecidas qualidades das gentes das Astúrias.

Tudo isto convive com uma paisagem de enorme beleza e com admiráveis manifestações de riqueza cultural e arquitectónica, desde a arte pré-românica, legitimamente reconhecida como património da Humanidade, ao bem marcado estilo gótico presente na Catedral de Oviedo que, amanhã, terei oportunidade de visitar.

Não posso deixar de sublinhar, neste contexto, a importância da Fundação Príncipe das Astúrias como motor de promoção e divulgação desta Comunidade e do seu património.

E com muita satisfação constato o contributo que os meus compatriotas deram e continuam a dar para o progresso desta Comunidade, seja através do seu trabalho, seja pela via de avultados investimentos financeiros.

Portugal é hoje o quarto cliente das Astúrias e um dos maiores investidores mundiais nesta região. Uma realidade que poucos conhecem no meu País.

Ainda hoje, tive a oportunidade de visitar aquele que é o maior investimento português em toda a Espanha. É com agrado que vejo consolidar-se um projecto que reúne espanhóis e portugueses numa aposta pelo futuro. Este é um exemplo que deve ser seguido, não só na área empresarial como em domínios tão fundamentais como a educação e a investigação tecnológica. Domínios onde se joga a nossa capacidade para tirar partido das oportunidades que o processo de globalização oferece.

Senhor Presidente

Sei que as Astúrias têm no seu sistema de educação e formação um pilar do desenvolvimento regional. As Astúrias constituem, ainda, um exemplo de empenho na investigação tecnológica e na inovação, elementos essenciais para vencer no mercado global que a todos se impõe.

Este dinamismo e este espírito inovador estão presentes não só nas grandes empresas como num vasto leque de Pequenas e Médias Empresas, que representam uma importante parcela do tecido empresarial das Astúrias.

Também esta é uma área em que urge fomentar o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre Portugal e as Astúrias, reunindo empresas, Universidades e Institutos de Investigação. Fiz-me acompanhar, nesta visita, de um grupo de jovens cientistas e de representantes de Pequenas e Médias Empresas de alto valor tecnológico. Quis que conhecessem esta terra e avaliassem o enorme potencial que encerra. E espero, sinceramente, que desse contacto nasçam novas e cada vez mais ambiciosas parcerias.

Numa terra de tantos artistas, quis, ainda, dar a conhecer a criatividade portuguesa, integrando nesta minha visita às Astúrias a exposição de uma jovem artista plástica, Adriana Molder, que permitirá ilustrar um pouco melhor a qualidade e a modernidade da produção artística do meu País.

Senhor Presidente

Com esta visita, espero, sinceramente, contribuir para proporcionar a portugueses e asturianos um olhar mais informado sobre as respectivas realidades.

Para que se conheçam melhor. Para que melhor se apercebam do muito que podem fazer juntos.

Fica aqui o meu convite aos asturianos para que visitem Portugal. Asseguro que, embora não seja fácil, tudo faremos para que se sintam tão bem, por lá, como nos sentimos nós nesta bela, pujante e querida terra asturiana.

Muito obrigado.

Reunião com os Participantes do Encontro Cívico

Montevideu, 3 de Novembro de 2006

Quero, antes de mais, agradecer e saudar a presença de todos os participantes neste Encontro Cívico. Esta iniciativa tem duas vantagens evidentes. Por um lado, estimula a participação da sociedade civil no processo das Cimeiras Ibero-Americanas. Por outro lado, enriquece o debate entre Chefes de Estado e de Governo.

A agenda dos vossos trabalhos evidencia, e bem, a importância dos direitos humanos.

Celebrou-se este ano o trigésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa de 1976, resultado da transição democrática iniciada a 25 de Abril de 1974 e que permitiu erguer e consolidar um Estado de Direito assente na dignidade da pessoa humana e na liberdade política, económica e social.

Estabilizado o processo de transição democrática, Portugal voltou-se para o mundo. Iniciou o seu processo de adesão às Comunidades Europeias, em que veio a ingressar em 1986, e procurou construir um relacionamento privilegiado com os sete países de língua portuguesa.

Os últimos 30 anos e, muito em especial, as duas últimas décadas, foram de grande mutação. A melhoria substancial das condições de vida e o desenvolvimento económico e social que se têm verificado devem-se a um esforço enorme do povo português a que não é estranho o desígnio europeu.

Melhoraram os níveis de educação e qualificação dos recursos humanos, as condições de saúde e habitação, do mesmo modo que, em contrapartida, diminuíram de forma acentuada os índices de pobreza e de exclusão social. O respeito pela dignidade da pessoa humana passou a ser um valor essencial da nossa sociedade.

Os portugueses têm dado mostras da importância que atribuem a este valor, não só no debate interno como na sua atitude perante questões internacionais, como ficou bem expresso na inesquecível mobilização de toda a sociedade portuguesa na defesa do processo de independência do povo de Timor-Leste.

A adesão à União Europeia, com o seu património de valores, teve um papel importante na consolidação da democracia em Portugal, designadamente no que ela implica de transparência e controlo das decisões das entidades políticas e de reforço dos instrumentos jurídicos, políticos e sociais à disposição do cidadão para fazer valer os seus direitos.

É por isso que, quando defendo as experiências da integração regional, não me limito a uma visão economicista ou tecnocrática. É fundamental que, subjacente ao processo de integração, exista um código de valores e princípios. Como é fundamental que, com o aprofundamento da relação política entre os Estados, esse património de valores comuns se dissemine e enraíze nas sociedades. Nesse sentido, aprofundar a dimensão política dos processos de integração significa também consolidar a sua dimensão democrática. A integração regional é, e deve ser, mais do que uma mera integração de economias, uma integração de democracias.

A consolidação da democracia e dos valores que lhe são próprios constitui a melhor defesa contra tudo aquilo que afasta os cidadãos uns dos outros e provoca divisões e conflitos que dificultam o progresso. Porque a democracia implica debate, confronto de ideias; porque a democracia, quanto mais aperfeiçoada ela for, maior exigência coloca aos agentes políticos na procura de respostas aos desafios e no desenho de políticas que sirvam o interesse nacional.

Uma sociedade democrática sabe reconhecer que as migrações são fenómenos históricos que, em muitos casos, enriqueceram extraordinariamente os países nelas envolvidos. Não só no plano económico, mas também social e culturalmente.

Mas uma sociedade democrática sabe, também, que o fenómeno das migrações tem subjacentes, muitas vezes, gravíssimos problemas de desenvolvimento económico e social. Que a imigração ilegal alimenta, frequentemente, redes criminosas de tráfico e exploração de seres humanos. Por isso, uma sociedade democrática tem a obrigação, quando combate a imigração ilegal, de procurar ir além do controlo das fronteiras e de buscar a raiz dos problemas. Isto implica que o combate implacável contra as redes de tráfico de seres humanos seja acompanhado por uma política consistente de ajuda ao desenvolvimento.

O fenómeno das migrações está particularmente presente na América Latina.

Enquanto Chefe do Estado Português, não posso deixar de lembrar os tempos em

que muitos dos cidadãos do meu país aqui aportaram, à procura de um futuro melhor e de condições de realização pessoal e profissional que o Portugal de então não lhe conseguia dar.

Durante muito tempo, fomos um país de emigração. O conhecimento próximo dessa realidade obriga-nos a um esforço particular de solidariedade e de apoio à integração, na sociedade portuguesa, dos imigrantes que passaram a procurarmos. Hoje são muito mais os cidadãos de outros países que procuram Portugal para viver e trabalhar do que os portugueses que emigram.

A integração das comunidades imigrantes é um dos maiores desafios de inclusão social que temos pela frente em Portugal. Não vos escondo que nem sempre tem sido fácil dar-lhe a resposta adequada. A evolução dos últimos anos foi muito rápida e temos de nos adaptar à nova realidade que constitui a presença em Portugal de comunidades imigrantes de grande dimensão e das mais variadas proveniências.

Em conjunto com o Primeiro-Ministro de Portugal, terei oportunidade, amanhã, de partilhar com os restantes Chefes de Estado e de Governo as reflexões que os fenómenos migratórios suscitam. As Cimeiras Ibero-Americanas são um quadro privilegiado para o debate sobre esta matéria, pela diversidade de situações e de experiências que permitem confrontar. O contributo deste Encontro Cívico para um debate dessa natureza será, estou certo, da maior utilidade para que saibamos encontrar as melhores vias para responder aos desafios que os novos tempos nos colocam.

Mais uma vez, muito obrigado.

Sessão Plenária da XVI Cimeira Ibero-Americana “Migrações e Desenvolvimento”

Montevideu, 4 de Novembro de 2006

Quero, antes de mais, felicitar o Presidente Tabaré Vasquez pela excelente organização desta Cimeira e agradecer-lhe a calorosa hospitalidade com que fomos recebidos pelas autoridades e pelo povo do Uruguai.

É com grande prazer que volto a participar nas Cimeiras Ibero-Americanas. Com Sua Majestade o Rei de Espanha, partilho a honra de ter feito parte, enquanto Primeiro-Ministro do meu País, do grupo de Chefes de Estado e de Governo que lhes deram início, em Guadalajara, em 1991. É com grande satisfação que constato que aquilo que era, então, uma incógnita e uma esperança é hoje uma realidade dinâmica, um quadro de diálogo e de cooperação imprescindível na cena política internacional.

Para tanto, muito tem contribuído a Secretaria-Geral Ibero-Americana e o seu Secretário-Geral, Enrique Iglésias, a quem presto homenagem. A sua crença na identidade ibero-americana é bem conhecida e a sua nomeação para o cargo que hoje exerce representou não só o reconhecimento pela sua dedicação a esta causa, mas também a confiança que todos nele depositamos para o aprofundamento do projecto que aqui nos traz.

Em Guadalajara, em 1991, reuniram-se países que, partilhando um conjunto de afinidades históricas e culturais, aceitaram o desafio de contribuir para um futuro comum de paz e de desenvolvimento económico e social, assente na democracia e no respeito pelos direitos humanos.

O desafio permanece. Ao reler a Declaração que institui esta nossa Conferência Ibero - Americana de Chefes de Estado e de Governo, constato que, apesar do muito que conquistámos, as nossas ambições permanecem válidas e actuais. Cabe-nos continuar a promover a democracia e os direitos fundamentais do cidadão; o diálogo e a cooperação entre Nações devem continuar a inspirar a nossa atitude; o desenvolvimento económico e social permanece uma batalha

que urge prosseguir. Diria que as nossas responsabilidades apenas ganharam maior peso. Há ainda muito por fazer.

Que olhar devemos ter perante o futuro? É esta a pergunta que se pode colocar no início desta XVI Cimeira.

É necessária uma maior determinação da nossa parte em passar das palavras aos actos. Uma maior preocupação com a educação dos nossos povos, um maior investimento na ciência, tecnologia e inovação, uma política coerente de promoção de crescimento económico e de emprego, um olhar responsável sobre o ambiente, um cuidado acrescido com a saúde das populações. Acrescentaria o fomento do turismo, a promoção do intercâmbio cultural, bem como o desenvolvimento de uma política bem definida de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Todos eles são instrumentos fundamentais para prosseguirmos os nossos objectivos de paz, estabilidade, desenvolvimento económico e justiça social.

Senhor Presidente

Falar sozinho representa, cada vez mais, para cada um dos nossos Estados, o risco de não ser ouvido. Face aos desafios do nosso tempo, a defesa dos interesses nacionais passa, forçosamente, pelo diálogo com as outras nações e, quando os objectivos coincidem, pela acção concertada.

Estas Cimeiras são uma resposta a esta realidade. Podemos nem sempre estar de acordo na nossa visão sobre as questões com que nos confrontamos no mundo de hoje. Aceitemo-lo com naturalidade. Afinal, é esta a regra nas sociedades democráticas. O debate é saudável e enriquecedor, as sociedades crescem com ele e com ele aprendem a descobrir novos caminhos. De resto, a História tem-nos dado múltiplos e dolorosos exemplos de onde leva a imposição de uma visão única. Portugal sabe-o bem.

Estas Cimeiras constituem um espaço privilegiado para nos ouvirmos, procurando recolher ensinamentos e melhor compreender as dificuldades de uns e de outros, em nome daquilo com que nos comprometemos todos em Guadalajara: a defesa dos valores democráticos e dos direitos dos nossos cidadãos, a promoção do bem-estar e do desenvolvimento económico e social das nossas populações.

Senhor Presidente

Caros Amigos

Cada um de nós faz parte de projectos de integração regional próprios. No caso de Portugal, a integração na União Europeia trouxe benefícios de inegável valor para o povo português e constituiu uma mais-valia para a Europa. Sou um defensor convicto de um processo de integração europeia que vá além da dimensão económica que lhe esteve na origem, que contemple uma importante dimensão social e que permita aos Estados europeus disporem do peso político que só a integração lhes pode conferir.

Acredito que este mesmo raciocínio se aplique aos processos de integração regional com que cada um de vós está comprometido. A integração regional tem permitido esbater diferenças, reduzir tensões e ultrapassar conflitos, em nome dos interesses comuns que se vão construindo. Seria um erro retroceder perante os obstáculos que surgem no caminho.

Mas a integração regional não pode ser passaporte para que grupos de Estados construam fortalezas e se isolem. Portugal tem sido um defensor intransigente de uma Europa aberta ao mundo. Nessa linha, temo-nos batido de forma empenhada pelo diálogo da União Europeia com os outros processos de integração regional, muito em particular na América Latina.

Lembro, por exemplo, com particular satisfação, que foi sob a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, em 1992, que teve lugar, em Guimarães, a primeira reunião entre a União Europeia e o Mercosul.

Senhor Presidente

O tema que irá ocupar esta Cimeira é bem a ilustração de tudo o que acabo de dizer: a universalidade dos desafios e a complexidade das respostas que eles exigem conferem absoluta prioridade aos mecanismos de diálogo e concertação entre as nações. Nesse sentido, estas Cimeiras são um instrumento cada vez mais actual e decisivo. Estou certo de que saberemos valorizar o património que temos vindo a construir e fazer desta Cimeira de Montevideu mais um sucesso na história do diálogo e da cooperação entre os nossos países e na afirmação dos valores da democracia e do respeito pelos direitos humanos que desde o início nos inspiram.

Quero comunicar a todos que Portugal teria muito gosto em organizar a Cimeira Ibero-Americana em 2009.

Muito obrigado.

Recepção Oferecida pela Comunidade Portuguesa e Luso-Descendente de Montevideu

Casa de Portugal, 5 de Novembro de 2006

Quero, antes de mais, saudar todos os que estão hoje aqui nesta recepção à Comunidade Portuguesa e Luso-Descendente e agradecer, muito sinceramente, a sua presença.

Agradeço, ainda, ao Senhor Embaixador de Portugal, ao Conselheiro para as Comunidades Portuguesas e ao Presidente da Casa de Portugal tudo o que fizeram para que me fosse possível, nesta minha estadia em Montevideu, partilhar alguns momentos com esta Comunidade que, bem longe de Portugal, procura manter vivo o espírito português.

Afirmo já, em diversas ocasiões, que, enquanto Presidente da República, tudo farei para promover e apoiar a aproximação entre Portugal e as suas Comunidades espalhadas pelos cinco Continentes.

Nesta minha deslocação ao Uruguai para participar na Cimeira Ibero-Americana, não podia deixar de estar junto de vós, reafirmando o carinho e o valor que Portugal confere aos seus emigrantes e luso-descendentes.

Apraz-me constatar a forma como esta Comunidade se integrou na sociedade uruguaia, contribuindo com o seu esforço para o desenvolvimento deste país, amigo de Portugal. Uma Comunidade sólida e respeitada, que muito honra as suas raízes lusitanas.

Tal como procuro na minha magistratura lembrar sempre a nossa diáspora, deixo-vos também um repto: não esqueçam Portugal, as vossas raízes, a grande família portuguesa. Portugal enfrenta desafios fundamentais para o seu futuro e precisa de todos vós.

Mas lembrar Portugal é também preservar e divulgar a cultura e a língua portuguesas. A vossa contribuição é inestimável neste esforço de projecção de Portugal no mundo. É fundamental que se promovam iniciativas e eventos que dêem a conhecer a nossa cultura, a nossa História, o nosso património popular. Esta Casa de Portugal tem – e estou certo de que continuará a ter – uma função única

neste desafio que vos coloco. E porque eu próprio assumo este desafio, visitarei amanhã a Colónia do Sacramento, contribuindo para divulgar a histórica presença portuguesa no Uruguai, que data de 1680, valorizando o património que por cá deixámos e que é hoje Património da Humanidade.

O orgulho de ser Português ou de descender de portugueses deve reflectir-se no interesse e na promoção da nossa língua. A nossa responsabilidade conjunta neste domínio é enorme. Estou certo de que a chegada próxima de uma leitora de português a Montevideu será por todos vós aproveitada para valorizar e divulgar a língua de Camões que, nos últimos séculos, subemos levar a todos os cantos do mundo.

Mas só será possível projectar Portugal se soubermos adaptar-nos à passagem do tempo. É preciso que saibamos cativar as novas gerações, os Luso-Descendentes, para o que é Português. Sem isso, arriscamo-nos a que se perca muito daquilo que souberam construir os que antes aqui chegaram.

Asseguro-vos que Portugal procurará sempre estar próximo de vós e de todos aqueles que, pelo mundo fora, nos representam e engrandecem.

A todos, muito obrigado.

Visita a Colónia do Sacramento

Palácio da Intendência, 6 de Novembro de 2006

Quero, antes de mais, agradecer ao Senhor Intendente as amáveis palavras que me dirigiu e dizer-lhe o quanto me honra a atribuição da Chave de Ouro da cidade de Colónia do Sacramento, símbolo da presença dos meus antepassados por terras uruguaias e do espírito empreendedor que tão bem marca os portugueses. Olhar para o enorme desafio que, em 1680, foi aceite por D. Manuel Lobo deixa-nos uma ainda maior responsabilidade em prosseguir as nossas ambições de um futuro melhor.

Apraz-me registar, Senhor Intendente, o esforço levado a cabo para reconstruir e preservar este legado histórico que, com todo o mérito, é hoje Património Histórico da Humanidade. Aguardo com todo o interesse a visita que, esta tarde, terei oportunidade de realizar pelas ruas do bairro histórico e constatar a forma como Vossas Excelências têm procurado respeitar e valorizar a herança lusitana.

Não posso deixar de enaltecer o trabalho desenvolvido pelo recentemente desaparecido Professor Fernando Assunção que, com perseverança e espírito de missão, foi um dos grandes obreiros da reconstrução do bairro histórico de Colónia do Sacramento. No louvor póstumo que a Assembleia da República portuguesa lhe dedicou, salienta-se “a forma como sempre prestigiou Portugal, fazendo questão de assumir publicamente as suas origens e o orgulho que sentia nas suas raízes”. Partilho a convicção de que, com o seu desaparecimento, Colónia perdeu um grande amigo e Portugal um dos seus melhores Embaixadores nesta Região.

Quero também salientar a acção desenvolvida pela Fundação Calouste Gulbenkian, essencial para o sucesso do projecto de reconstrução e elevação do bairro histórico a Património da Humanidade.

Graças ao esforço do Instituto Camões, e em particular da sua Vice-Presidente e próxima Embaixadora de Portugal no Uruguai, Embaixadora Luísa Bastos de Almeida, sou portador de 14 réplicas das espingardas utilizadas pelos soldados

portugueses no século XVII. Sei, Senhor Intendente, tratar-se de um desejo seu e da sua cidade, pelo qual muito se bateu o Embaixador Garrido Serra, e que desta forma se cumpre.

Mas Colónia do Sacramento não vive apenas do seu magnífico passado histórico, apostando decisivamente no seu desenvolvimento económico e social. É com admiração que constato a forma como as gentes de Colónia aliam a preservação do seu património histórico ao dinamismo que procuram inculcar à actividade económica desta Província.

O potencial económico de Colónia é imenso. Sente-se a vitalidade de uma cidade que promove o turismo, a actividade portuária, a sua indústria e a sua agricultura. Uma cidade dinâmica que aproveita as oportunidades que a geografia e a História lhe concederam para a mobilização da sociedade em torno de um objectivo comum: a melhoria das condições de vida de toda a população.

Também aqui, Senhor Intendente, o potencial para uma cooperação com Portugal deve ser explorado. A presença portuguesa, tão marcante na história de Colónia, deve agora projectar-se no empreendedorismo do futuro.

As empresas portuguesas têm, nos últimos anos, procurado novos mercados e investido em projectos variados na América Latina. Estou convicto das virtudes de um reforço do relacionamento entre empresas portuguesas e uruguaias, em parcerias mutuamente benéficas.

Deixo-vos, pois, o desafio de procurar cativar o interesse de empresários portugueses, e incentivar a cooperação empresarial. A nossa relação pode e deve ir além do marco histórico. A vantagem de um conhecimento mútuo de tantos séculos contribuirá, estou certo, para que assim seja.

Para este conhecimento mútuo também contribuiu a pequena mas dinâmica Comunidade Portuguesa e de Luso-descendentes que, numa integração social perfeita, trouxe uma mais-valia ao relacionamento do meu país com a vossa Província e com o vosso país.

Presto a minha homenagem àqueles que, bem longe de Portugal, souberam manter vivo o espírito e a alma portugueses.

A empatia e o conhecimento mútuo existentes entre os nossos povos são também fruto da divulgação das nossas culturas e das nossas línguas. Saúdo com satisfação as diversas iniciativas culturais que têm sido promovidas numa estreita

colaboração entre a Intendência, a Embaixada de Portugal no Uruguai e o Cônsul Honorário de Colónia do Sacramento, apelando a que o futuro traga uma ainda maior intensificação deste diálogo cultural que tanto nos enriquece.

Senhor Intendente

Foi com prazer que aceitei o convite para uma visita a Colónia do Sacramento nesta minha vinda ao Uruguai para participar na Cimeira Ibero-Americana. Há muito que tenho interesse em conhecer a sua cidade e a sua beleza histórica. Mas gostaria de, com a minha presença, deixar também um olhar para o futuro, para o que pode ser realizado em conjunto, para as vantagens que podemos extrair de projectos e parcerias comuns, que reflectam a confiança que marca o nosso relacionamento. Essa será a melhor forma de estarmos à altura do legado que o passado nos deixou.

Muito obrigado.

Jantar Oferecido pela Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil

São Paulo, 6 de Novembro de 2006

Quero agradecer, muito sensibilizado, à Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil, na pessoa do seu Presidente, Senhor António Pargana, a decisão de fazer coincidir este jantar com a minha breve passagem por São Paulo, no regresso da Cimeira Ibero-Americana de Montevidéu.

No momento em que a Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil comemora os seus 96 anos, presto homenagem a todos quantos têm contribuído para o sucesso da sua acção.

Felicito ainda o Senhor Comendador Horácio da Silva Roque pela sua distinção como Personalidade do Ano 2006, um prémio que faz justiça e recompensa o indiscutível valor da sua actividade de empresário que, contribuindo para a criação de riqueza em Portugal, ultrapassa em muito as suas fronteiras.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal tem hoje pela frente desafios de grande dimensão, cuja resposta determinará o País que deixaremos às gerações futuras. O nosso tempo não tem contemplações para com quem hesita em se adaptar. E o nosso tempo é o da globalização crescente. Não é possível fazer de conta que a realidade é outra. A resposta não pode ser o medo, que nem nos deixa ver as oportunidades, nem escolher o melhor caminho para as aproveitar.

Na minha acção como Presidente da República, tenho procurado ajudar os meus compatriotas a reconhecer e enfrentar as exigências da globalização e a aproveitar as oportunidades que ela encerra. Uma das formas de o fazer tem sido através da visibilidade que procuro dar a exemplos de sucesso. Portugal é hoje um País onde os problemas convivem com extraordinárias histórias de sucesso, que atestam da capacidade de inovação e empreendedorismo de gente sem medo do seu tempo e cujas referências de competitividade se regem pelos padrões internacionais mais elevados.

Este Portugal sem medo, que não se resigna, que abraça as oportunidades, é o Portugal que se identifica com os muitos que, no passado, partiram na busca de um futuro melhor e com aqueles que, mais recentemente, apostaram na internacionalização dos seus negócios. A comunidade portuguesa do Brasil ilustra bem estas duas realidades.

Quem para aqui veio há muitos anos, deu a esta terra o seu trabalho e honrou Portugal com o exemplo da sua determinação e capacidade para fazer frente às dificuldades. O Brasil está repleto de exemplos da obra que por aqui foram realizando portugueses e seus descendentes, que tanto fizeram - e fazem - pelo engrandecimento das relações entre os nossos dois países.

Tempos mais recentes trouxeram ao Brasil vultuosos investimentos de uma economia portuguesa que aprendeu, de novo, o caminho da internacionalização, de um país que deixou de ser exportador de mão de obra e importador de capitais, para passar a ser importador líquido de mão-de-obra e exportador de capitais. Investimentos que, com flutuações mais ou menos acentuadas, num sentido ou no outro, se mantêm, atestando a confiança de Portugal na economia brasileira.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal e as relações luso-brasileiras precisam de vós, de todos vós: dos que para aqui vieram há muito tempo, dos luso-descendentes e dos que aqui chegaram há menos tempo.

As Câmaras de Comércio constituem um instrumento fundamental para a mobilização de todos. Para tanto, é preciso que não esqueçam ninguém, que saibam congregar, federar, reunir. Que saibam tirar partido da experiência de todos e que não hesitem em renovar-se de forma a atrair as novas gerações. Que saibam reconhecer o essencial e não percam tempo com o acessório.

E é essencial apoiar quem chega de novo, ou quem quer empreender, promover o que somos e o que temos para oferecer nos mais variados domínios, estimular parcerias, estar presente na sociedade brasileira.

Senhor Embaixador

Senhor Presidente da Câmara de Comércio de Portugal no Brasil

Não tenho dúvidas de que a Câmara de Comércio de Portugal no Brasil saberá

encontrar as vias de fortalecimento das relações económicas entre os dois países adequadas aos novos tempos. Quero agradecer a todos quantos a integram o que têm feito e o que, estou certo, continuarão a fazer pelo futuro do Brasil, pelo futuro de Portugal e pelo futuro do mar de coisas que nos une.

Muito obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 8 de Janeiro de 2007

Quero agradecer as amáveis palavras e os votos de bom Ano Novo formulados por Sua. Exa. Reverendíssima o Senhor Nuncio Apostólico da Santa Sé, em nome do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, os quais retribuo. Peço-vos que transmitam aos vossos Chefes de Estado os meus sinceros votos de um ano de paz e prosperidade.

Sendo esta a primeira vez que participo nesta cerimónia na qualidade de Presidente da República, não quero deixar de sublinhar o apreço muito particular que me merece a actividade diplomática. Ao longo da minha vida pública tenho sido testemunha privilegiada do papel fundamental desempenhado pelos diplomatas na criação de pontes de diálogo, no reforço das relações entre os povos, na ultrapassagem de questões difíceis. São qualidades de que o mundo de hoje precisa de forma particularmente premente.

Fruto do seu legado histórico, Portugal disfruta de um relacionamento internacional extremamente rico e diversificado, que Vossas Excelências bem ilustram. Há que fazer dessa realidade um factor acrescido de dinamização da sociedade e da economia portuguesas, divulgando oportunidades, promovendo contactos, criando parcerias igualmente benéficas para os países com os quais nos relacionamos. Nesse sentido, a contribuição de Vossas Excelências é inestimável e contará sempre com o apoio do Presidente da República.

Na linha do que já fiz, em 2006, com os Embaixadores dos Estados-membros e candidatos à União Europeia, é minha intenção promover encontros com outros grupos regionais de Embaixadores ao longo de 2007. Quero, deste modo, ter a ocasião de beneficiar de um contacto directo convosco, que permita, num quadro menos formal, trocar impressões sobre as oportunidades e dificuldades com que nos confronta o mundo de hoje e o nosso relacionamento.

Senhoras Embaixadoras

Senhores Embaixadores

Senhoras e Senhores Chefes de Missão

Dispensar-me-ei de referir aqui todos os conflitos, decisões políticas e desafios que nos preocuparam ao longo do ano de 2006. A seu tempo, a União Europeia pronunciou-se e o Governo português também. Quando se justificou, essa tomada de posição foi acompanhada de medidas concretas, que são clara indicação do nosso empenho em contribuir para a paz entre os povos e a dignidade da pessoa humana e de não pactuar com actuações e políticas que as ponham em causa.

Assim, mais do que reiterar a longa lista do que não nos deixa saudades, gostaria de enfatizar nesta ocasião a humanidade que nos une a todos e que, em nome do futuro, nos pede que saibamos imprimir ao relacionamento entre os Estados e povos a marca da tolerância, do respeito mútuo e da valorização da dignidade humana.

Não se veja aqui um sinal de ingenuidade, inspirado pela atmosfera da época festiva que ainda vivemos. Sei bem que a cada um dos nossos países correspondem interesses próprios, muitas vezes fruto de difíceis consensos internos. Sei bem que a defesa desses interesses nem sempre convive com cenários idílicos de cumplicidade e entendimento.

Mas acredito sinceramente que, num mundo de interdependências cada vez mais fortes e de desafios crescentemente partilhados, a defesa do interesse nacional terá cada vez mais dificuldade em se fazer de forma isolada.

Senhoras e Senhores Embaixadores

As prioridades da política externa portuguesa, para além da integração na União Europeia e da participação noutras organizações internacionais para as quais activamente contribuímos, incluem um relacionamento muito próximo com África e com a América Latina, designadamente com os países que conosco partilham a mesma língua, sem esquecer naturalmente os fortes laços transatlânticos e, ainda, uma crescente aproximação ao Continente asiático.

O continente africano, muitas vezes esquecido, tem sempre merecido de

Portugal, até pelos laços históricos e culturais que partilhamos com vários países, uma atenção muito especial. É com agrado que constato que, nos últimos anos, a tendência para ignorar esta região do globo tem vindo a dar lugar a uma dinâmica de parceria e de cooperação, essencial ao seu desenvolvimento e à paz.

A minha primeira deslocação ao estrangeiro, enquanto Chefe de Estado, foi a África e resultou do honroso convite que me dirigiu o Presidente Pedro Pires, de Cabo Verde, para tomar parte nas cerimónias que assinalaram a sua tomada de posse. Tive, mais uma vez, oportunidade de confirmar o extraordinário exemplo que Cabo Verde constitui para todos nós. Desafiando as adversidades com que a natureza a confronta, a nação cabo-verdiana soube definir um rumo de progresso e desenvolvimento assente numa democracia estável e madura, constituindo hoje um parceiro credível e incontornável no espaço euro-atlântico.

Ainda antes do Verão, tive a oportunidade de voltar a África, desta vez para participar na Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organizada e conduzida pela Guiné-Bissau de forma por todos elogiada. A propósito da Guiné-Bissau, espero sinceramente que o diálogo se imponha definitivamente como a única via capaz de levar ao desenvolvimento social e económico que o povo guineense merece.

A Cimeira de Bissau seguiu-se à Presidência marcante de São Tomé e Príncipe. Foi uma importante ocasião para avaliar, em conjunto com os restantes Chefes de Estado e de Governo presentes, o trabalho que vem sendo realizado no âmbito da CPLP e comprovar o importante leque de áreas em que se afirma hoje a cooperação entre os membros da Organização.

Foi, ainda, momento para constatar os progressos muito significativos que Angola e Moçambique vêm registando, bem como a solidariedade continuada que a todos merece a situação de Timor-Leste.

Mas muito há ainda por fazer e Portugal está firmemente empenhado em dar a sua contribuição. Foi com esse espírito, aliás, que nos propusemos assumir a organização da Cimeira da CPLP de 2008.

No domínio bilateral, as relações com Espanha, nosso país vizinho, assumem para Portugal uma importância muito particular. Foi a Espanha que tive a oportu-

tunidade de efectuar a minha primeira Visita de Estado, a convite do Sua Majestade e meu querido amigo, D. Juan Carlos I de Borbon.

Como referi nas intervenções que proferi durante a visita, “nada do que acontece em Portugal é irrelevante para a Espanha e nada do que acontece em Espanha é irrelevante para Portugal”. Tendo estado na origem, com o então Presidente do Governo espanhol, Felipe González, das primeiras Cimeiras Luso-Espanholas, posso bem avaliar os progressos registados no relacionamento entre os dois países, desde a adesão simultânea à União Europeia. Mas existe ainda um potencial de cooperação que queremos aproveitar.

Senhoras e Senhores Embaixadores

A História da construção europeia fez-se à mesa de negociações, mas, também, e tendemos por vezes a esquecê-lo, com sangue e bravura, nas ruas de muitas das nossas cidades. Como em Budapeste, em 1956. Foi isso que quis sublinhar, perante os Portugueses, com a minha presença nas comemorações dos 50 anos da Revolução húngara, verdadeiro símbolo da vontade de um povo de abraçar os valores europeus e os princípios do Estado de Direito e do pluralismo democrático.

Foi também ocasião para uma troca de impressões particularmente enriquecedora e amiga com o Presidente Khöler, da Alemanha, país que, com Portugal, integra o triunvirato de Presidências do Conselho da União Europeia, nos próximos 18 meses, bem como para encontros extremamente informativos e cordiais com os Presidentes da Hungria e da Ucrânia.

Outro dos eixos prioritários da política externa portuguesa é a América Latina, continente com o qual Portugal partilha especiais afinidades históricas e culturais e de que o Brasil, país irmão, é actor fundamental. Quero, aliás, saudar nesta ocasião, o início, no passado dia 1, do segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a quem desejo os maiores sucessos.

Foi durante a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, em 1992, que teve lugar a primeira reunião ministerial UE-Mercosul, momento que recorro com particular agrado, em especial quando verifico o caminho que percorremos, contrariando o cepticismo com que então essa nossa iniciativa foi recebida em algumas das capitais.

Foi com satisfação que participei na recente Cimeira Ibero-Americana de Montevideu. Constatei que, entre o encontro que deu origem ao processo, em Guadalajara, no México, e a Cimeira de Montevideu, apenas dois rostos se repetiam em torno da mesa que a todos reunia: o de Sua Majestade o Rei de Espanha e o meu próprio. Para lá dos resultados politicamente mais visíveis, registo a abertura à sociedade civil que o processo ibero-americano hoje ilustra, com a realização paralela de inúmeras iniciativas de diálogo e concertação entre variados tipos de organizações, designadamente empresariais e sindicais.

Também nesta ocasião pude beneficiar das opiniões que, sobre o mundo, o relacionamento ibero-americano e as relações bilaterais me transmitiram, em encontros bilaterais específicos, caracterizados por grande cordialidade e franqueza, o Senhor Presidente do Uruguai, que tão amavelmente nos recebeu, a Presidente do Chile, o Presidente da Colômbia e o então ainda Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Koffi Annan, a quem quero reiterar os meus sentimentos de admiração pelo trabalho que levou a cabo nos seus dois mandatos. Em 2009, será a vez de Portugal acolher a Cimeira Ibero-Americana, num sinal claro do nosso empenho no sucesso deste importante fórum para a aproximação de povos e para a promoção da cooperação entre Estados.

Sempre defendi que Portugal deve afirmar-se pela credibilidade das suas posições, o que passa pela resposta aos compromissos assumidos no contexto das Organizações Internacionais em que activamente participa. Temos, apesar das dificuldades orçamentais conhecidas, procurado dar um contributo válido para o esforço de manutenção da paz no mundo, tanto no quadro das Nações Unidas, como da Aliança Atlântica ou da União Europeia.

As Forças Armadas, elemento essencial da nossa política externa e da projecção internacional do Estado português, estão empenhadas em múltiplas operações internacionais de paz. Na minha visita à Bósnia-Herzegovina e ao Kosovo, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, pretendi levar aos militares portugueses uma mensagem de solidariedade e de reconhecimento pelo seu trabalho, assinalando a importância da sua contribuição para a defesa dos valores da paz, da democracia pluralista e do respeito pelos direitos humanos. Permito-me incluir neste balanço de 2006 o lançamento, no passado mês de Novembro, no seguimento de uma proposta que formulei e com o meu patrocí-

nio, do Conselho da Globalização da COTEC-Portugal, que passará a reunir-se anualmente.

Portugal tem que saber tirar partido das oportunidades que oferece uma globalização de que, afinal, ele próprio foi precursor destacado. Acredito que este fórum, pela qualidade dos participantes e do debate que proporciona, pode desempenhar um importante papel nesse sentido e, deste modo, contribuir para o progresso económico e social do meu País.

Senhoras e Senhores Embaixadores

O ano que agora começa será marcado, no que diz respeito à política externa portuguesa, pela Presidência do Conselho da União Europeia, no segundo semestre. Portugal é um actor empenhado da construção europeia. A forma como desempenhou estas funções em 1992 e 2000 marcou a evolução do processo de integração, granjeando-lhe um capital de seriedade e credibilidade de que sabemos certamente estar à altura.

No discurso que proferi por ocasião das comemorações do Dia da Europa, e assinalando os vinte anos de integração de Portugal no projecto europeu, tive oportunidade de afirmar que “muito daquilo que chamamos hoje sintomas da crise é, em grande medida, o resultado do (*seu*) enorme sucesso”.

A União Europeia soube ser o espaço de estabilidade e progresso que se propunha, o que atraiu outros países; mas o alargamento, por seu lado, coloca-nos novos desafios a que, em conjunto, teremos que saber responder. Quero, aliás, saudar, muito em particular, o recente alargamento à Bulgária e Roménia, bem como a adesão da Eslovénia à Zona Euro, que vejo como importantíssimas etapas do nosso projecto comum.

A União foi ainda capaz, ao longo do tempo, de dar resposta a algumas questões que preocupavam os seus cidadãos, o que só nos pode regozijar. Mas este facto, aliado à consciência de que a crescente complexidade das questões não se coaduna com respostas nacionais isoladas, levou a que aumentasse o grau de exigência dos Europeus quanto ao papel da União.

É neste quadro – exigente, mas também promissor – que Portugal assumirá a Presidência do Conselho da União Europeia, no segundo semestre deste ano.

Os objectivos da Presidência portuguesa inserem-se no programa comum apre-

sentado em conjunto com a actual Presidência alemã – a que aproveito, aliás, para desejar, na pessoa do seu Embaixador, os maiores sucessos – e com a Presidência eslovena, que terá início no primeiro semestre de 2008.

Para além dos temas institucionais, que merecerão a nossa maior atenção, gostaria de salientar o interesse de Portugal em promover políticas europeias que favoreçam o crescimento e o emprego e o reforço das condições de competitividade, designadamente o investimento na inovação, sem esquecer as questões relacionadas com a energia e o ambiente.

Esta ambiciosa agenda prevê ainda o fortalecimento do modelo social europeu e a prossecução de uma abordagem integrada da questão migratória, bem como passos no sentido da criação de uma Política Marítima Integrada.

No plano externo, a Presidência Portuguesa dará especial ênfase a África, dando prioridade à concretização da II Cimeira UE-África, bem como ao Mediterrâneo e à América Latina. O reforço do nosso relacionamento com os EUA, com quem partilhamos uma base de valores comuns, e a intensificação do diálogo com a Rússia, a China e a Índia, países com que terão lugar Cimeiras de alto nível, farão também parte das nossas prioridades.

Aliás, no que diz respeito à Índia, os encontros bilaterais que terão lugar à margem da Cimeira com a UE, durante a nossa Presidência, permitirão, estou certo, avaliar os progressos realizados desde a minha visita de Estado àquele país, para onde parto amanhã, a convite, que muito me honra, do Presidente Abdul Kalam. O programa que cumprirei e a delegação que me acompanha reflectem bem a excelência das relações políticas entre Portugal e a Índia e a vontade comum de que esse grau de entendimento abranja áreas cada vez mais vastas.

No que diz respeito à China, com quem terá igualmente lugar uma Cimeira com a UE durante a nossa Presidência, 2007 assinalará os 20 anos da Declaração Conjunta luso-chinesa sobre Macau e o sucesso que constituiu o processo de transição naquele Território. Será um momento importante para os dois países.

Macau é hoje uma região pujante, que mantém as suas características particulares, cujas instituições vêm funcionando de forma exemplar, de acordo com o princípio “um país, dois sistemas”. É, também, um importante elo nas relações de parceria estratégica entre Portugal e a China e nas relações entre a China e os países de língua oficial portuguesa.

Senhoras Embaixadoras
Senhores Embaixadores
Senhoras e Senhores Chefes de Missão
Minhas Senhoras e meus Senhores

Agradecendo a vossa presença, quero desejar a todos e às respectivas famílias um excelente Ano Novo, fazendo votos de que 2007 fique marcado pelos valores da paz, da liberdade, da tolerância e do respeito pela dignidade da pessoa humana, única forma de garantirmos, em nome da humanidade que nos une, um mundo melhor para todos.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República Indiana

Nova Deli, 11 de Janeiro de 2007

Quero começar por lhe agradecer, Senhor Presidente, o honroso convite que me dirigiu para efectuar a presente visita de Estado à Índia.

Esta visita reflecte o excelente relacionamento político que existe entre os nossos países e povos, bem como o lugar cada vez mais relevante que desejamos que a Índia ocupe no quadro das parcerias externas de Portugal.

A hospitalidade que nos tem sido reservada espelha bem as qualidades do povo indiano, os laços de particular amizade que nos unem e o desejo de aprofundamento do diálogo e da cooperação entre Portugal e a Índia.

Os portugueses têm uma grande admiração pela Índia, pela sua cultura e tradições. Uma admiração alimentada por uma convivência secular, que marcou a nossa identidade e influenciou decisivamente o mundo em que vivemos.

Para além da sua herança histórica, a Índia tem hoje muitos outros motivos para se orgulhar. Maior democracia do mundo, uma das economias com maiores índices de crescimento a nível global, a internacionalização crescente da sua economia, a notável capacidade de adaptação tecnológica e o espírito empreendedor das suas gentes fazem da Índia um caso exemplar de resposta aos desafios da globalização e garantem-lhe um papel de cada vez maior proeminência na cena internacional. Sei bem que a consolidação do surto de progresso que a Índia tem vindo a registar muito beneficiou da sabedoria demonstrada pelo Presidente Abdul Kalam no exercício das suas altas funções.

As ameaças no mundo actual, como o terrorismo, as alterações climáticas ou a pobreza, obrigam aqueles que acreditam nos valores da democracia, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos a cooperar e a unir esforços por forma a construir um mundo melhor e mais justo. Por essa razão, Portugal foi um dos países que mais cedo declarou o seu apoio à candidatura da Índia a um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Portugal é um país amigo da Índia, com uma economia aberta e moderna, mem-

bro da União Europeia e da Zona Euro, com acesso directo a um amplo mercado interno europeu de 500 milhões de consumidores e com relações privilegiadas nos vários continentes, em particular com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil. São mercados e países com os quais a Índia terá interesse em estreitar relações e onde as empresas portuguesas possuem uma forte implantação e um profundo conhecimento das realidades locais.

No mundo globalizado em que vivemos, nenhum país poderá alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentável de forma isolada. O mundo de hoje obriga-nos a viver em interdependência e a procurar construir activamente novas alianças com os parceiros com os quais partilhamos valores e objectivos.

Os nossos países possuem relações políticas estreitas e sólidas. Nada justifica que a este quadro se não acrescente uma relação económica dinâmica e frutuosa. É claro para mim que existe um vastíssimo campo de possibilidades a explorar no relacionamento entre Portugal e a Índia.

Contribuir para a construção de uma relação de futuro entre Portugal e a Índia é um dos objectivos centrais da minha presente visita de Estado. A delegação empresarial que me acompanha, constituída por representantes de topo de alguns dos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa, constitui um trunfo importante. O mesmo acontece com as personalidades da vida cultural, académica e científica, que vêm promovendo as relações entre os nossos dois países.

Senhor Presidente

Foi sob o impulso da Presidência portuguesa que teve lugar a primeira Cimeira entre a União Europeia e a Índia, em 2000, em Lisboa. Seis anos volvidos, a União Europeia é o maior parceiro comercial da Índia e os interesses que partilhamos vão muito além da mera cooperação económica.

Caberá a Portugal presidir novamente ao Conselho da União Europeia, no segundo semestre deste ano, quando terá lugar a próxima Cimeira União Europeia-Índia. Queremos que dessa Cimeira resulte um impulso acrescido ao aprofundamento da nossa parceria estratégica. Seguir-se-á um encontro de alto nível entre os nossos dois países, o qual permitirá, estou certo, consolidar ainda mais a nossa relação e os progressos entretanto verificados.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Antes de terminar, peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Abdul Kalam, que espero ver brevemente em Portugal, bem como à prosperidade do Povo Indiano e ao reforço das relações de amizade que unem a Índia e Portugal.

Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Goa

Kala Academy, 14 de Janeiro de 2007

É com grande prazer que estou aqui, na Universidade de Goa.

E com a maior honra que recebo, da vossa escola, este Doutoramento *Honoris Causa*. Sei que é a primeira vez que a Universidade de Goa concede este grau e é altamente significativo para mim que esta cerimónia decorra na “Kala Academy”, concebida por um arquitecto de renome mundial de origem Portuguesa/Goesa, Charles Correa.

A Índia ergue-se hoje como um dos símbolos do novo mundo integrado e um dos países onde o crescimento tem sido mais impressionante nas últimas duas décadas e meia. Estando na Índia, e dado que sou também professor de economia, pensei que seria interessante expressar as minhas ideias sobre um dos principais temas económicos do início do século XXI – a globalização.

Uma única palavra que simboliza, para o bem e para o mal, o ambiente económico que actualmente molda as nossas vidas e que, certamente, definirá o nosso futuro. Podemos pensar na viagem original de Vasco da Gama, de Portugal à Índia, em 1498, como a alvorada da globalização. Essa viagem provou que os Oceanos Índico e Atlântico estavam ligados. Foi aberta uma nova via comercial entre o Este e o Oeste. Este facto contribuiu, grandemente, para a percepção de que o globo é uma entidade una e unificada: uma ideia que é ainda a base das noções actuais sobre globalização.

Estou menos interessado numa definição precisa da palavra “globalização” do que em reflectir sobre como é que um mundo mais integrado pode criar um lugar melhor e mais equitativo onde viver.

Amartya Sen escreveu, no seu último livro, *Liberdade e Desenvolvimento*, que “o verdadeiro debate associado à globalização é, em última análise, não acerca da eficiência dos mercados, nem acerca da importância da tecnologia moderna. O debate é antes sobre a desigualdade de poder.”

Partilho das suas preocupações.

Na medida em que a globalização tem contribuído para uma melhor afectação de recursos à escala global, tem sido certamente uma força positiva. Contudo, se ao mesmo tempo conduzir os já poderosos a uma posição de poder ainda superior, então é uma força que necessita de ser domada.

Esta tornou-se uma matéria de preocupação com o advento da última vaga da globalização – normalmente situada em torno das últimas duas décadas do século XX. Esta vaga é caracterizada pela emergência das tecnologias de informação na economia, mas sobretudo pela participação crescente dos países em desenvolvimento nos fluxos comerciais a nível global.

Estes dois eventos estão a mudar a face do globo. Temos, agora, níveis sem precedentes de mobilidade em termos de capitais e bens. A *internet* e a televisão global têm contribuído para uma imensa proliferação de informação e ideias. E a mobilidade das pessoas está a tornar-se também um dado de relevância crescente no mundo actual.

Como nota Jagdish Bhagwati, no seu recente livro *Em Defesa da Globalização*: “há muito tido como um assunto de abordagem muito prudente dado que o direito de excluir tem sido, tradicionalmente, considerado como o aspecto definidor essencial da soberania nacional, [a *migração*] assumiu agora uma dimensão e legitimidade que a coloca lado-a-lado com os fenómenos internacionais mais convencionais...”.

Todos estes tipos de mobilidade têm encontrado tradução nas tendências tecnológicas, políticas, culturais e comerciais. Em termos genéricos, as barreiras ao comércio e às transferências de tecnologia têm vindo a decrescer e o acesso ao saber e ao conhecimento está a tornar-se mais fácil e rápido.

Isto significa que, no mundo actual, as melhores práticas podem ser disseminadas de forma muito rápida pelo globo.

A Universidade de Goa, por exemplo, tem acesso não apenas à investigação e ao conhecimento que produz, mas pode também incorporar facilmente saber gerado noutras Universidades. Não é surpresa que estejamos a ver muitas novas Universidades de excelência a surgir pelo mundo fora.

Muitas doenças são estudadas em Universidades de topo e institutos de investigação e os tratamentos existentes estão potencialmente disponíveis para todos. A generalização da medicina preventiva contribuiu largamente para a melhoria

dos padrões de vida em muitos países. A mortalidade infantil tem vindo a cair em quase toda a parte, à medida que os cuidados pré-natais se vão generalizando. Apesar de todos os problemas que ainda temos no mundo, seria errado ignorar os benefícios que a globalização trouxe às condições de saúde da maioria dos seres humanos.

Os nossos concidadãos desfrutam também de um acesso a produtos e eventos culturais sem precedentes na história do mundo. E este acesso ao saber e a novas culturas vem de par com o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos. Estes exemplos mostram o poder da globalização como uma realidade e uma força no mundo de hoje. Mas uma força com tamanha presença está condenada a produzir, simultaneamente, boas e más consequências.

Entre as consequências positivas mais óbvias da globalização, encontra-se no topo a melhor determinação dos preços, com a correspondente afectação de recursos a um nível global.

O rendimento per capita no conjunto dos países em desenvolvimento aumentou a uma taxa média anual de 2,1 por cento entre 1980 e 2005, e de acordo com o Banco Mundial, no seu último relatório sobre as “Perspectivas Económicas Globais”, deverá crescer a um ritmo ainda mais elevado – 3,1 por cento – até 2030. Da mesma forma, alguns economistas do desenvolvimento já demonstraram, acima de qualquer controvérsia, que uma elevada percentagem da população mundial abandonou a situação de pobreza em que se encontrava, apesar do elevado crescimento populacional entretanto ocorrido.

Até agora, este resultado decorreu essencialmente do sucesso económico da Índia e da China. Contudo, o Banco Mundial espera que até 2030, e graças à globalização, o número de pessoas que vive em pobreza extrema venha a diminuir em metade, de 1,1 mil milhões hoje para 550 mil.

Recentemente, temos assistido a níveis extraordinários de crescimento económico no mundo. O Fundo Monetário Internacional estima que a economia mundial tenha crescido a uma taxa anual de 4 por cento na última década. O que impressiona mais é que este crescimento tem sido sustentado, em larga medida, pelos países em desenvolvimento.

O Banco Mundial espera que, nos próximos 25 anos, o produto global continue a crescer a um ritmo elevado, ainda impulsionado pelos países em desenvol-

vimento. A percentagem do produto global com origem nestes países deverá crescer, assim, dos 20 por cento actuais para cerca de 33 por cento em 2030.

Por isso, em termos agregados, é seguro afirmar que os países em desenvolvimento que abraçaram o processo de globalização têm beneficiado largamente deste processo, e deverão continuar a beneficiar dele.

Claro que, com isto, não estamos a ignorar o facto de que muitos podem ter visto o seu nível de vida decrescer devido a este processo. O aumento do rendimento *per capita* em muitos países não é uma garantia, em si mesmo, de que todos tenham beneficiado da globalização.

O ponto, contudo, é que se o produto global está a aumentar, então devemos ser capazes de desenvolver políticas, quer a nível nacional quer internacional, que distribuam de forma justa e adequada os benefícios da integração económica.

É interessante notar que, hoje em dia, vemos muitos países no mundo menos desenvolvido a reclamar uma maior abertura dos mercados. Nalguns casos, isto constitui uma mudança tremenda na posição dos seus líderes relativamente à política comercial e aos benefícios da globalização. Considero que isto é parte de um ciclo virtuoso que deverá persistir à medida que aumentar a procura de educação e bens de maior qualidade, e que ficarem mais claras para todos as vantagens decorrentes de um clima de investimento estável e de uma participação activa no mercado global.

Até agora, falei-vos do lado bom da globalização. Reconheço, contudo, que, em muitas sociedades, a globalização tem gerado algumas questões que precisam de ser avaliadas de maneira adequada pelos líderes políticos.

Se estes assuntos não forem abordados de forma correcta, arriscamo-nos a que aumente a agitação social e que se verifique um recuo no processo de globalização, materializado em políticas mais proteccionistas. Seria lamentável se os elevados níveis actuais de comércio internacional fossem substituídos por abordagens mais isolacionistas ao desenvolvimento e ao crescimento económico. Permitam-me que partilhe convosco as minhas percepções sobre alguns dos desafios que a globalização enfrenta e nos coloca hoje.

Começarei com a extraordinária rapidez das mudanças e as necessidades de ajustamento que isso gera.

Em muitas regiões do mundo, a vida económica desenvolve-se em torno de um

número limitado de empresas ou actividades, que servem de âncora aos postos de emprego e à criação de riqueza. Se estas actividades fossem deslocalizadas, o que sucederia à vida económica dessas regiões?

Além disso, à medida que o mercado de trabalho se torna mais integrado, verifica-se uma pressão negativa sobre alguns salários e uma diminuição da segurança do emprego.

Os Governos nacionais podem ter um papel importante neste domínio. Os Governos devem adoptar políticas que protejam os trabalhadores e promovam a mobilidade, investindo mais na qualificação dos recursos humanos. Ao mesmo tempo, será importante promover uma integração económica ainda maior, de forma a tirar partido das oportunidades que o rápido desenvolvimento de alguns mercados trará.

Um segundo desafio é a instabilidade económica e financeira. À medida que a economia global fica mais integrada, as recessões e a instabilidade financeira poderão tornar-se eventos à escala mundial.

Nos últimos anos, a economia global tem mostrado uma resiliência notável a eventos particularmente dramáticos, a preocupações geo-estratégicas ou, mesmo, a fortes variações no preço de matérias primas e bens essenciais. Contudo, isto não é uma garantia de resistência a futuros choques globais.

De uma forma pragmática, precisamos de saber apenas se temos as instituições apropriadas para lidar com estes problemas, caso eles se venham a manifestar.

É também justa a crítica de que o processo de globalização veio limitar o controlo dos governos nacionais sobre as condições económicas enfrentadas pelos seus cidadãos.

Esta situação deverá motivar os países a encontrar mecanismos e instituições que lidem com as necessidades de coordenação da política económica. Pessoalmente, tenho experiência dos mecanismos de coordenação política no âmbito da União Europeia, e é, com certeza, um exercício que se demonstrou benéfico para os cidadãos dos seus Estados-membros.

Outro desafio que a globalização nos coloca é o risco de uma maior desigualdade na distribuição de rendimentos a nível mundial, à medida que uns poucos captam os benefícios da globalização, enquanto os países com um menor nível de capital humano podem ficar para trás.

As políticas económicas devem incorporar os pobres no processo de crescimento, através de medidas que melhorem a educação, a saúde e as infra-estruturas. A nível internacional, os países devem mobilizar-se no sentido de aumentar o valor e a eficácia dos apoios ao desenvolvimento.

Em particular, parece-me extremamente importante que seja feito um forte investimento na educação das mulheres. Neste contexto, a atribuição do Prémio Nobel da Paz em 2006 a Muhammad Yunus, pelo seu papel no desenvolvimento e na promoção do micro-crédito, é um tributo à importância das políticas microeconómicas concebidas para ajudar os mais pobres, especialmente as mulheres.

Alguns dos desafios que a globalização nos coloca são mais do que meramente económicos, em sentido estrito.

No topo destes desafios posso referir as questões ambientais. À medida que aumenta a evidência científica sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas, os líderes políticos e económicos serão forçados a criar mecanismos que tratem globalmente estes problemas.

A este respeito, creio que o principal desafio actual é o fortalecimento dos acordos e das instituições internacionais.

Contudo, estes problemas deverão ser enfrentados também a nível nacional. Os Governos que limitam a avaliação das suas políticas em função, exclusivamente, do crescimento económico, esquecendo o seu impacto no ambiente, podem estar a minar o crescimento de longo prazo e a sujeitar os seus cidadãos a custos e perigos futuros.

Outra questão tem a ver com o aumento das pressões demográficas a nível mundial. A força de trabalho continuará a aumentar a um ritmo acelerado. De acordo com o Banco Mundial, deverá crescer de 3 mil milhões actualmente para 4,1 mil milhões em 2030.

O aumento na força de trabalho é uma oportunidade de crescimento em alguns países. Contudo, em termos globais, estes fenómenos demográficos criarão pressões importantes nos mercados laborais e nos modelos sociais, quer nos países em desenvolvimento quer nos países desenvolvidos.

Assim sendo, a capacidade das sociedades de lidar com a diversidade étnica e cultural torna-se um assunto primordial.

A Índia é um exemplo notável da forma aberta como se pode lidar com esta

diversidade. Além disso, com a sua população jovem, que deverá constituir uma referência para o processo de desenvolvimento da Índia nos próximos anos, o vosso país está particularmente bem colocado para dar grandes contribuições ao mundo.

Na minha perspectiva, a globalização é o caminho do futuro e, apesar das questões que levanta, as oportunidades que residem na integração adicional dos mercados e das economias são enormes e entusiasmantes.

Por esta razão, acredito que é importante procurar sempre melhores formas de coordenação entre os países e relembrar, constantemente, as nossas empresas e cidadãos sobre os desafios competitivos que a globalização traz às nossas sociedades.

Aliás, tive a oportunidade de patrocinar em Portugal a criação do Conselho para a Globalização com o objectivo de atrair o interesse de grandes empresas globais para Portugal e de estabelecer um fórum onde as suas perspectivas possam ser partilhadas com empresas portuguesas e com a sociedade em geral.

No essencial, acredito que os benefícios da globalização excedem largamente os seus riscos e custos. Estou confiante de que a globalização ajudará as nossas crianças a crescer num mundo melhor do que aquele que recebemos.

Gostaria de concluir com algumas notas pessoais.

Como português, acredito que a criação de um mundo verdadeiramente integrado é um desafio estimulante para todos nós.

A Europa, em particular, tem uma responsabilidade especial de acomodar as necessidades de desenvolvimento de um número crescente de países interessados em participar na economia global.

A Índia é hoje observada e estudada como um país inspirador sob várias dimensões. Milhões de pessoas estão a ser resgatadas à situação de pobreza e os profissionais, empresas e universidades indianos são respeitados internacionalmente.

A Índia é uma democracia funcional, com uma forte diversidade étnica e religiosa. A Índia prova que o desenvolvimento e a liberdade individual podem ser prosseguidos e praticados simultaneamente.

Portugal é um amigo da Índia e desejamos dar prova dessa amizade. Portugal é uma porta natural de entrada para a Índia na União Europeia. Em Portugal

reside uma larga comunidade de origem indiana, muitos vindos de Goa. Estão bem integrados na nossa sociedade e são bem sucedidos.

São certamente muito bem-vindos no nosso país e é com grande expectativa que desejo ver as empresas indianas e portuguesas a praticarem a globalização de forma correcta, com benefício e respeito mútuos.

Goa, com a sua diversidade e herança portuguesa, é um exemplo de como pessoas diferentes podem unir-se para construir grandes feitos.

O simbolismo associado à atribuição e recepção deste grau honorário mostra que os nossos países e as nossas terras são, de facto, lugares fraternos destinados à troca de ideias, pontos de vista e experiências de vida.

Obrigado, Senhor Governador e Chanceler da Universidade de Goa, por me conceder esta oportunidade de testemunhar a amizade e a proximidade entre os nossos dois Países e Povos.

Sessão de Abertura do Seminário Económico “Trade and Investment Opportunities with Portugal” promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Bombaim

Mumbai, 15 de Janeiro de 2007

Gostaria de começar por felicitar a Câmara de Comércio e Indústria de Bombaim pela excelente iniciativa que é a organização deste Seminário Económico, em colaboração com as agências portuguesas de comércio externo e de investimento.

A história da Câmara de Comércio e Indústria de Bombaim, que já celebrou 170 anos de existência, está intimamente ligada à história do desenvolvimento da cidade e à modernização das estruturas de funcionamento da região.

Organização representativa de mais de 1750 grandes e médias empresas sedeadas em Mumbai, só por si geradoras de quase um terço do produto interno bruto indiano na indústria transformadora e nos serviços, apraz-me notar que alia uma acção vincadamente profissional de promoção dos interesses dos seus membros a uma visão abrangente das questões económicas e sociais.

Nos escassos dias que decorreram desde a minha chegada à Índia, pude já testemunhar a energia, o talento e a criatividade que têm imprimido a este país, no decurso dos últimos anos, um dos mais fortes ritmos de crescimento a nível mundial e conduzido a profundas transformações económicas e sociais que bem atestam da emergência de uma “Nova Índia”.

Essa energia e sentido de acelerada mudança, sentimo-los de forma especialmente viva nesta enorme metrópole que é Mumbai, a capital comercial, industrial e financeira da Índia e a mais populosa e cosmopolita das suas cidades. Sede de muitas das mais importantes empresas e instituições do país, responsável por quase metade do comércio externo e grande centro da indústria indiana de serviços – desde o reputado sector de tecnologias de informação e *outsourcing* de processos à indústria cinematográfica –, Mumbai apresenta-se como um dos mais dinâmicos centros de negócios da Índia e como um extraordinário pólo de desenvolvimento.

Não posso deixar, também por isso, de sublinhar a oportunidade que este Seminário representa, ao proporcionar um melhor conhecimento do que se faz actualmente na Índia e em Portugal e um estreitamento de contactos entre empresários e altos responsáveis indianos e portugueses, para o fortalecimento das relações empresariais e dos laços económicos entre os nossos dois países.

A Índia e Portugal que desfrutam de um excelente relacionamento político, de um quadro contratual assente numa boa base de acordos e protocolos celebrados em diversas áreas, e de uma indesmentível proximidade histórica e cultural. Mas que, ainda assim, e não obstante alguns exemplos de sucesso, que merecem todo o nosso apreço e encorajamento, apresentam um grau de relacionamento, a nível de trocas comerciais e de cooperação bilateral, que se situa muito aquém das suas potencialidades e, diria mesmo, do que se poderia razoavelmente esperar.

Desenvolver uma relação de futuro no século XXI entre Portugal e a Índia passa por mobilizar, porventura de forma mais articulada, as vontades dos agentes económicos, políticos e culturais e proporcionar as condições para que as oportunidades sejam mais e melhor divulgadas, a comunicação se estabeleça e os negócios possam materializar-se.

A temática deste Seminário e a forma como os trabalhos se encontram organizados são, por isso mesmo, particularmente apropriados.

A delegação empresarial que me acompanha nesta visita é representativa de vários dos sectores mais dinâmicos e conceituados da economia portuguesa – das tecnologias de informação, robótica e comunicação às biotecnologias, ao turismo e aos serviços bancários, passando pela engenharia, moldes e construção. É composta por responsáveis de topo de empresas, muitas delas, com presença internacional e vocação global, seleccionadas pelo seu interesse na Índia ou no estabelecimento de futuras parcerias com empresas indianas. E que partilham certamente, com os seus congéneres aqui presentes, de uma visão estratégica e de uma postura empresarial viradas para o mundo e para o futuro.

São empresas que ilustram bem o Portugal deste século, um País moderno, seguro, acolhedor, uma economia aberta, com excelentes infra-estruturas, um sistema financeiro altamente desenvolvido, e uma classe empresarial crescentemente orientada para a inovação e para a internacionalização. Empresas cuja

reputação, experiência internacional e *expertise* as colocam em boa posição para ir ao encontro de muitas das necessidades de cooperação e investimento associadas à actual fase de desenvolvimento da economia indiana, como sucede na área das infra-estruturas, unanimemente apontada como desafio prioritário para a sustentabilidade do presente ritmo de crescimento económico do país. O investimento em infra-estruturas assume, de resto, um papel especialmente determinante na preservação da dinâmica produtiva e urbanística e da capacidade competitiva de metrópoles como Mumbai.

Reflexo das relações privilegiadas que Portugal mantém com a África e a América Latina, as empresas portuguesas têm vindo a canalizar um elevado nível de investimentos para essas economias, designadamente para os países de língua oficial portuguesa, língua que reúne mais de 200 milhões de falantes nos cinco continentes.

Enquanto Estado-membro da União Europeia, Portugal – sob cuja presidência e iniciativa foram lançadas, recorde-se, as Cimeiras UE-Índia – é também plataforma de acesso a um mercado consolidado de 500 milhões de consumidores. Fazendo parte do grupo de países fundadores da zona euro, beneficia de fortes padrões de disciplina e estabilidade financeiras e de um clima macroeconómico e regulamentar favorável ao investimento estrangeiro.

Portugal é um País empreendedor, confiante em si próprio, capaz de multiplicar centros de criatividade científica e empresarial, de se afirmar como um País de oportunidades. Um Portugal que sabe que o futuro dependerá, em larga medida, da capacidade de criação de riqueza baseada na inovação e no conhecimento. E que vê a emergência económica e política da Índia como um processo natural, face aos enormes recursos e potencialidades do País e à sua ambição de assegurar um desenvolvimento rápido e sustentável.

O mundo cada vez mais global em que vivemos é um mundo fortemente competitivo, incluindo em bens e serviços até há bem pouco considerados como não transaccionáveis, mas é, igualmente, um mundo de crescentes interdependências e complementaridades, em que a descoberta e a integração do conhecimento disperso pelo mundo fora tendem cada vez mais a funcionar, elas próprias, como fonte de novas vantagens competitivas para as empresas. É este, de facto, o desafio da sociedade do conhecimento, que hoje se apresenta de forma

cada vez mais nítida e que abre toda uma fronteira de novas possibilidades e de vantagens mútuas.

Portugal e as empresas portuguesas têm muito a oferecer à Índia. E a Índia tem, seguramente, muito a oferecer a Portugal. Há muito que os dois países podem e devem fazer juntos.

Estou certo de que os trabalhos deste Seminário darão um contributo determinante para que os empresários indianos e portugueses possam descobrir e explorar, em benefício mútuo, novas vias de acesso a uma caminhada, em parceria, rumo ao futuro. Só lhes posso desejar, a todos, o maior sucesso.

Sessão Inaugural da *Partnership Summit* 2007 “Emergent India – New Roles and Responsibilities”

Bangalore, 17 de Janeiro de 2007

É uma grande honra para mim participar na 13ª *Partnership Summit*, que regressa à, agora mundialmente famosa, cidade de Bangalore.

Considero muito revelador e elucidativo que tenham escolhido como tópico central, para o vosso evento anual, o tema “Índia Emergente: Novos Papéis e Responsabilidades.”

Há poucos anos, poder-se-ia pensar na Índia como um país rural, com uma escassez generalizada e necessitado de ajuda exterior para o desenvolvimento. Hoje, reconhecemos a Índia como uma estória de sucesso, onde milhões de pessoas se libertaram da pobreza, através dos esforços dos seus governos nacionais e estaduais, e também das suas empresas cada vez mais assertivas.

Hoje, vemos a Índia como um local onde o futuro está a ser moldado: uma terra de indivíduos brilhantes, de novas tecnologias, investigação, inovação e indústrias de ponta.

É esta a Índia que eu gostaria de motivar para uma cooperação cada vez maior com Portugal.

A Índia é, obviamente, uma terra de contrastes e de diversidade. Contudo, a perspectiva dominante que emerge quando pensamos hoje na Índia é a de esperança e sucesso.

Muito do crescimento extraordinário que observamos actualmente na economia global tem origem nos mercados emergentes e países em desenvolvimento.

Entre 1997 e 2006, a taxa de crescimento média anual nos países em desenvolvimento atingiu cerca de 6 por cento, contra 4 por cento da economia global; e, de acordo com o Banco Mundial, os países em desenvolvimento aumentarão a sua quota na produção mundial dos 20 por cento actuais para cerca de 33 por cento em 2030.

A Índia, em particular, é um dos principais motores da economia mundial. Além

da China, a Índia é o único país que tem mantido uma taxa de crescimento elevada, de forma sustentada, desde 1980.

Na última década, a economia indiana cresceu a uma taxa anual de cerca de 7 por cento, contribuindo de forma significativa para o crescimento do produto mundial. O Investimento Directo Estrangeiro na Índia tem aumentado substancialmente nos últimos anos. E, em breve, se não já, a Índia tornar-se-á a terceira maior economia do mundo, medida em paridades de poder de compra.

Além disso, nos próximos 30 anos, a Índia ultrapassará certamente a China como o país mais habitado do mundo, com uma população jovem que será certamente um factor adicional de progresso.

Não podem existir dúvidas sobre a já enorme importância da economia indiana no contexto global.

Estou seguro de que esta Cimeira, a sua relevância e visibilidade global, é também uma homenagem ao sucesso das empresas indianas. As exportações da Índia mais do que duplicaram o seu peso na economia; pelo menos 3 empresas indianas de tecnologia já estão entre as maiores 250 do mundo e a taxa de crescimento das exportações de serviços na Índia atingiu um valor acumulado de mais de 700 por cento entre 1994 e 2003, o mais elevado no mundo.

Acresce que uma parcela cada vez maior do Investimento Directo Estrangeiro efectuado no mundo tem origem em empresas baseadas na Índia, China ou Brasil.

Esta é uma grande mudança nas relações económicas tradicionais entre países. A atribuição pelo *Financial Times*, em 2006, da distinção de “Homem do Ano” a Lakshmi Mittal é uma ilustração clara deste facto.

Acredo que o mundo não tomou ainda, totalmente, consciência do significado destas mudanças.

Na Europa e nos Estados Unidos, a emergência das empresas indianas é vista ainda com um misto de surpresa e suspeita.

Por isso, esta noção de que a Índia – como o tema desta Cimeira sugere – precisa de compreender o alcance dos seus novos papéis e responsabilidades é extremamente apropriada.

Sendo eu professor de economia, e tendo o privilégio de servir o meu País como Primeiro-Ministro durante 10 anos e agora como Presidente, creio que considerarão útil que eu partilhe convosco algumas das minhas experiências e pers-

pectivas sobre as tendências actuais do mundo, e em particular sobre a questão, sempre presente, da globalização.

A globalização trouxe-nos principalmente muitas coisas boas. Mas também nos trouxe algumas questões que, se não forem tratadas de forma adequada, podem enfraquecer este movimento extraordinário.

Em termos positivos, podemos listar um conjunto de benefícios importantes da globalização, como a melhoria na afectação global de recursos em resultado da maior especialização internacional do trabalho; a maior mobilidade de pessoas, ideias, capitais e bens; a redução das barreiras políticas, culturais e comerciais; a rápida disseminação de melhores práticas em todas as áreas da vida – negócios, saúde e educação; e o acesso crescente ao conhecimento e às tecnologias e bens.

O impacto positivo que, em média, a globalização tem tido no nível de vida das pessoas é avassalador, especialmente nos países em desenvolvimento que abraçaram este processo.

O rendimento *per capita* nos países em desenvolvimento aumentou a uma taxa média anual de 2,1 por cento entre 1980 e 2005 e, de acordo com o último relatório do Banco Mundial sobre as “Perspectivas Económicas Globais”, estima-se que aumente a um ritmo ainda maior – 3,1 por cento – até 2030.

Os economistas do desenvolvimento demonstraram já de forma clara que uma grande fracção da população mundial se libertou da pobreza. E embora, até agora, este resultado se deva essencialmente ao sucesso económico da China e da Índia, o Banco Mundial espera que até 2030 o número de pessoas que vivem em pobreza extrema (com menos de um dólar por dia) diminua em metade: de 1,1 mil milhões actualmente para 550 milhões.

As condições de saúde também melhoraram bastante no mundo, graças à proliferação da medicina preventiva. A mortalidade infantil está em declínio em quase todo o lado e os cuidados pré-natais são disponibilizados a muitas mães. Quando medimos os resultados em termos do número de pessoas que melhoraram o seu nível de vida, é seguro afirmar que a integração económica e os mercados globais têm sido mais bem sucedidos do que outras abordagens.

Não devemos subestimar o poder da globalização na obtenção de resultados positivos para os mais desfavorecidos da sociedade.

Não admira, pois, que vejamos agora muitos países em desenvolvimento argumentando a favor de uma maior abertura dos mercados internacionais. Esta é uma mudança clara na posição de muitos países face ao comércio internacional e aos benefícios da globalização. É também, creio, parte de um ciclo virtuoso que se deverá manter à medida que a procura de bens e educação de elevada qualidade aumenta, e os ganhos associados a um clima de investimento estável e à participação activa nos mercados globais se tornam mais claros para todos. Não ignoro, obviamente, que, com o processo de globalização, muitas pessoas possam ter tido um decréscimo no seu nível de vida. O aumento do rendimento *per capita* em muitos países não implica necessariamente que todos tenham beneficiado com este processo.

Mas, como o produto mundial está a crescer, deveremos ser capazes de conceber políticas, a nível nacional e global, que distribuam de forma mais justa os benefícios da integração das economias nacionais. Esta é uma área onde há ainda um longo caminho a percorrer e onde os países mais afectados deveriam ter uma voz activa. Os governos devem ter um incentivo adicional para reduzir a burocracia e um interesse em melhorar a transparência na administração pública.

Muitos empresários, como os aqui presentes, acreditam verdadeiramente nos benefícios das forças da globalização. Por isso, é provável que concordem com a maior parte do que disse até agora. Mas é necessário colocar a questão: porque é que existe um discurso contra a globalização ou contra as empresas e multinacionais que aparentemente beneficiam dela?

Há uma tendência geral para dedicar mais espaço às críticas sobre a globalização do que a explicar os benefícios que este processo tem trazido a tantas pessoas. Mas algumas das questões levantadas são reais. Deixem-me partilhar convosco alguns desafios colocados pela globalização para sugerir que podem ser postas em prática políticas para lidar adequadamente com essas questões. Se não agirmos desta forma, arriscamos instabilidade social e mesmo um retrocesso no processo de globalização, particularmente sob a forma de políticas proteccionistas. Seria lamentável se a actual intensidade no diálogo e comércio internacionais fosse substituída por abordagens mais isolacionistas ao desenvolvimento e ao crescimento económico.

Muitas das questões colocadas pela globalização podem ser encaradas como um desafio aos líderes políticos no sentido de melhorarem a qualidade das suas políticas nacionais. Outras serão, com certeza, melhor geridas a nível global, particularmente através de um aumento da coordenação entre os governos nacionais. Este pode ser o caso dos problemas ambientais ou da instabilidade financeira.

Acredito que é possível a prossecução conjunta dos objectivos de eficiência e equidade, até porque, muitas vezes, esses objectivos se reforçam mutuamente. É um elogio ao valor da vida humana acreditar que todos podem fazer grandes contribuições na nossa sociedade. Mas, para que todos o possam fazer, tem de ser assegurada a igualdade de oportunidades.

As políticas económicas devem incorporar os pobres no processo de crescimento, através de medidas que melhorem a educação, a saúde e as infra-estruturas.

A rápida disseminação da informação e do conhecimento nas últimas décadas tem revelado que muitas das áreas mais pobres ou rurais podem facilmente ficar para trás. É uma obrigação dos líderes da nossa sociedade – políticos, empresariais ou culturais – disseminar os valores e práticas que criam incentivos à participação de todos no processo de aprendizagem.

Além disso, os líderes políticos devem ajudar a preparar os seus concidadãos e líderes empresariais para as mudanças que um mundo mais integrado está constantemente a gerar.

Patrocinei em Portugal a criação um Conselho para a Globalização, que se reuniu pela primeira vez no passado mês de Novembro, com o objectivo de atrair o interesse dos mais importantes actores económicos mundiais para Portugal e criar um fórum em que as suas perspectivas possam ser partilhadas com as empresas portuguesas e a sociedade em geral.

Com as abordagens correctas, os governos e as empresas podem ser capazes de demonstrar ao resto da sociedade os benefícios de uma economia mundial mais integrada.

Para concluir, gostava de utilizar esta oportunidade para vos falar também sobre Portugal e a União Europeia.

A União Europeia é um caso único de integração económica e política. Os seus Estados-membros criaram instituições comuns, às quais delegaram parte da

sua soberania, para que decisões em matérias específicas de interesse comum pudessem ser tomadas a nível europeu.

A União Europeia, que tem agora 27 países membros e mais de 500 milhões de habitantes, é a maior economia do mundo. Embora tenha apenas cerca de 7 por cento da população mundial, a União Europeia é responsável por um quinto do total das exportações e importações globais, sendo um dos principais parceiros comerciais de todas as regiões do mundo.

Desde que foi lançado em 1999, o Euro, a moeda única europeia de 13 países, tornou-se a segunda mais importante divisa internacional, a seguir ao dólar americano.

A União Europeia é actualmente uma economia onde existe um mercado único, em que bens, serviços, capitais e trabalho se movem livremente.

A União Europeia está totalmente empenhada no desenvolvimento sustentável e no combate à exclusão e pobreza no mundo.

Portugal é uma economia moderna, plenamente integrada na União Europeia, partilhando a sua moeda com outros países europeus.

A nossa economia abrange um vasto leque de actividades industriais e de serviços, enquanto a agricultura emprega, actualmente, apenas uma pequena fracção da força de trabalho.

Muitas das nossas principais empresas, dos diferentes sectores económicos – algumas presentes aqui comigo – operam internacionalmente e pretendem expandir-se para a Índia.

Alguns dos nossos produtos tradicionais mantêm uma posição forte nos mercados globais, mas a nossa economia tem vindo a diversificar-se e certamente a modernizar-se. Temos uma nova geração de empresas nos novos sectores tecnológicos. Algumas estão a desenvolver produtos e serviços para nichos do mercado mundial: em tecnologias de informação, em biotecnologia, em jogos para telemóveis, ou em aplicações de *software*.

Portugal pode ser visto como um ponto de encontro, uma ponte entre mundos: Europa, Ásia, África – onde Angola e Moçambique falam português e têm ligações políticas, económicas e culturais fortes com Portugal – e América, onde são particularmente relevantes as nossas ligações económicas e culturais com o Brasil.

A minha principal mensagem para vós é a de que uma economia mundial mais integrada pode ser benéfica para todos. Trouxe comigo muitas empresas portuguesas de topo e encorajo-os a cooperarem com elas de forma proveitosa.

Bangalore é hoje estudada como o exemplo de uma região que saltou para a fronteira do conhecimento. Os olhos do mundo estão postos nesta região.

Estou satisfeito por estar aqui e estou muito impressionado com a atmosfera empresarial vibrante que encontrei.

Espero que continuem a prosperar no futuro e que reforcem os vossos laços com a Europa e Portugal.

Anexos



Mensagem à Assembleia da República a propósito do Decreto nº 52/X

Lei da Paridade

I. Recebi para ser promulgado sob a forma de lei orgânica o Decreto nº 52/X da Assembleia da República, designado por “Lei da Paridade”, o qual “Estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”.

Trata-se de um diploma estruturante do funcionamento da democracia representativa e relevante para o exercício de direitos e liberdades políticas fundamentais, reclamando, por essa mesma razão, um escrutínio particularmente atento por parte do Presidente da República.

Considero um pilar fundamental da qualidade da democracia portuguesa o aumento da participação das mulheres na vida política.

Como tal, à luz das disposições do artigo 109º da Constituição, entendo constituir uma obrigação do legislador, tanto a remoção de discriminações negativas em razão do sexo no acesso a cargos políticos, como, também, a promoção da igualdade no exercício de direitos políticos.

Contudo, a legitimidade dos valores a proteger e dos fins a alcançar através de medidas positivas que promovam a paridade não justifica a utilização de todo o tipo de meios para os atingir. Isto, sobretudo, se os mesmos meios comprimirem desproporcionadamente e sem fundamento material razoável, outros valores de relevo político e constitucional que mereçam ser acautelados.

Tal é, claramente, o caso do artigo 3º da “Lei da Paridade”.

II. A objecção de fundo que coloco ao mérito do diploma centra-se, precisamente, na circunstância de o seu artigo 3º, ao prever a possibilidade de rejeição das listas de candidaturas desconformes com o respectivo preceituado, se afigurar como um regime sancionador excessivo e desproporcionado e, como tal, desadequado para preencher os fins prosseguidos pela mesma legislação.

O carácter excessivo e desproporcionado do meio consagrado deriva da circunstância de o mesmo:

- Constituir uma severa restrição à liberdade e ao pluralismo de opções que inerem à democracia representativa, na medida em que pode impedir que certos partidos ou listas de candidaturas eleitorais, que não aceitem ou que não possam cumprir com os rígidos critérios do diploma, sejam impedidos de concorrer a eleições;
- Interferir, de forma exorbitante, na liberdade e identidade ideológica de cada partido relativamente à matéria da paridade e limitar a sua autodeterminação política interna em poder organizar as listas de candidatos de acordo com a vontade dos respectivos órgãos eleitos democraticamente;
- Restringir, sem fundamento razoável, a liberdade de escolha do eleitorado relativamente às listas de candidatos, mediante uma inclusão artificial e forçada em lugares elegíveis de candidaturas desconhecidas ou não desejadas, de um ou de outro sexo;
- Dificultar, desnecessariamente, a constituição de listas nas eleições locais onde, em certas áreas menos povoadas do interior e com elevado índice de envelhecimento (nas quais não seja aplicável a excepção do n.º 4 do art.º 2.º do decreto), se torna problemático recrutar candidatos dentro dos estritos limites da representação de género impostos pelo diploma;
- Petrificar um regime limitativo da liberdade política já que, sendo a fixação de índices de representação em razão do sexo uma medida naturalmente transitória destinada a inverter situações de sub-representação de género, se verifica que no diploma inexistente qualquer cláusula com esse carácter transitório, ficando um regime restritivo que por natureza deveria ser temporário envolvido na rigidez própria das leis orgânicas;
- Forçar a passagem súbita de um sistema que não prevê índices mínimos de representação de género na apresentação de candidaturas eleitorais, como o actual, para um dos regimes mais dirigistas da Europa, o qual vai ao ponto de admitir a proibição da apresentação de partidos ou de listas de candidaturas a eleições.

Para além das razões expostas, considero, ainda, que carece de sentido, em termos de necessidade, a opção de criar uma das disciplinas sancionatórias mais

rigorosas em matéria de representação de género de entre os Estados da União Europeia, sem que se tenha, previamente, intentado esgotar outras soluções adoptadas por vários desses Estados que correspondem às melhores práticas e que se revelam mais afeioadas à liberdade política.

III. A dignificação dos direitos políticos das mulheres constitui uma prioridade constitucional que deve ser atingida através de meios adequados, progressivos e proporcionados e não por mecanismos sancionatórios e proibicionistas que concedam às mulheres que assim acedam a cargos públicos um inadmissível estatuto de menoridade.

Do mesmo modo, importa fazer primar os valores fundamentais da liberdade e do pluralismo na selecção, apresentação e votação dos candidatos a eleições políticas, sobre uma opção penalizadora destinada a alcançar, mediante sacrifícios e restrições excessivas, uma paridade de género que poderia ser atingida por meios mais razoáveis.

Assim, ao abrigo da alínea b) do artigo 134.º da Constituição da República e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 136.º da CRP, decidi não promulgar como lei orgânica o Decreto n.º 52/X da Assembleia da República, solicitando, pelos fundamentos apresentados, uma nova apreciação do diploma.

Com elevada consideração.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

2 de Junho de 2006

Mensagem à Assembleia da República a propósito da Lei que regula a Procriação Medicamente Assistida

Promulguei, para ser publicado como lei, o Decreto da Assembleia da República nº 64/X, que regula a procriação medicamente assistida.

A procriação medicamente assistida, praticada em Portugal desde 1986 e de há muito juridicamente regulada na maioria dos países da União Europeia, carecia, como é consensualmente reconhecido, de urgente enquadramento normativo. Esta lei, conformadora de uma das vias de resolução do problema da infertilidade de um número significativo de casais, vem colmatar uma importante lacuna do nosso ordenamento jurídico, e dar cumprimento a um dever de legislar constitucionalmente imposto desde 1997.

Trata-se de uma matéria complexa do ponto de vista biomédico, social e jurídico, e de implicações muito sensíveis no âmbito da investigação científica, da qual podem resultar significativos benefícios e renovadas esperanças para um número crescente de doentes, aspectos que devem ser conjuntamente ponderados. Envolve, em todos esses domínios, questões éticas que, numa sociedade democrática e pluralista, exigem amplo debate público. Como tal, não podem deixar de saudar-se todos aqueles que, no exercício de um direito de cidadania, contribuíram para esse debate, nomeadamente através de iniciativas de grupos de cidadãos merecedoras de todo o respeito, algumas das quais ainda a seguir o seu curso.

Não tendo encontrado especiais razões de mérito que me levassem a solicitar a esse órgão de soberania uma reapreciação do diploma, não posso deixar de chamar a atenção para dois pontos:

– por um lado, para a necessidade de regulação complementar no domínio da protecção efectiva da vida humana embrionária - um imperativo tanto mais relevante quanto se dá o caso de o objecto do diploma transcender o âmbito estrito da procriação medicamente assistida;

– por outro, para a composição e condições de funcionamento do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

De entre os domínios cuja regulação complementar ou regulamentação administrativa pode assumir particular sensibilidade, destacaria:

I) O imperativo de se garantir uma protecção efectiva de embriões criopreservados e qualificados como viáveis nos termos da presente lei, relativamente aos quais se verifique, antes de passados três anos, simultaneamente uma quebra do compromisso do beneficiário em utilizá-los em novo processo de transferência e a sua recusa em consentir na doação a outro casal;

II) A necessidade de eventuais lacunas e disposições normativas de sentido indeterminado constantes da lei, e respeitantes à matéria disciplinada pela Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina, e pelo seu Protocolo Adicional que Proíbe a Clonagem de Seres Humanos, deverem ser, respectivamente, integradas e especificadas em conformidade com essas normas internacionais;

III) A preocupação de se assegurar, em intervenções legais subsequentes que incidam em matérias como a transferência nuclear somática e a investigação científica em células estaminais, que, mesmo quando a lei permita a investigação em embriões “in vitro”, fique garantida a dignidade do embrião excluído de um projecto parental.

O Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida será necessariamente o órgão fundamental de regulação nestas matérias, uma vez que lhe é cometida a responsabilidade de avaliar as questões éticas, legais e sociais que a procriação medicamente assistida suscita e lhe cabe analisar rigorosamente os projectos de investigação em embriões excedentários, assegurando a razoável possibilidade de que deles “possa resultar benefício para a Humanidade”.

Importa, pois, mesmo sem perder de vista a possibilidade de recurso aos

Tribunais, garantir a independência, multidisciplinaridade e pluralismo dos seus membros, a transparência dos seus procedimentos, e a existência de condições para um desempenho adequado das competências que lhe estão atribuídas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

11 de Julho de 2006

Mensagem à Assembleia da República a propósito da Lei Eleitoral para a Região Autónoma dos Açores

Promulguei, para ser publicado sob a forma de lei orgânica, o Decreto nº 86/X da Assembleia da República, que aprovou a Quinta Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Considero, no entanto, meu dever transmitir a essa Assembleia as razões que me levaram a pensar que a forma como foi aprovada a referida lei não é favorável ao reforço do clima de salutar convivência democrática na Região, que tão importante é para o desenvolvimento politicamente sustentado da autonomia regional, cujo trigésimo aniversário se assinala este ano.

Através daquele diploma, introduz-se uma importante e profunda alteração no regime eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, criando-se, nomeadamente, um círculo regional de compensação, a acrescer aos nove círculos eleitorais coincidente com cada uma das ilhas da Região. Por outro lado, verifica-se um aumento do número de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Trata-se, por conseguinte, de um diploma estruturante da expressão da vontade popular e das regras do livre jogo democrático na Região Autónoma dos Açores, em torno do qual deveria existir o mais amplo consenso interpartidário, nomeadamente, entre as duas forças políticas que, ao longo de trinta anos de autonomia, sempre obtiveram resultados particularmente expressivos naquela Região, aí detendo um peso eleitoral materializado, em sucessivas eleições regionais, em mais de 80% dos votos validamente expressos.

Importa ainda notar que sempre se verificou, na história da democracia portuguesa, um elevado consenso no que se refere à aprovação das leis eleitorais, especialmente quanto às regras relativas à conversão de votos em mandatos. Verifica-se agora, com a aprovação do presente diploma, que se quebrou uma prática que considero um importante activo do funcionamento do nosso sistema político. A este propósito, não pode deixar de referir-se o exemplo recente

da Lei Orgânica nº 1/2006, de 13 de Fevereiro (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira), a qual foi aprovada por unanimidade, após um esforço de entendimento entre todas as forças políticas que apraz registar.

Ao invés, no processo que conduziu à aprovação do presente diploma, quando tudo indicava que seria possível alcançar uma solução de compromisso, não se obteve o consenso dos dois maiores partidos portugueses - e, sublinhe-se, dos dois partidos que possuem uma representatividade particularmente elevada na Região Autónoma dos Açores -, facto que poderá introduzir um factor de crispação e um elemento supérfluo de conflitualidade política naquela Região Autónoma.

Decidi promulgar como lei orgânica o Decreto nº 86/X porque não fiquei minimamente persuadido de que, através do envio do diploma à Assembleia da República para reapreciação, seria possível alcançar um consenso interpartidário mais alargado em torno do diploma em apreço.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

16 de Agosto de 2006

Artigo de Opinião “Pensar Global e Agir Global”

“Diário Económico” e “Expansión”, 10 de Novembro de 2006

Reúne-se hoje, em Sintra, o Conselho para a Globalização, criado sob o meu patrocínio no âmbito da COTEC-Portugal. Cerca de duas dezenas de líderes de empresas mundiais, provenientes de doze países – da Europa, de África, da América do Norte e do Sul, do Médio Oriente e da Ásia –, em conjunto com outros tantos representantes de empresas portuguesas com ambição global, irão debater os desafios da globalização. Participa também na reunião o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso.

Num mundo em mudança acelerada, em que as economias estão cada vez mais integradas e o conhecimento é o factor chave do sucesso, é do maior interesse reflectir sobre a forma de promover uma globalização que abra espaço à participação de todos os países, ou seja, uma globalização plural. É este o tema desta primeira reunião do Conselho para a Globalização.

Hoje, as empresas podem criar vantagens competitivas através da integração de competências, capacidades e conhecimentos de mercado dispersos pelo mundo fora. Seguindo um modelo globalmente integrado, as diversas componentes da actividade das empresas podem ser desempenhadas a partir de qualquer ponto do mundo. É o que se chama a vantagem metanacional.

Mas numa economia do conhecimento, a globalização não tem que significar uniformização e estandardização, pela imposição de um parâmetro único. O mundo está longe de ser plano e as empresas podem ganhar vantagem no mercado global, aproveitando as diferenças entre países.

A globalização deve ser plural, facilitando o trabalho em conjunto, numa lógica de interdependência e num jogo de complementaridades e de concorrência justa, por forma a que o vencedor do processo seja a humanidade como um todo.

A globalização que faz sentido significa participação e não dominação.

Portugal tem especial legitimidade para promover o debate sobre a globalização plural, porque a sua expansão universalista foi mais de adaptação do que de imposição, mais de integração do que de uniformização.

Nos dias de hoje, o desafio para as empresas é *Pensar Global e Agir Global*. Por outras palavras: fornecer produtos e serviços globais, concebidos por talentos globais, baseados em conhecimentos globais, para mercados globais.

A globalização significa a crescente mobilidade de bens, serviços, trabalho, ideias, tecnologia e capital à escala planetária. Apesar de não ser um fenómeno novo, a globalização intensificou-se pela conjugação de um conjunto de factores. Por um lado, a redução das barreiras que condicionavam o comércio e o investimento internacionais, as transformações económicas iniciadas pela China no final da década de 70, a dissolução do bloco de leste no fim dos anos 80, as reformas económicas realizadas na Índia democrática nos anos 90.

A estes factores acresce, por outro lado, a revolução tecnológica da informação e das comunicações, que veio reduzir vertiginosamente os custos de produzir, processar e transportar informação. O mundo passou a estar dotado de infra-estruturas de comunicação planetárias, acessíveis a qualquer cidadão, a qualquer hora, em qualquer lugar. A localização geográfica da empresa deixou de ser determinante.

O sucesso da globalização significa expandir a todos os benefícios da revolução da informação e das telecomunicações, dado o seu potencial de melhoria em sectores como a educação e a saúde, os serviços públicos, as empresas e os “media” e no acesso à informação e ao conhecimento.

Nos países emergentes, a abertura dos mercados e o investimento estrangeiro têm vindo a retirar milhões de pessoas da pobreza, abrindo janelas de esperança e criando novos horizontes de bem-estar. A globalização reduziu a pobreza, mas exige políticas que corrijam os fenómenos da marginalização e do desemprego e apostem na equidade e na inclusão, mesmo nos países mais desenvolvidos.

O grande desafio que Portugal enfrenta é o da competitividade à escala global. Importa que as empresas portuguesas estejam conscientes da envolvente da concorrência à escala mundial em que actualmente se posiciona a economia portuguesa e aproveitem decididamente as oportunidades que essa nova realidade proporciona. Estou convencido de que a necessidade de *Pensar Global e Agir Global* deve hoje inspirar tanto a postura estratégica das empresas portuguesas, como o quadro de referências dos nossos agentes políticos, investidores, parceiros sociais e Administração Pública. Caso contrário, arriscamo-nos a ficar para trás.

Foi nesta perspectiva que propus a criação de um Conselho para a Globalização, integrado por personalidades e líderes empresariais nacionais e estrangeiros com conhecimento e experiência da economia mundial. O objectivo é contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno da globalização e das suas múltiplas implicações, criar na sociedade portuguesa o sentido de urgência para as mudanças necessárias ao sucesso no mundo globalizado e mobilizar energias para a construção de um patamar mais elevado de competitividade; e, ainda, favorecer o estabelecimento de laços entre líderes de empresas internacionais e de empresas portuguesas, dando, em simultâneo, maior visibilidade económica a Portugal.

O Conselho para a Globalização constitui uma oportunidade para melhor conhecermos e compreendermos a realidade do que se passa num mundo em que a economia global está a mudar a ritmo sem precedentes, beneficiando da reflexão e experiência de líderes de organizações empresariais que actuam à escala mundial e com os quais os empresários portugueses podem estreitar ligações e estabelecer redes de contacto. É uma oportunidade a que nenhum de nós, e, por certo, o Presidente da República poderá ficar indiferente.

Comunicação ao País relativa ao Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez

Palácio de Belém, 29 de Novembro de 2006

A Assembleia da República aprovou em 19 de Outubro de 2006 uma Resolução propondo ao Presidente da República a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Mais precisamente, a Assembleia da República propôs a convocação de um referendo para que os cidadãos eleitores recenseados no território nacional sejam chamados a pronunciar-se sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

Nos termos constitucionais e legais, submeti a proposta de referendo da Assembleia da República à apreciação do Tribunal Constitucional que decidiu ter por verificada a sua constitucionalidade e a sua legalidade.

Como os Portugueses sabem, realizou-se um referendo sobre esta matéria em 1998. Tal não impediu que o debate sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez permanecesse na ordem do dia, constituindo um tema que recorrentemente é objecto de discussão no plano político, nos meios de comunicação social e no seio da sociedade civil.

Importa recordar, a este propósito, que, desde a realização do referendo de 1998, a Assembleia da República já aprovou duas outras resoluções com vista a uma nova consulta popular, as quais não tiveram seguimento.

Tendo o Tribunal Constitucional dado por verificada a constitucionalidade e a legalidade da proposta de referendo que me foi apresentada, entendo que os Portugueses devem ser consultados sobre esta matéria e decidir, em consciência, sobre se concordam ou não com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, em certas condições.

A circunstância de se tratar de um problema que continua a suscitar um vivo debate no seio da sociedade portuguesa, aliada ao facto de esta ser uma matéria

Passos da Agenda

que possui profundas implicações no plano ético, constitui uma razão suficiente para que os cidadãos sejam chamados a pronunciar-se e a decidir sobre ela, através de referendo.

Devo, contudo, fazer duas observações.

Em primeiro lugar, é imprescindível que o debate sobre uma questão deste alcance decorra com a maior serenidade e elevação. Nesse sentido, apelo a que a campanha que se vai realizar em torno deste referendo constitua uma oportunidade para que se realize um debate sério, informativo e esclarecedor para todos aqueles que irão ser chamados a decidir uma matéria tão sensível como esta.

Em segundo lugar, é essencial que as diversas forças políticas bem como os movimentos da sociedade civil, disponham de tempo e condições para se organizarem e mobilizarem de modo a poderem manifestar e divulgar as suas ideias e convicções. Importa, no entanto, que o debate se não prolongue para além de um prazo razoável.

Assim, nos termos que me foram propostos pela Assembleia da República e cuja constitucionalidade e legalidade foi dada por verificada pelo Tribunal Constitucional, decidi convocar para o dia 11 de Fevereiro de 2007 a realização do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.



9 de Março de 2006.

MARÇO 2006

Dia 09 • Tomada de Posse do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, perante a Sessão Plenária da Assembleia da República.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Angola, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo “Nino” Vieira.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes.

Dia 16 • O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro, Eng. José Sócrates,

para a primeira das reuniões regulares semanais.

Dia 22 • O Presidente da República está presente na cerimónia de posse do Presidente de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires, na Cidade da Praia.

Dia 27 • O Presidente da República recebe o Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso, para uma audiência seguida de almoço.

Dia 28 • O Presidente da República recebe o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama.

Dia 30 • O Presidente da República confere posse aos Representantes da República nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respectivamente Juízes Conselheiros José António Mesquita e Antero Alves Monteiro Diniz.



16 de Março de 2006. Primeira reunião com o Primeiro-Ministro.



9 de Março de 2006. Tomada de Posse.

ABRIL 2006

Dia 03 • O Presidente da República recebe os Juizes do Tribunal Constitucional.

• O Presidente da República recebe o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Guilherme de Oliveira Martins.

Dia 04 • O Presidente da República recebe o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro José Moura Nunes da Cruz.

• O Presidente da República recebe o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Juiz Conselheiro Manuel Fernando dos Santos Serra.

Dia 06 • O Presidente da República confere posse ao Conselheiro de Estado por inerência, Dr. Jorge Sampaio,

e aos Conselheiros de Estado por si designados, Prof. Doutor João Lobo Antunes, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Dr^a Manuela Ferreira Leite, Dr. Manuel Dias Loureiro e Eng.^o Miguel Anacoreta Correia.

Dia 09 • O Presidente da República efectua uma visita ao Hospital D. Estefânia, em Lisboa, deslocando-se a quatro serviços desta unidade hospitalar.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Fernando Menezes.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

da Madeira, Dr. Miguel Mendonça.

Dias 20 e 21 • Visita do Presidente da República às Tropas Nacionais destacadas na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo.

Dia 25 • O Presidente da República

participa, na Assembleia da República, na Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril.

Dia 27 • O Presidente da República recebe o Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim.



20 e 21 de Abril de 2006. Visita às Tropas Nacionais destacadas na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo.



25 de Abril de 2006. Comemorações do 32º aniversário do 25 de Abril.

MAIO 2006

Dia 03 • O Presidente da República participa nas cerimónias oficiais comemorativas do 95º aniversário da Guarda Nacional Republicana.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Carlos César.

Dia 08 • O Presidente da República

participa na sessão de abertura do Seminário “Dia da Europa 2006 - Portugal e o Futuro da Europa nos 20 anos da Adesão”.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslovénia, Dimitrij Rupel.

• O Presidente da República recebe,



9 de Maio de 2006. Seminário “Dia da Europa 2006 - Portugal e o Futuro da Europa nos 20 anos da Adesão”.



15 de Maio de 2006. Assembleia-Geral da COTEC.

em audiência, a Vice-Presidente do Governo espanhol, Maria Teresa Fernández de la Vega.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o académico e ex-Secretário de Estado norte-americano Dr. Henry Kissinger.

Dia 15 • O Presidente da República preside à Assembleia-Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação.

Dia 19 • O Presidente da República confere posse aos Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas e aos Vogais dos respectivos Conselhos.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da NATO, Jaap de Hoop Scheffer.

Dia 22 • O Presidente da República reúne pela primeira vez o Conselho Superior de Defesa Nacional, ao qual preside.

Dia 24 • O Presidente da República visita o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro-Presidente da Baviera, Edmund Stoiber.

Dias 29 e 30 • 1ª Jornada do Roteiro para a Inclusão, dedicada a “Regiões Periféricas, Envelhecimento e Exclusão”.

Dia 31 • O Presidente da República realiza uma visita à Marinha - Base Naval de Lisboa e Base de Fuzileiros, Alfeite.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Associação Nacional de Municípios Portugueses.



24 de Maio de 2006. Visita o Estado-Maior-General das Forças Armadas.



JUNHO 2006

Dia 02 • O Presidente da República participa na cerimónia de encerramento das comemorações do 75º Aniversário da Universidade Técnica de Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 06 • O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2005 ao actor e encenador Luís Miguel Cintra.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Günter Verheugen.

Dia 09 • O Presidente da República

recebe, em audiência, a Primeira-Ministra da Coreia do Sul, Han Myeons Sook.

Dia 10 • O Presidente da República participa, no Porto, nas Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas 2006.

Dias 19 e 20 • 1ª Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada à área das “Biotecnologias e Biotecnologia”.

Dia 21 • O Presidente da República participa, na sede do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, em Carnaxide, numa reunião de trabalho



6 de Junho de 2006. Entrega do Prémio Pessoa 2005.



10 de Junho de 2006. Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

para acompanhamento das actividades de Protecção Civil, designadamente em matéria de incêndios florestais.

Dia 22 • O Presidente da República recebe em audiência, seguida de almoço, o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China, Dr. Edmundo Ho Hau Wah.

Dia 23 • O Presidente da República realiza uma visita ao Exército – Brigada de Reacção Rápida do Exército, Tancos.

Dia 24 • O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Grande Prémio de Romance e Novela 2005 da Associação Portuguesa de



Escritores ao autor Francisco José Viegas.

Dia 28 • O Presidente da República recebe em audiência, seguida de almoço, os Embaixadores dos países membros da União Europeia e dos Estados candidatos à adesão, bem como os directores das representações da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu.



19 e 20 de Junho de 2006. Roteiro para a Ciência.



JULHO 2006

Dia 03 • O Presidente da República confere posse aos novos membros do Governo, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Luís Amado,



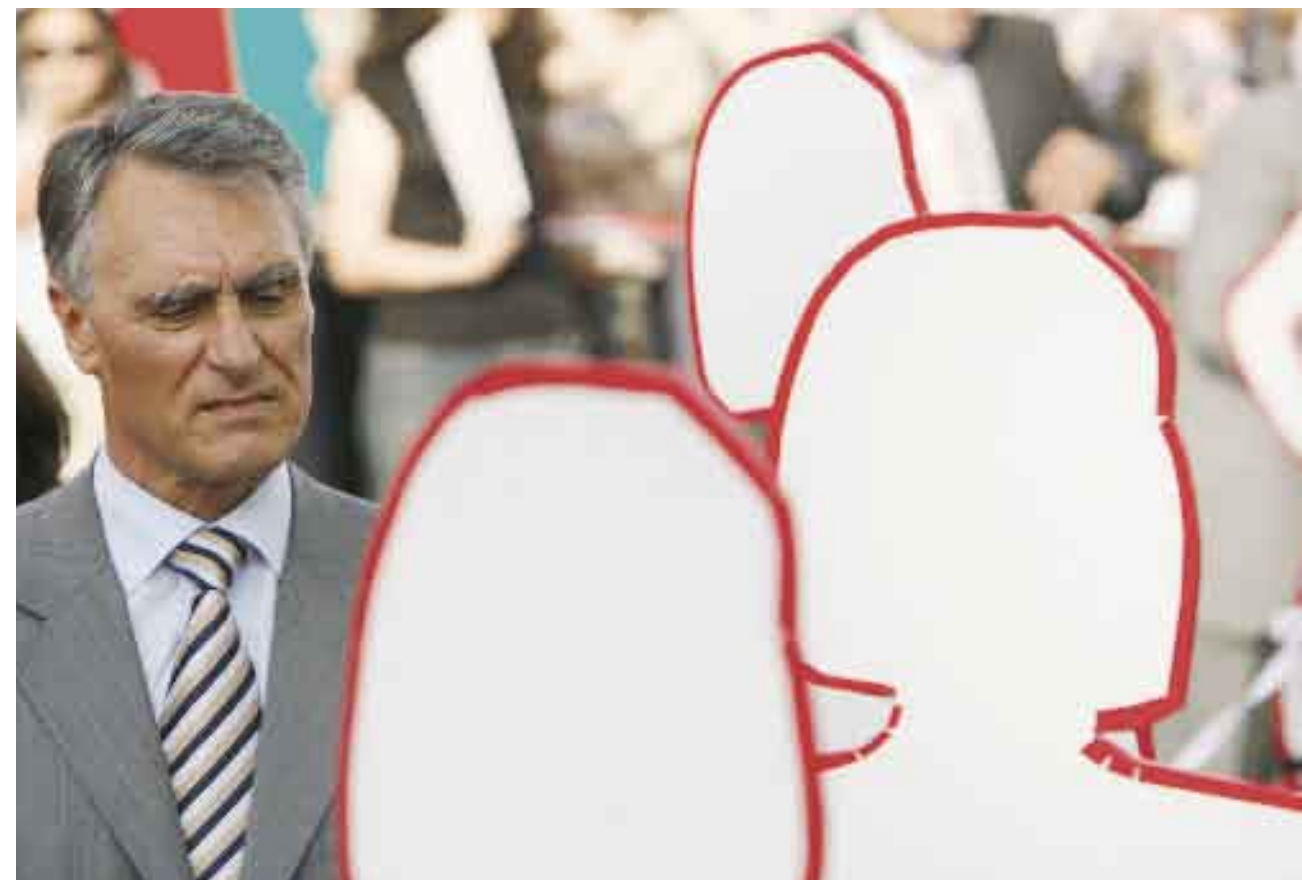
11 de Julho de 2006. Visita à Força Aérea.

e o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Junta da Galiza, D. Emílio Pérez Touriño.

Dia 07 • O Presidente da República desloca-se ao distrito de Faro para reuniões de trabalho com os Presidentes das Câmaras Municipais e com os Empresários do Turismo da Região do Algarve.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, os Presidentes dos Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



12 e 13 de Julho de 2006. Roteiro para a Inclusão. 2ª Jornada.

Dia 11 • O Presidente da República realiza uma visita à Força Aérea – Estado-Maior, em Alfragide, e Comando Operacional da Força Aérea, em Monsanto, Lisboa.

Dias 12 e 13 • 2ª Jornada do Roteiro para a Inclusão, dedicada a “Crianças em Risco e Violência Doméstica”.

Dia 17 • O Presidente da República participa, em Bissau, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).





17 de Julho de 2006. Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Dia 18 • O Presidente da República participa na Sessão Solene comemorativa do 50º aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 19 • Por ocasião do encerramento do ano parlamentar, o Presidente da República convida para um almoço o Presidente da Assembleia da República, os seus Vice-Presidentes e os Líderes

dos Grupos Parlamentares.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Provedor de Justiça,

Dr. Henrique Nascimento Rodrigues.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. António Carmona Rodrigues.



18 de Julho. Sessão Solene comemorativa do 50º aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian.

AGOSTO 2006

Dia 18 • O Presidente da República preside à inauguração da XXVII Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa.

Dia 28 • O Presidente da República participa na cerimónia que assinala o início da emissão do Passaporte Electrónico Português.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante José Manuel Mendes Cabeçadas.

Dia 30 • O Presidente da República reúne o Conselho Superior de Defesa Nacional, em sessão extraordinária.



28 Agosto de 2006. Cerimónia da emissão do Passaporte Electrónico Português.



30 de Agosto de 2006. Reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional.



23 de Setembro de 2006. Visita ao Parque Nacional da Peneda-Gerês.

SETEMBRO 2006

Dia 09 • O Presidente da República participa na cerimónia de atribuição do Prémio D. Dinis e entrega o galardão ao escritor António Manuel Pires Cabral, na Casa de Mateus (Vila Real).

Dia 10 • O Presidente da República participa na Sessão Solene comemorativa dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, em Peso da Régua.

Dia 12 • O Presidente da República recebe o Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires, para uma audiência, seguida de almoço.

Dia 13 • O Presidente da República participa na cerimónia de atribuição dos Prémios Gazeta 2005, do Clube de Jornalistas.

Dia 23 • O Presidente da República visita o Parque Nacional da Peneda-Gerês, inteirando-se da situação em matéria de incêndios.

Dias 25 a 28 • Visita de Estado do Presidente da República e Dr.ª Maria Cavaco Silva ao Reino de Espanha.



25 a 28 de Setembro de 2006. Visita de Estado a Espanha.



Visita de Estado a Espanha.



4 de Outubro de 2006. Encerramento das Comemorações do Centenário do Nascimento do General Humberto Delgado.



5 de Outubro de 2006. Comemorações da Proclamação da República.

OUTUBRO 2006

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Nacional da República de São Tomé e Príncipe, Francisco da Silva.

Dia 04 • O Presidente da República participa na Sessão Solene de Encerramento das Comemorações do Centenário do Nascimento do General Humberto Delgado, no Panteão Nacional.

Dia 05 • O Presidente da República participa nas cerimónias comemorativas dos 96 anos da Proclamação da República, na Praça do Município, em Lisboa.

Dia 09 • O Presidente da República confere posse ao Procurador-Geral da República, Juiz Conselheiro Fernando José Pinto Monteiro.

Dias 10 e 11 • 3ª Jornada do Roteiro para a Inclusão, dedicada a “Voluntariado e Exclusão Social em Meio Urbano”.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente do Brasil, Prof. Fernando Henrique Cardoso.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Andorra, Albert Pintat.





25 de Outubro de 2006. Conferência "Que valores para este tempo?", Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 17 • O Presidente da República participa na cerimónia de apresentação do Projecto ANAMNESE, da Fundação Ilídio Pinho, na Universidade Católica do Porto.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Assuntos Exteriores e da Cooperação de Espanha, Miguel Angel Moratinos.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier.

Dias 22 e 23 • Deslocação do Presidente da República à Hungria para participar nas Comemorações do 50º Aniversário da Revolução Húngara.

Dia 25 • O Presidente da República participa na sessão de abertura da Conferência Internacional "Que valores para este tempo?", na Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 31 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro Luís Noronha Nascimento.



10 e 11 de Outubro de 2006. Roteiro para a Inclusão. 3ª Jornada.





10 de Novembro de 2006. Encontro do Conselho para a Globalização.

NOVEMBRO 2006

Dias 02 a 05 • O Presidente da República participa na XVI Cimeira Ibero -
-Americana, em Montevideo.

Dias 06 e 07 • O Presidente da República visita Colónia do Sacramento e desloca-se a S. Paulo, participando na cerimónia de entrega do Prémio da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil.



2 a 5 de Novembro de 2006. XVI Cimeira Ibero-Americana. Montevideo, Uruguai.



XVI Cimeira Ibero-Americana. Montevideo, Uruguai.



10 de Novembro de 2006. Conselho para a Globalização. Jantar.

Dia 10 • O Presidente da República participa no primeiro Encontro do Conselho para a Globalização, ao qual preside.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Vice-Presidente da República da África do Sul, Phumzile Mlambo-Ngcuka.

Dia 17 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Eslováquia, Robert Fico.
• O Presidente da República participa no jantar comemorativo da constituição da Associação EIS - Empresários pela Inclusão Social, no Palácio Nacional da Ajuda.

Dias 24 a 26 • Deslocação do Presidente da República aos Distritos de Bragança e Coimbra.

Dia 28 • O Presidente da República participa na sessão solene de entrega do Prémio Literário Fernando Namora ao escritor Miguel Real, no Teatro Auditório do Casino Estoril.



24 a 26 de Novembro de 2006. Deslocação aos Distritos de Bragança e Coimbra.



12 de Dezembro de 2006. Congresso do Poder Local.

DEZEMBRO 2006

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Estónia, Andrus Ansip.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim.

Dia 12 • O Presidente da República participa na Sessão de Abertura do Congresso do Poder Local - 30 Anos do Poder Local Democrático, em Lisboa.

Dia 13 • O Presidente da República participa na cerimónia de atribuição dos Prémios Literários do PEN Clube Português, na Sociedade Portuguesa de Autores.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), Eng. Jorge Vasconcelos.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Valença Pinto.

Dia 15 • O Presidente da República

recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Manuel José Taveira Martins.

Dia 18 • O Presidente da República confere posse aos Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea, respectivamente Tenente-General José Luís Pinto Ramalho e Tenente-General Luís Evangelista Esteves de Araújo.

Dias 18 e 19 • 4ª Jornada do Roteiro para a Inclusão, dedicada à “Inclusão das Pessoas com Deficiência”.

Dia 21 • O Presidente da República recebe o Presidente, os Vice-Presidentes e os Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas

Dia 22 • O Presidente da República recebe o Ministro da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

• O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

JANEIRO 2007

Dia 03 • O Presidente da República recebe os cumprimentos dos Embaixadores de Portugal acreditados junto de vários estados e organizações internacionais.

Dia 08 • O Presidente da República recebe no Palácio de Queluz os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 09 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dias 09 a 18 • O Presidente da República e a Dr^a Maria Cavaco Silva realizam uma Visita de Estado à Índia, deslocando-se a Nova Deli, Goa, Mumbai e Bangalore.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo do Principado das Astúrias, Vicente Álvarez Areces.

Dia 31 • O Presidente da República participa na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, no Salão Nobre do Supremo Tribunal de Justiça.



31 de Janeiro de 2007. Abertura do Ano Judicial.

9 a 18 de Janeiro de 2007. Visita de Estado à Índia.

Visita de Estado à Índia.



Visita de Estado à Índia.



1 de Fevereiro de 2007. 170º aniversário da Associação Industrial Portuguesa.

FEVEREIRO 2007

Dia 01 • O Presidente da República participa na Sessão Solene Comemorativa do 170º Aniversário da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

Dia 06 • O Presidente da República participa na cerimónia de Abertura do Ano Académico na Academia Portuguesa de Medicina.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Francisco Guterres “Lu-Olo”.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara de Representantes do Reino de Marrocos, Abdelwahed Radi.

• O Presidente da República participa na sessão de Abertura do Ano Académico do Colégio Universitário da Cooperação.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Estado brasileiro de São Paulo, José Serra.

Dia 22 • O Presidente da República reúne pela primeira vez o Conselho de Estado, ao qual preside.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Comissário da União Europeia para a Saúde, Markos Kyprianou.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Antero Alves Monteiro Diniz.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União Geral dos Trabalhadores (UGT).



7 de Março de 2007. Comemorações dos 50 anos da RTP.

MARÇO 2007

Dia 02 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o empresário e ex-Governador do estado da Flórida (EUA), John Ellis “Jeb” Bush.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro das Relações Externas do Chile, Alejandro Foxley.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano.

- O Presidente da República visita a Sociedade de Geografia, recebendo o estatuto de Protector da Sociedade e o colar de Presidente de Honra.

Dia 07 • O Presidente da República participa nas comemorações dos 50 anos da Rádio e Televisão de Portugal

- O Presidente da República recebe, em audiência, o anterior Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore.



2 de Março de 2007. Reunião do Conselho de Estado.



5 de Março de 2007. Visita à Sociedade de Geografia.



Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino
e Gonçalo Rosa da Silva/Visão (foto da página 305)

Design Gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Da presente Edição
fez-se uma tiragem de 3.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)

Acabou de Imprimir-se em Abril de 2007
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Edição nº 1014147

ISBN
978-972-27-1557-7

Depósito Legal
257726/07

“ *Um dos princípios
fundamentais da acção política
é o respeito pela dignidade da pessoa humana,
de que resulta como corolário que o desenvolvimento
é económico para poder ser social.* ”

Aníbal Cavaco Silva

9 DE MARÇO DE 2006